



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE HUMANIDADES – CH
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA – UAH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

**“CULTURA *PHYSICA* PARA A FAMÍLIA CAMPINENSE”:
HIGIENE E EDUCAÇÃO FÍSICA NO *INSTITUTO PEDAGÓGICO* – CAMPINA
GRANDE – PB (1931-1942)**

ALEXANDRO DOS SANTOS

CAMPINA GRANDE – PB
2017

**“CULTURA *PHYSICA* PARA A FAMÍLIA CAMPINENSE”:
HIGIENE E EDUCAÇÃO FÍSICA NO *INSTITUTO PEDAGÓGICO* – CAMPINA
GRANDE – PB (1931-1942)**

ALEXANDRO DOS SANTOS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande – PB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Linha de pesquisa: História Cultural das Práticas Educativas

Orientador: Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S237c Santos, Alexandro dos.

Cultura *physica* para a família campinense : higiene e educação física no Instituto Pedagógico - Campina Grande-PB (19331-1942) / Alexandro dos Santos. – Campina Grande, 2017.

170 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2017.

"Orientação: Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira".

Referências.

1. Instituto Pedagógico. 2. Higiene. 3. Educação Física. 4. Corpo. 5. Disciplina. I. Oliveira, Iranilson Buriti de. III. Título.

CDU 796.4:37(043)

ALEXANDRO DOS SANTOS

“CULTURA *PHYSICA* PARA A FAMÍLIA CAMPINENSE”:
HIGIENE E EDUCAÇÃO FÍSICA NO *INSTITUTO PEDAGÓGICO* – CAMPINA
GRANDE – PB (1931-1942)

Dissertação Avaliada em 17/02/2017 com o conceito APROVADO

BANCA EXAMINADORA

Iranilson Buriti

Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira - UFCG

Orientador

Regina Coelli Gomes Nascimento

Prof.^a. Dra. Regina Coelli Gomes Nascimento – UFCG

Examinadora Interna

Azemar dos Santos Soares Junior

Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior – UFRN

Examinador Interno

Vivian Galdino de Andrade

Prof.^a. Dra. Vivian Galdino de Andrade – UFPB

Examinadora Externa

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais João e Joana, aos meus irmãos Fabio, Sandra e Simone. E à Lais, pessoas que amo...

AGRADECIMENTOS

Escrever os agradecimentos de um trabalho acadêmico levou-me a comparar com momentos de tarefas difíceis e árduas. Surge um misto de lembranças, de esquecimentos, entrelaçados com julgamentos de injustiça para com alguns. E mesmo diante dos riscos de ser injusto, represento, no decorrer desta seção, meu reconhecimento à personagens fundamentais que cruzaram algum dia meu caminho e contribuíram de alguma forma para esta realização. Venho aqui agradecer:

Primeiramente ao CNPq, pelo apoio financeiro e pela oportunidade de ter participado na graduação como discente bolsista do Programa de Educação Tutorial do curso de História da UFCG, entre os anos de 2011 e 2013, e do projeto de pesquisa “Conselho Higiénico”: Sensibilidades e Saberes Escolares em Campina Grande - Paraíba (1920-1940)”. Agradeço à CAPES, pelo auxílio financeiro durante os meses de estudos e de pesquisa no curso de mestrado.

Às pessoas que proporcionam, em algumas instituições de Campina Grande e da Paraíba, um espaço de esperança e de trabalho para aqueles que carregam o sonho de ser um historiador, evidenciando os que tive contanto: funcionárias (os) da Biblioteca Átila de Almeida, do Museu Histórico de Campina Grande, e outras (os) do Espaço Cultural de João Pessoa, da Casa José Américo de Almeida, da Cúria Metropolitana, do SEDHIR da UFCG, da Biblioteca Pública de Esperança – PB e do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.

À coordenação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande, pela atenção e pela dedicação ao longo do curso. Aos professores (as) da Linha de Pesquisa História Cultural das Práticas Educativas.

A todos (as) que fazem parte do curso de História da Universidade Federal de Campina Grande. À Regina Coelli Gomes Nascimento, exemplo de **professora**, de **orientadora**, de **pesquisadora**, de **historiadora** e de **amiga**, que de forma gentil, serena e amável, conduziu-me/conduz nessa jornada acadêmica e profissional que trilhei na UFCG. Em importantes momentos, você me acolheu, me ensinou e cuidou de mim, para que eu conseguisse crescer e superar as dificuldades emergidas em minha jornada acadêmica. Meu sincero agradecimento.

Ao professor Luciano Mendonça de Lima, o qual sempre mostrou-se disposto à me ajudar, disponibilizando fontes e indicando locais de pesquisa para mim. Também agradeço à

Azemar dos Santos Soares Júnior, pela gentileza de ter contribuído à realização deste trabalho, fornecendo fontes de seu acervo pessoal.

A Iranilson Buriti de Oliveira, exemplo de ser humano e de orientador, que com sua sensibilidade, conseguiu instigar minha curiosidade para as problemáticas envolvendo a História da Saúde e Educação.

Por fim, agradeço à minha família, aos meus avôs João Ferreira e João Sabino (*In memoriam*); à Maria e à Amélia; a meus pais João e Joana; aos meus irmãos: Sandra, Fábio e Simone; e à Lais, amor da minha vida, que com suas palavras de ânimo me motivou a continuar escrevendo e pesquisando mesmo nos momentos de maior cansaço e angústia.

A todos vocês que tiveram seus nomes aqui citados, meu muito obrigado por existirem e por, em algum momento, direta ou indiretamente, terem feito parte da minha vida.

Muito obrigado!

RESUMO

SANTOS, Alexandro dos. “*Cultura physica para a família campinense*”: Higiene e Educação Física no *Instituto Pedagógico* – Campina Grande – PB (1931-1942). 2017. 180f. Dissertação. (Pós-Graduação em História). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande – PB, 2017.

A presente dissertação tem como objetivo analisar os discursos que circularam no *Instituto Pedagógico* – Campina Grande, entre os anos de 1931 e 1942, abordando a implantação do ensino de Higiene e Educação Física, que buscava atender os preceitos da ordem social civilizatória em voga na época. Para tal, utilizamos como fonte de pesquisa jornais e revistas que circularam em Campina Grande, Paraíba, ao longo das primeiras décadas do século XX, tais como: *A União*, *O Educador*, *Brasil Novo*, *Voz da Borborema*, *A Imprensa*, *Revista de Ensino* do Estado da Paraíba, *Revista Evolução*, a revista *O Cruzeiro* e o *Almanaque Eu Sei Tudo*. Além destas fontes, também analisamos o *Acervo Documental* que pertenceu ao *Instituto Pedagógico*. Na análise dos discursos em torno da circulação do ensino de Higiene e Educação Física, consideramos as abordagens do aporte teórico-metodológico da Nova História Cultural, principalmente a partir das discussões feitas pelo filósofo francês Michel Foucault (2010), enfatizando os conceitos de discurso e de poder disciplinar. Além disso, dialogamos com as análises teóricas de Norbert Elias (2011), acerca do conceito de civilidade. Na presente narrativa, foi pertinente o diálogo com os conceitos de Cultura Física, Cultura Escolar, Higiene, Eugenia, Gênero e Cultura do Corpo. As discussões a respeito das práticas de Higiene e Educação Física foram baseadas na historiografia relacionada ao tema, a exemplo de Soares Júnior (2015), Parada (2009), Soares (2004), Vago (2002), e Ghiraldelli Jr (1991)., que proporcionam uma melhor compreensão acerca da historicidade de um corpo higienizado e fisicamente vigoroso.

Palavras-chave: *Instituto Pedagógico*. Higiene. Educação Física. Corpo. Disciplina.

ABSTRACT

SANTOS, Alexandro dos. “**Physical culture for the campinense family**”: Hygiene and Physical Education in *Instituto Pedagógico* – Campina Grande – PB (1931-1942). 2017. 180f. Dissertation. (Postgraduate in History). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande – PB, 2017.

The present dissertation objective to analyze the discourses that circulated in *Instituto Pedagógico* – Campina Grande, Paraíba between the years 1931 to 1942, portraying the implementation of the teaching of Hygiene and Physical Education, that sought to meet the precepts of the civilizing social order in vogue at the epoch. In this sense, we used as a research source newspapers and magazines circulated in Campina Grande, PB during the first decades of the twentieth century, such as for example: *A União*, *O Educador*, *Brasil Novo*, *Voz da Borborema*, *A Imprensa*, *Revista de Ensino* of the state of Paraíba, *Revista Evolução*, the magazine *O Cruzeiro* and the *Almanaque Eu Sei Tudo*. Besides these documental sources, also we analyzed the documentary collection incidente that belonged to *Instituto Pedagógico*. in the analysis of discourse around the circulation of teaching of Hygiene and Physical Education, we consider the approaches of the theoretical-methodological contribution of the New Cultural History, mainly from the discussions made by the french philosopher *Michel Foucault* (2010) emphasizing the concepts of discourse and disciplinary power. Besides that, we dialog with the theoretical analysis of *Norbert Elias* (2011) about the concept of civility. In the present narrative it was pertinent the dialogue with the concepts of Physical Culture, School Culture, Hygiene, Eugenia, Gender and Culture of the Body. The discussions about the practices of Hygiene and Physical Education were based on historiography related to the subject, for example, *Soares Júnior* (2015), *Parada* (2009), *Soares* (2004), *Vago* (2004) e *Ghiraldelli Jr* (1991)., which provided a better understanding of the historicity of a sanitized and physically vigorous body.

Keywords: *Instituto Pedagógico*. Hygiene. Physical Education. Body. Discipline.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Parte frontal do <i>Internato e Externato do Instituto Pedagógico</i>	44
Figura 2 - “Alunas da Escola João Pessoa, do <i>Instituto Pedagógico</i> , fazendo exercícios de ginástica sob a direção do sargento Moises de Araújo, instrutor daquele estabelecimento”	57
Figura 3 - Certificado de Vacinação Antivariólica	61
Figura 4 – Propaganda de leite em pó da <i>Nestlé</i>	115
Figura 5 – Modelo de exercícios físicos para a infância elaborados por Renato Kehl (1925).....	125
Figura 6 – Demonstração de exercícios físicos para o gênero feminino, do <i>Almanaque Eu Sei Tudo</i> e da <i>Revista O Cruzeiro</i>	148

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Arquivos, bibliotecas consultadas e fontes analisadas	29
Quadro 2 - Materiais pretendidos para compor o “gabinete médico esportivo” do <i>Instituto Pedagógico</i>	54
Quadro 3 - Exemplos de brincadeiras do “Método Prático de Educação Física”, elaborado por Aluizio Xavier e publicados nas páginas da <i>Revista do Ensino</i>	122
Quadro 4 – Artigos e temas escritos pela professora normalista Francisquinha Amorim, na imprensa de Campina Grande, na década de 1930.....	137

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Percursos de uma pesquisa.....	13
Diálogos teórico-metodológicos.....	17
Outros diálogos historiográficos: Cultura Escolar, Cultura Física e Cultura do Corpo.....	23
Exposição das fontes e organização da dissertação.....	28
I MOVIMENTO - “Formar uma raça sã e robusta”: O <i>Instituto Pedagógico</i> uma escola civilizada/moderna à serviço da educação da mocidade campinense.....	42
1 . 1 - A higienização do corpo e o aprendizado da Educação Física.....	50
1 . 2 – “A escola só recebe <i>alumnos</i> limpos”: o programa de Higiene e a modelação de corpos saudáveis.....	59
1 . 3 – “ <i>Physicamente</i> aptos para a sua missão”: a <i>Educação Physica</i> como modeladora de corpos <i>physicamente</i> vigorosos.....	79
II MOVIMENTO - “Rigorosamente dosados”: dispositivos pedagógicos para uma educação higiênica e física para o corpo.....	92
2 . 1 – “Regras <i>hygienicas</i> para ter saúde e alegria”: <i>hygiene</i> e alimentação para a produção de um corpo saudável e vigoroso.....	105
2 . 2 – “O valor educativo dos brinquedos”: as aulas de educação física como espaço e tempo de recreação.....	116
2 . 3 – “Do regimento escolar”: a arte das proibições e punições.....	126
2 . 4 – “Centro <i>Sportivo</i> 243”: um exemplo de exaltação à <i>cultura physica</i>	131
III MOVIMENTO - “Agir com presteza”: a divulgação de uma <i>Cultura Física</i> no <i>Instituto Pedagógico</i>	136
3 . 1 - “Fortaleça-se para vencer”: a Educação Física e a diferenciação das práticas esportivas entre os gêneros.....	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	168
FONTES DE PESQUISA.....	170
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	171

INTRODUÇÃO

Percursos de uma pesquisa

Os meninos que estudam estão justamente na época de crescimento, precisam, pois, dos exercícios *gymnasticos* para ajudar ao seu desenvolvimento. Estes exercícios servem para aumentar a força, tornar a criança apta para os trabalhos da vida, para tirá-la muitas vezes de um rachitismo prejudicial (O EDUCADOR, 1931, p. 3. Grifo nosso).

O presente discurso estampado nas páginas do jornal *O Educador*, de 1931, foi pronunciado por Eunice R. Moura, referindo-se aos exercícios *gymnasticos* enquanto fatores de primordial valor para o desenvolvimento físico das crianças. Para muitos intelectuais brasileiros das primeiras décadas do século XX¹, os exercícios físicos eram indispensáveis nas escolas, no intuito de proporcionar a aptidão física das crianças, tornando-as capazes de suportar a labuta diária exigida pela vida dinâmica e moderna das grandes cidades, fruto do desenvolvimento da indústria capitalista. Então, as atividades físicas, ao serem praticadas cotidianamente, contribuía para o aumento da força física, tornando o corpo dos escolares saudáveis, aptos ao trabalho produtivo, disciplinado, dócil e ágil.

Neste sentido, percebemos no início do século XX a circulação do ensino de Higiene e Educação Física baseado nos ideais do pensamento médico-higienista, com o objetivo de produzir corpos higienicamente produtivos. Dando sequência em seu discurso, Eunice R. Moura chama a atenção dos pais para a importância dos exercícios físicos para as crianças em idade escolar: “Mandae pois distinctos Paes de família os vossos filhos para a escola, não somente nos dias consagrados a educação intelectual; mas, também nos em que se ensina educação *physica*, que muito contribue para a outra” (O EDUCADOR, 1931, p. 3. Grifo nosso).

Esses ideais fizeram parte da realidade de boa parte das escolas brasileiras deste período. O ensino de Higiene e Educação Física foi fator fundamental na regeneração/civilização e modernização da sociedade brasileira durante o período republicano. As escolas de Campina Grande não ficaram imunes a esse projeto. O *Instituto*

¹ Entre esses intelectuais, podemos citar: Fernando de Azevedo, Renato Kehl, Enezio Penna Marinho, entre outros. Esses intelectuais tinham suas ideias divulgadas por quase todo o território nacional.

*Pedagógico*² foi um dos principais focos de circulação dessas ideias. Em face disso, nossa dissertação de mestrado, vinculada ao campo de pesquisa da História da Educação, tem por objetivo analisar os discursos que circularam no *Instituto Pedagógico* entre os anos de 1931 e 1942, para implantar o ensino de Higiene e Educação Física, de acordo com a ordem social civilizatória em voga na época. Nesse caso, o educandário merece nossa atenção especial por ter sido pioneiro em disponibilizar aos seus docentes e discentes o ensino dessas matérias, já durante os primeiros anos de sua criação, pelo Tenente Alfredo Dantas Correa de Góis³, como nos mostram os exemplares da *Revista Evolução*⁴, produzida pela instituição durante os anos de 1931 e 1932.

O interesse em pesquisar e escrever sobre a circulação do ensino de Higiene e Educação Física⁵ no *Instituto Pedagógico* surgiu a partir do meu ingresso no Programa de Educação Tutorial – PET História - UFCG, no final do ano de 2011⁶. No programa, um grupo formado por três discentes iniciou uma série de pesquisas sobre a História da Educação em Campina Grande, tendo como recorte temporal as primeiras décadas do século XX. Quando fizemos nossa primeira visita à Biblioteca Átila de Almeida, localizada no edifício da reitoria da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), buscamos identificar e digitalizar documentos

² Hoje, o *Instituto Pedagógico* é chamado de *Colégio Alfredo Dantas (CAD)*. O CAD é um dos mais tradicionais Colégios de Campina Grande - Paraíba, criado no ano de 1919, pelo Tenente Alfredo Dantas Correa de Góes. É considerada a mais antiga escola da cidade ainda em funcionamento.

³ O Tenente Alfredo Dantas nasceu na cidade de Teixeira - Paraíba, no dia 17 de novembro de 1870. Passou parte de sua infância na cidade de João Pessoa, onde realizou seus primeiros estudos. Depois de algum tempo, foi morar em Fortaleza, ingressando no Tiro de Guerra como oficial de curso. Reformou-se como 1º Tenente do Exército. Chegou em Campina Grande no ano de 1918 e fundou o *Instituto Pedagógico* em 1919. Também era primo do pai de João Dantas, Dr. Franklin Dantas. Era defensor de métodos disciplinares bastante rígidos como forma de manutenção da ordem dentro e fora dos muros da instituição. Buscava incentivar a prática de esportes no *Instituto*, como o voleibol, basquete e outros esportes. Não simpatizava com o futebol como prática esportiva (DINOÁ, 1993, p. 247-248).

⁴ A *Revista Evolução* foi publicada pelo *Instituto Pedagógico* entre os anos de 1931 e 1932, em um total de nove números, sendo que o oitavo e o nono foram publicados no mesmo exemplar. Atualmente, essa revista se encontra digitalizada, catalogada e transcrita, o que facilita o desenvolvimento dessa pesquisa. “Como o Prof. José Batista Leite, inspetor geral de ensino, se expressou a respeito da “Evolução”. Bela ideia a do esforçado, educador Tte. Alfredo Dantas que acaba de aumentar as realizações da rumorosa Campina com uma revista, onde se concretiza o pensamento dos homens de letras da Gleba e se formam as vocações literárias da mocidade da Escola Normal “João Pessoa”. É a Evolução um núcleo de pensamentos. Esta de parabéns a bela cidade serrana por mais essa prova, de que em seu seio não só se cogita de cousas materiaes, também se pensa em dar-se asas a mocidade, também há amor à vida espiritual” [Sic] (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, nº 2, p. 25. Grifo nosso).

⁵ Neste trabalho, optamos por usar os termos Higiene e Educação Física com letra maiúscula por ser desta maneira que nos aparece nas principais fontes consultadas e catalogadas.

⁶ Este trabalho surgiu enquanto resultado de pesquisas desenvolvidas no projeto “Cartografias das Práticas e Saberes Disciplinares em Campina Grande – Paraíba (1900-1930)”, desenvolvida no Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de História da UFCG, sob a coordenação da professora Regina Coelli Gomes Nascimento. O Programa de Educação Tutorial do Curso de História do Centro de Humanidades da UFCG foi aprovado no ano de 2009, passando a funcionar a partir de outubro do mesmo ano, desenvolvendo atividades de pesquisa, ensino e extensão. Maio de 2012. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~historia/pet/>. Acesso em: 21/02/2016.

relacionados à temática de História da Educação. Foi então que nos deparamos com uma rica documentação produzida pelo *Instituto Pedagógico: a Revista Evolução*. Ela traz em seu primeiro exemplar uma fotografia das discentes do *Instituto* em aula de *gymnastica*, ministrada pelo Sargento Moisés de Araújo, um dos docentes responsáveis pelo ensino de Educação Física no educandário. Ao ver essa imagem, logo surgiu a curiosidade e o interesse em pesquisar a História da disciplina Educação Física na cidade de Campina Grande, no período da Primeira República.

Nesse mesmo período de encantamento com os arquivos e fontes, estava cursando a disciplina História do Brasil III, da grade curricular do Curso de História do **Campus I** da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG - PB, ministrada pelo professor Dr. Iranilson Buriti de Oliveira. A partir das aulas, foi possível nos aproximarmos através de leituras sobre o período republicano brasileiro, principalmente abordando temas educacionais e práticas médicas. Dentre os livros lidos, vale destacar o do historiador Maurício Parada (2009), intitulado “Educando Corpos: Criando a Nação”, que serviu de norte para o encontro com os primeiros aportes teóricos sobre o tema da Educação Física em uma dimensão nacional, estadual e local.

Nos períodos finais da graduação, a participação no projeto de pesquisa “Conselho Higiênico”: Sensibilidades e Saberes Escolares em Campina Grande - Paraíba (1920-1940)”, financiado pelo CNPq, contribuiu para aumentar nossa afinidade com o tema de pesquisa, que foi amadurecido com o passar dos anos. Nesse projeto, tomamos conhecimento de parte da documentação e da historiografia relacionada à História da Educação Física e do Corpo no Brasil entre as últimas décadas do século XIX e princípio do século XX.

Como resultado dessas primeiras pesquisas, no ano de 2014, concluí minha monografia de Bacharelado⁷ no Curso de História da UFCG, que teve como objetivo analisar as práticas do ensino de Educação Física⁸ que circularam no *Instituto Pedagógico* durante as primeiras décadas do século XX, como parte de um processo chamado medicalização e disciplinarização do espaço escolar e dos corpos das crianças. Alcançar uma mente perfeita, detentora de conhecimentos e capaz de formar opiniões: esses eram alguns dos muitos benefícios que identificamos na prática da *cultura física* para o corpo das crianças e jovens que praticam atividades físicas. O ensino de Educação Física era o caminho a ser percorrido

⁷ A monografia aqui apresentada foi intitulada: “Cultura Física”: o ensino de Educação Física no *Instituto Pedagógico* – Campina Grande - PB (Década de 1930)”.

por quem buscava alcançar um corpo e uma mente fisicamente capaz. Para os divulgadores dos benefícios dos exercícios físicos o desenvolvimento intelectual mantinha relação direta com a formação física. Era nessa linha de raciocínio que os preceitos físicos foram vistos por quem buscava exercitar o corpo nas primeiras décadas do século XX no Brasil (SANTOS, 2014).

Desta forma, apresento as questões problematizadoras que nortearam a escrita do presente texto: 1) Como ocorreu o ensino de Higiene e Educação Física que circulou no *Instituto Pedagógico* entre os anos de 1931 e 1942, de acordo com o discurso médico-higienista e militarista em voga na época? 2) Como as atividades recreativas (jogos e brincadeiras) fizeram parte do ensino de Higiene e Educação Física destinados a produção de um corpo dito saudável, atendendo as demandas de uma ordem social civilizatória? 3) Como ocorreu a divulgação de uma *cultura física* no *Instituto Pedagógico*, diferenciando as práticas esportivas entre os gêneros? Estas são algumas das questões que nortearam nossa escrita.

Como ponto de partida para iniciarmos nossa pesquisa, escolhemos o ano de 1931, por ter sido a data em que os exemplares da *Revista Evolução*, criada pelo *Instituto Pedagógico*, passou a circular em Campina Grande enquanto veículo divulgador de ideias e fatos da história local. Também foi nesse período que o ensino das disciplinas, foco deste estudo, começou a circular na presente instituição de ensino como parte de um processo chamado medicalização e disciplinarização do espaço escolar e dos corpos das crianças. Essa preocupação em “cultivar” o corpo⁹ dos discentes pode ser compreendida como uma estratégia para evitar possíveis desvios de condutas daqueles que seriam os futuros cidadãos campinenses.

Como ponto de chegada, optamos pelo ano de 1942¹⁰, por ter sido este o último ano em que o Tenente Alfredo Dantas ficou à frente da administração do *Instituto Pedagógico*. Desse momento em diante, “a Instituição teve sua proposta pedagógica modificada” (ANDRADE, 2015, p. 20).

Feita a delimitação dos marcos temporais e espaciais da pesquisa, passamos, a partir deste ponto, a apresentar as nossas escolhas teórico-metodológicas. Apresentamos ao leitor alguns dos autores, categorias, conceitos e fontes com os quais nos deparamos nos últimos meses de pesquisa, e que tem nos auxiliado na escrita da presente dissertação.

⁹ Segundo as concepções de Alain Corbin (2008, p. 13), “o corpo ocupa um lugar no espaço”.

¹⁰ Neste mesmo ano de 1942, ocorreram as últimas publicações da *Revista do Ensino*, um periódico vinculado aos órgãos educacionais do Estado da Paraíba. Esta revista se notabiliza por “fazer circular entre os professores os princípios médicos a serem seguidos nas escolas, também apresentava os boletins com evolução do projeto que visou medicalizar a escola” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 10).

Diálogos teórico-metodológicos

Nossa narrativa foi construída/arquitetada a partir das análises do aporte teórico-metodológico fornecido pela Nova História Cultural¹¹. O advento dessa abordagem possibilitou a abertura de novas áreas e campos de pesquisa, ocorrendo uma “verdadeira” quebra das fronteiras, sejam as de pesquisa ou até mesmo as áreas do conhecimento, o que resultou em aspectos multiplicadores do universo temático, da utilização e diversificação no uso de novas fontes. A figuração de recortes inusitados do real, “produzidos por questões renovadoras, a descoberta de documentação até então não visualizada como aproveitável pela História, ou então a revista de velhas fontes iluminadas por novas perguntas” (PESAVENTO, 2012, p. 38). Neste direcionamento, estabelecemos um diálogo com os conceitos de civilidade, poder disciplinar, cultura escolar, cultura física, higiene, eugenia, corpo e gênero.

Desta forma, buscamos, inicialmente, como horizonte teórico, um diálogo com o sociólogo alemão Norbert Elias (2011), através de categorias e conceitos abordados pelo mesmo, que, em nosso entendimento, são de suma importância para alcançar os objetivos propostos na pesquisa da dissertação ora apresentada. Com isso, destacamos o conceito de civilidade, que se refere a uma grande variedade de fatos, vinculados ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Relaciona os tipos de habitações e às maneiras como os homens e mulheres vivem a vida juntos, as formas de punições determinadas pelo sistema judiciário e diferentes maneiras como preparamos determinados tipos de alimentos. “Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma “civilizada” ou “incivilizada” (ELIAS, 2011, p. 23).

O conceito de civilidade, não significa a mesma coisa para diferentes nações ocidentais. Ingleses, franceses e alemães empregam a palavra de formas diferenciadas. Para os primeiros, esse conceito resume o orgulho pela importância de suas nações para o progresso do ocidente e da humanidade: avanços científicos e tecnológicos, o advento de máquinas mais velozes e capazes de desenvolver inúmeras atividades em um menor período de tempo, resultado de um mundo moderno, no qual as pessoas buscam novas formas de comportamento vistas como mais civilizadas. Já a forma como os segundos utilizam o conceito de *Zivilisation*, remete a algo de fato útil. “A palavra pela qual os alemães se interpretam, que

¹¹ Nas últimas décadas, os historiadores culturais têm se notabilizado por estabelecer contatos com outras áreas do conhecimento, como: a) o da História com a Antropologia, por intermédio do conceito de cultura; b) da História com a Literatura, por intermédio da discussão das fronteiras do texto histórico e do texto literário; c) da História com a Arte, a partir dos debates sobre as imagens; e d) o da História com a Arquitetura (ou com Urbanismo), pela identificação com o tema da cidade, suas imagens e representações (literárias e pictóricas) (ROIZ, 2008, p. 185).

mais do que qualquer outra expressa-lhes o orgulho em suas próprias realizações e no próprio ser, é *Kultur*” (ELIAS, 2011, p. 23).

As fontes catalogadas foram analisadas enquanto espaços produtores de práticas normativas, de sanções, de interdições, de elaborações cuja finalidade é dar visibilidade à medicalização e à disciplinarização dos sujeitos, especialmente dentro do espaço escolar. Com “Vigiar e punir: nascimento da prisão” (2010), um estudo sobre a disciplina na sociedade moderna, Michel Foucault dedica com maior ênfase seu entendimento acerca dos processos pelos quais os indivíduos se tornam sujeitos como resultado de um intrincado processo de objetivação que ocorre no interior das redes de poderes, que os capturam, dividem, classificam e os normatizam (VEIGA-NETO, 2007, p. 55)¹². É com essa obra que o filósofo francês inaugura a fase genealógica de seu pensamento. Explicitando que as formas de pensamento são também relações de poder, que implicam a tentativa de coerção e imposição dos sujeitos.

Embora Foucault não tenha dedicado em seus estudos um trabalho específico a respeito da instituição escolar, no livro “Vigiar e punir”, ele demonstra como a partir dos séculos XVII e XVIII, as práticas disciplinares espalharam-se por todo o corpo social, nas mais diferentes instituições. No Brasil, a publicação e divulgação desse livro impactou a produção de muitos trabalhos acadêmicos no campo educacional, realizado por diversos pesquisadores de diferentes campos do saber. Historiadores, pedagogos, sociólogos, antropólogos, entre outros foram influenciados fortemente pelo pensamento desse destacado pensador francês. Na educação, os estudos influenciados por esse livro têm como objeto as práticas de disciplinamento do corpo dos sujeitos envolvidos no processo educativo (GALLO, 2013, p. 253).

Ao mencionar “O efeito-Foucault na historiografia brasileira”, Rago (1995, p. 69) afirma que os historiadores brasileiros não passaram imunes aos efeitos provocados pelos estudos desenvolvidos pelo “furacão Foucault”. A partir dos trabalhos, das pesquisas realizadas pelo filósofo francês, ao longo de sua vida acadêmica, temas até então tidos como marginais para a história, a exemplo da loucura, da prisão, das instituições disciplinares, do corpo e da sexualidade ganharam visibilidade e novos significados entre os historiadores de plantão. Esse filósofo foi também responsável por deslocar o eixo de análise para as “minorias, para as margens e para os *Annales*”. Foi também o responsável por criar

¹² Alfredo Veiga-Neto (2007) propõe o uso da expressão “domínios foucaultianos” para situar a produção acadêmica e intelectual de Michel Foucault. Sendo o “ser-saber”, o “ser-poder” e “o ser-consigo”. Nesta dissertação, nossa atenção volta-se para o segundo “domínio”, “o ser-poder”.

“expressões capazes de traduzi-los e pensá-los”. Na atualidade, não podemos negar a importância que esses temas “ganham a partir dos procedimentos teóricos e metodológicos praticados por ele, a exemplo da noção de positividade do poder” (RAGO, 1995, p. 70).

O poder não é apenas negativo, mas sim positivo em sua essência. Assim como o hospital, a fábrica, o asilo, a escola passa a ser vista como um espaço institucional privilegiado para o exercício do poder disciplinar. Esse poder não está circunscrito apenas ao Estado, ele faz parte de uma rede complexa de relações. A disciplina é uma técnica, um dispositivo, um mecanismo, um instrumento de poder. São meios de possibilidade de controle do corpo, nos mais íntimos detalhes, garantindo a submissão constante das forças do corpo, conseguindo dessa forma uma relação de docilidade-utilidade do corpo. “O poder disciplinar não atua no exterior das relações, de fora para dentro ou de cima para baixo, pois ele trabalha os corpos das pessoas – alunos, professores, delinquentes, loucos – manipulando-os e controlando-os, produzindo seus comportamentos” (ANTUNES; ASSMANN, 2000, p. 137). O objetivo do poder disciplinar constitui-se em aumentar a utilidade do corpo dos sujeitos, contribuindo para que os mesmos sejam mais produtivos, diminuindo sua capacidade político-crítica, tornando-os mais obedientes e passivos. Por meio da disciplina, tenta-se fabricar um indivíduo mais dócil, submisso, fisicamente mais preparado para o trabalho na indústria, no exército, o corpo passa a ser alvo e objeto de poder.

Nas primeiras décadas do século XX, em algumas cidades/estados do Brasil, esses objetivos são alcançados com a circulação do ensino de Higiene e Educação Física, ministrado às crianças na tentativa de tornar seus corpos mais higienizados, dóceis, produtivos, ágeis, resistentes, obedientes. Em outras palavras: um corpo moderno e civilizado. Esse é o momento em que o saber médico adentra o interior das escolas, ditando normas de higiene, de bem viver, comportar-se na busca de produzir corpos saudáveis portadores de hábitos hígidos. Inspecionado os mais ínfimos detalhes do espaço escolar, as carteiras, os corredores, as vestimentas de docentes e discentes, os utensílios utilizados no ensino, a iluminação do interior das salas de aula, a disposição e higiene das carteiras, a alimentação etc. Eram infinitas as prescrições médicas na busca desse corpo robusto, higienizado, moderno e civilizado. Ao professor, cabia o papel de fiscal, auxiliando os médicos nessa difícil missão civilizatória, atentando no cotidiano da escola aos mais diversos comportamentos dos discentes e corrigindo-os quando os mesmos saíam das normas pretendidas pela escola. Nesse momento, o professor responsável pelas disciplinas de Higiene e Educação Física conquista prestígio acadêmico e social, por ser o ensino dessas duas disciplinas o caminho mais fácil de se alcançar esses objetivos.

Seguindo os rastros deixados por Foucault, percebemos que a punição e a vigilância são mecanismos de poder utilizados para docilizar e adestrar os sujeitos, para que esses se adaptem às normas estabelecidas pelas instituições. A vigilância é uma tecnologia de poder que incide sobre os corpos dos indivíduos, controlando seus gestos, suas atividades, sua aprendizagem, sua vida cotidiana. A disciplina executa a distribuição dos indivíduos no espaço, e ao mesmo tempo em que aumenta as forças do corpo, contribui para diminuí-las.

Em “Vigiar e punir” (2010), Foucault dedica um capítulo ao tema dos *corpos dóceis*, defendendo que o corpo também é objeto e alvo de poder. A partir da época clássica, as pessoas passam a depositar uma maior atenção ao seu corpo. São corpos manipuláveis, moldáveis, treinados, obedientes, hábeis e que tem suas forças produtivas ampliadas. ‘É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2010, p. 132). Com as disciplinas, vemos nascer uma arte do corpo humano voltada para a obediência e para a utilidade. Trabalha-se o corpo atentando para seus gestos e comportamentos. A disciplina é responsável pela fabricação e pela produção de corpos submissos e exercitados, ou seja, “corpos dóceis”. Como vimos acima, o poder disciplinar é exercido nas mais diversas instituições: nos hospitais, nas prisões, nas fábricas e, principalmente, nas escolas.

O princípio da *clausura* trabalha o espaço de maneira muito mais detalhada e constante, privilegiando o princípio da localização imediata e do quadriculamento. “Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar um indivíduo” (FOUCAULT, 2010, p. 138). Procura evitar que ocorra a distribuição dos indivíduos por grupos. Segundo Foucault,

O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quando corpos ou elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico (FOUCAULT, 2010, p. 138).

Por meio da técnica disciplinar, o espaço, é organizado de forma que os indivíduos não fiquem aglomerados uns sobre os outros, a vadiagem e a deserção são melhores vigiadas, controladas. Pela disciplina, é possível controlar as presenças e as ausências, saber quantos indivíduos ocupa um mesmo lugar. O comportamento passa a ser vigiado e controlado, evitando, assim, os desvios de conduta. Nas aulas de Higiene e Educação Física nas primeiras

décadas do século XX, o professor, utilizando-se de técnicas, como a disciplina, consegue disciplinar o corpo dos discentes, inculcando hábitos higiênicos e corrigindo aqueles hábitos tidos como incorretos, movimentos imprecisos, práticas anti-higiênicas, como roer as unhas, não lavar as mãos após sair do banheiro ou antes das refeições, apresentar-se com o cabelo, o fardamento, os calçados, os ouvidos e os dentes sempre limpos. O aluno que não estivesse de acordo com essas normas era de imediato repreendido. Chama-se sua atenção através de métodos simples, como palavras e gestos. Nada deve escapar ao olhar disciplinador do professor.

Quando se trata do ensino de Educação Física no Brasil, durante as quatro primeiras décadas do século XX, oficiais do exército¹³ eram os responsáveis pela instrução dessa disciplina. Nesse período, a profissão de educador físico ainda não tinha sido regulamentada, tornando-se fato com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder nacional, no início da década de 1930. Tal fato contribuiu para que os militares exercessem significativo domínio sobre o campo da Educação Física, em parte do país, atuando em escolas públicas e particulares, ministrando aulas e ditando normas a serem seguidas via rigorosos métodos disciplinares.

Com a técnica disciplinar, os elementos são intercambiáveis, os sujeitos se definem de acordo com o lugar que ocupam na série, a disciplina é a arte de dispor em *fila*, “ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações” (FOUCAULT, 2010, p. 141). Essa técnica, ao ser utilizada em instituições como escolas, quartéis, hospitais, fábricas e asilos, facilita a observação, a vigilância e o controle dos sujeitos. Na *clausura*, ocorre o estabelecimento do espaço físico. Tomando a escola como exemplo, existe uma sala para cada tipo de atividade desenvolvida pelos discentes, uma ficha com a matrícula, indicando sua entrada e saída da escola, registrando seu desempenho ao longo do tempo de permanência na escola. A *fila* representa uma outra técnica de poder disciplinar. Através dela, o professor de Higiene e Educação Física observa e anota os mais íntimos detalhes do comportamento dos discentes, facilitando a sua correção. É possível vigiar as atitudes, os gestos e corrigi-los no ato de sua realização.

¹³ Até esse período, o Brasil ainda não possuía Universidades especializadas na formação de educadores físicos. Devido a esse fato, representantes do Exército acabaram assumindo a função de educadores físicos nas escolas brasileiras, em conformidade com a Divisão de Educação Física. Segundo Castro (1997, p. 10), “[...] em 1937, foi criada a Divisão de Educação Física (DEF), subordinada ao Departamento Nacional de Educação. Capanema escreveu em 19/4/37 uma carta ao ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, pedindo que indicasse um militar para dirigir o novo órgão. O indicado, major Barbosa Leite, [...] sugeriu a adoção de várias medidas, destacando-se um entendimento com o Ministério do Guerra para obter a ampliação das vagas para civis no curso da Escola de Educação Física do Exército, de modo a formar, em curto prazo, o maior número possível de professores de educação física para as escolas estaduais e municipais, com o objetivo de uniformizar o método em todo país”.

Com a *fila*, é possível ver quase tudo, sua distribuição facilita uma maior e melhor observação.

Foucault afirma que o poder está localizado por todo o corpo social e circula dentro do espaço escolar, da prisão, do hospital, da fábrica e do asilo. Não é apenas repressivo e negativo, ele é positivo e produtivo em sua essência. Seu caráter produtivo é uma de suas mais importantes características. É exercido em diferentes lugares, por diferentes sujeitos, não parte de um local fixo, ele é móvel, se movimenta em diferentes direções, por diversos caminhos, locais, é de difícil apreensão. Pode ser encontrado nas mais diferentes instâncias da sociedade, disseminado por toda estrutura social, pelos mais diferentes indivíduos. Quando se trata de uma escola, não está concentrado em mãos do diretor/a, do professor/a, do secretário/a, do aluno/a, mas de todos que fazem parte daquele universo tão complexo e dinâmico que conhecemos por escola. Acontece enquanto prática relacional entre os sujeitos e assim é exercido de forma constante. Não existe um titular que detenha controle sobre o poder.

Roberto Machado (2010), no texto “Por uma genealogia do poder”, introdução do livro “Microfísica do poder”, afirma que os poderes não se localizam em um determinado ponto da estrutura social, mas funciona como uma relação complexa de mecanismos e dispositivos a que nada e ninguém escapa, que não existe exterior possível, limites e/ou fronteiras. O autor continua dizendo que

Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação. E esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não possam ser feitas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder. Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de forças. E como onde há poder há resistência, não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social (MACHADO, 2010, p. 14).

Durante a realização das aulas de Higiene e Educação Física, a todo o momento, os discentes tinham seus corpos vigiados e controlados. Para Foucault, a vigilância é uma tecnologia de poder que incide sobre os corpos dos indivíduos, controlando seus gestos, suas atividades, sua aprendizagem, sua vida cotidiana. Ao percorrer os corredores das instituições escolares, é possível realizar uma vigilância geral e individual. O poder disciplinar tem por

objetivo maior o adestramento do corpo dos sujeitos. Desse modo, percebemos em nossas pesquisas que disciplinar e higienizar os discentes eram o principal discurso presente nas aulas de Higiene e Educação Física do *Instituto Pedagógico* e em outras instituições de ensino de Campina Grande, ao dispor aos seus discentes as práticas pedagógicas dessas disciplinas, de acordo com os preceitos de uma ordem social civilizatória que vigorava na época. Neste período, parte das escolas em funcionamento no país foram alvo do processo de medicalização e disciplinarização dos corpos dos sujeitos. O saber médico-higienista adentrou os espaços escolares ditando normas de conduta e comportamento, medicalizando e disciplinando os corpos dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Outros diálogos historiográficos: Cultura Escolar, Cultura Física e Cultura do Corpo

No que diz respeito à historiografia, existem alguns trabalhos em história e áreas afins que podem ser utilizados como suporte para melhor analisar a circulação do ensino de Higiene e Educação Física no *Instituto Pedagógico*, o que legitima essa dissertação no campo da História. Desse modo, no início do século XX, os brasileiros presenciaram a circulação de uma *cultura escolar*, “as crianças tornam-se alvo de uma permanente tentativa de controle de seus movimentos nos espaços e tempos escolares” (VAGO, 2002, p. 125).

Por parte dos responsáveis pela administração escolar, foram muitas as tentativas de encontrar o modelo ideal de disciplina das crianças. Tarcísio Mauro Vago (2002), em seu livro “Cultura Escolar, Cultivo de Corpos”, discute o conceito de *cultura escolar* referindo-se a um conjunto de saberes, normas e práticas transmitidas e incorporadas de acordo com diferentes objetivos escolares, demonstrando como as instituições promoviam a prática da Educação Física das crianças.

A construção de um corpo robusto e sadio era um dos muitos benefícios proporcionados pela prática da Educação Física, que, aliada ao ensino de Higiene, remodelava e transformava corpos até então raquíticos, débeis, mal desenvolvidos, sem higiene, ou seja, aqueles considerados, perante a sociedade, sem capacidades físicas e higiênicas, em corpos potencialmente produtivos.

Aqui compreendemos a noção de *cultura escolar* também na perspectiva elaborada por Dominique Julia (2001), sendo descrita como um conjunto de normas que definem os conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar um conjunto de práticas que permitem a transmissão de conhecimentos e a incorporação de comportamentos. Dessa forma, podemos

descrever a *cultura escolar* enquanto um conjunto de “normas” que definem conhecimentos a serem ensinados e condutas a serem inculcadas, um conjunto de práticas que permitem a transmissão de conhecimentos e a incorporação de comportamentos. Ainda no tocante à *cultura escolar*, é preciso também compreender “as culturas infantis (no sentido antropológico do termo), que se desenvolvem nos pátios de recreio e o afastamento que apresentam em relação às culturas familiares” (JULIA, 2001, p. 11).

Nas pesquisas que realizamos sobre a circulação do ensino de Higiene e Educação Física nas primeiras décadas do século XX, foi o livro “Educando corpos criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo (2009)”, do historiador Maurício Parada, que nos instigou a mergulhar em outros livros e textos que tratam da história da Educação Física em âmbito nacional, estadual e local.

Ao pesquisarmos a História da Educação em Campina Grande no início do século XX, percebemos que a historiografia local era carente quando se tratava de pesquisas que tratassem de temas ligados ao ensino de Higiene e Educação Física. Um dos primeiros trabalhos de cunho historiográfico que temos registro, que abordou essa temática localmente foi o nossa monografia de conclusão do curso de História da UFCG, intitulada “Cultura física”: o ensino de Educação Física no *Instituto Pedagógico* – Campina Grande – PB (Década de 1930)”, que teve como objetivo analisar os discursos que circularam no *Instituto Pedagógico*, abordando a implantação do ensino de Educação Física na cidade de Campina Grande, como parte de um processo chamado medicalização e disciplinarização do espaço escolar e dos corpos das crianças.

Ao abordar à história dessa disciplina na Paraíba¹⁴, Azemar dos Santos Soares Júnior¹⁵ vem dedicando parte de suas pesquisas à análise do tema no início do século XX, na capital do Estado, como parte de um programa de divulgação da eugenia, uma doutrina ligada ao higienismo. “O melhoramento do corpo e a segurança da saúde eram o tema da ordem do dia, um debate que disciplinava parte da população” (SOARES JÚNIOR, 2012, p. 8). O autor

¹⁴ Até 1930, a capital do Estado, hoje de nome João Pessoa, se chamava *Parahyba*. A mudança de nome para João Pessoa se deve à morte do político e governador do Estado em 1930, João Pessoa. Uma série de manifestações realizadas por intelectuais, políticos e populares contribuíram para que a cidade tivesse seu nome mudado para João Pessoa em homenagem ao governador do Estado, nome esse que permanece até os dias atuais.

¹⁵ Entre os trabalhos publicados pelo historiador Azemar dos Santos Soares Júnior, que trata do ensino de Educação Física na Paraíba no início do século XX, podemos citar os seguintes: “Corpos Hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912 – 1924)”. “Santuário da Saúde: Corpo e Educação *Physica* na Paraíba no Início do Século XX”. “Corpos robustos: *Hygiene* e Educação *Physica* nas escolas da cidade da *Parahyba* (1913-1924)”. “Hábitos sadios: modelação de corpos e mentes nas escolas da Paraíba (1937-1945)”. “*Physicamente* vigorosos: medicalização escolar e modelação de corpos na Paraíba (1913-1942)”.

coloca as atividades físicas como pertencendo às normas de civilidade, princípio de educação inculcado nas escolas e fora delas. O corpo saudável rompia os limites dos ensinamentos de asseio corporal. “Ela invadiu a legislação escolar, fez nascer clubes esportivos, despertou o interesse de homens e mulheres e traçou um novo modelo de corpo capaz de ensinar modos de olhar e de preferir” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 127). O ensino de Higiene e Educação Física ganhou espaço de destaque nas escolas, não só da capital paraibana, como também no *Instituto Pedagógico* em Campina Grande, fazendo parte de um mecanismo de poder e de um importante modelo de disciplina e de educação do corpo.

Nesse contexto, a escola passa a ter um papel fundamental na educação do corpo, preparando sujeitos fisicamente e, moralmente, produtores de saberes e poderes. A escola fornece uma educação suficientemente eficiente na produção de corpos capazes de expressar e exibir os signos, as normas e as marcas corporais da sociedade industrial. O corpo ideal a ser produzido era aquele retilíneo, vigoroso, elegante, delicado e comedido nos gestos, traduzindo seu pertencimento à burguesia da época.

Do outro lado, um corpo volumoso, indócil, desmedido, fanfarrão e excessivo era representado como sendo inferior ao que se buscava e desejava produzir. “Lembre-nos: um corpo não é só um corpo. É, ainda, o conjunto de signos que compõe sua produção” (GOELLNER, 2013, p. 39). A Higiene e Educação Física, por meio da exercitação e higienização corporal, educa os gestos, as atitudes, os movimentos, os sentimentos e o comportamento de homens e mulheres. A prática de exercícios físicos na escola contribui para a correção corporal dos alunos/as, educando gestos e comportamentos, inculcando hábitos saudáveis e evitando os desvios de conduta. É um poderoso instrumento de educação do corpo.

O corpo é algo produzido na e pela cultura. O corpo é uma construção onde são atribuídas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais e étnicos. “O corpo é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura, bem como suas leis, seus códigos morais, as representações que cria sobre os corpos, os discursos que sobre ele produz e reproduz” (GOELLNER, 2013, p. 30).

Conforme Pietra Diwan (2013, p. 120), as pesquisas que têm como objeto de análise a História do Corpo vêm contribuindo para que ocorra a compreensão de processos históricos vinculados ao corpo, valorizando-o como objeto de análise histórica. Os historiadores que trabalham nessa perspectiva histórica procuram entender, historicamente, a prática de consumo, a moda, a concepção de normalidade e a importância dada à aparência. Nessa linha

de raciocínio, os hábitos higiênicos e os exercícios físicos têm a função de regenerar fisicamente o corpo dos indivíduos.

Nesta dissertação, nos utilizamos do ensino de Higiene e Educação Física que circulou no Instituto Pedagógico entre os anos de 1931 e 1942, a fim de compreender de que maneira ocorria a educação do corpo de meninos e meninas, para atender uma ordem social civilizatória, a partir dos preceitos médico-higienistas. Nessa empreitada historiográfica, entendemos o corpo como “algo plural”, dinâmico, em constante mudança e em transformação. enxergamos o corpo como um documento vivo, repleto de variados significados: “sua história não para de ser recriada” (GOELLNER, 2013, p. 120).

Surgem inúmeras possibilidades de se pensar e abordar o corpo. Escrever uma história nesta perspectiva torna-se um trabalho vasto e arriscado. São incontáveis os caminhos e numerosas as formas de abordagem. Por meio da medicina, da antropologia e da moda há inúmeras maneiras de se conhecer o corpo, assim como possibilidades inéditas de estranhá-lo (SANT’ANNA, 2006).

Com o livro “Educação Física: raízes europeias e Brasil” (2004), Carmen Soares realiza uma História Social da Educação Física no Brasil. Segundo a autora, por meio da Educação Física como disciplinadora de corpos e de vontades e divulgadora da saúde física, os médicos higienistas, nas primeiras décadas do século XX, passam a trabalhar na busca de controle da população brasileira, em nome da saúde, da ordem e do progresso político e social.

As matérias de Higiene e a Educação Física foram pensadas e divulgadas pelos médicos higienistas, tendo por base as ciências biológicas. A moral burguesa, que integrou diferentes modos de procedimentos disciplinares dos corpos e mentes, precisa a nova ordem capitalista em formação, produzindo a figura do novo trabalhador industrial, adequado às novas demandas do mundo capitalista, ao trabalho braçal na grande indústria, ou seja, um trabalhador disciplinado, higienizado, produtivo, moralizado e fisicamente ágil. Isso também se estendia ao serviço militar, que requeria um soldado mais ágil, hábil no manejo de armas e fisicamente mais resistente. Por meio de exercícios físicos, era possível a obtenção de um corpo higienizado, disciplinado, produtivo, ágil e resistente, capaz de suportar a labuta diária no trabalho na indústria ou nas atividades militares.

A Educação Física foi utilizada pelos médicos higienistas como instrumento de aprimoramento da saúde física e moral, através das ideias eugênicas de regeneração e purificação da raça. Protagonizou um corpo saudável, robusto, disciplinado, de uma sociedade asséptica, limpa, ordenada e moralizada, assim como pregava os padrões higiênicos de

conteúdo burguês (SOARES, 2004). O ensino de Educação Física funcionava como a receita, o remédio para a cura dos males que assolavam parte da população brasileira.

Segundo Castro (1997), a Educação Física no Brasil possui relação com a experiência francesa na área, os militares brasileiros desenvolveram papéis semelhantes aos da França. O Brasil, no ano de 1921, aprovou o “Regulamento de Instrução Militar”, vinculado ao Exército de acordo com o *Projeto Francês*, sob a influência da Missão Militar Francesa, que, há pouco tempo, havia chegado ao Brasil. Em 1922, o Ministério da Guerra criou o Centro Militar de Educação Física, com o intuito de “dirigir, coordenar e difundir o novo método de educação física e suas aplicações desportivas” (CASTRO, 1997, p.5).

Castellani Filho (1988), afirma que o ensino de Educação Física que circulou nas escolas brasileiras, desde seu início no século XIX, foi compreendida enquanto um elemento importante para tornar os indivíduos fortes, saudáveis, na implementação do processo de desenvolvimento do país, que havia há pouco tempo saído de sua condição de colônia portuguesa e buscava construir um modo de vida próprio. Os militares não foram os únicos responsáveis por associar a Educação Física à Educação do Físico e à Saúde Corporal. Nessa empreitada, os médicos também passam a dispor de papel indispensável, pois, ao fazerem uso da medicina social de índole higiênica, interferiram no processo de organização da instituição familiar.

Entre as últimas décadas do século XIX e início do XX, a educação no Brasil passou a estar na ordem do dia. A escola passou a ser pensada a partir de múltiplos olhares. O estado investiu na construção de escolas arejadas, ventiladas, ambientes mais claros, onde a luz do sol e o vento pudessem ter acesso livre para possibilitar a educação do corpo nas aulas de Higiene e Educação Cívica, de Educação Física, dentre outras. A formação do homem integral passa a ser alvo de discursos que regulavam o comportamento dos indivíduos que estavam envolvidos no processo educacional (NASCIMENTO, 2013).

No *Instituto Pedagógico*, as aulas de Educação Física ocorriam separadamente. Havia um horário e lugar diferentes para meninos e meninas praticarem os exercícios físicos. Para Guacira Lopes Louro (2010), estudiosa brasileira do conceito de gênero¹⁶, o ensino de Educação Física nas escolas brasileiras transformou-se em uma das maneiras mais fáceis de

¹⁶ O conceito de gênero começou a ser utilizado no Brasil na década de 1980, disputando espaço com os estudos sobre a mulher.

separar genericamente os corpos masculino e feminino.¹⁷ Seguindo a mesma concepção de Louro (2010, p. 74),

A Educação Física parece ser, também, um palco privilegiado para manifestações de preocupação com relação à sexualidade das crianças. Ainda que tal preocupação esteja presente em todas as situações escolares, talvez ela se torne particularmente explícita numa área que está, constantemente, voltada para o domínio do corpo.

As “práticas corporais nas aulas de educação física é de fato um modo” particular de provocar a “construção escolar das diferenças”¹⁸ entre os gêneros masculino e feminino, tornando-se dessa forma uma maneira de se produzir a escolarização diferenciada dos corpos de meninos e meninas” (VAGO, 2010, p. 132) na escola.

As aulas de Educação Física eram ministradas, para os meninos, com a preocupação de formar os futuros soldados da Pátria, e para as meninas, com o objetivo de receberem noções básicas de comportamento perante a sociedade como mulheres de boa família, exemplo de filha, mulher e mãe, deixando transparecer aos demais os bons costumes que uma mulher de família tinha que dispor ao se vestir, comer, caminhar e ao falar em público. O que estava em causa era a defesa de uma sociedade que pregava a defesa da honra familiar acima de tudo e de todos. As matérias de Higiene e Educação Física foram introduzidas aos currículos das escolas brasileiras com o objetivo de tornar o corpo nacional ordeiro, limpo, higienizado, forte, belo e disciplinado.

No próximo tópico, apresentamos ao leitor a forma como pensamos e organizamos a exposição das fontes e o texto dissertativo. Para isso, destacamos, em um primeiro momento, quais foram as fontes e os locais de pesquisa que tivemos acesso ao longo de nossas investigações, buscando destacar também quais são os principais temas contidos nas páginas dos jornais e revistas analisados. Por fim, desenhemos como foram arquitetados os capítulos que compõem a presente dissertação.

Exposição das fontes e organização da dissertação

¹⁷ Para Guacira Lopes Louro “Uma história dessa disciplina, muito vinculada à Biologia e, então, a manutenção da saúde e da higiene, contribuiu para que aí fossem acionadas justificativas de ordem biológica (da ordem da “natureza”) para a separação das turmas femininas e masculinas” (LOURO, 2010, p.73).

¹⁸ Para Louro (2010), a separação entre os corpos masculino e feminino nas aulas de Educação Física foi uma das muitas formas encontradas de se produzir a “construção escolar das diferenças” na escola.

A partir do momento em que iniciamos nossas pesquisas em alguns arquivos do Estado, com o objetivo de investigar a circulação do ensino de Higiene e Educação Física no *Instituto Pedagógico*, entre os anos de 1931 e 1942, nos deparamos com uma diversidade de fontes que abordam em suas páginas o tema do ensino dessas duas matérias, o que nos exigiu muito esforço e dedicação na pesquisa documental. Foram muitos os arquivos e as fontes (jornais e revistas) por nós visitados ao longo dos últimos meses, na busca de informações que nos ajudassem a melhor compreender de que forma ocorriam as práticas disciplinares do corpo das crianças em idade escolar na Paraíba, nas primeiras décadas do século XX. No quadro abaixo, o leitor obtém informações a respeito dos principais locais de pesquisa e das fontes analisadas durante a pesquisa.

Quadro 1
Arquivos, bibliotecas consultadas e fontes analisadas.

Locais de pesquisa	Fontes analisadas
Arquivo da Fundação Espaço Cultural – FUNESC – João Pessoa – PB	Jornal A União; Leis e Decretos estaduais.
Biblioteca Municipal do Município de Esperança – PB	Exemplares do jornal A União dos anos de 1920 a 1940
Arquivo do <i>Instituto Pedagógico</i> atual Colégio Alfredo Dantas – CAD – Campina Grande – PB	Atestados médicos; Certificado de Educação Física; Certificados de exames de admissão; Boletins de alunos; Ofícios; Pronunciamentos de professores e autoridades políticas; Atas de reunião.
Biblioteca Atila de Almeida – Campina Grande – PB	Jornal A Imprensa; Evolução Jornal; Revista Evolução; Revista do Ensino da Paraíba; Revista Era Nova; Jornal Gazeta do Sertão; Jornal Voz da Borborema; Jornal A União.
Casa José Américo de Almeida – João Pessoa – PB	Jornal A União.
Acervo Bioca – Campina Grande – PB	Jornal de Campina; Jornal Brasil Novo; Almanaque Eu Sei Tudo; Evolução Jornal.
Site da Hemeroteca Digital – Rio de Janeiro	Revista O Cruzeiro.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor do texto.

Neste trabalho de busca e análise das fontes, compartilhamos das ideias de Albuquerque Júnior, expressas no livro “História: A arte de inventar o passado” (2007). De

acordo, com esse autor, o trabalho realizado pelo historiador assemelha-se a um trabalho artesanal, assim como o realizado pelo artesão, em seu constructo cotidiano no tecer de vários fios, que tem como resultado final uma colcha de retalhos. Quando, ao final de nossa narrativa historiográfica, aparece um corpo inteiriço e bem amarrado, é porque, ao final, escondemos as costuras, os chuleados, os nós, as laçadas que precisamos realizar ao longo do trabalho. Assim como uma artesã faz com uma blusa de tricô, nós, historiadores, precisamos incessantemente esconder e disfarçar em seu avesso os muitos percalços que aparecem ao longo da pesquisa, a exemplo da falta de fontes ou mesmo as fontes que não nos dizem o que tanto esperamos delas. Os dissabores, os contratempos, as horas em claro pensando ou discutindo o tema, transcrevendo e selecionando as fontes, pensando nas possibilidades de capítulos que irão compor o corpo do texto.

A narrativa histórica é uma tessitura, é obra da mão de quem a tece, é imaginação e habilidade de quem narra. A História não escreve a si mesma, os fatos não se impõem ao historiador como pura evidência da realidade. “Não podemos escrever a História sem documentos, nem sem as ferramentas que a cultura historiográfica nos proporciona, inclusive os conceitos” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 32). O fazer historiográfico se realiza com diálogos múltiplos, com conceitos, com fontes. O historiador é um caminhante, um nômade que transita por diferentes campos do conhecimento. A narrativa histórica é um trabalho artesanal, é um trabalho inventivo, é uma arte de inventar o passado.

Do ponto de vista metodológico, a Análise do Discurso nos tem auxiliado consultar as fontes enquanto um “documento-monumento” a ser problematizado. Segundo Foucault (1996, p. 9), “[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos”. Na análise discursiva, os historiadores buscam investigar quais as condições e possibilidades de existência de um determinado discurso, enunciado ou conjunto de enunciados. Os historiadores, ao se utilizarem da análise do discurso como procedimento metodológico, buscam investigar, “não o que está por trás dos textos e documentos, nem o que se queria dizer com aquilo, mas sim descrever quais são as condições de existência de um determinado discurso, enunciado ou conjunto de enunciados” (FISCHER, 2001, p. 25).

O trabalho do historiador se faz e ganha vida a partir da análise e consulta de documentos históricos. É uma das principais características desse profissional a visita à arquivos, em busca de rastros do passado deixados pelo homem. O historiador mantém uma relação de amor com os arquivos e documentos. Na opinião de Albuquerque Júnior (2013, p.

26), os documentos não falam, não pensam, não mostram, não demonstram, não desmentem, não desvelam, não resgatam, o “documento não diz nada que não seja através de uma outra voz, a voz de quem os consulta, os lê, os analisa, os recorta, os atribui sentido e significado”. O documento só ganha e passa a ter sentido e utilidade quando é interpelado pelo historiador. É nessa relação com esse “outro”, o historiador, que o documento passa a ter sentido e funcionalidade. O historiador é responsável por dar vida aos documentos, significado a sua existência, tornando-os humanos. “É o historiador que faz o movimento que se inicia no texto do documento e o liga a várias outras informações de que dispõe, a outros documentos, a outros relatos, memórias, a outras anotações para que o documento faça sentido” (ALBURQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 26).

Nas últimas décadas, de modo geral, as pesquisas envolvendo temáticas da História da Educação no Brasil têm ganhado fôlego entre os historiadores e pesquisadores de outras áreas das ciências humanas. Para isso, faz-se necessário o trabalho com fontes impressas, como jornais e revistas, e em outros casos, arquivos escolares, quando estes existem e se encontram à disposição para consulta. A pesquisadora Claudia Maria Petchak Zanlorenzi (2010, p. 64-65), destaca que ao utilizarmos de fontes impressas em pesquisas sobre temas da História da Educação, “o uso da imprensa possibilita ultrapassar os limites da pesquisa em História que privilegiam questões em detrimento de outras, ampliando assim os horizontes do conceito de fonte”. O historiador da Educação tem lançado olhares sobre uma grande variedade de fontes: jornais, revistas, atas, fotos, livros pontos etc. “Aproveitam da riqueza desse material para analisar o contexto educacional e as relações envolvidas nesse processo” (ZANLORENZI, 2010, p. 64-65).

Nas palavras de Tania Regina de Luca (2010, p. 111), até a década de 1970 no Brasil, especificamente falando, “era relativamente pequeno o número de trabalhos que se valia de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história do Brasil”. Com o passar dos anos, essa realidade foi ganhando novos contornos, e os jornais e revistas foram ganhando importância e relevância até então nunca antes vistas para a efetivação do trabalho historiográfico. Historiadores de diferentes ramos e interessados nos mais diversos temas foram seduzidos pelas possibilidades de pesquisa fornecidas pelos jornais e revistas.

Sob a influência exercida pela terceira geração da *Escola dos Annales*, ocorreu o alargamento do campo de preocupação dos historiadores, contribuindo para que ocorresse a renovação temática, notável nos títulos das novas pesquisas emergentes, que passaram a incluir novos temas de pesquisa, como “o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, os jovens e as crianças, as mulheres, aspectos do

cotidiano, enfim uma miríade de questões antes ausentes do território da História” (LUCA, 2010, p. 113). É pertinente acrescentar o tema da sexualidade, da higiene, da eugenia, da cultura escolar, das instituições disciplinares, do sorriso, da beleza, das vestimentas, dos esportes etc. Esses novos campos de pesquisa passaram a ser possível e viável através do aporte analítico proveniente de outras Ciências Humanas, a exemplo da Sociologia, da Psicanálise, da Antropologia, da Linguística, da Semiótica, da Pedagogia, da Medicina etc.

A consulta e análise de jornais e revistas foi outro contributo para a concretização e disseminação desses novos ramos/campos de pesquisa. A pesquisa em História da Educação também pode ser posta no campo dessas renovações. Sem o contributo de revistas e jornais, a pesquisa sobre a história de instituições de ensino, como o *Instituto Pedagógico* em Campina Grande, ficaria bem mais difícil, se não impossível.

A história do *Instituto Pedagógico* foi pensada e construída a partir da circulação de alguns veículos jornalísticos, alguns pensados e produzidos pela própria escola, como a *Revista Evolução*, o *Evolução Jornal* e o jornal *O Comercio de Campina*¹⁹. Esses impressos possuíam intenso trânsito. Neles, podemos encontrar artigos produzidos por médicos, ex-professores, professores, alunos, ex-alunos, escritos por interventores, notícias as mais diversas possíveis, matérias políticas, poesias e relatórios. Discussões sobre a cooperação de pais e professores na educação das crianças, a cobrança de mensalidades, conselhos higiênicos, perfis de normalistas, propagandas de produtos e festividades escolares. “Essa imprensa educacional tinha o objetivo de propagandear as ações realizadas pelo *Instituto Pedagógico*, que como uma escola particular divulgava sua modernidade pedagógica e os feitos de seu diretor Alfredo Dantas” (ANDRADE, 2014, p. 44. Grifo nosso).

Dentre esse conjunto de documentos, encontra-se os exemplares da *Revista Evolução*, que foi nossa guia nas pesquisas sobre o ensino de Higiene e Educação Física no *Instituto Pedagógico*.

‘Evolução’ mensageiro pedagógico, literato, noticioso e de interesses gerais, especialmente os de instrução”; que foi produzida pela direção do Instituto Pedagógico, formado pelo “diretor Alfredo Dantas de Góis; redator - gerente Heronides Campelo e a redatora - secretaria Teté Campelo”, entre os anos de 1931 e 1932 (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, nº 1, p. 4).

¹⁹ Em nossa escrita, optamos por não utilizar o jornal *O Comercio de Campina*, apesar de sabermos a importância que esse meio de comunicação possui ao retratar temas da História local. A escolha pela *Revista Evolução* e pelo *Evolução Jornal* se dá em virtude da recorrência de temas publicados em suas páginas relacionados à Higiene e à Educação Física.

Essa revista ficou conhecida por trazer em suas páginas diversos assuntos relacionados à história de Campina Grande e à cidades circunvizinhas, além de noticiar fatos e propagandas que tinham como tema a própria instituição de ensino. No primeiro número da *Revista Evolução*, aparece uma nota dos redatores com o título “A Nossa Revista”, que diz o seguinte:

Sendo a “Evolução” o reflexo pedagógico do Instituto Pedagógico e Escola Normal “João Pessoa”, sob a direção do espírito do grande combatente que é- Tenente Alfredo Dantas, pela causa da educação da mocidade campinense, todavia não se restringe a veicular ideia e fatos de seu exclusivo interesse. A sua finalidade é mais nobre agremiar inteligências cultas no intuito de coodenar esforços no apiário das letras (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, nº 1, p. 9).

“Em 1931, portanto, brindava a cidade com mais um serviço de comunicação e sociabilidade, a *Revista Evolução*, cujo primeiro número saiu em setembro daquele ano” (MELO, 2011, p. 3). Josemir Camilo de Melo destaca a importância da *Revista Evolução* para a sociedade campinense por discutir inúmeros temas sociais, políticos e culturais de destaque na cena política nacional e estadual da época. Outra característica da revista é a forma como a mesma homenageia, em suas capas, pessoas consideradas ilustres na cena estadual²⁰.

Outro veículo de comunicação idealizado pelos diretores do *Instituto Pedagógico* foi o *Evolução Jornal*²¹, que teve como principal finalidade o desenvolvimento intelectual dos discentes da instituição. Esse periódico se destacou por trazer em suas páginas uma gama de temas, como: o problema da mendicância; a epidemia de tifo na cidade como um grande mal ameaçador da saúde dos cidadãos campinenses; o problema do lixo acumulado em vias públicas; campanhas de vacinação contra doenças; matérias sobre a infância abandonada; despesas com o ensino; o ensino e as anuidades escolares das principais escolas localizadas na cidade; reportagens sobre o *Instituto Pedagógico*, sobre o Tenente Alfredo Dantas, sobre esportes e sobre centros de cultura, como o Cine-Capitólio. O periódico esteve atuante entre os anos de 1934 e 1936, não tendo vida muito longa, voltando a circular apenas no ano de

²⁰ Antenor Navarro, João Pessoa ex-governador do estado, o professor Clementino Procópio, o prefeito Lafaete Cavalcante, Dr. Arlindo Correia até então diretor do posto de higiene e profilaxia rural de Campina Grande, Dr. Severino Cruz diretor de higiene municipal, Heronides Mathias de Oliveira professora normalista da “Escola Normal João Pessoa” anexada ao *Instituto Pedagógico* e o professor José Batista de Melo diretor de ensino primário da Paraíba (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, nº 1, p. 7).

²¹ Periódico Independente e Noticioso: Redator-chefe: Olavo Bilac Cruz; Secretário: Orlando Santos; Tezoureiro: Elieser de Araújo; Gerente: Beatriz Saldanha; Redatores: Porphirio Catão; Iracema Marinho; Lourdes Melo; Javan Fialho; Euterpe Gusmão; Selma Suassuna; Lourdes Avides; José Brasil; Milton Coura; Itamar Cavalcanti; Fleury Soares (EVOLUÇÃO JORNAL, 1934, nº 1).

1958. Alguns de seus exemplares encontram-se no acervo da Biblioteca Átila de Almeida e do Museu Histórico de Campina Grande. No início de sua circulação, era produzido nas próprias salas do *Instituto Pedagógico*, possuindo assinatura avulsa de \$200 e anual de 3\$000, valores esses que demonstravam ter sido mais acessível pelo preço ao público do que a *Revista Evolução*. Após algum tempo, passou a ser composto e impresso na Livraria Moderna. Para Andrade (2014, p. 50-51), suas finalidades podem ser definidas a partir da passagem abaixo:

Damos, à luz da publicidade o EVOLUÇÃO JORNAL que se incorpora ao âmbito jornalístico desta gleba serrana. Com o fito sobranceiro de coadjuvar, sem veleidades e arroubos intelectuais, na cultura das boas letras, ele não terá outro escopo sinão o de cooperar, com eficácia, na formação espiritual dos que mourejamos sob o teto áureo do INSTITUTO PEDAGÓGICO – o educandário referto de glórias e tradições, cuja cimentação, cada vez rija e intangível, se torna indene à ação demolidora dos que vem tecendo em torno dele e com a nossa justa execração, sua odiosa campanha de descrédito. Coésos contra o montão de obstáculos que hão de surgir na porfia, máxime de caráter material, envidaremos, até, os maiores esforços no combate e na desobstrução aos menores impasses que eles não nos surpreenderão por que teremos, sempre, a alça da mira alerta e enquadrada, serena e corajosamente infatigável nesta tarefa farpada que vimos de encetar. Sem feição política, - o cancro contagioso que atrofia as nobres iniciativas e fonte, às vezes, da degradação moral de muitos – este noviço periódico da imprensa mirin será uma séara adubada pela nossa ingente vontade de galgar as cumiadas da vitória. A' nossa animação há-de consorciar, bem sabemos, a boa acolhida dos leitores (EVOLUÇÃO JORNAL, 1934).

A identidade pedagógica desse jornal é similar a dos outros impressos produzidos pelo *Instituto Pedagógico*, os contornos de um veículo jornalístico de propaganda da escola, mas também de temas relacionados a história da cidade (ANDRADE, 2014). Uma das matérias publicadas pelo *Evolução Jornal* que mais chama a atenção do pesquisador/leitor intitula-se “Os Problemas da Cidade”²². Nessa matéria, os redatores do jornal abordam inúmeros problemas enfrentados pela cidade de Campina Grande durante as primeiras décadas do século XX. Foi uma das formas encontradas para se questionar o provável progresso econômico, político e educacional que a cidade tinha ou vinha experimentando naquele momento histórico. Nessas matérias, os redatores falavam do estado caótico em que se encontravam as ruas cheias de lixo; falta de saneamento básico; falta de água encanada; falta de luz elétrica, violência, entre outros problemas urbanos.

Outra fonte que também serviu de suporte metodológico para a escrita desta dissertação foram os exemplares da *Revista do Ensino* da Paraíba, que se encontram

²² A matéria intitulada “Os Problemas da Cidade” publicada nas páginas do *Evolução Jornal*, podem ser encontradas em quase todos os exemplares do jornal, principalmente naqueles publicados durante a década de 1930.

disponíveis no acervo da Biblioteca Átila de Almeida. Essa revista foi criada pelo governo do Estado da Paraíba, de acordo com o Decreto Nº 287, de 18 de Maio de 1932, pelo Interventor Federal Interino do Estado Gratuliano da Costa Brito (REVISTA DO ENSINO, 1933). Entre os artigos publicados nas páginas deste periódico, notamos uma significativa importância atribuída ao ensino de Higiene e Educação Física. O foco era a instrução e orientação dos professores do Estado sobre como melhor instruir os discentes na sala de aula, inculcando hábitos sadios e corrigindo os desvios de conduta nocivos a uma vida moderna e civilizada. Em suas páginas, notamos uma série de orientações que dizem respeito à como o professor devia utilizar os livros didáticos, a legislação do ensino do Estado da Paraíba, como melhor ministrar e conduzir as aulas de Higiene, a realização da ginástica, a construção de gabinetes dentários, a escovação correta dos dentes, a higiene dos alimentos, as vestimentas, os cabelos, as unhas das mãos e dos pés, os prédios escolares; o problema do asseio, dos corredores, dos banheiros, das carteiras, dos materiais escolares, da iluminação das salas e de corredores, da ventilação e circulação de ar, da circulação no espaço escolar dos discursos médicos higienistas; a realização de eventos pedagógicos; temas relacionados ao movimento da Escola Nova; o ensino leigo; palestras de autoridades políticas e pedagógicas; homenagens ao ex-presidente do Estado João Pessoa; cultos de civismo e patriotismo. Esse periódico “Fez formação de professores. Revestiu-se do discurso de uma educação capaz de formar um cidadão saudável e defensor de sua pátria e em consonância com a ideologia da Era Vargas” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 25).

O jornal *A Imprensa* foi um periódico vinculado à Igreja Católica, que tinha como objetivo disciplinar a população aos moldes cristãos. “O que mais chamou a atenção nas publicações desse jornal foi a grande quantidade de informações ditas modernas sobre higiene e educação física, especialmente porque na Paraíba pertence o pioneirismo dessas matérias às escolas católicas privadas” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 24). Os exemplares desse jornal aqui discutidos se encontram disponíveis para pesquisa no acervo da Biblioteca Átila de Almeida e no Arquivo da Cúria Metropolitana, localizado em João Pessoa – PB. Esse periódico também discutiu temas relacionados ao período de modernização de Campina Grande.

O jornal *A União* é um dos mais antigos meios de comunicação ainda em circulação na Paraíba. O estudo/análise desse periódico proporciona ao historiador a possibilidade de refletir sobre diversos temas de pesquisa: assuntos relacionados à política, à economia, à educação, à medicina etc. Quando nos reportamos às primeiras décadas do século XX, podemos perceber uma diversidade de discursos relacionados à questões sobre as práticas médico-higienistas, eugenistas dos cidadãos, os maus hábitos dos populares, sobre a maneira

correta de se comportar em espaços privados e públicos, sobre os discursos médicos odontológicos, voltados para as propagandas de creme dental, ensinando a população paraibana a maneira correta de realizar a escovação dos dentes para a obtenção de um sorriso limpo e higienicamente sadio; sobre doenças como a lepra e o medo de contaminação entre as pessoas; sobre a construção e investimento na melhoria de grupos escolares.

Esse jornal também foi responsável pela divulgação de discursos médicos alertando parte da população sobre o perigo de contágio de algumas doenças; anúncios de medicamentos para o fortalecimento do corpo de crianças e adultos; artigos dos médicos vindos da Capital Federal, fazendo circular o saber médico pedagógico; normas de conduta na maneira de falar, gesticular, alimentar-se, vestir-se; proibições e permissões; relatórios de saúde pública; construção de leprosários e hospitais, casas de saúde; de avenidas e escolas; melhoramentos urbanos em João Pessoa e Campina Grande; realização de concursos; formaturas de professoras normalistas; nomeações de fiscais sanitários; matérias sobre o ensino de Higiene e Educação Física como fator de fortalecimento, higienização, disciplinarização e civilização das crianças. Esse jornal, sendo o principal divulgador das ideias do poder político local, “possibilitou proferir o discurso daqueles que estavam diretamente ligados ao poder local, facilitando a percepção dos interesses políticos, a composição de projetos dos diversos campos, dentre outros” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 23).

Além das fontes citadas acima, outras foram de grande importância para a realização desta pesquisa, a exemplo da revista *O Cruzeiro*, do *Almanaque Eu Sei Tudo*, dos jornais *O Educador*, *Brasil Novo e Voz da Borborema*. Também se destacam por abordarem em suas páginas temas envolvendo a alimentação infantil, saúde, higiene do corpo, saúde bucal, eugenia, economia, política, educação, história de Campina Grande, brinquedos pedagógicos, Educação Física para crianças e para as mulheres e esportes. Entre os temas que merecem destaque nessas fontes, podemos citar o ensino de Higiene e Educação Física nas primeiras décadas do século XX enquanto fator de saúde, de desenvolvimento físico e de disciplina para os corpos.

Outra fonte de imprescindível importância para a escrita de nosso trabalho é o *Acervo do Instituto Pedagógico*. Hoje, parte desse acervo se encontra disponível para pesquisa no LABINFO, na UFCG. Tivemos acesso à parte dessa documentação graças aos esforços dos historiadores Iranilson Buriti de Oliveira, Vivian Galdino de Andrade e Regina Coelli Gomes Nascimento, que recolheram e deram um novo destino à documentação que se encontrava em péssimas condições de armazenamento, jogada em uma sala que dá acesso à quadra de esporte

do atual *Colégio Alfredo Dantas – CAD*, “anos e mais anos, registrados em documentos oficiais da instituição que estavam lá, pouco a pouco, se deteriorando no tempo” (ANDRADE, 2014, p. 42). Hoje, parte desse acervo, se encontra digitalizada, o que possibilita e facilita a realização de futuras pesquisas abordando outros temas da *cultura escolar do Instituto Pedagógico*.

Esse acervo possibilita uma grande oportunidade de estudo por parte dos historiadores que buscam compreender a história dessa instituição de ensino, que teve significativa importância na formação intelectual de parte da população de Campina Grande nas primeiras décadas do século XX, no que concerne uma “modernidade pedagógica”, assim compreendida de acordo com as formulações de Vivian Galdino de Andrade, em sua tese de doutorado intitulada “Alfabetizando os “filhos da rainha” para a civilidade/modernidade: o Instituto Pedagógico em Campina Grande – PB (1919-1942)”, que analisa o papel desempenhado pela instituição escolar e seus sujeitos dentro do projeto de modernização da cidade, tendo como recorte cronológico os anos de 1919 e 1942, ano de criação da instituição e o período em que o Tenente Alfredo Dantas permaneceu à frente da administração da referida instituição de ensino. Entre os objetivos apresentados por Andrade (2014), podemos citar o de apresentar a escola como uma das instituições responsáveis por gerar na cidade uma sensibilidade moderna, educando e civilizando os sujeitos aos moldes de uma urbe em “progresso”.

Nesse acervo, o pesquisador pode encontrar uma grande variedade de temas e assuntos relacionados ao cotidiano da instituição, como fichas de matrículas de alunos, de professores, relatórios de inspetores, atestados médicos, atestados de vacinação antivariólica, diplomas de formatura de professoras normalistas, certificados de conclusão de curso, de aprovação em exames de admissão, certificados de Educação Física, fichas com notas e frequência de alunos (as), atas de reuniões, correspondências trocadas entre professores e diretores com outras autoridades. São exemplos de fontes que nos possibilitam compreender diferentes aspectos da *cultura escolar do Instituto Pedagógico*.

Os discursos proferidos por professores, alunos, funcionários, autoridades locais e nacionais têm representações diversas relativamente à escola e expressam-na de formas diversificadas (MOGARRO, 2005, p. 77). O arquivo escolar ocupa um lugar de referência sobre o universo das instituições educativas, possibilita, ao historiador, uma melhor compreensão das diferentes práticas educativas. São múltiplos os documentos que dão suporte e formam um arquivo escolar.

Após essa breve incursão pelo fazer historiográfico e pela relação estabelecida pelo historiador no trato das fontes, entendemos que é dever do pesquisador compreender as

circunstâncias, o local, à época e em que relações de poder e saber circularam os discursos contidos nas páginas de tais fontes. Para Albuquerque Júnior (2011, p. 239), se um dado discurso foi publicado num dado veículo de comunicação, é fundamental nos perguntamos por que isso ocorreu, a que redes de poder e de interesses está ligado esse órgão de comunicação e que relações mantêm com o autor do discurso, até porque “Os discursos que nos chegam vêm condicionados pelas instituições que os produziram e os guardaram ou acolheram [...] Nenhum discurso que chegou até nós foi guardado inocentemente, por acaso” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 239).

Albuquerque Júnior propõe uma análise do discurso “externa” e “interna” no tratamento das fontes. Segundo o autor “Tanto uma quanto a outra vão em busca das marcas de historicidade, das marcas que a temporalidade particular em que foram produzidos deixou nesses discursos, pois essa é a tarefa precípua do trabalho do historiador” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 236).

Na análise “externa”, cabe ao pesquisador ficar atento para a datação e a localização espacial, para a autoria, para o momento histórico, para as circunstâncias em que o discurso veio à luz, para a situação e para os objetivos com que foram emitidos. Ao se utilizar de jornais, revistas e acervo escolar como fontes históricas, o historiador deve atentar para as condições em que as mesmas emergiram em meio à sociedade, discutindo importantes temas ligados à política, às questões sociais, econômicas, culturais e educacionais.

Na análise “interna”, o historiador tem que atentar que “O discurso não é transparente, não é uma lente ou um espelho através do qual vemos o que está fora ou para além dele simplesmente” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 237). Então, os textos e as imagens publicados nas e pelas fontes têm que ser investigados atentando para sua espessura, sua existência, regras de constituição e de produção, uma estrutura interna que precisa ser vista e analisada. Nesse caso, ao pesquisarmos a circulação do ensino de Higiene e Educação Física no Instituto Pedagógico entre os anos de 1931 e 1942, foi indispensável o trabalho com documentos impressos, como revistas, jornais e acervo escolar que publicaram em suas páginas notícias, referindo-se ao ensino de Higiene e Educação Física, fazendo parte de um processo chamado medicalização, militarização e disciplina dos corpos dos sujeitos.

A partir desse cruzamento envolvendo diálogos teóricos, bibliográficos e historiográficos, construímos nosso objeto de estudo, intitulado “‘Cultura *physica* para a família campinense’: Higiene e Educação Física no *Instituto Pedagógico* – Campina Grande – PB (1931 – 1942)”. Com isso, apresentamos ao leitor, a forma como pensamos e organizamos a escrita/estruturação de nosso texto, que tem como objetivo principal discutir o modelo do

ensino de Higiene e Educação Física que circulou no *Instituto Pedagógico* entre os anos de 1931 e 1942, considerando o ideal de civilização, medicalização e disciplinarização para os corpos. Os capítulos que compõem a estruturação dessa dissertação foram nomeados de **movimentos**, fazendo uma analogia à prática de exercícios físicos e cuidados com o corpo.

No **I movimento**, intitulamos de: “‘Formar uma raça sã e robusta’: O *Instituto Pedagógico* uma escola civilizada/moderna à serviço da educação da mocidade campinense”. Nesse capítulo, analisamos a circulação do ensino de Higiene e Educação Física no *Instituto Pedagógico*, entre os anos de 1931 e 1942, de acordo com o discurso médico-higienista e militarista em voga na época. Dividimos o capítulo em três tópicos: no primeiro, batizado de: “A higienização do corpo e o aprendizado da Educação Física”, problematizamos como essa instituição de ensino adquiriu, nas primeiras décadas do século XX, renome e prestígio em Campina Grande, educando, medicalizando e disciplinando os corpos dos sujeitos. A escola foi a responsável por instituir na cidade uma modernidade pedagógica; no segundo tópico, intitulado de: “‘A escola só recebe *alumnos* limpos’: Higiene Escolar e a modelação de corpos saudáveis”, analisamos a circulação do ensino de Higiene e as práticas médico-pedagógicas entre as décadas de 1930 e 1940, para a produção de um modelo de ensino hígido, que buscou tornar o corpo dos discentes higiênicos e disciplinados; em seguida, no último tópico, intitulado de: “‘*Physicamente aptos* para a sua missão’: a Educação *Physica* como modeladora de corpos higiênicos e *physicamente* vigorosos”, investigamos a circulação do ensino de Educação Física, buscando perceber como o corpo das crianças foram alvo de uma série de discursos médicos, que tiveram por objetivo, torná-las *physicamente* vigorosas, através da prática de exercícios físicos. Também veremos como nas primeiras décadas do século XX, o ensino desta disciplina, ganhou importância fundamental nos discursos educacionais como um dos principais fatores para a regeneração e revigoração físico do corpo dos sujeitos.

No **II movimento**, optamos por nomeá-lo de: “‘Rigorosamente dosados’: dispositivos pedagógicos para uma educação higiênica e física para o corpo”. Nesse capítulo, especificamente, discutimos sobre a circulação de alguns dispositivos pedagógicos para uma educação higiênica e física para o corpo, como os jogos, as atividades recreativas e a alimentação fizeram parte das preocupações vigentes no ensino de Higiene e Educação Física, direcionados (as) a produção de um corpo saudável e robusto no *Instituto Pedagógico*, entre os anos de 1931 e 1942, fazendo parte do processo de medicalização e disciplinarização do espaço escolar e dos corpos sujeitos, atendendo à ordem social civilizatória em voga na época. Com isso, analisamos alguns artigos publicados pelos veículos de comunicação local e

estadual, que fazem referência ao ensino de Higiene e Educação Física, para a produção de um corpo saudável e disciplinado; em seguida, no primeiro tópico, passamos as: “Regras *hygienicas* para ter saúde e alegria’: *hygiene* e alimentação para a produção de um corpo saudável e vigoroso”, apresentando ao leitor, a importância que a alimentação materna e os alimentos industrializados tiveram para a sociedade brasileira das primeiras décadas do século XX, como fator de saúde, alegria e bem está físico das crianças. Esse foi o momento em que os produtos industrializados, como os fabricados pela indústria alimentícia da *Nestlé*, começaram a ganhar importância na alimentação das crianças brasileiras, prometendo inúmeros benefícios. Em algumas fontes consultadas, percebemos que o problema da falta de alimentação ou a má alimentação das crianças fazia parte das preocupações da sociedade campinense neste período. O jornal *Voz da Borborema*, fez circular em suas páginas o tema como sendo de urgência e de grande importância.

No segundo tópico: “O valor educativo dos brinquedos’: as aulas de educação física como espaço e tempo de recreação”, problematizamos, a partir da análise de fontes como a *Revista Evolução*, *Revista do Ensino* da Paraíba e do jornal *Voz da Borborema*, o valor educativo atribuído aos brinquedos. Os jogos e brincadeiras foram utilizados pelos professores como meio de tornar as aulas de Educação Física mais agradáveis e dinâmicas, buscando se distanciar dos métodos mais tradicionalistas de ensino.

O terceiro tópico: “Do regimento escolar’: a arte das proibições e punições”, versa sobre o regimento escolar do *Instituto Pedagógico* e sobre as permissões e proibições destinadas ao corpo discente. O quarto e último tópico, intitulamos de o: “Centro *Sportivo* 243’: um exemplo de exaltação à cultura *physica*”, analisamos, com base nas fontes, a exemplo do jornal *A União* e do *Evolução Jornal*, a divulgação de uma *cultura física* no Centro de Instrução Militar 243.

O **III movimento**, intitulamos de: “Agir com presteza’: o conceito de cultura física no *Instituto Pedagógico*”. O primeiro tópico, direcionamos nosso olhar para os textos produzidos pela professora Francisquinha Amorim, na imprensa de Campina Grande, durante a década de 1930, que versam sobre a circulação de uma *cultura física*. No segundo tópico intitulado de “Fortaleça-se para vencer’: o ensino de Educação Física e a diferenciação das práticas esportivas entre os gêneros” buscamos compreender como as disciplinas de Higiene, Educação Física e as práticas esportivas diferenciavam-se entre os gêneros masculino e feminino. Analisamos como os exercícios físicos tiveram por objetivo deixar o corpo feminino forte, saudável, vigoroso e belo.

Por fim, ao leitor, deixo o convite para conhecer esses corpos medicalizados e disciplinados que as aulas de Higiene e Educação Física do *Instituto Pedagógico* produziram durante os anos de 1931 e 1942, como forma de atender às necessidades de uma ordem social civilizatória, que desejava corpos limpos, ordeiros, saudáveis, vigorosos e belos.

I MOVIMENTO – “Formar uma raça sã e robusta”: O Instituto Pedagógico, uma escola civilizada/moderna à serviço da educação da mocidade campinense

Neste capítulo, apresentamos uma análise de como ocorreu à circulação do ensino de Higiene e Educação Física no *Instituto Pedagógico* entre os anos de 1931 e 1942, fazendo parte de um processo chamado medicalização e disciplinarização do espaço escolar e dos corpos das crianças, atendendo a uma ordem social civilizatória em voga na época. A higiene do corpo e os exercícios físicos eram o caminho a ser percorrido por quem desejava um corpo e uma mente fisicamente produtivo e harmonioso. O desenvolvimento intelectual contém relação direta com a formação física, e é nessa linha de raciocínio que os preceitos físicos eram vistos por quem desejava praticar atividades físicas nas primeiras décadas do século XX em Campina Grande - PB.

“O *Instituto pedagógico*, educandário modelar, estabelecimento de ensino primário, secundário, normal, comercial e de instrução militar”, criado em 1919, pelo então Tenente Alfredo Dantas Correa de Góis, é uma das instituições particulares que surgiram na cidade de Campina Grande – PB, durante as primeiras décadas do século XX²³. Destaca-se por trazer em sua estrutura física os ideais de modernidade. Segundo Marshall Berman, a história da modernidade está dividida em três fases, a saber: a primeira se estende do início do século XVI ao final do XVIII. Esse é o momento em que as pessoas começam a experimentar a vida moderna: “mal fazem ideia do que as atingiu. Elas tateiam, desesperadamente, mas em estado de semicegueira, no enalço de um vocabulário adequado; tem pouco ou nenhum senso de um público ou comunidade moderna, dentro da qual seus julgamentos e esperanças pudessem ser compartilhados” (BERMAN, 1986, p. 16).

²³ A partir da década de 1920, a ensino em Campina Grande passou por uma intensa transformação. Ocorre a inauguração do *Colégio Paroquial da Imaculada Conceição*, que se manteve ativo entre os anos de 1920 e 1923, sob a responsabilidade do professor Jorge Muniz. Em 1921, do *Instituto Olavo Bilac*, na rua da Floresta, pelo professor e poeta Mauro Luna, e do *Collège Condorcet*, de Hortêncio Ribeiro. Em 1924, é inaugurado o *Grupo Escolar Sólon de Lucena*, obra do Governo do Estado, o primeiro grupo estadual de Campina Grande (cf. GAUDÊNCIO, 2008, p. 7). Na década de 1930, a educação da cidade continuou vivenciando significativas transformações. Neste momento, são inaugurados os colégios particulares ligados às ordens religiosas. O uso da palmatória, até então bastante comum e utilizado na educação da mocidade campinense, começa, aos poucos a ser extinto; os novos colégios adotaram métodos educativos mais modernos, como a exigência de um único professor para cada disciplina, a construção de prédios mais espaçosos e higiênicos e a introdução das disciplinas de Higiene e Educação Física no currículo escolar. Foram propostas pedagógicas consideradas modernas. O primeiro colégio a ser criado sob as ordens religiosas foi o *Colégio Imaculada Conceição*, em março de 1931 (*Colégio das Damas*, na época, com o ensino exclusivo para o sexo feminino). Em abril do mesmo ano, é inaugurado, por iniciativa do vigário José Delgado, o *Colégio Diocesano Pio XI*, na Igreja Matriz - hoje a Catedral da cidade. No ano de 1932, esse educandário é transferido para a Rua João Pessoa (CÂMARA, 1947, p. 87 - 93).

Segundo Berman, a segunda fase tem início com a grande onda revolucionária que atingiu a década de 1790. A partir do desencadeamento dos eventos que levaram à Revolução Francesa e suas “reverberações”, emerge, em meio à sociedade, de “maneira abrupta e dramática, um grande e moderno público”. Esse novo público divide o sentimento de estar vivendo uma era revolucionária, uma era marcada por explosivas convulsões mais diferentes níveis da vida pessoal, social e política. Com isso, “o público moderno do século XIX ainda se lembra do que é viver, material e espiritualmente, em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro” (BERMAN, 1986, p. 16). A ideia de modernismo e modernização surge dessa dicotomia ou sensação de viver em dois mundos diferentes. A terceira fase da história da modernidade ocorre nas primeiras décadas do século XX. A partir desse século, o processo de modernização se alarga de forma a abarcar “o mundo todo”: “a cultura mundial do modernismo em desenvolvimento atinge espetaculares triunfos na arte e no pensamento”. À medida que se vai expandindo, o público moderno “se multiplica em uma multidão de fragmentos, que falam linguagens incomensuravelmente confidenciais”.

A criação do *Instituto Pedagógico* ocorreu em meio às transformações que marcaram a terceira fase da história da modernidade, explicitada por Marshall Berman (1986). Localizado na Rua Barão do Abiaí, no centro da cidade, com ensino destinado para o primário e para o secundário, com educadores de ambos os gêneros, e composto de duas cadeiras oferecidas por seus fundadores: o Tenente Alfredo Dantas e sua enteada, a professora normalista Ester de Azevedo. “Em maio de 1924, foi o educandário transferido para um novo prédio edificado, previamente, pelo mesmo educador, adaptado as condições higiênicas e pedagógicas, situado à mesma rua, n. 327, hoje, “Internato” do referido Instituto” (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, nº 1, p. 7). Remobiliado, foi dotado de mobiliário escolar, material didático e pedagógico. A estrutura arquitetônica atendia aos modernos preceitos médico-higienistas em voga no período. Essa associação entre arquitetura e discurso médico fazia “parte das inovações de uma modernidade pedagógica exigida na época” (ANDRADE, 2014, p. 161).

Em 1928, “já então, declarado *Instituto Pedagógico*, de “utilidade pública”, pelo Conselho Municipal local, atentas, não só às necessidades do ambiente, mas, ainda, à largueza de vistas do Prefeito de antanho, Coronel Ernani Lauritzen”, a escola passa a ser provida de material escolar, preenchendo a utilidade de fornecer a seus discentes um ensino de qualidade. É ainda neste período que são criados os cursos “Normal, técnico Comercial” (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, nº 1, p. 7).

Em 1929, o governo do Estado, através do Decreto de n. 1615, de 9 do mês de Dezembro, equiparou o *Instituto Pedagógico* “nas prerrogativas da Escola Normal Oficial do

Estado” (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, nº 1, p. 7), passando a funcionar em um vasto prédio da municipalidade local²⁴. Para atender à crescente demanda de ensino da população campinense do período, o *Instituto Pedagógico* passou a funcionar em dois modernos e espaçosos prédios. Na Rua Barão do Abiahy nº 327, funcionava o prédio do *Internato*, e na Rua Marquez do Herval nº 39, se encontrava a sede da “Escola Normal João Pessoa”, onde funcionava o *Externato*. Ambos encontravam-se localizados em posições estratégicas em pleno centro de Campina Grande. Trata-se de dois modelos de escolas modernas. As duas imagens apresentadas abaixo é a representação do progresso educacional pelo qual se passava a cidade de Campina Grande, na década de 1930.

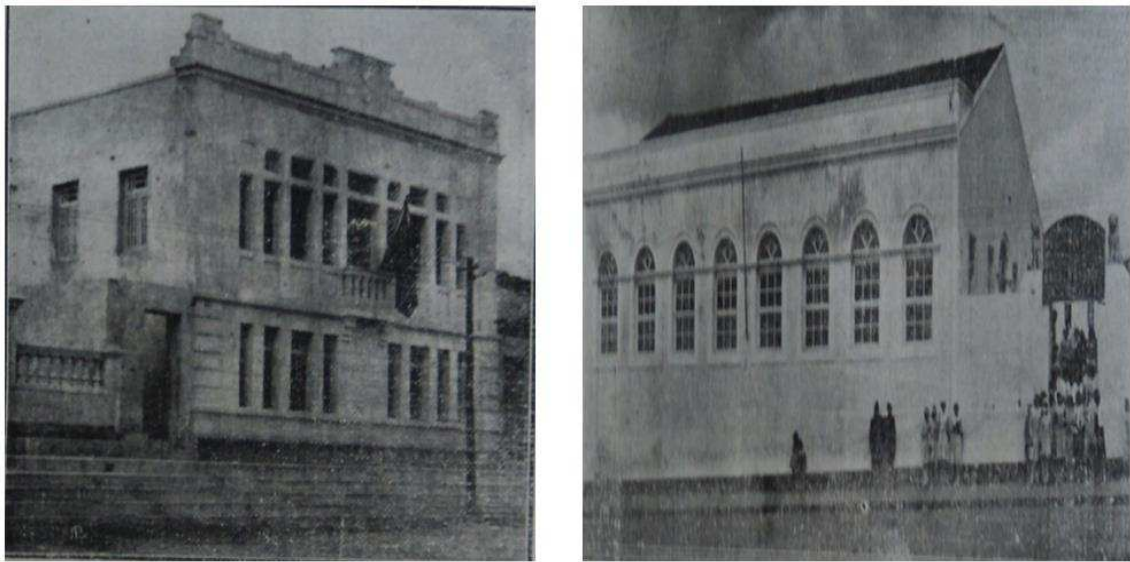


Figura 1: Parte frontal do *Internato* e *Externato* do *Instituto Pedagógico*.
Fonte: *Revista Evolução*, 1931, nº 1, p. 7-8.

A parte frontal do *Internato* e do *Externato* assemelhava-se à arquitetura predominante encontrada na fachada da maior parte dos edifícios escolares brasileiros no início do século XX: à *art déco*. Esse estilo arquitetônico fazia parte dos anseios de modernização das cidades brasileiras deste período. Em Campina Grande, o *Instituto Pedagógico* não fugiu a essa regra. O estilo imposto pela *art déco* representou o caminho mais fácil e rápido de ruptura com as formas tradicionais até então estabelecidas pela arquitetura, impondo um estilo mais higiênico, atendendo aos ditames de ritmos mais frenéticos, produtivistas e progressistas, de acordo com “o apelo consumista e os avanços técnico-científico do mundo moderno” (QUEIROZ, 2011, p. 113).

²⁴ Atualmente, o *Colégio Alfredo Dantas* notabiliza-se por ser “[...] a mais antiga escola de Campina Grande ainda em funcionamento” (ANDRADE, 2014, p. 153).

Entre os últimos anos da década de 1920 e o início da década de 1930, ocorre a ampliação de suas instalações e a fundação das “Escolas Anexas”, passando a funcionar a “Escola de Instrução Militar General Pamplona” (incorporada ao “Tiro de Guerra Nacional”), conhecida como “Escola de Tiro 243”, e o “Curso Comercial Propedêutico e Peritos Contadores”, “tornando-se o primeiro Estabelecimento Secundário que conferiu títulos técnicos profissionais no interior da Paraíba” (ANDRADE, 2012, p. 4). Em 1943, passa a se chamar *Ginásio Alfredo Dantas* (pela criação do curso ginasial), e em 1950, passa a ser conhecido pelo atual nome *Colégio Alfredo Dantas – CAD* (ANDRADE, 2014). Referindo-se às mudanças pelas quais a escola passou no início da década de 1930, Josemir Camilo de Melo afirma que

No começo dos anos de 1930, o *Instituto Pedagógico* deixava de ser uma mera escola local para o ensino do que hoje chamamos de fundamental básico (o curso “primário”, de então) para se estender ao ensino médio (curso ginasial) da população campinense e ser reconhecido de utilidade educacional em nível nacional. Era uma proposta moderna [...] (MELO, 2011, p. 3. Grifo nosso).

Com as mudanças pelas quais vinha passando o *Instituto*, este buscava se adequar às exigências de uma cidade moderna, atendendo às necessidades dos cidadãos que queriam ver seus filhos/as melhor instruídos/as. “Foi a primeira escola particular da cidade a ser referenciada com uma “modernidade pedagógica”, alfabetizando e profissionalizando os sujeitos” (ANDRADE, 2014, p. 8). Ao pesquisarmos o *Arquivo do Instituto Pedagógico*, deparamo-nos com o seguinte relatório elaborado pelo Inspetor Hildebrando Leal, datado de 1939, que traz algumas características arquitetônicas e aspectos do funcionamento da escola:

O colégio está inserido em três pavilhões, [...]. O primeiro, onde funcionam durante o dia, o curso normal e, á noite, o comercial, é de construção antiga mas convenientemente conservado. **Tem deficientes as condições de acústica porque são meias paredes as de separação de classe.** Há sete salas neste primeiro pavilhão, todas recebendo luz direta. Para fiscalização há um corredor interno aonde vêm ter todas as salas, a **excessão** de uma que deita diretamente para uma área livre. O material empregado em todos os pavilhões é tijolo, alvenaria de cal dosado, vigamento de madeira em tesoura, cobertura de telha vã. O pé direito mede quatro metros. Tem bom aspecto. O piso é em revestimento de cimento. O terreno é natural, elevado, pelo rebaixamento posterior do nível da via pública. **Há perfeito escoamento das águas, sendo o terreno na área livre suficientemente permeável.** No segundo pavilhão estão, em duas salas, a Secretaria e a Biblioteca. No terceiro pavilhão está instalado o curso primário em quatro salas bem dispostas, [...] todas com luz direta. Todo o edifício é térreo. Não há forro em nenhuma sala. A elevação do terreno criou a necessidade de duas pequenas escadas, uma de acesso ao primeiro e segundo pavilhões, de

quatro degraus, [...] outra de acesso ao terceiro pavilhão, de oito degraus, [...] (Relatório de Hildebrando Leal. ACERVO DO INSTITUTO PEDAGÓGICO, 1939. Grifos nosso).

Em seu relatório, o Inspetor Hildebrando é bastante esclarecedor a respeito dos problemas existentes na estrutura arquitetônica da escola. As paredes que separavam as classes eram responsáveis por causar os principais problemas de acústica. Possuía três pavilhões, onde funcionavam os cursos Normal e Comercial. Tratava-se de uma construção antiga, mas que disponibilizava a seus discentes e docentes um relativo conforto. No primeiro pavilhão, encontravam-se sete salas, recebendo luz do sol que incidia em seu interior, clareando o ambiente, tornando-o mais agradável e higiênico.

Para o discurso médico-higienista, a penetração de luz solar passou a ser sinal primordial de saúde, evitando a propagação de germes, fungos, insetos, como baratas, ratos, escorpiões etc. Em seu interior, ainda poderíamos encontrar um corredor reto, que dava acesso às salas de aula, o que vinha a facilitar a vigilância dos discentes. Funcionava como um poderoso dispositivo de vigilância que possibilitava observar e corrigir as falhas dos discentes.

Através da vigilância os docentes e demais responsáveis pela administração da escola, podiam corrigir os maus hábitos dos discentes, a exemplo de práticas como cuspir no chão, riscar as carteiras, folhear os livros com os dedos e depois colocá-los na boca, assoar o nariz sem lenço, entre outras. Podia-se também policiar os contatos indevidos entre os discentes dentro da própria sala de aula. À medida que os erros eram repreendidos, os acertos eram incentivados. Existia há épocas um poderoso “dispositivo disciplinar” (FOUCAULT, 2010). A própria estrutura arquitetônica do *Instituto* funcionava como a reguladora de possíveis desvios de conduta.

A arquitetura por si só educa, adentra, esquadrinha, higieniza e disciplina o corpo. Suas formas arquitetônicas, a disposição das salas, a construção de muros ao seu redor, os corredores que cortam seu interior e a disposição das carteiras em sala de aula são pontos essenciais para uma correta disciplina do corpo. Configura-se em um espaço ideal para a disseminação da disciplina (FOUCAULT, 2010). A construção do edifício do *Instituto Pedagógico* atendia aos preceitos de uma “moderna pedagogia”.

A arquitetura escolar funcionava também como um programa educador: “como um elemento do currículo invisível ou silencioso, ainda que ela seja, por si mesma, bem explícita ou manifesta” (ESCOLANO, 2001, p. 45). Nesse caso, a localização da escola, suas relações

com a ordem urbana das populações, o traçado arquitetônico do edifício, seus elementos simbólicos, sua decoração interior ou exterior respondem aos padrões sociais, culturais e pedagógicos que a criança que a frequenta aprende e internaliza. Nessa ótica, o espaço escolar tornar-se um importante “componente educativo” (GONDRA, 2004, p. 175).

A arquitetura do prédio do *Instituto Pedagógico* foi pensada com o objetivo de controlar os corpos dos sujeitos. “Por meio dele, a criança teria suas primeiras noções de conhecimento do próprio corpo, além da sua experiência imediata, a partir da experimentação das estruturas arquitetônicas” (PYKOSZ; OLIVEIRA, 2009, p. 149). Dentro das escolas, os movimentos das crianças eram vigiados, evitando contatos indesejáveis com os/as colegas. Os corredores, as salas de aula, o mobiliário escolar e o material didático cumpriam um papel determinante na maneira de educar, ler, escrever, sentar, exercitar, se mover e até mesmo de locomover-se no interior da sala de aula. Tudo chamava a atenção de inspetores/as, médicos/as e professores/as que, atentos aos movimentos das crianças, corrigiam-nas, evitando gestos indisciplinados.

A mobília escolar chamava a atenção do médico higienista devido à sua importância na correção de hábitos viciosos: as carteiras mal projetadas poderiam ocasionar deformações na coluna das crianças, que passavam longas horas sentadas na mesma posição prestando a atenção e copiando os exercícios. Os/as professores/as buscavam distribuir os móveis tentando evitar uma maior aproximação entre os discentes. A falta de atenção na aula influenciava no rendimento escolar, por isso, era preciso uma boa distribuição da turma, facilitando a disciplina e vigilância. Um discente bem-comportado na escola era sinal de filho disciplinado e obediente em casa. A escola era o caminho para se produzir corpos educados, civilizados e modernos (SANTOS, 2014, p. 22).

Em se tratando dos aspectos relacionados à modernidade em que a educação de Campina Grande passou no início do século XX, o *Instituto Pedagógico* “se constitui como um bom marco cronológico, porque a criação do educandário justifica-se na necessidade da modernização da educação para Campina se sentir moderna” (SILVA, 2010, p. 8). As mudanças que estavam ocorrendo na cidade, no período, demonstram um movimento direcionado para higienizar e disciplinar as relações pessoais, comerciais, sociais e também os espaços educacionais. Buscava-se atender um discurso que buscava disciplinar o corpo, a mente e as emoções dos campinenses, tendo em vista tornar os sujeitos adeptos à sociedade moderna.

Ao longo das décadas de 1920 e 1930, a cidade de Campina Grande presenciou, em seu cotidiano, inúmeras inovações em equipamentos urbanos, transportes e comunicações. As

elites locais viram emergir determinados “símbolos do moderno”, que modificaram o espaço urbano da cidade. Aranha (2003), refere-se a esses símbolos enquanto equipamentos urbanos, de uso coletivo, últimas novidades produzidas no estrangeiro adotadas nas cidades brasileiras. Essas novidades estão materializadas nos transportes e comunicações (sistemas telegráficos, telefônico, ferroviário etc.), na adoção de equipamentos de higiene e/ou conforto (sistemas de água encanada e/ou esgotos, sistemas de iluminação pública e privada etc.) e na construção de prédios ou logradouros públicos destinados ao lazer (parques, praças ou passeios públicos).

Alguns poetas, cronistas, políticos, médicos, advogados e educadores²⁵ passaram a idealizar a cidade como sendo a mais desenvolvida do Estado, e uma das mais modernas do Nordeste²⁶, em se tratando da incorporação de tais “símbolos do moderno”, chegando a ser comparada à grandes cidades da Europa, a exemplo da Liverpool, e dos Estados Unidos, a exemplo de Nova Iorque.

Em Campina Grande, o processo de modernização, iniciado no início do século passado, ocorreu seguindo outros ritmos, diferentes daqueles registrados em grandes cidades europeias, como Paris e Londres, e a exemplo de grandes centros urbanos brasileiros, como o Rio de Janeiro e São Paulo, que passaram pelo processo de modernização caracterizado pela constante velocidade e pela multidão. Cabral Filho (2007, p. 212), afirmou que, em Campina Grande “as mudanças ocorreram e foram percebidas e vivenciadas”, mais seguindo um outro ritmo, percebendo:

[...] a transformação da paisagem urbana não apenas pelas modificações fisionômicas que ia experimentando, mas também pela presença de outros símbolos deste processo, no qual, por exemplo, caminhões e automóveis disputavam o espaço das ruas da cidade com animais de carga e pedestres que, ainda, não haviam incorporado esses valores modernizantes como estruturantes em suas vidas; daí termos marcado uma cadencia diferenciada, mais lenta.

As mudanças que a cidade vivenciava contrastavam com alguns aspectos tradicionais de seus moradores, que disputavam o mesmo espaço com carros, caminhões e carroças puxadas por bois e burros. A cidade localizada no Planalto da Borborema, agreste paraibano,

²⁵ São inúmeros os intelectuais que publicaram seus textos na imprensa de Campina Grande no início do século XX, fazendo analogia à cidade como sendo desenvolvida, próspera, civilizada e moderna. Alguns desses intelectuais chegaram ao ponto de referir-se à Campina Grande como a Nova York Nordestina, ou a Liverpool Brasileira. Entre esses sujeitos, destacam-se os nomes de Egydio de Barros, Luiz Máximo, Antônio Asclepiades Correia, Antônio Ovidio, DR. Henio Azevedo, Alceu Colaço, Hortênsio de Souza Ribeiro, Cristino Pimentel, Francisquinha Amorim, Almeida Barreto etc.

²⁶ Segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011), a palavra Norte, até o início do século XX, referia-se aos Estados brasileiros que hoje abrangem os Estados da região Norte e Nordeste. A palavra Nordeste só vai aparecer pela primeira vez na década de 1910. O Nordeste é uma invenção imagético discursiva.

creceu com o comércio realizado na feira de cereais e de gado, mas principalmente por ter sido o segundo maior polo de escoamento da produção algodoeira para o exterior nas primeiras décadas do século XX. “Sua localização e sua ligação por meio da via férrea com Recife possibilitaram à cidade um crescimento em ritmo diferenciado com relação a outras cidades paraibanas” (SILVA, 2011, p. 26). Religiosos, comerciantes, além da imprensa nacional e estadual elaboraram uma cidade, atraente, com um prospero ‘futuro’, pensamentos justificados pelas condições em que se encontravam e graças à sua localização geográfica, o que possibilitava o contato com outras cidades, tornando-a influente no compartimento da Borborema e referência no interior do Estado.

Em um ambiente dominado por novidades²⁷, a “sensibilidade moderna” inferiu em novas maneiras de usar e de ver a cidade, de sentir o território urbano. Diante das modificações do espaço urbano e do desenvolvimento econômico, Campina Grande tornou-se atraente aos forasteiros vislumbrados pelas possibilidades oferecidas em seu centro comercial. Recebendo novos moradores, a cidade tinha seus becos, ruas e vilas multiplicadas, tornando a vida dos moradores movimentada e cheia de novidades (ARAÚJO, 2010, p. 26). O índice populacional aumentava com as constantes estiagens. Isso ocorria devido à cidade se localizar entre o caminho que leva do sertão ao litoral. Sua localização favorecia a penetração de pessoas vindas de diferentes localidades do Estado, ou até mesmo de estados próximos.

Segundo Cavalcante (2000, p. 72-73), Campina Grande, por meio das transformações estéticas que vivenciava, “paria modernidade”. Teve, nas décadas de 1930 e 1940 do vigésimo século, o momento ideal para divulgar e propagar ideais como os de modernidade e civilidade. Um novo código de estética e de higiene inscrevia-se no corpo de seus moradores. Buscando copiar os modelos de modernização que ocorriam nas grandes capitais do país, a exemplo, do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, Campina Grande, sentiu a necessidade de retirar de sua área central “os entulhos velhos, fétidos, levando consigo os velhos valores agrários de sociabilidade, de comportamento e de higiene” (CAVALCANTE, 2000, p. 72). Eram propostas modernas. Novos códigos de civilidade passaram a fazer parte do cotidiano de seus moradores. O discurso médico-higienista buscava retirar das vistas da exigente classe dominante, o velho, o atrasado, o fétido (características comuns atribuídas aos populares).

²⁷ Essa “modernidade dúbia”, em que novos e velhos convivem, ainda está presente na cidade, a exemplo do monumento do sesquicentenário de Campina Grande: os burros puxando a modernidade.

Novos padrões estéticos foram criados e postos em prática. O cemitério, os bordéis, a cadeia e a feira²⁸ passaram por transformações, passando a ocuparem locais longe da vista dos novos ricos da cidade. Ocorreu o saneamento de parte dos esgotos. O encanamento de água potável em parte de alguns bairros da cidade. Baseada nos novos preceitos médicos-higienistas e eugenistas, “inicia-se uma verdadeira desinfecção urbana”. Tudo e qualquer coisa que não agradasse aos ditos civilizados foi posto à margem, tirados do Centro da cidade para ocuparem áreas próximas de seu entorno. Foi o que aconteceu com o Monte Santo, na época, bairro distante do Centro, que passou a habitar a nova cadeia e o novo cemitério público.

A partir da década de 1930²⁹, começa a circular na cidade uma série de discursos que pregam por mudanças, progresso e civilidade. São discursos ditos modernos, tendo na mudança de hábitos de seus moradores um dos pontos essenciais para a inculcação de novas práticas civilizatórias. O que ocorreu na cidade neste período, como já discutimos acima, é resultado do que vinha ocorrendo nas cidades mais desenvolvidas do país, modelos de civilidade e modernidade copiados dos padrões europeus. Londres e Paris eram os grandes exemplos a serem copiados e postos em prática. As ruas centrais foram transformadas, adquirindo ares modernos, refinados e higiênicos. No próximo tópico, analisaremos como as mudanças vivenciadas pelos moradores de Campina Grande, a partir das décadas de 1920 e 1930, influenciaram fortemente a maneira como até então a educação vinha sendo concebida. Novas práticas médico-pedagógicas passaram a fazer parte do currículo das escolas locais. A higiene do corpo e o aprendizado de exercícios físicos ganharam destaque.

1.1 – A higienização do corpo e o aprendizado da Educação Física

²⁸ O prédio do *Instituto Pedagógico* foi construído no espaço que antes se localizava o cemitério da cidade, que foi demolido e recolocado em área periférica de um bairro de formação operária, o Monte Santo; já a cadeia “nova”, antes localizada na Praça do Rosário (atual Praça Clementino Procópio), foi também demolida e construída nessa mesma periferia; cheiros e insalubridades dos mortos orgânicos, físicos, do cemitério e dos mortos sociais da cadeia pública foram eliminados do fino olfato das elites e da parte “superior” de Campina. As curvas e ruelas tortas, que tiravam a faceirice de Campina, dando-lhe feição provinciana, rural e atrasada, e dificultando o acesso e o cortejo de seus afortunados admiradores e amantes, foram retiradas da luz do dia (CALVACANTE, 2000, p. 73).

²⁹ Desse momento em diante, a cidade passa a ganhar destaque na Paraíba, vivenciando significativas mudanças em seu cotidiano, principalmente em assuntos relacionados à economia e à política. Com o desenvolvimento pela qual passava, “apresentava sensível modificação na sua arquitetura, na qual tornou-se evidente a presença de hotéis, lojas e sobrados azulejados ornamentados, com fachadas altas, janelas e portas altas decoradas com vidros e detalhes” (NASCIMENTO, 1997, p. 69). Nesse período, Campina Grande se sobressai em relação às demais cidades paraibanas como espaço propício para centralizar o comércio do interior, condições que haviam sido construídas ao longo do seu surgimento e desenvolvimento.

As mudanças que a cidade vivenciava influenciou a maneira dos pais educarem seus filhos. Analisando as publicações da *Revista Evolução*, percebemos o surgimento de algumas práticas pedagógicas que passaram a fazer parte do currículo escolar de algumas instituições educadoras, como: **higienização do corpo e aprendizado da Educação Física**. No *Instituto Pedagógico*, essas práticas tinham por finalidade pedagógica higienizar, corrigir, retirar do corpo dos discentes práticas cotidianas tidas como transgressoras dos bons costumes, a disciplina do corpo era de fundamental importância para se buscar esse ideal. O ensino de Higiene e Educação Física significa o caminho mais fácil para uma cidade que se dizia moderna, higienizada e civilizada. Essas práticas comuns a maioria das instituições de ensino do Brasil no período republicano fazia parte de um complexo jogo social, onde o asseio do corpo inseria-se no que Norbert Elias (2011) intitulou de o “processo civilizador”, o qual defende que não há nada que não possa ser feito de forma civilizada.

O asseio do corpo e a prática de exercícios físicos faziam parte de um programa civilizatório e modernizador, que passou a fazer parte da mentalidade dos habitantes das principais cidades brasileiras, nas primeiras décadas do século XX. Uma cidade civilizada e moderna era aquela que via, em seus habitantes, os próprios ideias de modernidade estampados em seus corpos. Um corpo higiênico, esbelto, limpo, livre de sujeiras, civilizado, disciplinado, robusto e forte era o desejo das pessoas que praticavam atividades físicas. Essas eram características típicas de um/uma homem/mulher civilizado/a. Esses sujeitos civilizados/modernos deveriam se apresentar diante da sociedade portando preocupações com a limpeza do corpo, com a higiene dos dentes, com a higiene do cabelo, das unhas das mãos e dos pés, com o nariz impecável (um lenço de preferência branco e limpo sempre disponível no bolso, para quando precisar, não assoar o nariz na mão), com as vestes limpas, reluzentes e bem passadas, e com os sapatos e sandálias brilhosos. Bons modos diante a mesa. Eram códigos de uma sociedade zelosa com os bons costumes.

Esses cuidados se estendiam à educação das crianças ainda durante seus primeiros anos de vida, em casa, ou dentro do espaço escolar. Campina Grande viu esses preceitos serem estabelecidos com a criação do *Instituto Pedagógico*. Instituição essa que buscava, a todo instante, disciplinar e higienizar o corpo de seus discentes. Retirando-lhes do corpo certas práticas cotidianas consideradas como nocivas à saúde. A criação desse educandário em pleno Centro da cidade serviu de motivo para que os moradores locais procurassem, a todo momento, uma educação de melhor qualidade para seus filhos.

Em 1931, o jornal *Brasil Novo*, um dos principais veículos de comunicação de Campina Grande, publicou uma matéria com o seguinte título: “Um estabelecimento de

ensino que honra o Estado”, referindo-se aos preceitos pedagógicos e à importância que o *Instituto Pedagógico* tinha na formação da juventude campinense. Partindo desta matéria e dos temas nela contidos, podemos registrar que a intenção dos articulistas do jornal era a de mostrar aos seus leitores a grandeza e funcionalidade da escola, além dos cursos e o corpo docente³⁰ que fazia parte da mesma. Dessa forma, temos “os métodos, aos materiais escolares, das escolas anexas aos requisitos de higiene escolar e de educação física, do corpo docente a instituição de João Pessoa, como um herói dos sujeitos escolares” (ANDRADE, 2014, p. 152).

“Dos poucos estabelecimentos de ensino que temos no interior do Estado, é o ‘*Instituto Pedagógico*’ o melhor conceito e que cumpre rigorosamente os métodos de ensino mais modernos” (BRASIL NOVO, 1931, p. 6. Grifo nosso), apresentando-se como uma escola civilizada e moderna, atendendo aos ritmos de uma cidade que estava em crescimento intelectual e econômico. Desde seus primeiros anos de fundação, o *Instituto Pedagógico* era notado pela sua proposta pedagógica moderna, que primava por uma arquitetura higiênica, um corpo docente diversificado e capacitado para instruir os futuros cidadãos campinenses. A instituição adentrou as primeiras décadas do vigésimo século em constante progresso, ampliando os quadros de discentes, docentes, materiais didáticos e a própria estrutura física do edifício, ditando normas de condutas disciplinares, higiênicas e civilizatórias através de disciplinas próprias para que tais objetivos fossem alcançados. Era reconhecida por possuir “os seguintes cursos; Normal, Commercial, Gymnasial, Militar, Primario e Infantil” (BRASIL NOVO, 1931). Além das aulas de piano, costura, bordado, pintura, música, flores e *gymnastica*.

O ensino de Higiene e Educação Física, desenvolvido no *Instituto Pedagógico*, durante os anos de 1931 e 1942, tinha como principal objetivo idealizar um modelo de homem e de mulher para fortalecer uma ordem social civilizatória, de acordo com o discurso eugenista, médico-higienista e militarista em voga à época. O ensino dessas matérias tinha como função regenerar, disciplinar, fortalecer e produzir corpos esbeltos e hígidos, *physicamente* vigorosos, aptos para o trabalho na grande indústria e para o serviço militar, atendendo os objetivos de uma sociedade em constante ritmo de progresso. O ideal capitalista passou a fazer parte do cotidiano das práticas escolares, especificando como devia ser o corpo

³⁰ O jornal *Brasil Novo* (1931, p.6) afirmou que o corpo docente do *Instituto* é um dos melhores do interior e é composto dos seguintes professores: Tte. Alfredo Dantas, Prof. Almeida Barreto, Drs. Severino Cruz, José Tavares, Manoel Coutinho, Elpídio de Almeida, Octavio Amorim, João Tavares, Severino Pimentel, Prof. Santiago, professores Francisquinha, Herundina Campello, Queteria Campello, Cisenia Galvão, Esther Dantas”.

ideal a ser produzido nas aulas de Higiene e Educação Física. Qual a melhor estrutura dos grupos escolares para atender o número de crianças dentro das escolas? Era um discurso que buscava adequar os prédios escolares aos preceitos modernos e civilizados. Escolas que não seguissem ou enquadrassem dentro das propostas modernas eram imediatamente condenadas pela interferência do discurso médico.

Ao pesquisarmos a história do *Instituto Pedagógico*, um dos aspectos que mais nos chamou a atenção entre as práticas pedagógicas foi a circulação das disciplinas de Higiene e Educação Física. De acordo, com o Sargento Moisés Martiniando de Araújo, um dos docentes responsáveis pelo ensino de Educação Física no educandário:

As deficiências existentes nas instalações para o Ensino de Educação Física neste ginásio, são as comuns a maioria dos estabelecimentos congêneres de nosso Paiz, isto é, área livre insuficiente para as sessões de exercícios físicos e numero de chuveiros também insuficientes para os banhos após as aulas. O diretor, proprietário deste estabelecimento é um entusiasta pela propagação do E.F., e se algo falta as suas instalações, não é por desinteresse de sua parte e sim por deficiência de finanças, pois vem sempre empregando quase todos os seus rendimentos na melhoria de seu Ginásio. Quanto a vossa segura e esclarecida orientação e eficazes medidas adotadas na Divisão de Educação Física que tão sabiamente dirigis, não só merecemos aplausos dos que lutam pela melhora do físico de nossa raça, como também de todo o brasileiro que deseje um belo futuro ao nosso Paiz (ACERVO DO INSTITUTO PEDAGÓGICO, s/d).

Segundo o discurso de Moisés Araújo, o ensino de Educação Física do *Instituto Pedagógico* pecava devido às deficiências em suas instalações, a exemplo da inexistência de uma área livre em seu pátio ou um ginásio³¹ que comportasse as práticas recreativas e esportivas das crianças, além da falta de chuveiros adequados, e em número bastante para atender as crianças que frequentavam as aulas. O banho após a prática de exercícios físicos era obrigatório, para retirar do corpo o suor e as sujeiras fétidas deixadas pela execução dos exercícios físicos. O ensino de Educação Física, ministrado de forma adequada por profissional capacitado, com modernos equipamentos e instalações, era o meio mais rápido e fácil de se alcançar o aprimoramento físico e a regeneração da raça. Por meio da prática

³¹ No *Acervo do Instituto Pedagógico*, existe um documento que demonstra a contratação do espaço do campo do Treze Futebol Clube para a realização das aulas de Educação Física. O professor Moisés buscou outros ambientes para a realização das atividades físicas, como o campo do “13 Futebol Clube – Centro de Cultura Física”. Em um documento enviado à escola, Severino Alves da Silva, secretário do Clube, diz que: “Em resposta ao vosso ofício nº27, de hoje datado, venho, com prazer, trazer ao vosso conhecimento que a vossa solicitação sobre a cessão da praça do esporte, para a realização de cultura física e paradas cívicas, foi deferida com satisfação por parte da Diretoria desde clube. Revela dizer que a mocidade componente desta agremiação desportiva recebeu com verdadeiro entusiasmo a vossa feliz lembrança, por isto mesmo que o esporte, o desenvolvimento físico, em todas as modalidades, é o ideal de sua finalidade. Saúde e Fraternidade” (ACERVO DO INSTITUTO PEDAGÓGICO, 23 Outubro de 1939).

cotidiana de atividades físicas (recreativas como os jogos de *foat-ball*, *voley-ball*, *basquete-ball*, peteca, dança, passeios ao ar livre etc.) de seus cidadãos, Campina Grande alcançaria o desejado desenvolvimento social e econômico, conseguiria a tão sonhada regeneração física.

Apesar das reclamações do Sargento Moisés de Araújo, a respeito da falta de acomodações e equipamentos necessárias para o ensino de Educação Física, encontramos no acervo do educandário uma lista de materiais que comprova que a escola possuía ou tinha a intenção de possuir um moderno “gabinete médico esportivo”. As fontes analisadas não nos possibilitam afirmar se realmente a instituição chegou a possuir esse “gabinete”, mas fornece importantes informações a respeito da intenção que a direção tinha em modernizar o ensino de Educação Física de suas crianças. O quadro desenhado abaixo traz a lista de materiais e sua respectiva funcionalidade.

Quadro 2
Materiais pretendidos para compor o “gabinete médico esportivo” do Instituto Pedagógico.

Nome	Funcionalidade
Fita métrica metálica	Instrumento de medição utilizado para cálculo de distância e tamanho. É muito utilizado em atividades de desenho industrial, obras, bricolagem e marcenaria. Também é usado por professores de Educação Física para a verificação de tamanho dos discentes.
Balança de precisão	Instrumento usado para verificar o ganho ou perda de peso dos discentes.
Toesa para estatura e altura do busto	Trata-se de uma antiga unidade de medida de comprimento originária da França pré-revolucionária, que equivaleria a seis pés e aproximadamente um metro e oitenta e dois centímetros.
Espirômetro de água	Foi o primeiro espirometro inventado. Muito utilizado pelo saber médico até a década de 1940. Atualmente, existem modelos bem mais modernos e práticos. É utilizado em serviços de função pulmonar. Trata-se basicamente de um instrumento feito à base de um plástico e metal introduzido em um recipiente com água.
Compasso nasal com ponta de marfim	Trata-se de um instrumento bastante utilizado na medição da parte nasal. Atualmente, é muito usado em cirurgias plásticas.
Quadro mural de envergadura	Instrumento utilizado por professores para fazer anotações.
Quadro mural de sentido muscular	Trata-se de um quadro contendo informações a respeito do corpo humano de forma detalhada. Na maior parte dos casos, é utilizado em aulas de Anatomia e Biologia.
Cronômetro	Instrumento utilizado para marcar o tempo. Nas aulas de Educação Física é bastante utilizado para marcar o tempo dos exercícios.

Dinamômetro	Instrumento utilizado para se medir a força muscular.
Compasso de espessura	Aparelho utilizado para medição de massa muscular.
Dispositivo de corrente para força lombar	Aparelho utilizado para diminuir a pressão sobre a parte lombar do praticante de exercícios físico.
Compasso cefalométrico	Instrumento utilizado para se fazer medições na face ou no crânio.
Dispositivo para força de tração escapular	Trata-se de um instrumento à base de corda bastante utilizado para se fazer medição de força.
Dispositivo para força de pressão escapular	Também se trata um instrumento utilizado para fazer a medição da pressão escapular. A escápula é uma das partes mais complexas do ombro. É o maior dos ossos que constitui o ombro. É o responsável pela estabilização do braço no corpo.
Aparelho para medir a pressão arterial	Entre os aparelhos mais utilizados para a verificação da pressão arterial se encontra: o Esfigmomanômetro com Estetoscópio, que é muito utilizado pelos médicos e enfermeiros para a verificação dos níveis de pressão de uma pessoa.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor do texto.

O preço total da lista de materiais para a formação do “gabinete médico esportivo”³² foi de \$ 1:858\$000 reis (ACERVO DO ISNTITUTO PEDAGÓGICO, 1939). Com isso, o ensino de Educação Física passou a ter como principal objetivo a “regeneração *physica*, moral e intelectualmente dos indivíduos” (REVISTA DO ENSINO, 1936, p. 9). O *Instituto Pedagógico* se adequou aos mais modernos padrões de higiene escolar, oferecendo “aos *alumnos* e professores, todo conforto necessário. Seus vastos salões em número de dez, são bem arejados, illuminados e sufficientemente mobiliados” (BRASIL NOVO, 1931, p. 6. Grifo nosso). Todas as necessidades higiênicas eram observadas para proporcionar conforto e bem estar aos discentes da escola. Uma instituição de ensino deste porte tinha que dispor de modernas instalações higiênicas: iluminadas, arejadas, confortáveis e amplas. “Entre os pavilhões que compõem o prédio existe um grande pateo destinado ao recreio e aulas de instrucção *physica*. Nelle estão localizados os campos de *Volleyball*, *Basketball* e peteca, caixão de pulo, barra fixa e outros aparelhos de *gymnstica*” (BRASIL NOVO, 1931, p. 6. Grifo nosso). A atenção dos diretores do *Instituto* recaía sobre a higienização do corpo das crianças por meio do ensino de Educação Física e atividades recreativas. O pátio da escola era

³² Eram equipamentos considerados extremamente modernos para a época, que proporcionaria um eficiente ensino de Educação Física fornecidos pela distribuidora Alberto de Araujo & Cia, Importação e Exportação, especialista nesse tipo de equipamento médico esportivo, localizada na Avenida Marechal Floriano Peixoto, 102 Rio de Janeiro (ACERVO DO ISNTITUTO PEDAGÓGICO, 1939).

o local frequentado pelas crianças para a prática de atividades recreativas, como a instrução física e os jogos de voleibol, de basquetebol, peteca e de outras brincadeiras.

O pátio também despertava a preocupação dos diretores e funcionários da escola. Neste espaço, os discentes utilizavam-se de artimanhas múltiplas com o objetivo de burlar, fugir às normas disciplinares estabelecidas pela instituição. O pátio, assim como a rua, era visto como o espaço da “antidisciplina”. Espaço destinado às atividades físicas, ao recreio e às brincadeiras, era constantemente alvo de atenção do olhar disciplinador e atento dos responsáveis pelas práticas educativas. Era dever do docente levar “o aluno ao ajustamento na sua ordem e limpeza de trajés, classe e móveis atendo consultado proveito não só para a classe, mas também para o educandário” (ACERVO DO GINÁSIO ALFREDO DANTAS, 1947). Os discentes, para frequentarem as aulas no *Instituto Pedagógico*, tinham que apresentarem-se sempre bem trajados, portando roupas, sapatos, cabelos, unhas, dentes, orelhas e ouvidos limpos. Era obrigação dos docentes ficarem atentos aos mínimos detalhes. Vigiar todos os passos daqueles que seriam os futuros representantes da nação.

Em 1931, os editores da *Revista Evolução* publicaram no primeiro número do *margazine* uma foto (cf. figura 2) das discentes do *Instituto Pedagógico* em aula de *gymnastica*, sob a coordenação do Sargento Moisés de Araújo. Ao direcionarmos nosso olhar sobre a imagem, vemos que o fotógrafo teve uma certa intencionalidade ao registrar os benefícios dos exercícios físicos para o gênero feminino. Na fotografia, as discentes pousam em direção à câmara.

Outro aspecto que nos chama a atenção na presente imagem é a forma como a mesma registra alguns aspectos da arquitetura da escola. O educandário, em sua parte lateral, tinha um pátio espaçoso próprio para a prática de exercícios físicos. Possuía janelas espaçosas e compridas, o que facilitava a entrada de ar e da luz solar em seu interior, tornando o ambiente interno mais agradável. Ao fundo da imagem, vemos alguns meninos se divertindo enquanto jogam futebol. No plano frontal, as meninas se dedicam à execução dos exercícios *gymnasticos* (SANTOS, 2014).



Figura 2: “Alunas da Escola João Pessoa, do *Instituto Pedagógico*, fazendo exercícios de ginástica sob a direção do sargento Moises de Araújo, instrutor daquele estabelecimento”.

Fonte: *Revista Evolução*, 1931, nº 1, p. 21.

As roupas utilizadas pelas alunas nos exercícios *gymnasticos* estavam de acordo com as normas de vestuário da época para a prática de exercícios físicos. As roupas afirmam traços humanos, revelam pertencimentos ou exclusões. Constroem, compõem, fabricam as experiências, contam trechos das histórias miúdas, cotidianas, banais, permitindo que os aspectos da vida na sociedade sejam compreendidos de forma mais profunda. O simples ato de vestir-se significa diante da sociedade uma constante busca da educação do corpo (SOARES, 2011).

Como podemos perceber na figura 2, as discentes do *Instituto Pedagógico* se apresentam praticando os exercícios *gymnasticos* em filas³³ bem organizadas, ao ar livre, no pátio do educandário. Utilizavam roupas consideradas leves para a época, facilitando os movimentos com o corpo. Nas aulas de *gymnastica*, as discentes do Instituto utilizavam blusas brancas, *shortes* pretos e toucas protegendo o cabelo, além de meiões e sapatilhas. As aulas ocorriam ao ar livre, possibilitando um melhor aproveitamento do espaço, seguindo as modernas exigências do discurso médico-higienista da época. Quando lançamos nosso olhar

³³ As fileiras funcionam como uma técnica disciplinar facilitando a melhor organização dos discentes. “A disciplina, arte de dispor em fila, e da técnica para a transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações” (FOUCAULT, 2010, p. 141).

sobre algumas imagens, encontramos informações contidas nelas que os textos, muitas vezes, não deixam claro ao leitor. “Toda fotografia resulta de um processo de criação; ao longo desse processo a imagem é elaborada, construída técnica, cultural, estética e ideologicamente” (KOSSOY, 2008, p. 1). A imagem fotográfica constitui, portanto, uma representação a partir do real, segundo o olhar de seu autor.

Nas aulas de Educação Física do *Instituto*, era nítida, por parte dos educadores, o interesse em disciplinar a mente e o corpo dos discentes, que, cotidianamente, se utilizavam de táticas e artimanhas burlando³⁴ a disciplina imposta. Aos mesmos, era eminentemente proibido fumar, cuspir no chão e nas paredes, fazer barulhos durante as aulas e no recreio, jogar objetos uns nos outros e no docente, riscar ou sujar as carteiras, os móveis e paredes do edifício escolar. Em alguns momentos, as salas de aulas e o pátio eram utilizados como espaços de fuga a essa disciplina minuciosa. A construção de muros ao redor da escola era a maneira encontrada pelos diretores contra a possibilidade de fuga dos discentes. O contato com a rua representava o lugar de desvio da boa ordem. As crianças no cotidiano escolar praticavam suas artimanhas e suas insubmissões nos espaços escolares (VAGO, 2002, p. 125).

A disciplina era adquirida através da observação do comportamento dos discentes. Tornar um corpo ordeiro e disciplinado era o objetivo das aulas de Higiene e Educação Física no *Instituto Pedagógico* durante as primeiras décadas do vigésimo século. A esse respeito, Andrade (2014, p. 171) assevera que introdução dessas matérias no currículo escolar da instituição

Passou a ser de saberes que, para além da formação e da produção de um corpo apto, produtivo e limpo, induziam também o desenvolvimento de um autocontrole, que educava os sujeitos para dominarem seus impulsos, possibilitando um melhor convívio em sociedade.

Essas matérias atuaram juntas, ditando normas de conduta, bom comportamento e regras tidas como modernas e civilizadas, tendo como alvo principal o corpo infantil dentro do espaço escolar. Nos dois próximos tópicos, que compõem este primeiro capítulo, discutiremos os papéis exercidos por essas duas matérias no currículo escolar, a Higiene ditando normas de asseio para com o corpo infantil, e a Educação Física atuando no aperfeiçoamento do corpo com o objetivo de regenerar a sociedade brasileira sob o prisma da influência do discurso eugênico e médico-higienista. Um corpo produtivo, belo, vigoroso,

³⁴ Para Michel de Certeau (2011, p. 46), “Muitas práticas cotidianas (falar, ler, circular, fazer compras ou preparar as refeições etc.) são do tipo tática. E também, de modo mais geral, uma grande parte das “maneiras de fazer”: vitórias do “fraco” sobre o mais “forte” (os poderosos, a doença, a violência das coisas ou de uma ordem etc), pequenos sucessos, artes de dar golpes, astúcias de “caçadores”, mobilidades da mão de obra, simulações polimorfos, achados que provocam euforia, tanto poéticos quanto bélicos.

apto ao trabalho industrial e militar fora produto da influência que essas duas matérias exerceram e fizeram parte do cotidiano da *cultura escolar* das escolas brasileiras neste período. No caso do *Instituto Pedagógico*, essa norma não foi diferente, essas matérias fizeram parte do currículo escolar ditando normas de comportamento, produzindo corpo hígidos e *physicamente* vigorosos (SOARES JÚNIOR, 2015). Esses novos corpos produzidos pelas aulas de Higiene e Educação Física é o que veremos nos discursos que dão sequência a essa narrativa. Ao leitor, deixamos o convite para viajar e se deleitar com essas “histórias de hígia”. São exemplos, de corpos ordeiros, belos, cheios de saúde, vigor e disciplina.

1 . 2 – “A escola só recebe *alumnos limpos*”: o programa de Higiene e a modelação de corpos saudáveis

“Chegou em fim, a vez de o médico penetrar, com a autoridade de profissional, nos estabelecimentos escolares. Ai não prontifica ele sobre o que deva uma criança aprender, nem mesmo a disciplina que deva manter ou suprimir por motivo pedagógico” (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, nº 1, p. 15). O esculápio Antônio de Almeida, diretor do “Posto de Higiene” de Campina Grande, não economizou tinta e papel ao escrever e publicar o artigo: “Higiene Moderna: Essencial factor do progresso humano”, no primeiro volume da *Revista Evolução* datado de 1931, para abordar os principais valores da “Higiene Moderna”, no *Instituto Pedagógico*, como forma de produção de corpos sãos e robustos, buscando atender os objetivos de uma sociedade que clamava por progresso e desenvolvimento econômico, político e social, compondo, assim, uma sociedade civilizada e moderna. Na opinião do médico, a higiene passa a ser pensada como um dos principais fatores de progresso e bem estar humano. Para o referido esculápio, o profissional médico deveria penetrar no interior das escolas com a devida autoridade que lhe cabia, não prontificando e nem retrocedendo quando o assunto a tratar era a higiene e a saúde das crianças.

O porte altivo, jaleco, camisa e sapatos brancos, gravata e estetoscópio sobre o pescoço eram símbolos de poder e respeito. Além desses acessórios e vestimentas, também “usavam uma cartola de cano negro, casaca, calça listada, e uma corrente de ouro maciço pendurada ao colete. Seus trajés eram marcados pela ‘solenidade’ e pelo ‘rigor’. Sua atitude profissional o fazia ‘diferente dos outros mortais’ (SANTOS, 2015, p. 240).

Foi assim que, aos poucos, os médicos construíram suas identidades e ganharam respeito em meio à sociedade. Respeitado socialmente pela sua formação acadêmica e importância social que conquistara com o passar dos séculos, o médico passou a fazer parte da

realidade das escolas de quase todo país durante as primeiras décadas do século XX, ditando normas de bom comportamento, asseio e disciplina do corpo, diagnosticando doenças, receitando medicamentos, combatendo os maus hábitos das crianças ainda durante os primeiros anos de vida.

O principal alvo de parte dos discursos médicos estava relacionado com o cuidado e desenvolvimento harmonioso do corpo das crianças. Inúmeras ações profiláticas foram tomadas com o objetivo de disciplinar e medicalizar o corpo infantil. Para que isso fosse possível, os médicos passaram a inspecionar corredores, as salas de aula, o pátio das escolas, o vestuário, o mobiliário escolar, as latrinas, nada que dissesse respeito à higiene escapava ao exigente olhar médico. Esquadrilharam o corpo dos escolares. Dos docentes. Quase todos os assuntos relacionados à falta de higiene e saúde passaram a compor o quadro de ação do campo médico.

A preocupação em torno da saúde do corpo dos escolares passou a ser uma das principais reivindicações e também preocupação do campo de ação médica. As primeiras décadas do século XX foram responsáveis por aprofundar, entre os médicos brasileiros, “as metas vinculadas à saúde do corpo enquanto objeto de ensino, para tanto, encostaram seus estetoscópios nos muros das escolas e propuseram procedimentos pedagógicos de ensino e avaliação nas matérias de higiene e educação física” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 127). Todos os investimentos em torno da higiene escolar fizeram parte integrante do processo de disseminação na sociedade brasileira da medicina social. Os assuntos relacionados à higiene escolar dominaram as principais ações médico-pedagógicas.

Michel Foucault (2010), ao analisar a emergência da medicina moderna, afirma que esta é uma prática eminentemente social, por abranger uma certa tecnologia do corpo social, e sendo uma prática social, a medicina somente é individualista quando se refere à valorização da relação médico-paciente.

Ainda para este autor, foi a partir do desenvolvimento do sistema capitalista de produção consolidado entre os séculos XVIII e XIX, em consequência do aumento vertiginoso da produção industrial nos países europeus, que o corpo do trabalhador passou a ser classificado e visto como força de produção e de trabalho. Neste momento, o controle exercido pela sociedade sobre os indivíduos iniciou-se no e sobre o corpo. “Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política” (FOUCAULT, 2010, p. 80).

No início do século XX, o discurso médico começou a ser sentido com maior intensidade no cotidiano das principais atividades pedagógicas das escolas nacionais. O

médico passou a estar presente nas decisões de maior importância nos currículos das escolas. O *Instituto Pedagógico*, não fugiu a esta regra. Tinha a sua disposição o auxílio médico de Elpídio de Almeida, que era o responsável direto por disponibilizar os atestados médicos aos discentes que pretendiam prestar os exames de admissão e matricular-se no educandário. Para ser aceito como discente do *Instituto*, neste período, era obrigatório que os pais apresentassem no ato da matrícula um atestado médico, comprovando que o/a filho/a estava livre de qualquer tipo de doença infectocontagiosa, a exemplo de tifo, tuberculose, sarampo, varíola etc., doenças essas responsáveis por disseminar pânico entre as populações dos grandes centros urbanos do país.

Para ser admitido como discente do *Instituto Pedagógico*, era preciso ter em mãos um atestado comprovando possuir boa capacidade física, idoneidade moral e ser livre de qualquer tipo de doença contagiosa. O atestado deveria ser concedido por competente profissional da área médica. E aprovado pela “Diretoria Geral de Saúde Pública” do Estado da Paraíba, como podemos notar na figura 3, a seguir. Vejamos:



Figura 3: Certificado de Vacinação Anti-variólica.
Fonte: Acervo do *Instituto Pedagógico*, 1942.

Este tipo de documentação é representativo da participação que os médicos tiveram nas escolas neste período. A escola é consolidada enquanto o lugar mais propício para promoção e transformação do corpo e de hábitos salutarres. O ensino também abrangia os benefícios do saber médico para a promoção da saúde do corpo. A este respeito, Soares Júnior (2015, p. 129) argumenta que o “lugar de vulgarização da consciência sanitária, das alterações

nas práticas cotidianas de higiene, na realização de tarefas que disciplinavam o corpo formando-o enquanto membro rijo, vigoroso, forte”.

O médico brasileiro penetrou com poder de autoridade dentro das escolas. O médico, detentor do conhecimento dito científico, passou a frequentar com mais assiduidade os centros educacionais, ditando normas de bom comportamento, prescrevendo medicamentos, as melhores formas de se realizar o asseio do corpo das crianças, os cuidados com as vestimentas, com os calçados, a maneira correta de fazer a escovação dos dentes, como higienizar determinadas partes do corpo, livrando as crianças de doenças contagiosas (a exemplo da tuberculose). Quantas vezes por dia o asseio devia ser feito e qual a temperatura correta da água para o banho? Era preciso que as crianças seguissem à risca as lições e prescrições presentes nesses discursos para que pudessem cultivar um corpo harmônico e saudável.

Neste período, era inquestionável a força que os esculápios tinham dentro e fora do espaço escolar. Sua voz fazia-se ouvir e obedecer, quando o assunto a tratar era a saúde das crianças. A infância foi escolhida como o período ideal para que os hábitos ditos higiênicos comesçassem a serem cultivados para a produção de um corpo saudável, vigoroso e produtivo. Uma nação desenvolvida econômica, política e socialmente via, em seus cidadãos, o espelho a ser seguido.

Campina Grande, como nas páginas que compõem a narrativa do primeiro tópico deste capítulo, não ficou imune a esses objetivos. Viu surgir nas décadas de 1920 e 1930 o desenrolar de significativas transformações econômicas, políticas e sociais. Mudaram-se os hábitos dos moradores, as ruas se transformaram, ganharam novas lojas, novos pedestres, carros luxuosos. Moradores mais exigentes quanto à estética das ruas, casas, roupas, perfumes, sapatos, etc. Uma nova estética ganhou corpo. As pessoas exibiram novos padrões de comportamento, a saúde do corpo social e individual ganhou fôlego. O cidadão que passava pela Praça Epitácio Pessoa deparava-se com o consultório médico do Dr. Elpídio de Almeida³⁵, um dos mais requisitados da cidade na época. Aos poucos, algumas clínicas

³⁵ Elpídio Josué de Almeida nasceu na cidade de Areia (PB), no Brejo Paraibano, em 1º de setembro de 1893, filho de Rufino Augusto de Almeida e de Adelaide de Almeida. Coursou o Colégio Pio X na cidade da Paraíba, atual João Pessoa. Ao transferir-se para o Rio de Janeiro, ingressou na Faculdade de Medicina, diplomando-se em 1918. Integrou o Conselho Municipal de Campina Grande de 1929 a 1930 e o comitê de apoio ao programa da Aliança Liberal. Deixou o cargo de conselheiro após a vitória da Revolução de 1930, quando foram extintos os mandatos parlamentares de todos os níveis do país. Com a redemocratização após a queda do Estado Novo (1937-1945) e o surgimento de novas agremiações, filiou-se ao Partido Libertador (PL). Foi então eleito prefeito de Campina Grande no pleito de janeiro de 1947, ficando no cargo até 1950. No pleito de março de 1951, elegeu-se deputado federal, com um montante de 17.283 votos. No mês de outubro de 1954, reelegeu-se novamente prefeito de Campina Grande, exercendo o mandato até o ano de 1959. Foi casado com Adalgisa

médicas passaram a fazer parte do cenário urbano. Os poucos, médicos existentes na cidade passaram a ser consultados quando o assunto a tratar estava relacionado à saúde e higiene do corpo. Era preciso investir na educação e na saúde das crianças, o futuro promissor da cidade.

O *Instituto Pedagógico* é o exemplo de instituição modelar que forneceria aos filhos da cidade esses ideais. Uma escola que estava aparelhada com os melhores profissionais da cidade na área médica e educacional. Segundo Soares Júnior (2015, p. 100), “devido à escassez de médicos para o atendimento público, as escolas precisavam possuir seu próprio funcionário da saúde”. Portanto, a defesa do discurso médico ganhou corpo dentro da instituição. Práticas de higiene e educação do corpo passaram a ser vistas como os melhores caminhos para se almejar um futuro promissor e próspero. O médico armado pelo discurso científico passou a atuar sobre o corpo infantil.

A ação sobre o corpo infantil se deu devido a esses profissionais acreditarem que as crianças, durante os primeiros anos de vida, quando chegavam à escola, possuíam um corpo capaz de ser moldável através de práticas médicas e higienistas. Atuaram moldando o corpo das crianças nas modernas práticas de higiene corporal. Para Rocha (2003, p. 167), instaurou-se uma empresa de higienização que “era fundamental esquadrihar o corpo infantil, produzir os cânones de normalidade, comparar e moldar”.

Ainda de acordo com Antônio de Almeida, o esculápio que prezasse pela saúde das crianças tinha que ter sempre a sua disposição uma “ficha sanitária, da qual deduzirá os cuidados higiênicos que reclama tal ou tal aluno, e marca, então, as diretrizes por onde o mestre conduzirá o ensino da criança. Intervirá pela cultura *physica* do escolar” (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, n.º 1, p. 15. Grifo nosso). Com a ficha sanitária a sua disposição, o médico anotava as principais características físicas e higiênicas do corpo da criança individualmente, não deixando escapar-lhes nenhum detalhe de suas características físicas e biológicas. Aspectos como idade, altura, ganho ou perda de peso, todas essas características físicas passavam a compor as fichas sanitárias. O cuidado com a higiene era uma prática obrigatória para quem almejava a produção de um corpo saudável e produtivo.

Para auxiliar o ensino de Higiene nesta importante missão civilizatória, a Educação Física passou a galgar prestígio nas escolas de todo país. Na década de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, temos o processo de transição do Movimento Higienista para o

Almeida, com quem teve quatro filhos. Entre suas obras mais conhecidas, destacam-se os livros “Esquistossomose mansônica”, equivalente à sua tese de doutorado, e “História de Campina Grande”. Elpídio de Almeida faleceu em Campina Grande em 26 de março de 1971. Para maiores informações a respeito da vida e obra de Elpídio de Almeida, consultar o “*Blog Retalhos Históricos de Campina Grande*”, no seguinte endereço eletrônico: <http://cgetalhos.blogspot.com.br>.

Movimento de Militarização do corpo. A preocupação do novo governo era com a fabricação de um trabalhador (a) e de um soldado potencialmente forte para atender as demandas de produção do sistema capitalista.

Desta forma, as matérias de Higiene e Educação Física caminharam juntas e de mãos dadas no aprimoramento do corpo das crianças, ditando normas de bem viver, de asseio com o corpo, de comportamento, a maneira correta de exercitar-se, correr, jogar, vestir-se de forma adequada com o clima etc. As práticas educativas relacionadas ao ensino destas duas disciplinas ganharam fôlego nos projetos de uma nação vista como moderna e civilizada. Desta maneira, o médico

[...] cuidará das medidas do corpo do *alumno* afim de melhor saber em cada momento sua respectiva capacidade vital e em particular da deformação do esqueleto, prescrevendo exercícios especiaes ou aparelhos orthopedicos e eventualmente massagens. Como *hygienista*, attentará ás condições do *gymnassio*, duração de exercícios nas diferentes estações do anno (REVISTA EVOLUÇÃO, nº 1, 1931, p. 15. Grifos nosso).

O exercício físico praticado com esmero e seguindo as prescrições médicas anatômicas favorecia o desenvolvimento de determinadas partes do corpo, em harmonia com a idade e o gênero das crianças. Esses exercícios, quando praticados de forma errônea, acarretava em prejuízo para o organismo. Algumas partes do corpo poderiam desenvolver traumas, lesões ou até mesmo deformações físicas irreversíveis. Por isso, a necessidade de se passar primeiro pela consulta de um médico especialista no assunto para que as crianças comessem a praticar os exercícios que melhor se adequassem a seus corpos e idades. Almejava-se com isso a produção de um corpo hígido. Para que isso fosse possível, ocorreram grandes investimentos sobre o corpo das crianças. As atividades físicas auxiliadas com a competência do discurso médico passaram a integrar o currículo das escolas nacionais. O *Instituto Pedagógico* dispunha de profissionais autorizados para ministrar aos discentes de ambos os gêneros os benefícios desta disciplina. Em local apropriado ao clima e local e atendendo às especificidades de cada gênero, os discentes eram orientados nas corretas lições práticas da moderna *gymnastica*.

O pensamento higienista da época acreditava que investindo sobre o corpo das crianças dentro das escolas, em um futuro próximo, o país teria cidadãos higienicamente/eugenicamente saudáveis e potencialmente produtivos. “O discurso e a prática médica em suas concepções higienistas, de forte caráter moralizador, normativo e adaptativo-

educativo, constituíram-se em instrumentos de intervenção na sociedade” (SOARES, 2000, p. 53).

Com a popularização pela qual passou o saber médico neste período, o “higienista passou a ser ouvido em todos os problemas de grandes realizações sociais” (SOARES, op. cit.). Os problemas relacionados aos cuidados e à prevenção com a higiene do corpo das crianças faziam parte das preocupações nacionais. O futuro do país estava nas mãos desses profissionais da saúde, que auxiliados pelos docentes, passaram a ocupar espaço de destaque nas escolas.

Como vimos, o *Instituto Pedagógico*, durante as primeiras décadas do vigésimo século, era o modelo de escola ideal para a educação da mocidade campinense. Uma instituição moderna e civilizada, contando com um corpo de profissionais capacitados na área médica e pedagógica, com um edifício que atendia às modernas necessidades do discurso médico-higienista, favorecendo a educação e a saúde das crianças.

Para se produzir um corpo harmônico em que estivessem inclusas as práticas higiênicas e pedagógicas, era preciso atentar para os cuidados com os “problemas relevantes de higiene”. O principal papel da medicina neste cenário de profundas mudanças sociais, políticas, econômicas e educacionais era com a prevenção. Prevenir os cidadãos das inúmeras doenças infectocontagiosas que poderiam acometer seus corpos, tornando-os raquíticos, débeis e improdutivos.

O discurso médico-higienista, ao longo das primeiras décadas do século XX, esteve preocupado em formar cidadãos fortes e saudáveis para atender às necessidades de uma sociedade moderna, de acordo com os ditames de uma ordem social civilizatória. Para que isso fosse possível, à sociedade foi medicalizada e disciplinada nos moldes do discurso higienista. Todos esses discursos fizeram parte de “um projeto que convidou médicos, enfermeiros e professores a dar as mãos” (SOARES JÚNIOR, 2014, p. 1). Esse trio contribuiu para a formação de um corpo nacional harmônico e produtivo.

Segundo o esculápio Antônio de Almeida, o lema deste grupo de especialistas era “cuidar da saúde e conservar a vida pelo mais dilatado espaço de tempo possível” (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, nº 1, p. 15), despertando a atenção das crianças para os cuidados com as práticas higiênicas. Quando a lição era ensinada de forma correta, a tendência era que a criança levasse esses ensinamentos para o lar repassando para os demais membros da família. Pai, mãe e irmãos davam as mãos e uniam-se em prol da causa saneadora.

Portanto, a atuação dos médicos brasileiros nas escolas é resultado direto do desenvolvimento da medicina social³⁶ no país. Teve, na higiene e no saneamento, o meio mais rápido de sanar as doenças de um corpo enfermo. Um país doente que precisava a todo custo ser curado de seus males. Um dos meios considerados mais fáceis de se alcançar tal objetivo era através da divulgação das modernas práticas de higiene dentro das escolas. Na prática, esses discursos tinham por objetivo “civilizar, modernizar, regenerar, conceber a população educação e saúde. Assim mesmo: educação e saúde deveriam andar juntinhas” (SOARES JÚNIOR, 2014, p. 1).

Tratava-se de um casamento perfeito, em que o corpo dos escolares eram regenerados e prevenidos das eventuais doenças que poderiam assolar o corpo nacional. Um corpo saudável e produtivo resultava dessa dobradinha profilática. A saúde combatendo as doenças infectocontagiosas, e a educação possuindo o papel de tornar as pessoas mais instruídas das possibilidades de propagação de tais doenças. Alertando-as dos reais riscos que a falta de higiene e o desleixo com o asseio poderia acarretar. Ambas, atuando juntas dentro do espaço escolar, medicalizando e disciplinando o corpo das crianças. Moldando o corpo, de acordo com os preceitos de uma sociedade que se modernizava e civilizava em ritmo cada vez acelerado.

Para N. Souza Pinto, “O médico escolar é um elemento de que não se pode prescindir, em nossos dias, si se quiser emprestar ao ensino actual uma orientação racional em plena harmonia com as ciências natuaraes e a pedagogia moderna” (REVISTA DO ENSINO, 1930, p. 77-78). Pelo que podemos notar no discurso deste esculápio, o médico escolar era um elemento imprescindível no âmbito educacional. Seu discurso em torno da defesa da presença deste profissional nas escolas é ilustrativo da importância e amplitude que o saber médico galgou durante as primeiras décadas do século XX, dentro das escolas brasileiras. Um saber que se fazia ouvir, sentir e obedecer, quando o assunto a tratar era a saúde do corpo das crianças. Na escola, esse saber adentrou mudando hábitos e impondo novas regras de comportamento.

O médico “encarregado da saúde dos escolares, [...] ditará as medidas convincentes para salvaguardar sua salubridade, ilustrará a autoridade escolar sobre as medidas prophylacticas que tendem a evitar a difusão das moléstias contagiosas” (REVISTA DO ENSINO, 1930, p. 77-78). A saúde dos escolares passava pelo crivo da medicina. Atuando como autoridade detentora do conhecimento científico, o médico adentrou as escolas

³⁶ A esse respeito, ver o quinto capítulo do livro “A Microfísica do Poder” (2010), de Michel Foucault, organizado por Roberto Machado, a respeito de “O nascimento da medicina social”.

inspecionando espaços e corpos. Estava sob sua competência o diagnóstico de doenças contagiosas, afastando aqueles sujeitos tidos como degenerados física e mentalmente. Também estava sob sua incumbência visitar “a escola regularmente, inspecionando as condições hygienicas em que se acham as classes, fiscalizando o material de ensino, as condições de luz, ventilação etc” (REVISTA DO ENSINO, 1930). O trabalho realizado pelo médico ia muito além do diagnóstico de doenças, ele também atuava na inspeção do prédio, observando a limpeza dos corredores, dos assoalhos, das carteiras, dos bebedouros etc. Sua presença se fez notar em todos os espaços da escola.

Ao lado dos médicos, os/as professores/as estavam dispostos a servirem de exemplos, as crianças inculcando os hábitos salutarres de higiene e asseio do corpo. O/a professor/a deveria ser o modelo a ser seguido e copiado pelos escolares. Por isso, tinha que se apresentar diante dos discentes de forma impecável no quesito asseio do corpo, vestindo roupas e calçados limpos, portando hálito suave, dentes sempre escovados e em perfeita branquitude. Eram atitudes delicadas e sensíveis, um espelho, no qual as crianças enxergavam o modelo ideal a ser seguido, copiando os bons exemplos expostos em sala de aula e levando-os para o lar.

Os cuidados com a saúde das crianças não ficavam restrito apenas aos cuidados com o asseio do corpo. Perpassava ao cuidado com o desenvolvimento físico propriamente dito, através da prática regular de exercícios físicos. Por isso, pedagogos e higienistas estavam de comum acordo quando o assunto a tratar era o cuidado do “*physico* da criança por meio da pratica constante da *gymnastica* pedagógica, jogos ao ar livre, esportes etc” (REVISTA DO ENSINO, 1930, p. 77-78. Grifos nossos).

Todo esse processo fazia parte do desejo de uma sociedade medicalizada e disciplinada, que passou a fazer parte da mentalidade brasileira nas primeiras décadas do século XX, quando os indivíduos passaram a ser normatizados pelo discurso médico, tendo suas vidas reguladas. O processo de medicalização tomou a escola como seu objeto para pôr em prática o projeto político de modernização da nação. Esses discursos foram melhor identificados entre as décadas de 1930 e 1940, quando da emergência dos preceitos pedagógicos do movimento Escola Nova. Neste momento, passa-se a se perceber com mais frequência a relação existente entre a medicalização, Escola Nova e modernização da escola (HORA, 2016), como parte de um projeto que buscava tornar a população brasileira saudável nos moldes do que almejava o discurso higienista da época.

Nas primeiras décadas do século XX, vemos uma evidência se impor: a crescente proliferação de discursos sobre a ligação entre medicina e educação. Para Stephanou (1997, p.

2), neste período, os médicos se incumbiram diretamente das questões educativas “e se empenharam em salientar que a medicina social preventiva era inconcebível sem a educação. E, inversamente, que a educação era inconcebível sem a incorporação dos avanços da ciência, representada pela medicina”. O trabalho pedagógico exercido pelo médico dentro das escolas adquiriu grande relevância social, levando-se em consideração que era grande o índice de crianças em desalinho com os preceitos higiênicos.

Neste momento, a presença do médico dentro da escola se

constitue uma necessidade imprescindível, nos dias que correm, pois é elle o encarregado de velar pela saúde, base do bem esta e da felicidade e consequentemente um dos primeiros factores para o normal desenvolvimento intelectual e *physico* do educando” (REVISTA DO ENSINO, 1930, p. 77-78. Griso nosso).

Só os esculápios tinham a competência de diagnosticar as doenças que afligem o corpo dos discentes. Nas escolas brasileiras deste período, a relação entre educação e saúde se estreitaram de forma bastante tênue. As duas caminharam juntas, com o objetivo de salvar o país de um atraso que há séculos afligia as autoridades nacionais, o atraso social, econômico e político. O discurso médico higienista foi sentido com maior intensidade nas escolas de todo o Brasil. O tema da educação sanitária passou a ser frequente nas discussões pedagógicas.

Na Paraíba, do início do século XX, esses discursos não foram diferentes. Nos principais meios de comunicação que circularam no Estado, durante as primeiras décadas do século passado, vemos emergir uma série de discursos tematizando a importância da interferência do médico dentro da escola, além da divulgação dos benefícios do ensino de Higiene e Educação Sanitária. Como podemos notar em um artigo publicado pelo jornal *A União*, datado do ano de 1930, intitulado “O ensino de *Hygiene* e Educação Sanitária”, no qual discute-se a importância em se despertar na mente infantil a “consciência sanitária”, desde os primeiros anos de vida, quando estas adentram o universo escolar. “Sem saúde não pode haver escola” (A UNIÃO, 1930). No interior da escola, professores e médicos atuaram juntos com o intuito de “regenerar *physicamente*” o corpo das crianças, através de uma série de medidas profiláticas que buscava torná-las aptas para o desenvolvimento de atividades escolares.

A circulação das práticas higiênicas foi, sem sombra de dúvidas, “um dos problemas mais importantes do nosso ensino” (REVISTA DO ENSINO, 1932, nº 1, p. 39). A formação de uma raça forte, capaz e digna de merecido nome Brasil passava pelo combate às doenças que acometiam o corpo de seus cidadãos. Isso fica claro ao analisarmos o discurso citado

acima, do médico Joaquim Santiago, na *Revista do Ensino* da Paraíba, ao publicar o artigo “Hygiene Escolar”, no qual defende a ideia de que o Brasil não alcançaria o desejado progresso econômico e científico que tanto almejava sem antes resolver os problemas concernentes aos males que estavam impregnados no corpo de seus cidadãos.

Por isso, era preciso despertar a “consciência sanitária” de nossos escolares nos quesitos das práticas higiênicas. Portanto, se fazia necessário transformar aqueles “meninos doentes, viciados e já cheios de mazellas moraes” em crianças fortes, risonhas e saudáveis, de acordo com as novas práticas pedagógicas que tinham na divulgação do ensino de Higiene. Desta forma, era preciso que os responsáveis pela administração do ensino em nosso Estado tivessem em mente a necessidade de “ministrar noções de *hygiene* aos nossos meninos com o fim de velo-os sãos e cheios de um vigor sadio, minorar o soffrimento da nossa gente” (REVISTA DO ENSINO, 1932, nº 1, p. 39-40. Grifo nosso).

Esses objetivos, só poderiam ser alcançados de forma eficiente através da contribuição de um livro didático que abordasse os principais temas de higiene necessários para a inculcação de hábitos salutareos nas crianças. Talvez por isso, a Paraíba tenha, a partir da década de 1930, adotado o “livrinho didático e bem feito do notável *hygienista* patricio dr. Renato Kehl, noções e conhecimento aos nossos alumnos das moléstias e dos meios capazes e efficazes de combate-las e evitar a sua propagação” (REVISTA DO ENSINO, 1932, nº 1, p. 39-40. Grifo nosso). Esse livrinho didático, no qual a matéria faz menção, é o livro “A Fada Higia”, que foi adotado como livro didático das escolas públicas do Estado, a partir dos primeiros anos da década de 1930.

No “Programa de Ensino Primário da Paraíba” para o ano de 1932, é possível percebermos a influência que o pensamento do farmacêutico e higienista Renato Kehl³⁷ exerceu na divulgação de hábitos higiênicos e eugênicos na formação da mentalidade das crianças paraibanas entre as décadas de 1930 e 1940. Isso é o que veremos abaixo, ao problematizarmos as principais lições de higiene ministradas nas escolas do Estado neste período sob o auxílio do tão comentado livrinho mágico do magno higienista brasileiro.

³⁷ Segundo Pietra Diwan (2011, p. 124), o médico higienista Renato Kehl, produziu uma vasta obra escrita, publicou mais de trinta livros, a partir de 1917, sobre a temática eugênica. “A cura da fealdade (1923)”, “Lições de eugenia (1929)”, “Sexo e civilização (1933)”, “Por que sou eugenista? (1937)”, e “Typos vulgares (1946)” figuram entre os principais, publicados, em sua maioria, pela Editora Francisco Alves, sediada no Rio de Janeiro. Além disso, foi o editor-responsável do periódico “Boletim de eugenia (1929-1931)”, durante os três anos de sua circulação, e editou a “Revista terapêutica”, “Vida rural” e “O farmacêutico brasileiro”, todas financiadas pela Casa Bayer do Brasil entre as décadas de 1920 e 1940. Publicava também regulamente nos principais jornais do país. Manteve relações epistolares com outros eugenistas brasileiros e com os principais representantes do eugenismo internacional durante diversos anos, o que lhe valeu prestígio e reconhecimento no meio intelectual. Por isso talvez tenha recebido de seu sogro, o médico sanitaria Belizário Penna, o apelido de “campeão de eugenia.

Ao analisarmos o “Programa de Ensino Primário da Paraíba” para o ano de 1932, publicado na *Revista de Ensino* do Estado, temos em vista o plano contendo os assuntos e a maneira correta das professoras primárias ministrarem o “Ensino de *Hygiene*” para as crianças do primeiro ano primário. Para o **Primeiro Semestre**, no primeiro dia de aula, a lição ministrada pela professora tinha, por objetivo, despertar a “consciência sanitária” das crianças, alertando-as para os devidos cuidados com o asseio do corpo. Ao adentrar a escola, os discentes eram submetidos a uma rigorosa inspeção médica, sob o olhar disciplinador da professora, que não deixava escapar-lhe à vista nenhum detalhe relacionado ao asseio do corpo.

Em filas³⁸ bem organizadas, as crianças desfilavam diante da professora que os passavam em revista, observando com acuidade todos os aspectos do corpo. Primeiro, pelo asseio da cabeça, olhando se o cabelo estava cortado, lavado e se não tinha piolhos, caspas e outras sujidades; depois, passava à higiene dos dentes, e caso estivessem sujos, mandava-os imediatamente escová-los, instruindo-os como fazer a escovação correta até eliminar todos os restos de alimentos acumulados; Observavam também a limpeza dos ouvidos, do pescoço, das mãos, das unhas e, por último, do vestuário.

Nada escapava a minuciosa inspeção das professoras, que também agiam como inspetoras sanitárias. Tudo era anotado para compor as fichas sanitárias, os erros de imediato eram corrigidos, os maus hábitos eram punidos e os bons hábitos incentivados. Se algo não estava de acordo com as normas médicas higiênicas, fazia-se logo que possível a correção. Se tudo andava bem nos quesitos da higiene corporal, era sinal de que as mães estavam instruindo seus filhos/as em casa nas modernas lições de higiene. Cabia à professora, elogiar os acertos e corrigir os erros, pois, só com uma lição de higiene bem ministrada, adquiria-se um corpo saudável.

Temos, desta forma, a comprovação da aproximação cada vez mais tênue entre higiene e educação compondo as preocupações nacionais. Os problemas de ordem sanitária também foram concebidos como problemas de ordem educativa, e a escola primária “é vista como a instituição a cuja força e poder deveriam recorrer os médicos-higienistas” (ROCHA, 2003, p. 180).

No **segundo dia de aula**, a professora ordenava que as crianças fizessem suas próprias inspeções sanitárias. Sob o olhar vigilante da professora, a criança, de imediato, começava a

³⁸ A distribuição das crianças em filas organizadas dentro do espaço escolar tanto para a inculcação de práticas de higiene como também nas aulas de Educação Física, algo bastante comum nas primeiras décadas do século XX, constitui-se em um poderoso instrumento de “poder disciplinar” (FOUCAULT, 2010). A organização em fileiras facilitava a vigilância exercida pelos/as professores/as.

fazer sua própria revista. “Si, por exemplo, estiver com as unhas sujas, manda-la, sem nenhum vexame, lavar as mãos e limpar as unhas” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 80-81). Nada mais repugnante do que aparecer em público com mãos e unhas sujas: unhas grandes ou mal cortadas eram sinal de desprezo consigo mesmo.

Para a realização das refeições, as unhas deveriam apresentar-se sempre limpas e cortadas. Permanecer com elas sujas contribuía para o abrigo de inúmeros microrganismos que podem causar doenças, além de ser um sinal de desleixo com o próprio corpo. Uma criança moralmente educada, cuida do asseio de seu próprio corpo e instrui os colegas de sala a fazer o mesmo.

Para completar os ensinamentos de higiene corporal, no **primeiro semestre**, era preciso despertar nas crianças “a utilidade do banho diário e das vestes limpas. O uso do copo individual. O lenço para não limpar o nariz com a manga ou a mão. Escovar os dentes pela manhã, à noite antes de dormir e depois das refeições” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 80-81). Uma criança bem-educada anda prevenida com um lenço³⁹ dentro do bolso da calça ou da camisa, para, caso necessite, não espirrar sobre os colegas. Utilizar o lenço para assoar o nariz faz parte das normas de boa etiqueta. Ter um lenço sempre de prontidão, para assoar o nariz ou limpar o suor, era sinal de polidez⁴⁰. As crianças não podiam fumar ou cuspir no chão. As crianças também eram instruídas sobre o perigo oferecido pelo fumo, responsável por causar grandes transtornos ao organismo humano. Favorecendo, inclusive, o surgimento de doenças, a exemplo da tuberculose.

³⁹ Segundo as considerações feitas pelo sociólogo alemão Norbert Elias (2011, p. 146-147), a respeito do processo civilizador em torno do uso do lenço e do garfo na sociedade de corte, podemos destacar que tanto “o uso do lenço – como o do garfo – surgiu primeiro na Itália e se difundiu devido a seu valor de prestígio. As mulheres prendiam ao cinto o pedaço de pano bordado e precioso. Os jovens “esnobes” da Renascença ofereciam-nos a outras pessoas ou levavam-nos à boca. E como eram preciosos e relativamente caros, no início seu uso não é comum, nem mesmo na alta classe”.

⁴⁰ Segundo estudos realizados por Ribeiro (1983, p. 9-10), na sociedade de corte, há uma lógica que impera: “É a da *etiqueta*: cada pessoa, cada classe conhece o seu lugar e respeita o dos outros. Ainda conhecemos os encantos da etiqueta – nos jornais de domingo para as famílias, nas revistas de mulher nua para o homem de classe média, nos periódicos destinados ao público feminino se ensina constantemente a escolher os vinhos adequados (ocupação viril, de sedutor com cheque especial) ou a combinar os convidados (ofício de anfitriã), a vestir-se, decorar a casa, das festas, a subir na vida pelo domínio dos gestos de bom-tom. (À vezes, ensina-se até a pensar.)”. Dessa forma, nota-se toda uma “pequena ética”, repleta de conteúdos e maneiras, a se divulgar e, por seu meio, também uma micropolítica: os gestos significam educação e riqueza; através deles, a sociabilidade burguesa e de classe média encontra uma expressão eficaz e, muitas vezes, solene. Porém, na sociedade de consumo, e (ainda mais) num país como o nosso, em que é pequena a tradição cultural dos membros da classe dominante, o teatro das boas maneiras e da fineza que se pretende aristocrática pode facilmente descambar para o ridículo. Mesmo na Europa, a maioria dos “duques” e “marqueses” das colunas sociais dificilmente teria direito a portar esses títulos pelas leis da monarquia. No Brasil, o aprendizado das roupas e comidas adequadas funciona mais como maneira de discriminar quem não conhece as regras (muitas vezes descabidas), como instrumento de prepotência, do que para tornar agradável o convívio social.

Inúmeras outras práticas cotidianas relacionadas ao asseio do corpo foram ministradas durante o **primeiro semestre** do ano letivo, como “lavar as mãos sempre que pegar em dinheiro, antes de servir-se de qualquer alimento e depois que pegar em qualquer objecto que não esteja limpo” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 80-81). Também se recomendava o asseio das mãos antes de sair das latrinas, local por excelência de proliferação de doenças. Lavá-las também após cumprimentar as pessoas. A higiene das mãos era um dos principais assuntos debatidos nas aulas de higiene.

Com as mãos, as crianças tocam objetos anti-higiênicos e depois manuseiam os alimentos sem a devida higiene. Higienizar as mãos antes e depois das refeições era uma obrigação que devia ser ensinada cotidianamente na escola e em casa. Uma mãe prestativa iniciava seus filhos/as nas primeiras lições dos cuidados higiênicos. As crianças mais hábeis com as práticas do asseio eram incumbidas à tarefa de inspecionar os colegas, atuando como pequenos inspetores, procurando chamar a atenção para o cuidado, em não “tossir nem espirrar de frente para outra pessoa. Não conservar a boca aberta e respirar pelo nariz. Manter atitude correcta” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 80-81).

No **Segundo Semestre**, já formados nos necessários cuidados com o asseio do corpo, a criança passou a ter sua atenção despertada para outros cuidados mais abrangentes. Para viver em sociedade, é preciso que os preceitos higiênicos sejam ampliados. Agora, possuir unhas limpas e cortadas, cabelos lavados e livres de piolhos, dentes escovados, roupas limpas e perfumadas não são mais que necessidades, são deveres, obrigações. Era preciso que outras questões envolvendo as práticas higiênicas passassem a serem despertadas na mentalidade dos escolares. Começando, com “a necessidade de limpar os sapatos antes de entrar em casa” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 80-81). Ao andar pelas ruas infectadas por bactérias, insetos, poluentes e outras sujeiras, quando chegassem em casa, os sapatos deviam ser limpados antes de adentrar o lar. O mesmo valia quando chegassem na escola, deveriam sempre lembrar de limpar os sapatos antes da entrada. É obrigação dos pais e diretores das escolas disponibilizarem, na entrada de casa e/ou da escola, um tapete ou pano limpo para a correta limpeza dos sapatos. Quando não existisse, era dever do discente solicitá-lo.

Outro cuidado era com a vacinação periódica e obrigatória. Estar atento às datas da vacinação, sempre informados sobre o perigo dos surtos epidêmicos. Nas primeiras décadas do século XX, inúmeras doenças foram responsáveis por vitimar parte da população brasileira. Tuberculose, varíola, tifo, impaludismo, febre-amarela, gripe espanhola, sarampo, lepra, entre outras deixaram marcas profundas no corpo e na mentalidade das pessoas.

Algumas pessoas temiam até mesmo pronunciar o nome de certas doenças, de tão traumatizantes e doloridas que eram.

Ainda no quesito doenças: uma boa alimentação contribuía para a manutenção de um corpo saudável. Além de evitar doenças e transtornos intestinais, a alimentação bem-feita representava uma série de bons modos e etiqueta à mesa. Uma pessoa civilizada era aquela que sabia se comportar diante dos demais no momento das refeições. Portanto, para ser civilizada, a pessoa tinha que demonstrar bons modos à mesa: não comer com alvoroço, não colocar sobre o prato ou até mesmo na boca grande quantidade de alimento, usar os talheres adequados a cada tipo de refeição e não pegar a comida com as mãos⁴¹, principalmente se estiverem sujas ou mal lavadas.

Torna-se um ato bárbaro tal atitude. É repugnante uma pessoa que não sabe se comportar à mesa. Pessoas que agem desta maneira nas refeições são desprezadas pelas demais. Ainda no tocante aos cuidados na hora da refeição, é preciso estar atento para “Comer devagar para não se engasgar. Mastigar bem os alimentos. Não servir-se de alimentos que estiverem expostos às moscas” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 80-81). Esses ensinamentos eram iniciados ainda durante os primeiros anos do ensino primário, antes que as crianças começassem a despertar o interesse por atos anti-higiênicos. Educados nas lições de boas práticas de higiene e de bons modos à mesa⁴² aos poucos se tornavam pequenos divulgadores dos preceitos higiênicos.

À professora, caberia alertar os discentes para o perigo “de roer-se as unhas, pôr os dedos na boca, no nariz, limpar os olhos com as mãos, coçar os ouvidos e a cabeça. Diga que as pessoas que não seguem os preceitos da *Hygiene* ficam doentes” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 80-81. Grifo nosso). Caso seja comprovada que a criança esteja com alguma doença, o (a) mesmo (a) deve, imediatamente, ser levado pelos pais aos cuidados do médico mais próximo. Só médicos e enfermeiras têm a competência de diagnosticar e tratar as doenças. Esse tipo de discurso presente nas páginas da *Revista do Ensino*, publicada ao longo da

⁴¹ Ribeiro (1983, p. 12-13) afirma que “[...] a partir do século XIII inúmeros documentos atestam a crescente preocupação europeia em refinar os costumes. [...] Podemos começar pelas maneiras de comer. Não apenas não existiam talheres, como não há pratos individualizados: as comidas são postas sobre a mesa, de madeira – às vezes simples tábuas armadas para a ocasião, em cima de cavaletes; não se usa toalha, e talvez uma bota esteja ao lado da travessa”. Uma das regras que imperava era a de comer com as mãos. Não havia garfos e colheres. Também era bastante comum o costume de se servir com a faca que partia os alimentos. Os nobres consumiam carne e pão em grandes quantidades.

⁴² As “boas maneiras” custam muito a fazer parte do cotidiano das famílias ocidentais. “A sociedade medieval européia é pouco refinada; os cruzados, que entram em contato com Império Bizantino ou com os inimigos árabes, são fascinados pela riqueza, pelo fausto, pela qualidade do viver encontrados no Oriente às vezes tão árido. Na Palestina os cavaleiros europeus com frequência mandam comprar sorvetes no acampamento do adversário Saladino – isto sob um sol causticante. E de outra terra islâmica, a Península Ibérica, conta-se que passam à Provença as concepções do amor que inspirarão os trovadores” (RIBEIRO, 1983, p. 12).

década de 1930 e começo de 1940, tinha por intenção despertar o interesse dos sujeitos para a importância da visita periódica a um médico. Estamos tratando de um período em que o acesso aos cuidados médicos era uma raridade, principalmente quando se tratava da camada mais desfavorecida da população. Apenas parte de uma elite intelectual e financeira desfrutava da assistência e dos cuidados de um esculápio.

Esse tipo de discurso foi, na realidade, uma das muitas tentativas encontradas para chamar a atenção das crianças para os problemas relacionados à saúde. Submetidos a uma normalização médica, as crianças tornavam-se sujeitos “conscientes” de sua função na sociedade de amanhã. Por meio de ações como estas, despertando o interesse das crianças dentro das escolas, construía-se “uma nação *saudável* capaz de atender às necessidades do mercado e mais ainda, de fazê-lo pelo consenso” (HORA, 2016, p. 2). Para se obter um corpo saudável, as crianças tinham que desfrutar de boas condições higiênicas dentro das escolas e em casa. Horários apropriados para a prática de recreios e atividades físicas favoreciam a manutenção de um corpo hígido. Recomendava-se que as atividades físicas de preferência fossem realizadas no horário da manhã, aproveitando a temperatura amena.

Quando a escola não possuía um galpão adequado para os exercícios *gymnásticos*, os mesmos eram realizados no próprio pátio da escola. Em dias de muito calor, recomendava-se que os discentes usassem roupas brancas, leves, curtas e folgadas. Era uma medida profilática que buscava diminuir a fadiga do corpo. O excesso de suor provocava mau cheiro. Por isso, a utilidade de roupas que se adequassem ao horário e ao tempo dos exercícios físicos. Sempre que possível, praticado ao ar livre ou no pátio da escola quando este existia. No *Instituto Pedagógico*, os professores responsáveis pela matéria de Educação Física⁴³ ministravam as aulas no pátio do educandário seguindo as normas estabelecidas pelo discurso médico-pedagógico.

No **primeiro ano primário**, os discentes viram na prática o valor do projeto de educação da saúde para o desenvolvimento harmônico do corpo. No **terceiro ano primário**, durante o **Primeiro Semestre** da matéria de *Hygiene*, os discentes passam a serem conscientizados para “a utilidade dos sanitários, o asseio das suas paredes, a necessidade de dormirem os alunos em quarto arejado” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 94). Sem abrir mão da utilidade de penetração da luz do sol nos aposentos onde dormiam, ao acordar, era

⁴³ Pelas informações que conseguimos obter de algumas fontes analisadas, o *Instituto Pedagógico*, no início do século XX, tinha pelo menos três professores responsáveis pelas atividades físicas das crianças: além do Sargento Moisés de Araújo, aparecem como prováveis professores o sargento Heráclito Rios, que também era professor de Educação Física do colégio Pio XI, e na escola do Tiro de Guerra 243, foi citado o nome de Carlos Kurt. A matéria de Higiene no *Instituto* era ministrada pelo professor Antônio Cabral.

recomendado que abrissem as janelas de seus quartos para que os mesmos fossem arejados com a luz solar e com o orvalho do amanhecer. Desta forma, cultivava-se um corpo saudável. Ao levantar-se, era mais recomendado que evitasse pôr os pés no chão, se possível, recomendava-se que a criança deixasse de prontidão uma sandália ao lado da cama para calçar quando fosse levantar-se. Nas aulas de higiene, as crianças aprendiam que a brincadeira com animais domésticos podiam causar doenças. O uso do cigarro prejudica os pulmões e deixa os dentes amarelados, e além de ser fator de propagação de doenças, não é esteticamente bonito ser visto com um cigarro na boca.

Durante as lições de higiene do **Segundo Semestre**, a criança aprendia as vantagens que o hábito de “Lavar as mãos e o rosto sempre que vier de um passeio” tinham. Algumas práticas higiênicas do primeiro ano eram repetidas no terceiro, como “conservar as unhas limpas e bem aparadas”, além de práticas novas, como “não limpar o quadro-negro com as mãos. Não humedecer o dedo com a saliva para voltar as páginas do livro nem também para contar dinheiro. Não chupar os dedos. Evitar o aperto de mão às pessoas doentes sem faltar a polidez” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 94). Algumas atitudes, além de serem anti-higiênicas, eram também incivilizadas. Chupar os dedos em público ou na hora das refeições era um hábito anti-higiênico. Costumes como esses poderiam acarretar doenças incuráveis. Uma pessoa civilizada não podia se comportar de tal modo.

Para o ensino de Higiene do quarto ano, no **Primeiro Semestre**, a professora passava a despertar a curiosidade das crianças para os cuidados com a necessidade da correta digestão dos alimentos, apresentando as vantagens de uma boa digestão e os perigos que uma má digestão podem causar para o organismo. Por isso, a professora chamava a atenção das crianças para os benefícios que o organismo adquiriam quando se realizava uma refeição, levando-se em conta o espaço de tempo entre uma e outra. Evitar comida pesada, optar por alimentos leves, dar preferência às frutas maduras e aos alimentos são, lavar as frutas e verduras antes de comê-las, não, demonstrar pressa ao mastigar os alimentos e não consumir bebidas alcoólicas. A professora podia “Exigir das crianças o compromisso de nunca se servirem de álcool. Coloque a professora na classe um cartaz com os seguintes dizeres: ‘Não beba, não fume, não jogue’” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 104-105).

No **Segundo Semestre**, a professora abordava a “Utilidade de a criança dormir e acordar cedo, tomar banho e fazer as refeições na horas certas. Cuidado com os dentes” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 104-105). Ter em mente o cuidado de consumir água potável, de preferência, que seja fervida antes do consumo. A água pode ser a causa de graves doenças (como diarreias, verminoses, amebíase, cólera, hepatite, esquistossomose e a

leptospirose causada pela urina de ratos). Além disso, as crianças são alertadas dos reais perigos do “beijo, propagador da tuberculose”. Doença de grandes proporções. Para evitá-la, as pessoas tinham que portar bons hábitos higiênicos, como lavar as mãos com frequência, não comer alimentos estragados, não beber água contaminada e, claro, não beijar pessoas enfermas. Pelo beijo, a doença passava de uma pessoa para outra com enorme facilidade. Nas aulas de higiene, a professora buscava despertar a atenção das crianças para o devido cuidado que deveriam ter em “cultivar os bons pensamentos, o decoro e o respeito a si mesmo” e com os outros (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 104-105).

No **Primeiro e Segundo Semestre**, do quarto ano do primário, a professora ensinava as crianças as lições contidas no livro mágico “A Fada Higia”, do médico higienista Dr. Renato Kehl. Neste período, as crianças realizavam “a leitura e interpretação” do referido livro. No **Primeiro** e no **Segundo Semestres**, no quinto ano primário, ocorria a “recapitulação” do livro ‘A Fada Hygia’ (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 115-126. Grifo nosso).

Para o **Primeiro Semestre** do sexto ano primário, o ensino de Higiene focalizava, mais uma vez, os problemas causados pelo álcool no organismo e as doenças provocadas pelo excesso de bebidas alcoólicas. Esse assunto era tratado no sexto ano por ser nessa faixa etária que os/as jovens estão mais susceptíveis ao contato com as bebidas alcoólicas. Passam a frequentar festas, a andar sozinho e, aumentam o ciclo de amizades. A professora ministrando as aulas de higiene, demonstrava exemplos de transtornos que as bebidas alcoólicas podiam provocar nas pessoas que bebem de forma desregrada.

Apesar de ser algo extremamente incivilizado, o consumo desmedido de bebidas alcoólicas poderia ser a causa principal de algumas doenças. Outras questões, para além dos prejuízos do álcool para o organismo, eram postas em sala de aula, como: quais os tipos de insetos que mais transmitem doenças; quais as doenças causadas pela picada de determinados insetos. Essas lições tinham por função informar os discentes a respeito do risco que alguns insetos representam para os seres humanos, por serem transmissores de doenças. As lições se estendiam para a real importância da qualidade da água potável, como a necessidade de “conhecer si a água é potável”.

Em seguida, as lições se estendiam para os magnos problemas ocasionados pelo cigarro. A professora, no intuito de chamar a atenção das crianças, colocava na parede da classe o seguinte cartaz: “não fume, não beba, não jogue” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 136). O verbo no imperativo representava uma forma doutrinal de se ministrar os exercícios às crianças. O cartaz ilustrado com figuras e mensagens curtas tinha, por objetivo, disciplinar

as crianças através do olhar. Só assim elas/es passariam a ter noção dos reais valores da “Moderna Higiene”, cuidando do asseio de seu próprio corpo e Cultivando bons hábitos dentro da escola e do lar.

No **Segundo Semestre**, a professora ministrava noções do correto cultivo dos alimentos estudando seus diferentes tipos: “do reino animal, vegetal e mineral. Qualidades e valor nutritivo dos alimentos. As carnes. Os legumes. As fructas, etc” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 136). O ensino de higiene também estava voltado para os cuidados com os ferimentos. As crianças recebiam noções de como agir em casos de acidente, desmaios e hemorragia. Eram instruídas com lições de primeiros socorros sobre como agir em uma situação inusitada, em um acidente doméstico, em um ataque cardíaco ou até mesmo nos casos de asfixia.

Podemos encontrar, também, no livro didático “A Fada Higia” Lições, as orientações ministradas nas aulas de Higiene, no primeiro ano do ensino primário na Paraíba, na década de 1930. Eram historietas que instruíam os discentes sobre o real valor da higiene e asseio do corpo para o cultivo de uma boa saúde. Esse livro tornou-se, na década de 1930, um importante instrumento para a divulgação do conhecimento médico na Paraíba, divulgando inúmeras instruções médico-higiênicas de como se comportar de maneira adequada e civilizada nas refeições, como realizar a correta higiene do corpo, como andar bem trajado e com roupas e calçados limpos e a maneira correta de se escovar os dentes. Essas prescrições faziam parte de um audacioso projeto médico-higienista que buscava medicalizar e disciplinar o corpo das crianças dentro e fora dos muros das escolas, para atender a uma ordem social civilizatória.

O livro “A Fada Higia”, de autoria do Dr. Renato Kehl, foi adotado nas escolas públicas da Paraíba, a partir da década de 1930, como forma de divulgar os ensinamentos da matéria de Higiene às crianças dentro das escolas do Estado. Ao lermos o livro, percebemos que o mesmo tinha por função divulgar e inculcar na mente das crianças os benefícios da disciplina de Higiene e o valor das boas práticas de asseio do corpo. Para Soares Júnior (2015), entre as funções atribuídas ao ensino de Higiene, Renato Kehl almejava tornar as crianças mais obedientes, civilizadas, estabelecer regras de bom convívio com a natureza, os cuidados com o bom funcionamento do organismo, praticar as boas normas e fazer o bem. Este livro, distribuído nas escolas de todo o Estado, tornou-se um manual capaz de retirar as crianças da condição de abandono e conduzi-las à civilidade.

“A *Revista de Ensino*, veículo oficial do *Departamento de Educação* do Estado da Paraíba se incumbiu da missão de divulgar *A fada Higia* para os professores como material

didático apropriado para as aulas de higiene” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 234). Esse livro, ilustrado com figuras e historietas, foi distribuído nas escolas da Paraíba com o intuito de despertar a atenção das crianças para os cuidados com as práticas do asseio do corpo por meio do ensino das corretas noções de higiene. O leitor, então, pode se perguntar: por que então discutir neste momento da dissertação assuntos relacionados ao ensino de higiene nas escolas públicas da Paraíba, se o *Instituto Pedagógico* era uma escola particular? A resposta é simples! Porque, no *Instituto*, durante as primeiras décadas do século passado, o ensino das práticas de higiene e a divulgação da “Moderna *Hygiene*”, como vimos no discurso do esculápio Antônio de Almeida, estava entre as principais preocupações dos responsáveis pela administração do educandário. Isso fica evidente quando analisamos os exemplares da *Revista Evolução*, do *Evolução Jornal* e do jornal *Brasil Novo*, e percebemos que nestes periódicos os assuntos relacionados às práticas higiênicas faziam parte dos objetivos dos responsáveis pela organização da escola.

No início deste tópico, citamos o artigo do esculápio Antônio de Almeida, intitulado “*Hygiene Moderna*”, onde o mesmo fala da importância do ensino da “Moderna Higiene” e a participação do médico escolar nas práticas pedagógicas. Em outro artigo, também publicado na *Revista Evolução*, do ano de 1932, agora escrito pela professora normalista Noemi Carlos da Silva, intitulado de “Conselho Higiênico”, a autora narra em formato de poema o que chamou de “Conselhos Higiênicos”, direcionado para os discentes e docentes do *Instituto*. Em nossa opinião, sua intenção foi a de despertar nas crianças os devidos cuidados que as mesmas deveriam ter no cultivo de um corpo saudável, cultivando práticas cotidianas de saúde e bem viver. É bom deixar claro que a *Revista Evolução*, no início da década de 1930, foi um dos principais veículos de comunicação de Campina Grande. Provavelmente, os pais dos discentes matriculados no *Instituto* tinham acesso e liam a revista. Desta forma, também foram educados e disciplinados de acordo com os mais modernos valores da higiene, assim como seus filhos foram. Então, atentemos para os conselhos:

I - Dos pés até a cabeça / Trazer o corpo bem lavado; / - Quem apenas lava a cara, / Não passa por asseiado. / II - Deita-te cedo, meu filho, / Ergue-te cedo também. / - Quem assim faz e trabalha, / Mui bela saúde tem. / III - Deves usar sempre largo / Todo o teu fato e calçado; / O sangue não gira bem / Quando o corpo anda apertado, / IV - A casa em que morares / Deve ter sol e muito ar. / De casa que assim não seja / Deves-te logo mudar / V - Evita dentro de casa / Toda a poeira e mau cheiro; / E não durmas no teu quarto / Sem o arejar primeiro. / VI - Essências, flores e plantas, / Cujo aroma é de encantar. / No teu quarto não as queiras / Quando te fores deitar (REVISTA EVOLUÇÃO, 1932, p. 18-19).

Sempre que adentrasse à escola, o aluno deveria apresentar um corpo asseado, lavado dos pés à cabeça e deveria ter cuidado com as horas de sono. Uma criança educada é aquela que deita e acorda cedo. A noite deve ser aproveitada para recuperar-se de um dia exaustivo dedicado às atividades educacionais. Ao acordar cedo, é dever da criança aproveitar os primeiros raios de sol, pois trazem bastante benefícios à saúde. Para isso, é preciso abrir as janelas para arejar a casa com ar puro, realizar a limpeza dos móveis e lençóis da cama. Uma casa higiênica passava primeiro pelos cuidados com a poeira e asseio dos móveis. Essas são prescrições destinadas às crianças que estudavam no *Instituto Pedagógico* e em outras escolas de Campina Grande, buscando divulgar os necessários cuidados com o asseio do corpo.

Essas lições tinham, por objetivo, evitar que as crianças trouxessem para dentro da escola maus hábitos adquiridos no lar e em outros espaços, e que não estivessem condizentes com as normas civilizatórias, que passaram a fazer parte da rotina das escolas brasileiras nas primeiras décadas do século XX, se apresentando enquanto higiênicas, modernas e civilizadas. Nas linhas que dão sequência a nossa narrativa, veremos como os corpos destas crianças foram alvo de uma série de discursos médicos que tiveram, por objetivo, torná-las regeneráveis através do ensino de Educação Física. Também veremos como nas primeiras décadas do século XX, o ensino dessa disciplina ganhou importância fundamental nos discursos educacionais como um dos principais fatores para a regeneração e revigoração físico do corpo dos sujeitos. Então, exercitemos nossos corpos na intenção de percebermos como eram ministradas essas atividades físicas, que, segundo esses discursos, foram um dos principais meios pelos quais se buscou a regeneração e revigoração de um corpo nacional potencialmente disciplinado e produtivo.

1 . 3 – “*Physicamente aptos para a sua missão*”: a *Educação Physica* como modeladora de corpos hígidos

“A eugenia pela ginástica, pelos jogos e exercícios vários prepara a raça futura para a grandeza da Pátria” (REVISTA DO ENSINO, 1932, nº 1). Pelo que ficou exposto na citação, podemos inferir que durante as primeiras décadas do século XX, no Brasil, existiu uma estreita relação entre as práticas eugênicas, higiênicas e os exercícios físicos, com o objetivo de tornar o corpo dos cidadãos hígidos e *physicamente* vigorosos, regenerando eugenia e fisicamente o corpo dos sujeitos brasileiros. Porque o Brasil, precisava, mais do que nunca, “cuidar do revigoração de sua raça, como agora, da saúde de seus filhos, do aproveitamento

completo da inteligência nativa de seus filhos” (A UNIÃO, 1930). Neste caso, como vimos nos tópicos anteriores, foi sobre o corpo infantil que se deram as principais iniciativas de regeneração física e mental. Para que esse projeto se concretizasse seria preciso “[...] a propaganda sobre princípios de eugenia” para se “formar a “consciência sanitária” do povo” (A UNIÃO, 1930). A maior parte dos intelectuais brasileiros deste período acreditava que o corpo infantil era uma massa possível de ser moldável, que poderia ser modelada a partir dos ensinamentos das práticas de exercícios físicos e higiênicos.

No início do século XX, vemos emergir no Brasil as duas primeiras tendências daquilo que conhecemos hoje por Educação Física: a primeira foi a Educação Física de tendência higienista de forte caráter médico-higiênico e eugênico, sob a forte influência do Movimento Higienista, advindo de países europeus, como França, Inglaterra, Alemanha e Suécia; a segunda emerge a partir da década de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder nacional, a Educação Física militarista, de influência militarista, com a preocupação exclusiva de militarização do corpo. Segundo o filósofo Ghiraldelli Júnior, ao analisarmos a História da Educação Física no Brasil, nos deparamos com “cinco tendências da Educação Física brasileira: a Educação Física Higienista (até 1930); a Educação Física Militarista (1930-1945); a Educação Física Pedagogista (1945-1964); a Educação Física Competitivista (pós-64); e, finalmente, a Educação Física Popular” (GHIRALDELLI JÚNIOR, 1991, p. 16). Nesta dissertação, focaremos nossas análises em apenas duas tendências, que se encaixam no recorte proposto para esta pesquisa: a Educação Física higienista, vinculada ao Movimento Higienista, e a Educação Militarista, que teve por objetivo preparar fisicamente a juventude nacional para suportar o combate, a luta, e a guerra.

Essas duas concepções de educação do corpo fizeram parte de um projeto médico-higienista e militarista que começou a circular em meio a sociedade brasileira, ainda durante a segunda metade do século XIX, e continuou vivo na mentalidade dos brasileiros por quase toda a primeira metade do XX, com o intuito de educar os corpos dos futuros filhos/as da nação. Foi sobre o corpo das crianças que os cuidados medico-higienistas e militaristas foram depositados com mais objetividade (SANTOS, 2014, p. 17), ditando normas de disciplina e higiene por meio da prática de exercícios físicos.

Em 1931, o jornal *Brasil Novo* teve em suas páginas a publicação de um artigo com o título de “A Educação *Physica*”, no qual a proposta era abordar os “reais perigos” de desenvolver determinadas partes do corpo em detrimento de outras através dos exercícios físicos. Para os articulistas do jornal, o equilíbrio corporal é o caminho para se conquistar um corpo harmonioso contra determinadas enfermidades.

A esse respeito, o jornal defendia que “A educação *physica* não póde ser igual para todos. É preciso saber classificar os indivíduos em grupos de necessidades afins, para regular os exercícios em vista do órgão que necessita trabalho mais intenso ou especial dedicação” (BRASIL NOVO, 1931, p. 3. Grifo nosso). A prática regular de exercícios físicos deveria acontecer levando-se em conta algumas das características do corpo humano, como idade, gênero, tamanho, peso etc.. Esses aspectos só poderiam ser notados e levados em consideração ao passar pela consulta de médico gabaritado, que indicaria quais os melhores tipos de exercícios os sujeitos deveriam praticar, quais os melhores horários, a temperatura e a vestimenta mais adequada.

Apenas um médico tinha a competência para prescrever o nível de exercício para cada tipo do corpo humano. Então, devemos conceber “A educação *physica* [...] como um Capítulo de *Hygiene* Geral, que necessita por consequência de um estado profundo do organismo humano, principalmente em suas primeiras etapas do crescimento” (BRASIL NOVO, 1931, p. 3. Grifo nosso). As crianças nas escolas deveriam passar por vigorosos exames clínicos para detectar possíveis enfermidades ou até mesmo incapacidades físicas que os impossibilitassem de praticar determinados tipos de exercícios.

Médicos e professores atuaram juntos com o objetivo de identificar quais os melhores exercícios para meninos e meninas nas séries iniciais do primário e secundário. Para que isso fosse possível, a Educação Física deveria ser dividida em cinco períodos ou estágios:

Em “1º – A primeira infância, até seis anos”; em “2º – O período pre-pubertario até 13 anos (Educação *physica* elementar)”; em “3º – O período pubertario e post-pubertario até aos 18 anos (Educação *physica* secundário)”; no “4º – O jovem a partir de 18 anos (Educação *physica* superior e desportiva)”; e por último, o “5º - A idade madura a partir de 35 anos, na qual falaremos de práticas *hygienicas* da velhice” (BRASIL NOVO, 1931, p. 3. Grifo nosso).

A cada período desses, correspondia um tipo específico de exercício físico, para não prejudicar o desenvolvimento harmônico do corpo das crianças, como no caso do primeiro e do segundo período. Por isso, era preciso que o responsável pela educação física infantil lhes destinasse lições mais suaves.

A partir dos dezoito anos de idade, o sujeito já se encontrava em perfeitas condições para praticar os exercícios mais pesados e dinâmicos. Tudo isso levando-se em consideração os aspectos relacionados ao desenvolvimento de um corpo saudável e vigoroso. Homens e mulheres foram chamados à praticarem exercícios físicos com o intuito de desenvolver seus braços, pernas, tórax, peitoral, bicípites etc., tornando-os fortes e vigorosos, cada um/a com um

objetivo diferente, mas todos através de uma Educação Física de forte caráter higiênico e eugênico.

Preparar nossas crianças “*physicamente* para uma missão civilizatória”, eis o principal objetivo das aulas de Educação Física ministradas nas escolas brasileiras nas primeiras décadas do século XX. Formar homens aptos para o trabalho na grande indústria atendendo às demandas de um sistema capitalista em plena expansão econômica e também formar na mentalidade dos brasileiros a necessidade de se construir um soldado forte fisicamente para compor os quadros das forças armadas nacionais.

No caso do gênero feminino⁴⁴, o objetivo era o de tornar o corpo das mulheres mais robustos, dóceis, amáveis e belos. Fabricar uma filha, uma mãe e uma esposa obediente. Essas eram algumas das inumeráveis características desejadas dos/as futuros/as cidadãos nacionais. É claro que incontáveis outras qualidades foram exigidas pelas autoridades ávidas por progresso e mudança. A sociedade brasileira estava vivenciando um contexto de mudanças sociais, econômicas, políticas e também no campo da saúde e educação. O homem brasileiro estava sendo preparado para assumir tarefas na crescente indústria.

A Educação Física e a prática de atividades físicas, como (jogos, danças, natação, remo, *foot ball*, *basquete ball*, *volley ball*, caminhadas e brincadeiras) foram um dos meios mais viáveis para se alcançar esses objetivos. No contexto das primeiras décadas do vigésimo século, a educação física era vista pela maior parte da intelectualidade brasileira como o meio mais rápido e fácil de se alcançar o revigoramento do corpo nacional. Isso é por nós percebido quando pesquisamos jornais e revistas de circulação local, como no caso de alguns periódicos que circularam em Campina Grande, no início do século XX, e outros de circulação estadual e nacional.

O Capitão Gusman Marquina, no artigo “A Educação *Physica*” publicado pelo jornal *Brasil Novo* de 1931, já citado acima, fala da importância do “conceito fisiológico da educação *physica* baseado no desenvolvimento do organismo” e afirma ser a Educação Física umas das principais concepções modernas da “*sciencia* pedagógica, formando juntamente com a educação Moral e Educação Intelectual, a solida tripeça sobre a qual repolsa a Educação Geral” (BRASIL NOVO, 1931, p. 3. Grifo nosso). Ou seja, sem a contribuição da Educação Física, a educação nacional não estaria completa, e por isso, seria de extrema

⁴⁴ Para Buntler (2013), o gênero perpassa o dualismo biológico, pois a autora remete que o ser dotado de um sexo ao longo da vida adquire variadas influências de um convívio social que possibilita a construção de suas identidades. E conforme Louro (2010), os corpos no decorrer de sua existência e vivência de contextos são acrescidos de marcas culturais que conduzem aos estímulos para a construção do gênero e também possibilitam os moldes e opções de vivências de sexualidade, maneiras de expressar os desejos, vontades e prazeres impostas pelas redes de poder da sociedade, que estabelecem padrões compostos e definidos pelas relações sociais.

importância inculcar na mentalidade de nossa juventude as vantagens proporcionadas pela prática de exercícios físicos.

As primeiras tentativas de implantar o ensino de Educação Física nas escolas brasileiras são pensadas como a “promotora da saúde física, da higiene física e mental, da educação moral e da regeneração ou reconstituição das raças” (SOARES, 2004, p. 91). Os temas ligados à higiene, à raça e à moral compõem as principais prescrições em torno do ensino de Educação Física nesse contexto em que o saber médico se afirmar nas escolas do país. Como vimos em outros momentos desta dissertação, o saber médico-higienista adentrou nos espaços escolares ditando uma série de normas de comportamento e de disciplina do corpo com o intuito de regenerar fisicamente as crianças. Através do poder disciplinar exercido dentro das escolas, percebemos claramente o esquadramento do corpo dos escolares na tentativa de torná-los dóceis e obedientes (FOUCAULT, 2010, p. 203). A atuação dos médicos-higienistas brasileiros dentro das escolas no período que abrange as análises propostas nesta dissertação deu-se sobre o corpo infantil, exercendo o poder disciplinar no intuito de torná-los vigorosos fisicamente.

No Brasil, os profissionais médicos atuaram em conjunto com outros profissionais da área da saúde e da própria pedagogia. Tiveram a contribuição de engenheiros e arquitetos que aplicaram parte de seus conhecimentos na busca de construção de escolas modernas, arejadas, de fácil acesso, higiênicas e civilizadas. Os/as professores/as estiveram presentes ao lado dos esculápios durante todo o processo de medicalização social da escola brasileira nas primeiras décadas do século XX⁴⁵.

Nesse momento, a Educação Física ganha espaço e legitimidade nas escolas de todo país, disciplinando corpos e mentes, educando biologicamente e moralmente nossas crianças. Os exercícios físicos atuaram sobre o corpo dos escolares ditando normas de bom comportamento, de higiene e regras de saúde. Como deixamos explícito em páginas anteriores, o ensino de Higiene e Educação Física, neste período, caminhou juntas na tentativa de produção de um corpo nacional saudável e vigoroso. A função mais elementar dessas duas matérias constituía em “**Formar corpos são e robustos**, ao mesmo tempo que desenvolver as

⁴⁵ Nas últimas décadas, o campo de pesquisa sobre os saberes e as práticas médicas vem se ampliando graças à multiplicidade de abordagens, fontes e temáticas enriquecidas pelo diálogo entre diversas áreas. Estudos sobre epidemias, representação social das doenças, a morte, sobre higiene e educação, a circulação de saberes, os manuais de medicina, dentre outros, descortinaram implicações políticas, educacionais, religiosas, sociais, culturais, evidenciando a historicidade das enfermidades. Essa renovação tem em grande parte a contribuição de Michel Foucault (2010), que estudou a constituição da medicina social. Três etapas estão envoltas nesse processo: a “medicina de Estado, a medicina urbana e a medicina da força de trabalho”. A maior parte do desenvolvimento da medicina social aconteceu no século XVIII, período de desenvolvimento do sistema capitalista (MARIANO, 2015, p. 25-26).

faculdades cerebraes; [...] Este desenvolvimento deve ser paralelo sem separar o corpo do espírito, para manter o equilíbrio *psychologico e physiologico*” (BRASIL NOVO, 1931, p. 3. Grifo nosso).

Soares Júnior (2015, p. 127), ao analisar a emergência do ensino de Educação Física nas escolas da Paraíba, nas primeiras décadas do século XX, afirma que “a educação física ganhou espaço privilegiado nas escolas, passou a ser um discurso de poder, um importante modelo de educação corporal”.

Percebemos isso de forma mais nítida quando analisamos o “Decreto nº 961, de 11 de Fevereiro de 1938”, que “Dispõe sobre a organização escolar do Estado e dá outras providencias”. Esse Decreto foi elaborado e posto em prática durante a administração do Interventor Federal da Paraíba, Argemiro de Figueiredo. Foi publicado nas páginas da *Revista de Ensino*, tornando obrigatório o ensino de Educação Física em todas as escolas primárias, normais e secundárias, assim como previa a “Constituição Federal” brasileira. Nenhuma escola poderia ficar sem que tivesse a sua disposição os benefícios e valores ofertados pela prática cotidiana de exercícios físicos. O ensino desta matéria tinha por função “a formação da consciência patriótica”. Além de que seria “criado no espírito das crianças e dos jovens o sentimento de que a cada cidadão cabe uma parcela de responsabilidade pela segurança e pelo engrandecimento da pátria e de que é dever de cada um consagrar-se ao seu serviço com o maior esforço e dedicação” (REVISTA DO ENSINO, 1942, p. 43).

De acordo com as normas do “Decreto Lei”, em estavam expostos os regulamentos do ensino de Educação Física para todas as escolas do Estado, no artigo primeiro, ficou organizado em forma de Decreto, para todo mundo ver, que de agora em diante “Fica instituída obrigatoriamente a educação física em todas as escolas primarias e secundarias do Estado”. O inciso primeiro destaca que “Esse serviço será orientado por um superintendente que terá os auxiliares e monitores que se fizerem necessários”. Já por meio do “Art. 2º - A educação física, junto às escolas, será também auxiliada por elementos de corporações militares que se encarregarão dos exercícios, de marchas, paradas, acantonamentos etc”. E no “Art. 3º - É estabelecido o “uniforme único” de acordo com o modelo adotado pelo Departamento de Educação para todos os alunos das escolas, com ligeiros distintivos dos estabelecimentos a que pertencem” (REVISTA DO ENSINO, 1942, nº 17. Grifo nosso). Com este Decreto, o ensino de Educação Física ganhava foros de legitimidade. Nenhuma escola poderia ficar sem o auxílio da magna ciência do corpo humano. Os/as alunos/as deveriam sentir em seus corpos os benefícios desta auxiliar da saúde.

Aos poucos, o ensino de Educação Física ganhava espaço e prestígio dentro das escolas paraibanas. Não apenas as escolas particulares e de caráter religioso dispunham do privilégio do ensino desta disciplina. As escolas públicas também estavam obrigadas por lei a ofertar os valores da cultura física entre seus alunos/as. Utilizando uniforme padrão, os/as alunos/as caminhavam para as aulas de Educação Física elegantemente vestidos/as, com roupas leves e suaves para facilitar a circulação do sangue, e de preferência, branca, para amenizar os efeitos do sol em dias de muito calor. A roupa sendo branca também servia para que o instrutor de Educação Física pudesse vigiar com mais prudência os cuidados com o asseio do corpo. Se os uniformes estivessem sujos, era sinal de que os discentes não estavam cuidando de maneira correta dos modernos preceitos de higiene.

Segundo Carmen Lucia Soares (2004), no Brasil, durante as primeiras décadas do século XX, tivemos a influência de pelo menos três concepções de Educação Física vindas de países europeus, que foram, respectivamente, a da Escola Alemã, da Escola Sueca e da Escola Francesa. Uma das marcas da educação física da Escola Alemã foi a preocupação de seus formuladores com a defesa da pátria, devido ao fato de que esse país, no início do século XX, ainda não tinha conseguido atingir a unidade territorial. “Era preciso, portanto, criar um forte espírito nacionalista para atingir a unidade, a qual seria conseguida com homens e mulheres fortes, robustos e saudáveis” (SOARES, 2004, p. 53). Uma das principais características da Escola Alemã era o viés fortemente militarista. A militarização do corpo e chegada da *gymnastica* alemã no Brasil ocorreram mais precisamente no início do século XX, graças ao elevado número de imigrantes alemães que desembarcaram em solo nacional. Por mais que tenha tido boa receptividade pelos militares brasileiros, a *gymnastica* alemã não alcançou prestígio dentro das escolas do país, pelo fato de possuir um forte apelo militarista.

O método desenvolvido pela Escola Sueca foi o escolhido para medicalizar e disciplinar o corpo de nossas crianças. O desenvolvimento da *gymnastica* sueca ocorreu ainda durante as primeiras décadas do século XIX, com o objetivo de extirpar do corpo nacional sueco vícios como o do alcoolismo. Seu principal divulgador foi o poeta e escritor Ling⁴⁶, que

⁴⁶ “Ling considerava que a sua ginástica poderia ser dividida em 4 partes, de acordo com os diferentes fins visados. Assim, ela poderia ser:

- a) Ginástica pedagógica ou educativa – aquela que todas as pessoas, independentemente de sexo ou idade, e até mesmo de condição material e social, poderiam praticar. O seu mais elevado objetivo seria o de desenvolver o indivíduo normal e harmoniosamente, assegurando a saúde e evitando a instalação de vícios, defeitos posturais e enfermidades.
- b) Ginástica militar – deveria incluir a ginástica pedagógica, acrescida de exercícios propriamente militares, tais como o tiro e a esgrima, cujo objetivo era preparar o guerreiro que colocaria fora de combate o adversário.

desenvolveu um método de *gymnastica* repleto de nacionalismo e “destinado a regenerar o povo, formar, enfim, homens de bom aspecto que pudessem preservar a paz na Suécia” (SOARES, 2004, p. 57). Graças ao seu forte caráter pedagógico, o método *gymnastico* proposto por Ling foi, durante as primeiras décadas do século XX, melhor recepcionado nas aulas de Educação Física das escolas brasileiras, enquanto o método *gymnastico* alemão ficou restrito ao interior das corporações militares.

É inegável que o método de *gymnastica* desenvolvido na Suécia conquistou foros de destaque nas escolas brasileiras, porque é “a *gymnastica* sueca, tão recommendada pelos melhores médicos do mundo, para o desenvolvimento regular e progressivo dos músculos e bom funcionamento do aparelho respiratório” (A IMPRENSA, 1919. Grifo nosso). Na Paraíba, como podemos perceber no discurso publicado pelo jornal *A Imprensa*, na década de 1910, o método de *gymnastica* sueca, já havia sido adotado como a melhor prática de exercitação do corpo dentro das escolas, sendo “a primeira forma de educação física adotada nas escolas privadas e militares da Paraíba” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 137).

As vantagens de um ensino de Educação Física pautado no método *gymnastico* sueco residia no fato do mesmo ser de caráter pedagógico e ortopédico e, principalmente, por não ser obrigatório o uso de aparelhos. “Aprendia-se brincando!” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 138). Os instrutores se utilizavam das vantagens concedidas pela natureza para a realização dos exercícios mais adequados ao corpo dos escolares. As crianças aprendiam observando a natureza, as plantas, os rios, os pássaros, os animais. Com esse método, elas/es ficam livres para caminhar, correr entre os bosques, trepar nas arvores. Aprendem a valorizar os benefícios que a natureza proporciona para o perfeito desenvolvimento do organismo humano.

Outro método de *gymnastica* que circulou no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, foi o da Escola Francesa. “O *methodo francez* de educação *physica* se basea no conhecimento *physiológico* do homem até seu desenvolvimento completo, visando a melhor exploração de todas as qualidades *physicas* e Moraes” (BRASIL NOVO, 1931, p. 3. Grifo nosso). A concepção de Educação Física da França, “integra a ideia de uma educação voltada para o desenvolvimento social, para a qual são necessários homens completos: todo cidadão

-
- c) Ginástica médica e ortopédica – que também deveria estar baseada na ginástica pedagógica, visando eliminar vícios ou defeitos posturais e curar certas enfermidades através de movimentos especiais para cada caso encontrado.
 - d) Ginástica estética – que, assim como as demais, estaria baseada na ginástica pedagógica, e, para além dela, procuraria o desenvolvimento harminoso do organismo e seria completada pela dança e certos movimentos suaves que proporcionam beleza e graça ao corpo” (SOARES, 2004, p. 58).

tem “direito à educação” (SOARES, 2004, p. 61). Entre os franceses, o ensino de Educação Física privilegiou tanto os militares como também a população de uma forma geral.

A Educação Física na França iniciou-se no século XIX, por meio da contribuição do Dr. Francisco Amoros y Ordeño, que atribuiu aos exercícios físicos as características de tornar o homem francês mais corajoso, apto para o trabalho na indústria, no serviço militar, inteligente, forte, habilidoso, gentil, adestrado, veloz, flexível, resistente às mais diversas situações. Esses diversos atributos seriam cultuados por meio da prática de exercícios físicos. Para Soares (2004, p. 62), o método proposto por Amoros também se preocupava com a problemática da produção industrial. “Os corpos saudáveis eram também uma exigência do capital. E a ginástica, ‘receitada’ para todos, era como um remédio que teria a capacidade de extirpar a fraqueza e devolver a virilidade ao povo”.

Outro intelectual francês que teve importante contribuição para a disseminação do método de Educação Física, na França, e em outros países foi o biólogo, fisiologista e pedagogo George Demeny, que acreditava que os exercícios físicos deveriam “abandonar procedimentos empíricos e inspirar-se em leis físicas e biológicas para construir uma doutrina a partir de resultados de experiências feitas com o auxílio do “método científico” (SOARES, 2004, p. 65). Esse mesmo intelectual também se preocupou com os exercícios físicos para o gênero feminino. Com as formas arredondadas do corpo das mulheres.

Em doze de abril de 1921, chegaram ao Brasil os primeiros ideais em volta da concepção de Educação Física francesa. “Sua chegada, porém, deu-se no ano de 1907, através da Missão Militar Francesa que veio ao país com a finalidade de ministrar instrução militar à Força Pública do Estado de São Paulo” (SOARES, 2004, p. 67).

Para Soares (2004, p. 69), entre a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX, ocorreu o privilégio das instituições médicas, e também do discurso médico-higienista no que concerne à Educação Física, enquanto fator de “saúde física e mental, como promotora de saúde, como regeneradora da raça, das virtudes e da moral”. Esse tipo de discussão que Carmen Lucia Soares nos propõe, por meio do livro “Educação Física: Raízes europeias e Brasil”, também se encontra na documentação por nós consultada, referente ao período das décadas iniciais do século XX aqui na Paraíba, abordando os temas da Educação Física e o discurso médico-higienista. Fontes como o jornal *A União, Brasil Novo*, e revistas como a *Revista Evolução* e a *Revista do Ensino* do Estado da Paraíba estão repletas/os de publicações abordando temas relacionados à Higiene, Eugenia, Higiene Moderna, Educação do Corpo, Educação Sanitária, Programas de Saúde, Saber Médico, Doenças, Educação Física etc.. Entre os temas mais frequentes encontrados nas páginas desses periódicos, está a

presença da Educação Física como fator de regeneração do corpo nacional, produtora de saúde e de corpos sãos.

A construção de um corpo robusto e sadio era um dos muitos benefícios proporcionados pelo ensino de Educação Física que, aliada ao ensino de Higiene, remodelava e transformava corpos até então raquíticos, débeis, mal desenvolvidos, sem higiene, ou seja, aqueles considerados perante a sociedade, sem capacidades físicas e higiênica, objetivando produzir sujeitos disciplinados e higienizados. Para almejar tais metas, as autoridades responsáveis pela educação nas mais diferentes regiões do país realizaram uma cruzada com o objetivo de educar fisicamente as crianças dentro das escolas.

A escola passa a ser o espaço ideal para a disseminação de diversos saberes em torno da causa da educação (SANTOS, 2014, p. 19). Educação e saúde deram as mãos e caminharam juntas para a transformação do corpo nacional. Médico-higienistas adentraram os muros das escolas, medicalizando e disciplinando o corpo das crianças, prescrevendo doenças e concedendo diagnósticos. A preocupação era com a medicalização e disciplinariização do corpo infantil ainda durante os primeiros anos do ensino primário e secundário.

Segundo Alcir Lenharo (1986), no início do século XX no Brasil, o corpo passa a estar na ordem do dia e é sobre ele que estão voltadas as atenções de médicos, educadores, engenheiros, professores e instituições como o exército, a igreja, a escola, os hospitais, todos donos de um mesmo discurso, no qual a Educação Física da criança era o objetivo maior a ser alcançado. “De repente, toma-se consciência de que repensar a sociedade para transformá-la, passava, necessariamente, pelo trato com o corpo como recurso de se alcançar toda a integridade do ser humano” (LENHARO, 1986, p. 75). Por isso, a necessidade e

A importância do trato do corpo é crucial para uma sociedade que se vê somatizada; a saúde, a força do corpo é a sua saúde e sua força estimadas. A projeção mesma de uma parte física e equilibrada com a espiritual dimensiona um conjunto social equilibrado, no qual as tensões e conflitos ficam fora de lugar pela natureza singular de sua constituição. Afinal, um projeto articulado de corporativização avança nos anos 30 e a imagem do corpo humano impunha-se como necessariamente positiva e acabada para o conjunto da sociedade (LENHARO, 1986, p. 79).

Produzir corpos fortes, dóceis e capazes de atender as demandas de um país civilizado e moderno era o desejo dos brasileiros responsáveis por fazer funcionar o sistema educacional do país. Foi sobre o corpo da criança e dentro da escola que educadores, higienistas, médicos e engenheiros realizaram campanhas com a intenção de transformar a realidade daqueles corpos, que, em um futuro próximo, ocupariam o lugar de representantes da Pátria. Segundo Pykosz e Oliveira,

Nas três primeiras décadas do séc. XX, o que se viu foi uma verdadeira cruzada higiênica que mobilizou médicos, educadores, engenheiros e todos aqueles ligados de alguma maneira a causa da instrução pública. O movimento pela renovação pedagógica e da antropologia, principalmente, a higiene como corpo doutrinário ganhou espaço no âmbito escolar (PYKOSZ; OLIVEIRA, 2009, p. 136).

No começo do século XX, a divulgação de práticas higiênicas foi decisiva na busca da formação de um corpo harmônico. Os cuidados com o que as crianças faziam transformaram em uma das grandes preocupações por parte dos profissionais responsáveis pela educação escolar. Nesse movimento, a educação das crianças, da mulher, da família e da sociedade passa a ser de responsabilidade da escola, espaço esse que passa a disseminar as pretensões de progresso e civilização do país, a exemplo do que já vinha ocorrendo na Europa. É sobre a criança que é pensada e articulada uma educação do corpo. Essa educação ocorria de acordo com as práticas de higiene, justificava-se sua necessidade em virtude dos costumes anti-higiênicos e impróprios adquiridos em casa e na rua e trazidos para o convívio com as outras crianças na escola. A educação higiênica e física buscava romper com hábitos incivilizados.

Oliveira (2002, p. 236) afirma que “a educação física foi pensada por educadores como uma prática que modificava os hábitos das crianças e dos jovens, fabricando um corpo saudável e reprodutor de uma sociedade sã, somando-se à educação moral e cívica”. A educação intelectual cria, então, a ideia de que o sujeito instruído é o melhor, possuindo uma maior capacidade cognitiva que aqueles que não frequentam a escola. Sendo assim, segundo Oliveira, a partir de um

[...] projeto higiênico-pedagógico, a escola moderna investiu na inteligência do infante, desenvolvendo uma educação moral, coordenada com a educação intelectual e a educação física, enquadrando o corpo e a mente do aluno num ideário disciplinar da República brasileira. Corpo disciplinado era sinônimo de nação polida, desavenças políticas amenizadas. O colégio, as escolas ambulantes, os grupos escolares e as escolas normais eram construídos para instruir, formar para a cidadania, trabalhar o desenvolvimento do “homem ideal” (OLIVEIRA, 2002, p. 236).

A Educação Física tinha como inimigas a preguiça e a moleza. Parte dos praticantes de atividades físicas possuía um corpo disciplinado, saudável e belo fisicamente, os gestos são mais educados, ocorre um maior e melhor controle da alimentação e a lapidação da mente ocorre uma respiração mais eficiente. Quem pratica exercícios físicos regularmente adquire bons hábitos físicos, morais e higiênicos, não apenas dentro das escolas, mas também no lar, “assegurando ao corpo aquilo que foi chamado de ‘higiênico’. Respirar bons ares, bronzear o corpo à luz do sol e alimentá-lo com sabedoria, ingerindo comidas saudáveis” (SOARES JÚNIOR, 2011, p. 183).

A matéria de Educação Física foi responsável por trazer para dentro da escola o desejo de aquisição de corpos saudáveis, transformando os corpos das crianças até então “raquíticos, débeis e fracos” em corpos mais fortes, higiênicos, belos, robustos e capazes de desempenhar e aproveitar, no cotidiano, as atividades escolares. O cuidado com as crianças era parte de um programa médico-pedagógico que a escola nas primeiras décadas do século XX passou a adotar como principal meta.

Na cidade da *Parahyba*, capital do Estado, o modelo de Educação Física adotado “foi efetivado como uma preocupação da elite que almejava assegurar a saúde de seus filhos educando-os em escolas privadas” (SOARES JÚNIOR, 2012, p. 4). Até a década de 1930, “apenas as escolas de orientação católica possuíam em seu currículo a disciplina de educação física associada ao ensino de higiene” (SOARES JUNIOR, 2012, p. 4-5). Em Campina Grande, o ensino de Higiene e Educação Física já fazia parte do currículo do *Instituto Pedagógico*, como aparece nos exemplares da *Revista Evolução* e no *Acervo Documental* que pertenceu ao educandário. Ainda durante a década de 1910, em algumas escolas do Estado, são adotadas as disciplinas de “*Hygiene e Educação Physica*. Tinha início, naquele momento, o processo chamado de medicalização da escola” (SOARES JÚNIOR, 2011, p. 179). Nesse momento, a educação destinou-se aos cuidados com o corpo da criança, de homens e mulheres no espaço escolar e a fazer parte do projeto de medicalização escolar, priorizando a educação higiênica e a moralização dos costumes.

A formação de uma raça forte e próspera e a formação moral e intelectual da juventude brasileira estavam intimamente ligadas à “questão da eugenia da raça” (A UNIÃO, 1931). Os exercícios físicos foram utilizados como um poderoso instrumento para a “medicalização da sociedade” (SOARES, 2004, p. 81). O saber médico-higiênico interferiu na vida cotidiana dos cidadãos brasileiros no intuito de formar uma raça eugenicamente desenvolvida e livre de doenças. Só com cidadãos fortes fisicamente o país se tornaria civilizado e moderno. A Higiene e a Educação Física do corpo seriam o melhor caminho para se alcançar essas metas, e o corpo infantil era o alvo dos discursos médico-higiênicos, que buscavam mudar os hábitos anti-higiênicos e atrasados de uma nação com fortes traços coloniais e imperiais de tradição agrícola escravocrata.

A tarefa não parecia das mais simples. Por isso, o investimento tinha que acontecer o mais cedo possível ainda durante os primeiros anos de vida das crianças, quando estas/as adentravam os portões das escolas. No próximo capítulo, nosso objetivo terá por finalidade analisar quais os dispositivos pedagógicos que circularam no *Instituto Pedagógico* para a produção de uma infância saudável entre as décadas de 1930 e 1940, e como os discentes do

Instituto tiveram seus corpos medicalizados e disciplinados por meio do ensino de Higiene e Educação Física nos primeiros anos do primário e secundário. Ao leitor/a, fica o convite mais uma vez para que observemos juntos, essa vibrante “exortação aos moços”, para a aquisição e modelação de corpos higiênicos e *physicamente* vigorosos.

II MOVIMENTO - “Rigorosamente dosados”: dispositivos pedagógicos para uma educação higiênica e física para o corpo

Neste capítulo nosso objetivo consiste em analisar os dispositivos pedagógicos para uma educação higiênica e física para o corpo (jogos, as atividades recreativas e a alimentação), que fizeram parte das preocupações do ensino de Higiene e Educação Física destinados/as à produção de um corpo saudável e robusto no *Instituto Pedagógico*, entre os anos de 1931 e 1942, fazendo parte do processo de medicalização e disciplinarização do espaço escolar e dos corpos das crianças, atendendo a ordem social civilizatória vigente na época.

Em 1942, os “estabelecimentos de ensino” da Paraíba, tiveram colados em suas paredes, o seguinte cartaz, de orientação pedagógica: “A educação cívica, moral e física é obrigatória para a infância e a juventude de todo o país” (REVISTA DO ENSINO, 1942, nº 17, p. 34). Essa frase foi elaborada e divulgada pelo “Departamento de Educação” do Estado, e versava sobre a obrigatoriedade do ensino de Educação Cívica, Moral e Física para a infância. O triângulo, composto por essas três matérias, tornou-se ao longo das primeiras décadas do século XX, no país o sonho de uma educação integral, que tinha por objetivo abranger a formação completa da criança. A educação não deveria focar apenas a parte intelectual das crianças, mas também e principalmente, nos aspectos higiênicos, físicos e morais. Só assim, teríamos a formação de um sujeito completo. Buscando atender as necessidades higiênicas, morais, intelectuais e físicas. Esse projeto educativo estava pautado nas prerrogativas de uma racionalidade médico-higienista.

O saber médico, ao direcionar seu olhar sobre o espaço escolar sob a tutela da higiene, “se pautou em um projeto de larga tradição, voltado para a educação física, moral e intelectual, isto é, a chamada educação integral, em que cada um desses eixos se viu submetido a um detalhamento minucioso, orientado pela racionalidade médico-higiênica” (RIZZINI; GONDRA, 2014, p. 564). Esse discurso foi implantado e divulgado em meio à sociedade pelo saber médico que contou com a colaboração de educadores e professores que foram auxiliares neste processo. Cabia às instituições escolares propagar em meio à sociedade esse projeto civilizatório, ofertando as crianças que sentavam em seus bancos os magnos ensinamentos da moderna ciência médica. O alvo predileto de todas essas ações no qual se pautou o projeto higiênico para tornar a nação, limpa e ordeira, foi o corpo das crianças.

A divulgação e popularização do ensino dessas matérias, junto com os preceitos médico-higiênicos, fez parte das preocupações dos responsáveis pela Educação Física e Moral das crianças paraibanas. O discurso pregava com veemência, que: “O abandono moral, intelectual ou físico das crianças importará falta grave dos responsáveis por sua guarda e educação” (REVISTA DO ENSINO, 1942, nº 17, p. 36). Matérias como essas que estamparam as páginas da *Revista do Ensino*, foram à maneira encontrada por educadores, políticos, professores e médicos, para se divulgar a importância da Educação Moral, Intelectual e Física.

A *Revista do Ensino*, tornou-se durante a década de 1930 e princípio de 1940, o principal meio de comunicação do professorado paraibano, se destacando por discutir temas relacionados à educação de uma forma geral, e temas mais específicos como higiene corporal, educação da saúde, escoteirismo, educação física, etc. Com isso, é possível afirmarmos que esse discurso divulgado por meio de suas páginas, também, foi lido e colocado em prática no *Instituto Pedagógico*, e em outras instituições de ensino de Campina Grande neste período.

Assim, como a formação moral, intelectual e física das crianças paraibanas se transformou em uma obrigação por parte das autoridades responsáveis pela causa educativa, em Campina Grande, uma das principais cidades paraibanas, em se tratando de assuntos relacionados à economia, política e educação, não foi diferente. O *Instituto Pedagógico* se transformou ao longo de quase toda primeira metade do século XX, na representação de uma escola que se orgulhava de sua condição de templo da educação campinense, educando higienicamente, moralmente, intelectualmente e fisicamente, as crianças da cidade. O discurso médico-higienista encontrou nas páginas da *Revista do Ensino* a oportunidade de tornar público os seus objetivos de construção de uma escola higiênica.

Como vimos, ao longo das páginas que compõem o primeiro capítulo desta dissertação, a cidade de Campina Grande, nas décadas de 1920 e 1930, passou por significativas mudanças sociais, políticas, econômicas e educacionais. De acordo, com a maior parte dos discursos divulgados nas páginas dos meios de comunicação local e estadual, a cidade neste período, tornou-se civilizada e moderna. Passando, a exigir de parte de seus moradores que fizessem o mesmo, adquirindo bons hábitos higiênicos a partir do cultivo de boas maneiras e da prática de exercícios físicos. Para alcançar esses objetivos, foi necessária a construção de escolas civilizadas e modernas: a exemplo, do *Instituto Pedagógico*, que emergiu e se desenvolveu com o objetivo de instruir os/as filhos/as de parte da elite de Campina Grande, no que existia de melhor em práticas pedagógicas e médicos-higiênicas em voga na época, encontrando no médico higienista o principal responsável pelo sucesso desse

projeto. Os professores responsáveis pelo ensino de Higiene e Educação Física, assumiram a responsabilidade de colocar esse projeto em prática, medicalizando e disciplinando o corpo dos sujeitos.

Para Michel Foucault (2010, p. 133), a disciplina nasce enquanto uma arte do corpo humano. “Formar-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos”. O corpo humano entra em uma maquinaria de poder que é responsável por esquadrinha-lo, desarticula-lo e recompô-lo. Com as disciplinas surge uma “anatomia política” do corpo. Através da disciplina ocorrem à tentativa de fabricação de corpos submissos e exercitados, “dóceis”. Também é a responsável por aumentar as forças do corpo. Com isso, as crianças que frequentavam as aulas de Higiene e Educação Física do *Instituto Pedagógico*, a todo momento estavam sendo alvo e objetivo de uma “anatomia política” do corpo. Estavam sendo esquadrinhados, submetidos a uma poderosa maquinaria de poder, que tinha por objetivo tentar torná-los obedientes e submissos. O poder disciplinar almejava produzir sujeitos que fosse ao mesmo tempo medicalizada e disciplinada: eficiente e produtiva.

Entre todos os cuidados envolvendo o corpo das crianças, merece destaque à necessidade de implantação de um eficiente ensino de Higiene e Educação Física, através do qual, buscava-se alcançar a modelação do corpo. Ao pesquisar o ensino de Higiene e Educação Física no *Instituto Pedagógico*, durante as décadas de 1930 e 1940, nos deparamos com uma série de fontes documentais e de trabalhos acadêmicos discutindo temas relacionados ao cuidado com o corpo das crianças.

Esses temas vêm ao longo dos anos despertando a curiosidade de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, a exemplo, de educadores, sociólogos, antropólogos, psicólogos e historiadores. Esses pesquisadores em sua maioria pertencentes à área das Ciências Humanas e Sociais, tem como objetivo de pesquisa, o de problematizar a emergência da infância enquanto um problema social (RIZZINI; GONDRA, 2014, p. 561).

Quando analisamos as fontes que foram produzidas entre as décadas finais do século XIX e início do XX, tanto em âmbito, nacional, como também, estadual e local, a exemplo, de Campina Grande, percebemos que entre os assuntos que mais se destacam são os envolvendo a importância do revigoramento e regeneração da raça nacional por meio de um eficiente ensino de Higiene e Educação Física para as crianças em idade escolar. O discurso médico-higienista pautado no que existia de mais moderno na ciência médica, interferiu sobre o corpo das crianças alegando ter encontrado o caminho para a salvação dos males nacionais. Quase todos os discursos que circularam nas páginas dos jornais e revistas deste período, abordam a

necessidade e importância de higienizar, disciplinar e formar fisicamente as crianças para se alcançar o tão sonhado revigoramento do corpo nacional.

Neste período, a criança passou a ser vista como a fase ideal da vida para se cultivar os preceitos médico-higiênicos postos em prática pelo discurso higienista, que adentrou as portas das instituições escolares e dos lares brasileiros. A fala de Alice Monteiro⁴⁷, publicada nas páginas da *Revista do Ensino* no ano de 1937, é bastante ilustrativa a esse respeito, descrevendo o sonho daqueles que almejavam uma nação ordeira, limpa, educada, higienizada e robusta: “Quanto mais forte e sadia é a criança de hoje mais perfeito e forte será o homem de amanhã, maior rendimento produzirá, melhor servirá á collectividade e à pátria” (REVISTA DO ENSINO, 1937, nº 14, p. 24). No discurso de educadores, médicos e professores, a criança passou a desfrutar de um novo significado social, sendo-lhes atribuída a missão de salvar o país do atraso político, econômico e educativo em que se encontrava. Para que isso fosse possível, era obrigatórias que se produzissem crianças eugenizadas e educadas no que existia de mais moderno em práticas médico-higiênico. O revigoramento e regeneração do corpo nacional passavam obrigatoriamente pela produção de crianças medicalizada e disciplinada.

No Brasil do início do século XX, a infância, foi aos poucos adquirindo significado social no intuito de molda-las, de acordo, com um projeto que visava conduzir o país ao ideal de nação civilizada e moderna. “Nas primeiras décadas do século XX, a preocupação com a infância, como problema social, refletia a preocupação com o futuro do país” (RIZZINI, 2011, p. 83). Tem-se começo a uma série de políticas públicas e propagandas veiculadas pelos mais diversos meios de comunicação “em torno da proteção à infância”. A partir da crescente conscientização de que o futuro do país estava depositado nas mãos de uma criança tida como saudável e potencialmente capaz, tornou-se necessário que fossem criados e divulgados mecanismos de ação para a educação/proteção das crianças dos eminentes perigos que as cercavam, e “que pudessem desviá-la do caminho do trabalho e da ordem”. Com isso, aos poucos foi sendo criada a ideia em meio à sociedade brasileira, da criança como a responsável pela salvação da nação que se encontrava em eminente perigo de degeneração física e moral. Para isso, era obrigação de educadores, médicos e da família, o incentivo para que as crianças passassem a frequentar as aulas de Higiene e Educação Física “com ardor e inteligência em

⁴⁷ Alice de Azevedo Monteiro foi oradora da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, instituição essa criada em 11 de março de 1933 e localizada na sede da Escola Normal, em João Pessoa (NUNES; MACHADO, 2013, p. 195).

torno a dextresa e desenvoltura da própria raça” (A UNIÃO, 1934). Sendo que desse incentivo “dependerá o desenvolvimento da nossa raça” (A UNIÃO, 1934).

Em meio, ao contexto de profundas mudanças pela qual passou a sociedade brasileira, entre os anos finais do século XIX e as primeiras décadas do XX, pautados em “reformas justificadas pelos discursos higienistas, civilizatórios, modernizadores e progressistas, com vistas à construção da nação brasileira e de um povo que acompanhasse os propósitos modernistas” (SOUSA, 2013, p. 1), a infância passou a ser pensada e instituída “pelos discursos pedagógicos, jurídicos, médicos”, ocorrendo a “ampliação da educação e a preocupação com o tempo livre”, das crianças que representavam o futuro da pátria. Produzir sujeitos potencialmente capazes, de ocuparem, um lugar na sociedade, foi o objetivo das principais políticas públicas de saúde e educação, “em torno dessa infância que começava a preocupar a dinâmica social”.

Para Valdirene Pereira de Sousa (2013, p. 1) “A expansão desses dispositivos escolares vai atingir o cenário paraibano, que ao receber esses discursos (re) fabrica condutas disciplinares pautadas em um novo modelo educacional, tendo o início dos anos de 1930 até o fim da década de 1940”, como marco cronológico de tais mudanças envolvendo o corpo infantil. Em dois de Junho de 1940, o jornal *A União* publica o artigo “A era das crianças”, afirmando ser a criança “a grande preocupação da nossa época” (A UNIÃO, 1940). O objetivo desse artigo foi o de tornar pública a preocupação em torno da instrução higiênica e física das crianças.

Este período histórico e social foi o momento decisivo para que as crianças passassem a serem alvo e objeto de novas ações políticas por parte do Estado, envolvendo aspectos de saúde e educação, com o intuito “de organizar, ordenar, legislar e normatizar a sociedade, visando utilizar de forma organizada e racionalmente orientada os seus diferentes recursos humanos, naturais, culturais e econômicos” (COSTA JÚNIOR, 2015, p. 39). É dentro desta perspectiva de mudança que proliferaram os discursos em torno da divulgação do ensino de Higiene e Educação Física.

Na *Revista do Ensino*, Silva de Pessoa argumentou que o ensino de Higiene e “educação física visa a formação da consciência patriótica” (REVISTA DO ENSINO, 1942, nº 17, p. 19 – 20 - 21), das crianças. Sendo obrigação dos educadores, médicos, professores e pais, inculcarem, “no espírito das crianças e dos jovens o sentimento de que a cada cidadão cabe uma parcela de responsabilidade pela segurança e pelo engrandecimento da pátria e de que é dever de cada um consagrar-se ao seu serviço com o maior esforço e dedicação” (REVISTA DO ENSINO, 1942, nº 17, p. 19 – 20 - 21). A criança paraibana nesse tipo de

publicação vai aos poucos ganhando significação social. Sendo-lhes atribuída uma responsabilidade nunca antes vista. Reparar os males de uma sociedade que aos olhos do discurso médico da época se apresentava doente e degenerada fisicamente. Dessa forma, é evidente que “a dependência social da criança face aos pais torna-se particularmente importante como alavanca para a regulação e modelagem socialmente requeridas dos impulsos e das emoções” (ELIAS, 2011, p. 137). Fazia-se necessário que se instituísse um “autocontrole automático” sobre o corpo e instintos das crianças o mais cedo possível.

Investigando “A concepção de infância na educação física brasileira”, Oliveira (2005, p. 101), destaca que o conceito de infância é “uma construção social”. Nesse ponto de vista, a criança é pensada como um sujeito possível de estabelecer “relações sociais, um ser que é e não um *vir a ser*, que se encontra inserido num determinado contexto social”. A autora, ao realizar pesquisa sobre a produção acadêmica da Educação Física no Brasil, voltada para a infância, destaca que esse conceito abordado na maior parte dos trabalhos publicados sobre o tema, aparece interligado a conotação de preparação para algo: a “Infância constitui uma fase/período preliminar à vida adulta, em que a criança aparece mitificada como criatura ingênua, inocente, mas que precisa ser *moldada, educada para*”. Neste caso, o papel desempenhado pelo ensino de Higiene e Educação Física atuando juntos é o de promover a saúde, e o desenvolvimento do organismo, por meio, de práticas lúdicas como jogos e brincadeiras. A Educação Física aliada com o ensino de Higiene no início do século XX tinha como preocupação básica “domar’ os corpos” das crianças “pequenas”. Torna-las saudáveis e robustas aos olhos do discurso médico-pedagógico.

O médico Antônio de Almeida, que frequentemente tinha seus textos abordando educação e saúde publicados na *Revista Evolução*, no ano de 1932, utilizando-se do quinto número do *magazine* resolveu tratar do tema da “educação doméstica” para as mães de Campina Grande. Em seu discurso, o esculápio é bastante incisivo, ao afirmar, que “Precisamos da *educação physica, intelectual e, sobretudo, domestica*”, para as crianças, “Deste conjunto sahe o homem civilizado e, conseqüentemente, a grandesa moral e econômica do nosso paiz” (REVISTA EVOLUÇÃO, 1932, nº 5, p. 26. Grifo nosso). Por meio, da fala do médico, percebemos a forte influência que o discurso médico-higienista exerceu, a partir, da década de 1930, dentro do *Instituto Pedagógico*, como meio, para se produzir uma criança medicalizada e disciplinada.

Segundo o esculápio, por meio, de uma eficiente Educação Física, Moral e Doméstica, “os caracteres das crianças” serão formados, tornando-os sujeitos civilizados e modernos. Para a efetivação desse audacioso projeto desenvolvimentista, educadores, médicos e pais,

(inclusive as mães), uniram-se e deram as mãos, atuando juntos em prol da causa transformadora eugênica e física daqueles/as que seriam os/as futuros/as representantes da sociedade campinense. Era consenso entre os argumentos dos médicos brasileiros deste período, que “a criança precisava possuir corpo e mente sãos; daí a necessidade de investimentos em escolaridade, hábitos de leitura necessários para a formação do cidadão e da Nação saudáveis” (BRITES, 2000, p. 264).

Nessa missão civilizatória, as mães receberam a tarefa de iniciar a instrução de seus/as filhos/as. Nas palavras de Jane Soares de Almeida (2007, p. 2) ao longo dos anos 20 e 30 do século XX, o movimento higienista que circulava no Brasil, se apodera deste tipo de discurso, transformando as mulheres na principal responsável pela saúde e educação dos/as filhos/as. O futuro da nação passa indubitavelmente a está sob a incumbência das mães, que prestativas e zelosas com sua prole, devia obrigatoriamente tecer sobre a mentalidade e o corpo infantil, os primeiros ensinamentos, em torno das modernas e civilizadas práticas medico-higiênicas e físicas. Dentro do lar, e nos primeiros meses de vida das crianças, as mães, depositavam os primeiros cuidados na instrução e saúde dos “rebetos”.

No artigo “A Criança e o Educador”, publicado no 17º número da *Revista do Ensino* de 1942, Silva de Pessoa, é categórica em afirmar, que “Cabe, principalmente, à mãe o dever de educar, e convicta desse dever de cooperação, não poderá também fugir a um dever maior, que é o de se instruir” (REVISTA DO ENSINO, 1942, nº 17, p. 19 – 20 - 21). A autora dá sequência a seu discurso afirmando que a escola nada mais é que uma continuação do lar⁴⁸. Era preciso que as fronteiras que separavam a escola do lar fossem superadas. Que professores e pais dessem as mãos em nome da causa educativa. Atuando juntos, a educação alcançaria os objetivos almejados: uma educação higiênica e física eficiente e produtiva. O resultado final dessa união seria a emergência de crianças higienizadas e disciplinadas. O futuro da Pátria só tinha a agradecer.

As primeiras letras, lições, e outros ensinamentos, como as práticas de limpeza do corpo (escovação dos dentes, penteado do cabelo, limpeza do ouvido, nariz, unhas, mãos, pés, vestuário, calçados), e o aprendizado da Higiene e Educação Física, deviam obrigatoriamente ser incentivados e iniciados dentro do próprio espaço doméstico, em companhia dos pais, inclusive da mãe, que operosa e zelosa no trato da educação dos/as filhos/as tinha a obrigação de se apresentar prestativa nessa imperiosa missão civilizatória. O lar se constituiu ao longo do tempo no espaço do privado, do íntimo, aonde as coisas nefastas, mundanas, vergonhosas,

⁴⁸ Sobre a matéria completa consultar o número dezessete da *Revista do Ensino* do ano de 1942.

deviam ser evitadas ou até mesmo impedidas de adentrar. Dentro do lar as crianças aos poucos iam introduzindo no corpo e na mente, os bons hábitos higiênicos e físicos.

Essa importante missão civilizatória, ficou incumbida às mulheres, que instruídas nas melhores práticas da “educação doméstica”, deveriam buscar iniciar seus/as filhos/as nas primeiras lições. Principalmente as envolvendo os cuidados higiênicos e físicos. Os primeiros passos na educação dos/as filhos/as devia obrigatoriamente ocorrer no conforto e privatização do espaço doméstico. Enquanto, o espaço público representava o lugar do tumulto e da desordem, o lar, era a representação da calma, da segurança dos perigos vindos de um mundo cheio de insegurança, desconforto, baderna, sujeira, violência, prostituição, bebedeira. Não existia lugar melhor, segundo os médicos-higienistas do que o espaço doméstico para que as crianças recebessem as primeiras instruções intelectuais, morais e físicas.

Cuidadosa, zelosa, prestativa, atenciosa, carinhosa, amável, educada: essas foram algumas das muitas representações atribuídas à mulher moderna. Uma mulher que estava presa aos discursos preconceituosos de uma sociedade que lhes privava de direitos e liberdades, como os de frequentar espaços públicos sozinhas, de votar, exercer uma profissão digna, ou até mesmo de estudar em universidades. Para a sociedade da época, a mulher ideal era aquela que se dedicava integralmente a manutenção do lar, do casamento e do esposo e filhos/as. A educação das crianças era uma obrigação e prioridade imprescindível. Só depois de iniciados nas primeiras lições, sob os cuidados higiênicos e físicos, era que as crianças, se encontravam em condições de ter contato com o espaço público, neste caso, representado pela escola. Isso fica bastante explícito, quando analisamos o discurso proferido pela articulista do jornal *A União*, Glória Queiroz⁴⁹, a respeito das primeiras lições do ensino de Educação Física voltadas para as crianças, que segundo a autora, devia ser iniciado nas primeiras semanas/meses de vida da criança e dentro do espaço doméstico, sob os cuidados maternos. O objetivo da autora consistia em orientar as mães na melhor forma de proceder ao ministrar as primeiras lições de educação física de seus/as filhos/as.

Enquanto, o pai, tinha a responsabilidade de prover o lar de bens materiais, como dinheiro, trabalhando na indústria, ou exercendo cargos na medicina, no direito, na engenharia, na política, ou seja, ocupando funções no espaço público; à mulher, cabia ocupar funções básicas do espaço doméstico, o espaço do privado. À figura feminina cabia a manutenção da ordem e da honra da família, dos cuidados com a higiene dos cômodos, dos móveis, das vestimentas, do marido e dos/as filhos/as e o preparo da alimentação. Até o fim

⁴⁹ Apesar de ser autora de vários textos publicados nas páginas do jornal *A União* entre as décadas de 1930 e 1940, não conseguimos obter informações biográficas a respeito da pessoa de Glória Queiroz.

da primeira metade do século XX, o gênero feminino ficou dependente de ocupações do espaço privado. Foram poucas as mulheres que tiveram a audácia ou oportunidade de realizar atividades no espaço público, competindo de igual para igual com os homens. Ao homem coube assumir a identidade pública: à mulher a identidade do privado, representada pelo espaço doméstico.

O imaginário social, da época, foi assegurado pelos desejos de uma sociedade limpa e ordeira. Passando a valorizar a mulher, como mãe e esposa prestativa em seus deveres. O lar se transformou no altar, aonde, foram depositadas as esperanças de felicidade, sendo o casamento e a maternidade para a maior parte das mulheres as únicas oportunidades almejadas. “Era ela também a primeira educadora da infância, sustentáculo da família e da Pátria. A procriação seria o objetivo de sua vida e para esse fim eram educadas desde a infância: conceber, parir e cuidar” (ALMEIDA, 2007, p. 4). A mãe é aquela que dá cuidado, zela, ampara, protege, ama e educa a prole. Esses sentimentos por séculos foram relegados ao gênero feminino.

Para que a educação nacional obtivesse o sucesso desejado, a escola, devia contar com a honrosa colaboração feminina, que atentas e vigias cômicas de seus/as filhos/as, tinham que se mostrarem a todo o momento prestativas com os cuidados higiênicos e físicos das crianças. No artigo “A criança e o educador” publicado no 17º número da *Revista do Ensino* em abril de 1942, Silva de Pessoa, contribuindo em sua fala para fortalecer o discurso higienista em voga na época, atribuiu a educação da criança, para onde deveriam convergir às esperanças de uma nação limpa, disciplinada, ordenada, moral, higiênica e fisicamente. Todo o discurso da autora girou em torno da necessidade de divulgação da educação: por que “A CRIANÇA é, nos dias presentes, a menina dos olhos da Nação, o ponto de convergência de todas as atenções, de todas as forças vitais do país” (REVISTA DO ENSINO, 1942, nº 17, p. 19 – 20 - 21). Cuidar da saúde, destinar educação as crianças, seria segundo os médicos e educadores da época, o caminho mais fácil e rápido, em uma longa caminhada em direção a regeneração nacional. O progresso civilizatório e econômico do país passava pela educação higiênica e física das crianças.

O/a educador/a, contando com a colaboração dos pais, “deve procurar corrigir a indisciplina ou desrespeito, real ou aparente, da criança, formando-lhe o caráter, orientando-lhe as tendências”. Já que “A educação física visa a formação da consciência patriótica”. Educadores, professores, médicos e pais, atentos e atuando juntos, e partilhando dos mesmos objetivos, buscaram criar no “espírito das crianças e dos jovens o sentimento de que a cada cidadão cabe uma parcela de responsabilidade pela segurança e pelo engrandecimento da

pátria e de que é dever de cada um consagrar-se ao seu serviço com o maior esforço e dedicação” (REVISTA DO ESNINO, 1942, nº 17, p. 19 – 20 - 21).

No curso deste projeto, educação e saúde constituíram-se em dois campos do saber indissociáveis. Para que esse projeto obtivesse o sucesso desejado, era de extrema importância que os educadores, médicos e pais de família se conscientizassem, que “As bases do carácter da criança se desenvolvem desde tenra idade, sendo influenciadas, durante esse período, pela educação doméstica, de que a educação física e intelectual serão mais tarde, complementares” (REVISTA EVOLUÇÃO, 1932, nº 5, p. 26). Esse trio atuando em conjunto com as práticas cívicas e o ensino de Higiene compõe o desejo de uma Educação Integral.

Nesses discursos à criança foi representada como um ser frágil, meiga, amável, desprotegido, que precisava de cuidados e atenção por parte da família: “é uma cera tenra sobre a qual se pode atuar a fim de adequar sua fisionomia a um modelo estético ideal” (GÉLIS, 2009, p. 312). A criança republicana é uma pedra preciosa que precisava ser polida para ganhar brilho. Esse polimento era iniciado em casa por meio da interferência dos pais, e, continuada na escola sob a interferência de educadores e médicos. Possuindo um corpo maleável e moldável, a criança, passa a ser o alvo das constantes investidas do discurso médico-pedagógico, com o objetivo, de se produzir cidadãos eugenicamente eficazes. O discurso médico-higienista assegurava que com o passar dos anos e sofrendo a interferência humana, as crianças teriam seus corpos desenvolvidos fisicamente, alcançando os objetivos de uma sociedade que sonhava com a civilidade e progresso econômico. Um corpo civilizado e moderno era aquele que se apresentava em público, demonstrando está livre de quaisquer tipos de moléstia infectocontagiosa, e, desvios de conduta física e moral. Uma sociedade civilizada e moderna exigia de seus cidadãos o máximo de atenção nos quesitos de Higiene e Educação Física. E cobrava dos pais, que tivessem maior zelo possível com a educação higiênica e física dos/as filhos/as. Pais zelosos com a educação de seus/as filhos/as são aqueles/as que apresentam suas crianças diante da sociedade exibindo corpos bem alimentados, cuidados, limpos, higienizados, fisicamente robustos. Essas transformações, nos costumes, fizeram parte de um complexo jogo social, que foi uma das características da sociedade republicana brasileira, e se assemelha ao que Norbert Elias (2011) intitulou de o “processo civilizador”.

Esses discursos também adentraram os portões do *Instituto Pedagógico*, durante as décadas de 1930 e 1940, fazendo parte das matérias de Higiene e Educação Física. O alvo! O corpo das crianças. Buscando torna-los/as sujeitos modernos e civilizados. Esses aspectos são notados quando lermos alguns textos publicados nas páginas da *Revista Evolução*, durante os

anos de 1931 e 1932. No artigo “A cooperação dos pais e professores na formação dos caracteres infantis”, M.C.C, afirma, que “a formação dos caracteres infantis”, deve ser iniciada e incentivada dentro do espaço doméstico. O/a autor/a do artigo cobra a participação dos pais, principalmente das mães, nesta tão louvável missão civilizatória. Afirmando que,

Quando os pais cômnicos dos seus deveres procuram inculcar no ânimo de seus filhos, os verdadeiros sentimentos da honra e da dignidade, o aborrecimento aos vícios e ao amor as virtudes, podemos ficar certos de que amanhã teremos homens aptos para lutas da vida. Verdadeiros baluartes na defesa dos bons princípios (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, nº 1, p. 18).

M. C. C, dá sequência a seu discurso, agora alertando os pais a respeito da importância da “formação dos caracteres infantis”, para o desenvolvimento de uma pátria ordeira e disciplinada, alegando, que “O primeiro banco da escola são os joelhos da mãe”. Afirmando que os caracteres depois de formados, “são semelhantes às casas construídas sobre as rochas que as intempéries dos tempos não às podem abalar”. Após ser iniciada nas primeiras letras, em casa sob a companhia da mãe, a criança, se encontra pronta para dá sequência a seus estudos na escola, nesse caso no *Instituto Pedagógico*: “a Escola que é “o complemento do lar”. Frequentando a escola, “a criança”, passa a desenvolver e aperfeiçoar suas “qualidades morais, aprendendo a respeitar a lei, a cultivar as letras, a proteger os fracos e a amar, servir e defender a Pátria” (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, nº 1, p. 18).

É com este dever e compromisso, que “Os pais devem auxiliar os professores nesta tão árdua, quão espinhosa missão, pois o que o menino aprender na escola, de pouco lhe servirá, se os seus progenitores praticam cousas contrárias aos ensinamentos que a criança recebeu do seu mestre” (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, nº 1, p. 18). Discursos como esses que estamparam as páginas da *Revista Evolução*, foram escritos e publicados pela pena de alguns intelectuais que compunham o quadro de funcionários do *Instituto Pedagógico*. Em seus escritos, defendiam com urgência que os pais dedicassem atenção máxima à educação dos/as filhos/as. Também tinham, por objetivo, tornar pública os benefícios do ensino de Higiene e Educação Física, para a construção de uma Campina Grande, civilizada, limpa, ordeira e moderna.

Foi na busca da melhor formação e disciplina intelectual, moral e física do corpo das crianças que adentravam os muros do *Instituto Pedagógico*, que recaiu a atenção de educadores, médicos e pais. Com isso, uma série de lições, passaram a fazer parte do imaginário social da época, destinadas a educação: desde a maneira correta da alimentação, a vestimenta mais adequada prática de exercícios físicos, o calçado, a escovação dos dentes, o

corte do cabelo, a limpeza dos ouvidos, das mãos, dos pés, etc. Nisso, as mães assumiram um papel fundamental, procurando instruí-se no que existia de mais moderno em matéria de Higiene do corpo: “Assim procedendo diminuem as possibilidades de erro e concorrem para a criação de filhos fortes e bellos” (A UNIÃO, 1937, p. 5).

De acordo, com os discursos médico-pedagógicos que circularam em Campina Grande, nas primeiras décadas do século XX, era urgente que se produzisse uma criança saudável. “A criança é planta humana que necessita de uma escola com todas as condições para o seu desenvolvimento. Sucede, porém, que cada criança é um mundo para ser revelado” (REVISTA EVOLUÇÃO, 1932, nº 8 - 9, p. 36). Para o sucesso da causa regeneradora da sociedade campinense, o *Instituto Pedagógico*, buscou se adequar no que existia de melhor em estrutura higiênica e física escolar, procurando fornecer as crianças um ensino de qualidade: “Primeiro, porque de acordo com o discurso médico da época, seria mais fácil educar crianças que adultos; segundo, porque elas ainda seriam responsáveis por levar para casa os novos hábitos educando seus familiares” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 17). Visto desta forma, a criança, passou a ser vista pelo discurso médico-pedagógico, como, a melhor fase da vida para se ministrar os hábitos higiênicos e físicos, por que “[...] Toda criança é um molde traçado pela Natureza” (REVISTA EVOLUÇÃO, 1932, nº 8 – 9, p. 36).

Philippe Ariès (2006, p. 104), afirma que a partir dos séculos XVI e XVII, as crianças passaram a ser tratadas como “plantas jovens que é preciso cultivar e regar com frequência: alguns conselhos dados na hora certa, algumas demonstrações de ternura e amizade feitas de tempos em tempos as comovem e as conquistam”. Todas essas demonstrações de carinho e afeto para com as crianças logo após o fim da sociedade medieval é resultado do aparecimento de outro sentimento em relação da criança, caracterizado pela “paparicação”, que surgiu no meio familiar, com as criancinhas pequenas. As principais demonstrações de carinho com as crianças vinham de parte das mães e das avós. Tudo isso, se deve ao fato que a criança a partir deste momento adquire um lugar de centralidade dentro do seio familiar. Passa a ser vista como uma planta que precisava ser regada e podada com frequência para que produzisse os frutos desejados pela sociedade. Sujeitos higienicamente saudáveis e fortes fisicamente.

Michel Foucault, no livro “Vigiar e punir” (2010, p. 32), cita o exemplo da árvore de N. Andry, “A Ortopedia ou a Arte de Prevenir e Corrigir, nas Crianças, as Deformidades do Corpo”, como a arte de formar nas crianças um corpo retilíneo e corrigir as deformidades. Como o exemplo da árvore de N. Andry, que se desenvolveu com a ajuda de uma “estaca”, que lhe serviu de suporte, as crianças, que estudavam no *Instituto Pedagógico*, contaram com

a contribuição de educadores, professores, médicos e da própria família, como o suporte necessário para que obtivessem um desenvolvimento saudável e vigoroso. Crescendo dessa forma, belas, saudáveis e robustas. Assim, como uma árvore frondosa e florida, produziram os frutos desejados pela civilização, tornando-se sujeitos higienicamente disciplinados vigorosos.

No *Instituto Pedagógico*, educadores e médicos, foram auxiliados pelo ensino de Higiene e Educação Física. As crianças, tiveram seus corpos disciplinados e medicalizados, para, “eliminar *atitudes viciosas* e inculcar hábitos salutar, desde a mais tenra idade. Criar um *sistema fundamental de hábitos higiênicos*, capaz de dominar, inconscientemente, toda a existência das crianças” (ROCHA, 2003, p. 40). Para, que esses objetivos fossem alcançados, foi preciso que “Diariamente a 1ª hora escolar será reservada para a educação física e esportes, a-fim-de que se crie na mocidade o hábito dos exercícios físicos quotidianos” (REVISTA DO ENSINO, 1942, nº 18). Por meio do ensino de Educação Física e da prática de esportes, as crianças que estudavam no *Instituto*, aos poucos foram cultivando o hábito dos exercícios físicos diários. Concorrendo para a eliminação de atitudes viciosas e o aprendizado de hábitos salutar.

No número quatorze da *Revista do Ensino*⁵⁰, publicada em 1937, o leitor se vê diante do discurso de Alice Monteiro, a respeito do bom estado higiênico e físico das crianças paraibanas: “Quanto mais forte e sadia é a criança de hoje mais perfeito e forte será o homem de amanhã, maior rendimento produzirá, melhor servirá à collectividade e à pátria”. Graças ao perfeito quadro de saúde higiênica e física em que se encontravam as crianças do Estado, fortes e sadias, segundo a autora, em um futuro próximo teríamos homens e mulheres perfeitos, e fortes fisicamente, todos/as em benefício da pátria. Os cuidados destinados à higiene e exercícios físicos do corpo, são os responsáveis por dá, “ritmo e graça, despertam a alegria, cultivam a atenção, movimentam os músculos, provocam o trabalho do cérebro e do coração physica e moralmente falando, porque concorrem grandemente para desenvolver os sentimentos de fraternidade, solidariedade, sociabilidade” (REVISTA DO ENSINO, 1937, nº 14, p. 24).

Produzir um corpo saudável, robusto, vigoroso, era o principal objetivo do ensino de Higiene e Educação Física que circulou no *Instituto Pedagógico*, entre as décadas de 1930 e 1940, destinadas as crianças. Segundo o discurso-medico pedagógico da época quanto mais cedo se desse início as práticas médicos-pedagógicas melhor seria para o desenvolvimento de

⁵⁰ No início do século XX dois dos principais meios de comunicação da Paraíba, o jornal *A União* e a *Revista do Ensino*, trataram de forma quase que rotineira em suas páginas temas sobre alimentação, medicalização, higiene e educação física infantil. Eram propagandas, noticiários que buscavam contribuir da melhor forma possível para a modelação do corpo infantil.

um corpo saudável, livre de doenças e deformações físicas. Inúmeros profissionais do campo educacional e médico uniram-se e deram as mãos para colocar em prática os objetivos em torno de uma criança saudável e robusta. O corpo, ao ser visto como modelável, aos poucos passou a sofrer a interferência desses campos do saber científico.

Às crianças que frequentam as salas de aula do *Instituto Pedagógico*, foram relegadas a incumbência de salvar a sociedade campinense da degenerescência racial em que se encontrava. Esse tipo de discurso estampou as páginas dos principais meios de comunicação da cidade, durante as primeiras décadas do século XX, sob a pena de educadores e médicos-higienistas, que assumiram a responsabilidade de publicar quase que diariamente reportagens e artigos nos jornais e revistas tratando de temas relacionados ao péssimo estado de saúde em que se encontrava a população. Em Campina Grande, esse tipo de discurso também se fez ver e ouvir. Ainda neste capítulo surgirão outros discursos sobre a necessidade de produção de uma criança medicalizada e disciplinada. Nos próximos tópicos veremos como as brincadeiras e os jogos assumiram um importante papel na transformação do corpo das crianças que frequentavam as aulas de Higiene e Educação Física do *Instituto*, para atender os objetivos de uma ordem social civilizatória.

2 . 1 – “Regras *hygienicas* para ter saúde e alegria”: *hygiene* e alimentação para a produção de um corpo saudável e vigoroso

Sábado, quatorze de Janeiro de 1939. Em Campina Grande, o jornal *Voz da Borborema* publicou, o artigo: “A mortalidade infantil em Campina”, abordando aquelas que seriam as principais causas do alarmante crescimento da mortalidade de crianças na cidade. Segundo, o reclame jornalístico: “Um dos problemas que pelo seu caráter de extrema gravidade está a pedir”, a nossa atenção “é o que se refere à mortalidade infantil entre nós” (VOZ DA BORBOREMA, 1939). O registro de óbitos de crianças recém-nascidas em Campina Grande, no período “toca a sensibilidade mais obedurada”. Na opinião do dr. Vital Rolim, médico cirurgião do “Hospital Pedro I”, o crescente número de óbitos de crianças carentes na cidade é resultado da falta de cuidados com a higiene e dos “distúrbios da alimentação”. Outras possíveis causas também foram registradas: como a pouca atenção das mães no preparo dos alimentos dos/as filhos/as; a falta de higiene no manuseio e consumo dos alimentos; a ingestão de alimentos inapropriados a idade da criança; o consumo de alimentos

estragados, ou em estado de má conservação; e pôr fim, a falta de recursos financeiros para a compra de medicamentos ou de leite em pó que substituísse o leite materno.

Para Vital Rolim, essas foram algumas dentre as principais causas de mortalidade de crianças na cidade ao longo das primeiras décadas do século XX. Foi a partir desse momento, o saber médico imbuído de relativo prestígio social e acadêmico passou a interferir com maior frequência nas relações familiares. Aos poucos esses profissionais foram ditando normas de convívio social. Interferindo na maneira das pessoas se comportarem, se alimentarem, se vestirem, praticarem exercícios físicos, higienizarem o corpo, etc. O movimento higienista buscou construir uma imagem de família ideal, pai, mãe e filhos/as, educados, ordeiros, limpos, disciplinados e modernos. As crianças passaram a serem vistas como o futuro da Nação. “Um novo discurso buscou atentar o governo para o desprezo com a infância, o que logicamente causava elevadas taxas de mortalidade” (MAIOR JÚNIOR; MAIA, 2014, p. 100).

De acordo, com a matéria anteriormente mencionada, “[...] a criança de Campina Grande morre pela boca como o peixe, para nos prevalecermos do emprego duma imagem vulgar”. Na boca, as crianças nos primeiros meses de vida, colocam todo tipo de objeto que se encontra a seu alcance. A boca aos poucos vai se transformando na porta de entrada de inúmeras doenças, a exemplo, do tifo, da tuberculose, do impaludismo, diarreias, vermes, gripes, etc. Como meio de se evitar a proliferação de doenças, as mães deviam estar atentas ao estado sanitário da casa, buscando se instruir no que existia de melhor e mais moderno em matéria de higiene. Na opinião do dr. Vital Rolim, as mães de Campina Grande não respeitavam as regras de higiene: “Isso para não aludirmos ao desconhecimento total da mãe proletária campinense dos mais comensais princípios de puericultura” (VOZ DA BORBOREMA, 1939). Uma mãe cuidadosa e zelosa com a educação dos/as filhos/as tinha que cultivar dentro do lar os preceitos de higiene e puericultura. As propagandas de medicamentos e alimentação eram bastante incisivas a respeito da importância que as mães passaram a ter na educação sanitária das crianças. Aos poucos à mulher passou a ser incumbida da missão de “controle do corpo familiar”, sendo a responsável direta pela “educação, higienização e vigilância dos filhos” (OLIVEIRA, 2002, p. 202).

No livro “A Fada Higia” (1925) o médico-higienista Renato Kehl, já chamava a atenção de educadores, médicos, professores e pais, para a importância de iniciar o ensino de Higiene para as crianças durante os primeiros anos de vida, antes mesmo destes, adentrarem o espaço escolar. É em casa e sobre os cuidados maternos, que as crianças deviam receber as primeiras instruções de higiene. Entre as disciplinas ministradas às crianças era a higiene a

responsável por ensinar-lhes a defender-se das doenças e proteger a saúde, melhorando e preparando a constituição física, “para atingir a maturidade em completo estado de higidez física, intelectual e, correlativamente moral?” (KEHL, 1925, p. 8). Para o médico higienista, a infância foi a melhor fase da vida para se inculcar os preceitos de higiene. São as crianças quem melhor aprendem a colocarem em prática as regras das boas maneiras: “Tornar as crianças obedientes a esses preceitos como aos de civilidade, é mais fácil do que geralmente se supõe”. As regras de civilidade têm por objetivo tornar as crianças obedientes, limpas, disciplinadas, higiênicas, saudáveis, robustas. “As crianças eram tidas como matéria moldável. Corrigir os maus hábitos e virtuar-se nos princípios burgueses, máximas do que se objetivava” (MAIOR JÚNIOR; MAIA, 2014, p. 107).

A partir de 1919, com a criação do *Instituto Pedagógico*, as crianças de Campina Grande passaram a ser instruídas no que existia de mais civilizado e moderno em matéria de Higiene e Educação Física. Como vimos ao longo das páginas que compõem o primeiro capítulo, desta dissertação, essa instituição de ensino, ganhou foros de civilidade e modernidade ao disponibilizar a seus discentes o ensino destas duas matérias. Higienizando, medicalizando e disciplinando o corpo das crianças para atender uma ordem social civilizatória, em uma sociedade que passou a exigir de seus moradores que se tornassem ordeiros, limpos, higiênicos, disciplinados, saudáveis e robustos. O *Instituto* contando com a colaboração de um diversificado quadro de educadores, médicos e professores/as, atuou sobre o corpo das crianças de ambos os gêneros, que sentavam seus bancos escolares, transformando-as em sujeitos civilizados e modernas. As crianças foram obrigadas a se adaptarem a agitação e ritmo acelerado da “vida moderna”. Retirando de seus corpos, marcas de sujeira e indisciplina. Essas crianças foram estimuladas a desfilar em frente de seus professores/as, portando cabelos limpos e cortados, unhas de mãos e pés também cortadas e limpas, ouvidos e nariz higienizados. Foram preceitos de higiene e saúde que aos poucos se tornaram marcas comuns em seus corpos, combatendo doenças, buscando evitar as altas porcentagens de mortalidade, que tanto apavorava a população campinense no período. Foram instituídos novos códigos de “autocontrole” mais “rigorosos” que atuou sobre os corpos das crianças, controlando seus impulsos e buscando dessa maneira, um “maior autodomínio” de seus gestos corporais (ELIAS, 2011, p. 137). Civilizando-as e adequando-as dentro da dinâmica de uma sociedade que se modernizava.

Segundo o discurso médico-higienista, em voga a época, a falta de cuidados com os preceitos de higiene e de alimentação, foi à causa da morte de cerca de mil crianças em Campina Grande, durante o ano de 1939: “vale dizer do uso contra-indicado de alimentos

próprios a idade do recém-nascido, representam alguma coisa, convenhamos, num obtuario geral de mil e poucos decessos, dentro do prazo de um ano” (VOZ DA BORBOREMA, 1939). As estimativas foram alarmantes, em menos de um ano, cerca de mil crianças perderam suas vidas. O desleixo com a higiene corporal e a alimentação inadequada à idade das crianças foram tidas pelo periódico como as responsáveis pelo surto de mortalidade infantil que atingiu a cidade. Os/as filhos/as de operários foram as principais vítimas desse surto de óbitos. O discurso médico, foi contundente em reconhecer que a mortalidade estava presente entre as crianças da camada mais humilde da população, filhos/as de garis, operários fabris, funcionários públicos, desempregados, etc, pessoas desprovidas de recursos financeiros, assistência médica, dentária, educação e informação.

Ainda, em 1939, o jornal *Voz da Borborema* voltou a publicar outro artigo abordando o tema da “Mortalidade Infantil” em Campina Grande. Desta vez, o responsável pela autoria foi o dr. Henio Azevedo. Para o médico, o único problema de difícil resolução na cidade, era exatamente o da “mortalidade infantil”. “Dos poucos problemas ainda sem solução entre nós, figura inegavelmente em primeiro lugar o da mortalidade infantil” (VOZ DA BORBOREMA, 1939). Por fim, diminuir a mortalidade entre crianças carentes na cidade parece ter sido um dos desafios mais difíceis enfrentados por educadores, políticos e médicos. Na década de 1930, o “Hospital Pedro I” passou a contar com o auxílio de um “ambulatório”, que prestou “relevante serviço” às crianças “desamparadas”, vindas dos bairros mais carentes da cidade, combatendo as moléstias responsáveis por causar doenças e tirar a vida das crianças. “Ali, muitos foram os conselhos dados às mães, e também inúmeras foram as crianças beneficiadas” (VOZ DA BORBOREMA, 1939). Nesse “ambulatório”, as mães receberam conselhos de como proceder na higiene dos/as filhos/as e como alimentá-los de forma correta. Quais os melhores alimentos indicados para a idade da criança. Como higieniza-los, para evitar diarreias, e outros transtornos alimentares. As regras de puericultura aos poucos foram se tornando num importante instrumento de auxílio das mães no processo de higienização do espaço doméstico e do corpo das crianças.

Nas palavras do dr. Henio Azevedo, era dever dos médicos da cidade zelar pelo bom estado sanitário das crianças. Receitando medicamentos, diagnosticando doenças, aconselhando as mães nos cuidados com a higiene e alimentação infantil. Entre os fatores que mais contribuem para a crescente “mortalidade infantil”, consta a falta de higiene, a má alimentação, o atraso na educação, o desconforto do ambiente domiciliar, a falta de recursos financeiros, para a aquisição de medicamentos e alimentos para as crianças. “Apesar de todos estes fatores deploráveis, muitas crianças conseguem viver. Nesse caso então a morte seria

desejável. A criança pobre, maior de um ano, é sempre o fraco adversário do tempo. Falta-lhe animo e saúde” (VOZ DA BORBOREMA, 1939). Para o médico, outro fator que provocava a “mortalidade infantil” era a carência de leite materno. Em seu discurso, o esculápio defendeu a construção de um “lactário” na cidade, para viabilizar a organização e distribuição de leite em pó, entre aquelas mães que não possuíam condições financeiras de adquirir o produto industrializado. Em tom poético, o médico dá continuidade a seu discurso afirmando a importância da saúde infantil. E convoca a sociedade campinense para salvar a infância do estado de abandono social em que se encontrava, alegando, ser a criança, a responsável pelo futuro da sociedade: “Amparar a infância é defender o futuro da sociedade. A criança é a projeção do amanhã. Devemos cuidar dela como quem cuida de uma flor rara e preciosa” (VOZ DA BORBOREMA, 1939).

Esse tipo de discurso e propaganda foi resultado da parceria entre o saber-médico e de empresários abordando a importância da higiene e alimentação infantil como fator de saúde, robustez e progresso social, estampou as páginas dos principais veículos de comunicação da Paraíba, ao longo das primeiras décadas do século XX. O jornal *A União* e a *Revista do Ensino* publicaram em suas páginas inúmeros artigos tratando do tema da higienização, alimentação e saúde infantil. O público infantil foi o alvo principal desses anúncios, que tinham por objetivo vender produtos industrializados do ramo alimentício e farmacêutico, que se destacavam pela acessibilidade, praticidade, preço e rapidez no preparo.

O discurso médico-higienista alegando a necessidade de higienização do corpo passou a interferir nessas propagandas, aconselhando as mães a comprarem os produtos como forma de salvar seus filhos/as do estado de decadência física em que se encontravam. A propaganda destinada ao público infantil, aos poucos, foi sendo desenvolvida a partir da colaboração entre os saberes médicos, pedagógicos, assistenciais e psicológicos. “A área médica – incluindo a pediatria, a higiene infantil, a saúde pública, a psicologia e a psiquiatria – participou decididamente e de forma articulada na “criação” de um mercado de produtos e serviços direcionados à infância” (BRITES; NUNES, 2012, p. 7).

Para crescer feliz, saudável e robusta: “Reconhecidamente nada é mais útil para a criança do que a boa alimentação. Dando-a adequadamente, e completando-a com outros elementos indispensáveis à boa nutrição, é que se consegue o ótimo desenvolvimento físico e mental” (REVISTA DO ENSINO, 1942, nº 18, p. 95 – 96). O presente artigo publicado nas páginas da *Revista do Ensino* discutindo o tema da “Alimentação dos escolares”, é um entre

os muitos encontrados nas páginas do periódico tratando da higiene e alimentação⁵¹ infantil que circulou no Estado entre as décadas de 1930 e 1940, divulgando temas sobre higiene, educação da saúde, educação física, discurso médico-higienista, escoteirismo, etc.

Neste período, a higiene do corpo aliada com a alimentação da infância, ganharam status de obrigatoriedade. As propagandas publicadas em jornais e revistas estamparam rostos de crianças alegres, saudáveis e robustas. Uma criança mal alimentada, portando um corpo sujo, mal lavado, com maus hábitos higiênicos, era uma criança com o futuro comprometido. O desenvolvimento econômico, político e social da sociedade estava em risco. A sociedade exigia sujeitos limpos e ordeiros. O corpo era a porta de entrada para um mundo civilizado e moderno. O movimento eugenista e higienista saiu em defesa de uma raça branca e limpa, livre de doenças, deformações físicas e traços étnicos inferiores. Maus como a tuberculose, sífilis, varíola, impaludismo, foram combatidas à custa de propagandas sanitárias dentro e fora dos muros das escolas. Desde muito cedo, as crianças foram instruídas no que existia de mais civilizado e moderno em matéria de higiene, disciplina e bom comportamento. Receberam lições de como escovar os dentes, assoar o nariz, limpar os ouvidos, vestir uma roupa limpa e apresentável. Foram incentivadas a praticarem exercícios físicos, exercitarem o corpo, a consumirem alimentos saudáveis e ricos em proteínas.

Educadores, médicos e políticos enxergaram a infância como a melhor fase da vida para se inculca hábitos salutareis e combater os desvios de conduta. A esses pequenos “soldados da saúde” foram depositadas as esperanças de uma pátria saudável, vigorosa, livre de doenças, de vícios como o fumo e o alcoolismo. Uma pátria saudável exigia cidadãos também saudáveis, fortes, prontos para a vida agitada e dinâmica em uma sociedade moderna. Nesse sentido “O próprio futuro da raça, no ponto-de-vista físico e econômico, ocorre largamente por conta da nutrição das crianças” (REVISTA DO ENSINO, 1942, nº 18, p. 95 – 96). Uma sociedade civilizada e moderna precisava de crianças saudáveis, belas e fisicamente robustas. Para que, esse projeto de transformação do corpo nacional, se concretizasse, era preciso que se investisse sobre o corpo infantil. O país precisava de crianças apresentáveis. Limpas, ordeiras, com hálito fresco, dentes claros, vestes limpas, cabelos, ouvidos, nariz, unhas de mãos e pés higienizados. O problema da nutrição, aos poucos, foi despertando a

⁵¹ Rezende (2004, p. 176), afirma que a alimentação perpassa a dimensão biológica; “é um complexo sistema que se materializa em hábitos, ritos e costumes, marcados por uma inegável relação com o poder. As regulamentações alimentares estão presentes na distinção social através do gosto, na construção dos papéis sexuais e das identidades étnicas, nacionais e regionais, e também nas proscricções e prescrições religiosas”.

atenção de educadores, médicos, professores e pais de família. As imagens propagandistas representaram crianças higienizadas, bem alimentadas, saudáveis e forte fisicamente.

O corpo infantil passou, a ser alvo de inúmeras propagandas abordando a importância da higienização e alimentação, como meio, para se comercializar produtos alimentícios e farmacêuticos, a exemplo, da *Farinha Lactea da Nestlé*, do *Tônico Phosphatato Vanadiol*, o *Eldoformio da Casa Baher*, e do *Tonifosfan da Casa Baher*, todos, alimentos e medicamentos que prometiam alegria, saúde e bem está físico para as crianças em curto espaço de tempo. As matérias divulgadas por esses reclames publicitários, afirmavam que para meninos e meninas crescerem saudáveis, belas e robustos/as tinham que consumir esses “milagrosos” produtos.

Conforme Brites e Nunes (2012, p. 4), o alvo primeiro das mensagens publicitárias sobre a comercialização de medicamentos e produtos alimentícios, na maior parte das vezes não é necessariamente as crianças, mais sim, os adultos que respondem por sua responsabilidade. Seu pai, sua mãe, ou até mesmo um parente próximo, médicos, educadores, etc., sendo que, “o destinatário final da propaganda (mediato) é a criança, pois seria a beneficiada pelos novos produtos ou serviços oferecidos à venda” (BRITES; NUNES, 2012, p. 4).

As propagandas⁵² de leite em pó e de medicamentos receberam o apoio do discurso médico-higienista, que através da imprensa passou a divulgar a importância da higiene e alimentação das crianças nos primeiros meses/anos de vida. Nessa empresa civilizatória, empresários e médicos, uniram-se para divulgar a obrigação de se produzir crianças saudáveis e fortes fisicamente para salvar o Brasil, do estado de degenerescência física em que se encontrava. Esses profissionais alegavam que o país, estava doente e degenerado, sendo estas as causas de nosso atraso econômico, educacional, político e social. Um futuro promissor passava pela higienização e educação de nossas crianças, que crescendo saudáveis, belas e fortes, superariam todas as mazelas que nos afligiam. Sem uma higiene e alimentação equilibrada esse projeto social não obteria o êxito desejado. Assim, as mães foram educadas no que existia de mais moderno em matéria de higiene e alimentação infantil: “[...] a alimentação depende muito do que se chama “a eficiência materna” e é para melhorá-la que se

⁵² Entre as décadas de 1930 e 1940, as propagandas de alimentos ganharam destaque nas páginas do jornal *A União*. Várias empresas do ramo alimentício passaram a anunciar seus produtos nas páginas do jornal, prometendo baixo custo, facilidade de acesso e no preparo dos alimentos. O *Quaker Oats*, era recomendado para atletas e se destacava por ser um produto rico em vitaminas. Produzindo energia e força, ajudava na conservação diária da saúde. Esse produto também era recomendado pelos médicos. O discurso médico-higienistas estava presente na maioria das propagandas: aconselhando no consumo dos produtos e indicando as possíveis vantagens adquiridas com os alimentos.

devem voltar em grande parte as atenções da educação sanitária” (REVISTA DO ENSINO, 1942, nº 18, p. 95 – 96).

Para Olga Brites (2000, p. 257), o tema “da saúde na infância” marcou presença “recorrente na propaganda do período, como em outras instâncias sociais, valorizando a robustez infantil como sinônimo de vida saudável”. O discurso médico-higienista através das páginas de jornal e revistas divulgou uma variedade de produtos voltados para a “formação do corpo forte como elemento fundamental do ser criança, em especial, remédios e alimentos”. A publicidade do leite para a criança se tornou uma constante, “absorvendo a discussão sobre a importância do aleitamento materno”. As mães foram alertadas nessas propagandas a respeito da importância do aleitamento materno de seus filhos/as durante os primeiros meses de vida. Entre os produtos anunciados para a venda, destacavam-se os apropriados para crianças privadas do leite materno, sendo uma de suas principais características o valor nutritivo. Essas propagandas foram direcionadas para as crianças filhas/os de uma elite econômica. Era uma propaganda voltada para uma criança de poder aquisitivo bom.

Esse tipo de propaganda ganhou vida nas páginas do jornal *Brasil Novo* em Campina Grande. Em 1931, o jornal publicou, o artigo “Seus filhos correm perigo”, alertando as mães para os perigos que as crianças correm ao serem mau alimentadas. No caso, se tratava de uma propaganda do *Tônico Phosphatado Vanadiol*, direcionada para “A senhora que ammamenta”. Segundo a propaganda, o tônico, ao ser consumido em doses certas pelas mães durante o período de amamentação, “reconstitui as energias”, “alimenta o systema nervoso, dá maior resistência, e torna o leite mais abundante e forte” (BRASIL NOVO, 1931). O leitor da propaganda, ao se deparar com o anúncio, e comprar o produto, estava adquirindo um produto que “obra milagres”. O *Vanadiol* era responsável por tornar o leite materno rico em vitaminas, livre de doenças, além de contribuir para reduzir os índices de mortalidade infantil, tornando as crianças mais vistosas e saudáveis. As vantagens oferecidas pelo produto eram inúmeros, praticidade, benefício, baixo preço, acesso fácil, rápido e redução do número de doenças. Outra vantagem do produto, era, a capacidade que o mesmo tinha em deixar as crianças resistentes as principais doenças da “Infância”. É bom deixar claro que apenas crianças filhas/os de pais com um bom poder aquisitivo, podiam ter acesso a esse tipo de produto. As crianças filhas/os de “populares” não desfrutavam dos benefícios prometidos pelo *Vanadiol*. Que por, mas que se tratasse de um produto de fácil acesso, se encontrava distante da realidade da maioria das famílias campinense.

O discurso presente na propaganda é bastante incisivo em buscar convencer as mães do fácil acesso ao produto, que se encontrava disponível em todas as farmácias da cidade,

além de ter um “gosto delicioso e fácil de tomar”. Contando com apelo do discurso médico, os anunciantes do medicamento direcionaram seu foco de atenção para as crianças em fase de crescimento: “Na idade do crescimento, toda criança se transforma! Torna-se pálida, fraca, sem resistência. Não tem quase apetite. Nesse perigoso, *mais do que nunca*, a criança precisa de um auxílio enérgico, para obter um organismo robusto” (BRASIL NOVO, 1931). Esse energético, que prometia ser um facilitador do crescimento infantil, era o *Vanadiol*. O produto tomado em doses e horas certas era responsável por gerar uma completa transformação no corpo infantil, “o apetite é maior, as cores aparecem nas faces, o peso aumenta gradualmente”.

Com a instauração do regime republicano e as transformações causadas pela modernidade, a criança passa a ser “[...] vista pelo discurso médico-higienista como o corpo a quem se deve maior cuidado: frágil, mole, ingênuo, afeito muitas vezes a maus hábitos como comer terra, comer com as mãos sujas” (OLIVEIRA, 2002, p. 223). Na intenção de livrar as crianças, desses vícios, o saber médico em parceria com a imprensa, indústria de alimentos e remédios, passou a produzir e comercializar produtos que prometiam eficiência e rapidez na prevenção de doenças. “Os alimentos e remédios industrializados eram mostrados como eficazes para tornar homens e mulheres dispostos, calmos, animados e com possibilidades de vencerem na vida” (OLIVEIRA, 2002, p. 223). Esses comerciais foram legitimados através da colaboração do discurso médico-higienista que tinha por função, provar a legitimidade e funcionalidade desses produtos: **primeiro**, confirmando a necessidade e funcionalidade do produto; **segundo**, apelando para a cura e prevenção dos “males” que atacavam as famílias; **terceiro**, buscando convencer os consumidores da eficácia e higiene dos produtos industrializados, em comparação àqueles produzidos em casa; **quarto**, associar o cuidado do corpo com a agilidade e força características de uma vida agitada dentro do espaço de uma cidade moderna; **quinto**, despertar no consumidor o desejo e a necessidade em torno do consumo desses produtos, que ganhavam o gosto do público consumidor em prometer alegria, saúde e força.

Foi tema recorrente nas propagandas veiculadas pela imprensa brasileira do período, que a falta de desenvolvimento social, político, educacional e econômico do país, era resultado da falta de alimentação ou da má alimentação das crianças. Uma sociedade eugenicamente/higienicamente saudável e forte era aquela que se preocupava com a saúde de suas crianças. A higiene do corpo e da alimentação foi fator determinante nesse processo de transformação social. Na opinião de Olga Brites (2000, p. 254 – 255), uma das dimensões desse tipo de propaganda foi o de passar a imagem de uma criança ideal: feliz, saudável, e

fisicamente robusta. Foi um tipo de poder que se construiu, desejou e falou de “mulheres, homens e crianças”, uma família harmônica, feliz e saudável. Elaborando “a imagem do futuro cidadão como saudável, forte e robusto, tentava-se romper com um presente vivido principalmente pelas crianças pobres” (BRITES, 2000, p. 254 – 255), a quem eram atribuídos fatores como a falta de higiene e sucesso pessoal.

Na Paraíba das primeiras décadas do século XX, a *Revista do Ensino* e o jornal *A União* noticiaram em suas páginas inúmeras matérias discutindo temas em torno do estado de higiene e alimentação infantil. Esse período foi o momento em que se iniciaram as primeiras tentativas de comercialização de produtos para a produção de uma infância higiênica e bem alimentada. A publicidade enxergou na infância os consumidores em potencial de produtos industrializados, a exemplo, do leite em pó. Foi neste momento que começaram a surgir empresas como a *Nestle*, que passou a comercializar produtos destinados exclusivamente ao público infantil de elevado poder aquisitivo. Esta empresa recorreu às páginas de revistas e jornais de circulação nacional para divulgar e comercializar seus produtos alimentícios. O público consumidor de seus produtos fazia parte de uma elite intelectual e econômico que desfrutava de boas condições financeiras para adquiri-los. Vale salientar que esse tipo de propaganda não chegava a toda população. As pessoas mais humildes financeiramente não disponham de recursos suficientes para compra-los. Só os/as filhos/as das camadas mais abastadas economicamente da população, e que sabiam ler, tinham acesso e consumiam os produtos fabricados pela *Nestlé*⁵³.

Ao folhear a quinta página do jornal *A União* de 1934, o leitor se depara com uma propaganda da *Nestlé*. A propaganda é direcionada às crianças dos cinco aos seis meses de vida. No anúncio, os médicos aconselham as mães a alimentarem seus filhos/as com “a maravilhosa” *Farinha Lactea Nestlé*, produto especialmente indicado para as crianças, quer como alimento “[...] quer como fortificante em qualquer idade” (A UNIÃO, 1934, p. 5). Na propaganda temos a representação de duas crianças (um menino e uma menina) brincando, aparentando felicidade e portando corpos higienizados e saudáveis. Só os produtos industrializados, produzidos pela *Nestlé*, poderiam proporcionar um crescimento saudável e vigoroso às crianças. Adquirindo “Saúde e Alegria”. Produtos como esses foram pensados e desenvolvidos para proporcionarem “saúde e alegria”, durante a realização de atividades escolares e também nas horas de lazer.

⁵³ Oliveira (2002, p. 224), destaca que no início do século passado, a farinha láctea *Nestlé* marcou sua presença na publicidade, sendo descrita como um produto rico em vitaminas, adequada para a infância saudável e para pais felizes, envolvidos num contexto histórico de uma economia capitalista que requeria menos tempo para o preparo de alimentos e mais dedicação ao ambiente do trabalho.

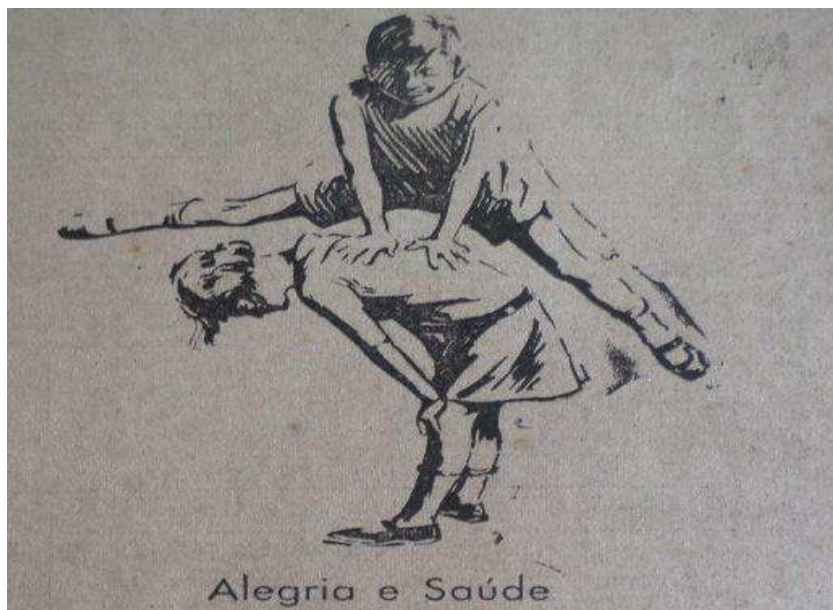


Figura 4: Propaganda de leite em pó da *Nestlé*.
Fonte: A União, 1934, p. 5.

Numa demonstração de saúde e força “Juquinha”⁵⁴ pula sobre sua companheira de brincadeira, demonstrando para o leitor d’*A União*, que a farinha láctea fabricada pela *Nestlé*, tratava-se de um poderoso fortificante, tornando a criança ágil e forte. Quem ver hoje o “Quem dirá, ao ver o Juquinha tão forte, pulando o dia todo, contente e feliz, que quando pequeno – era elle tão franzino e com tão poucas probabilidades de se criar?” (*A UNIÃO*, 1934, p. 5). Hoje pelo contrário, graças a *Farinha Lactea da Nestlé*, ele se tornou uma criança feliz, risonha, saudável e robusta. Utilizando-se desse tipo de propaganda, a empresa ganhou prestígio e obteve sucesso na venda de seus produtos especializados para o público infantil. Os produtos comercializados pela *Nestlé*, se destacavam no mercado consumidor ao prometerem “praticidade no preparo da comida, economia de tempo e dinheiro e seu caráter de alimento rico em vitaminas, que garantia crescimento saudável para as crianças” (BRITES, 2000, p. 259), evitando a subnutrição, fraqueza, debilidade física e mental.

De acordo, com a matéria “a alimentação dos escolares”, entre os fatores que causam a subnutrição infantil, podemos citar, a ausência e a má qualidade dos alimentos, além da “falta

⁵⁴ A propaganda da *Nestlé* intitulava-se “Alegria e Saúde”: “Quem dirá, ao ver o Juquinha tão forte, pulando o dia todo, contente e feliz, que quando pequeno – era elle tão franzino e com tão poucas probabilidades de se criar? Mãesinha, porém, lembra-se bem daquelle tempo e de como se operou essa mudança: - foi quando, a conselho medico, começou a dar-lhe a maravilhosa *Farinha Lactea Nestle* produto especialmente indicado para as crianças, quer como alimento [...] quer como fortificante em qualquer idade” (*A UNIÃO*, 1934, p. 5).

de bons hábitos higiênicos no comer” (REVISTA DO ENSINO, 1942, nº 18, p. 95 – 96).

Outros fatores podem ser acrescentados, tais como:

[...] sono insuficiente, fadiga, falta de exercício, pouca vida ao ar livre e ao sol e ainda defeitos e doenças para o lado das amígdalas, das adenoides, dos dentes; também a sífilis, a tuberculose, a opilação, as lesões cardíacas, tem toda a sua responsabilidade, a que não fica estranho o fator hereditário, sem a dúvida a influenciar, por sua vez, o desenvolvimento da criança (REVISTA DO ENSINO, 1942, nº 18, p. 95 – 96).

Esse tipo de discurso recebeu o aval dos médico-higienistas e teve por objetivo educar as mães no que existia de mais civilizado e moderno em práticas médico-higiênicas em torno da alimentação das crianças. Segundo os médicos, era obrigação materna cuidar das noites de sono das crianças, do excesso de cansaço, da pouca prática ou a completa ausência de exercícios físicos, buscar incentivar a caminhada ao ar livre, fazendo as caminhadas de preferência em horas de pouca incidência de sol. O surgimento de algumas doenças na infância como a sífilis, a tuberculose, a opilação, e as lesões cardíacas são atribuídas pelo discurso médico como sendo resultado da ociosidade e do despreparo das mães nas regras de higiene corporal e alimentar. Para o bem da nação, há aquelas pessoas “que não medem sacrifícios para salvar a vida dos filhos, quando doentes, ainda não quiseram compreender que é muito mais econômico preservar-lhes a saúde, dia a dia, pela instituição de bons hábitos higiênicos, especialmente por uma alimentação conveniente” (REVISTA DO ENSINO, 1942, nº 18, p. 95 – 96). No presente tópico vim que no início do século XX, em Campina Grande, o discurso médico ganhou o auxílio das propagandas de alimentos infantis na divulgação de uma infância saudável e vigorosa para atender as necessidades de uma ordem social civilizatória que propagava a produção de corpos robustos. No tópico que segue, veremos que no *Instituto Pedagógico*, as brincadeiras e os jogos recreativos também tiveram a incumbência de produzir uma infância medicalizada e disciplinada. Sendo que as aulas de Educação Física foram utilizadas por educadores e médicos como espaço de recreação e disciplina do corpo infantil.

2 . 2 – “O valor educativo dos brinquedos”: as aulas de Educação Física como espaço e tempo de recreação

No artigo “A Educação dos Parvulos e o Jardim da Infância”, publicado nas páginas da *Revista do Ensino* de 1937, Alice Monteiro, argumentou que o principal objetivo do ensino

de Educação Física para as crianças em idade escolar, consistia em criar “o equilíbrio perfeito da saúde *physica e moral*” (REVISTA DO ENSINO, 1937, nº 14, p. 24. Grifo nosso). Sendo instruída no que existe de, mas moderno em matéria de hábitos higiênicos e recebendo uma boa Educação Física, a criança crescia como uma planta carinhosamente regada e podada, se desenvolvendo sadia e bela, “porque saúde *physica e moral* é a melhor forma da beleza”. Para a autora,

Os jogos *gymnasticos* dão ritmo e graça, despertam a alegria, cultivam a atenção, movimentam os músculos, provocam o trabalho do cérebro e do coração *physica* e moralmente falando, porque concorrem grandemente para desenvolver os sentimentos de fraternidade, solidariedade, sociabilidade (REVISTA DO ENSINO, 1937, nº 14, p. 24. Grifo nosso).

Esse tipo de discurso é bastante representativo da importância que o ensino de Educação Física, adquiriu durante a infância no começo do século XX, ao adentrar os portões das escolas brasileiras. Ao iniciarmos nossas pesquisas a respeito da circulação do ensino de Higiene e Educação Física no *Instituto Pedagógico*, entre os anos de 1931 e 1942, encontramos um significativo número de fontes, as principais revistas e jornais, que abordavam em suas páginas o ensino de Educação Física, para a infância, como sendo o momento ideal para que educadores, médicos e professores colocassem em prática o projeto de higienização do corpo dos escolares. Em meio a essas fontes também encontramos artigos escritos por educadores, médicos e professores que abordavam a importância dos jogos e brincadeiras recreativas no processo de medicalização e disciplinarização do corpo infantil.

Segundo esses discursos, através dos jogos e brincadeiras, as crianças, dentro do espaço escolar, sentiam maior prazer em praticar os exercícios físicos. Entre os inúmeros discursos analisados, percebemos que o objetivo desses autores era o de tornar o ensino de Educação Física mais prazeroso e dinâmico para as crianças. Medicalizando e disciplinarizando o corpo infantil. O tempo e o espaço reservado à prática de exercícios físicos, além de ser um espaço e tempo destinado à disciplina do corpo, tornou-se também um momento ideal para proporcionar as crianças divertimento e alegria. No *Instituto Pedagógico* além do caráter militarista e higiênico: “A Educação Física é dada na forma de Jogos e Recreação” (ACERVO DO INSTITUTO PEDAGÓGICO, *s/d*).

Jurjo Torres Santomé (1995, p. 163), diz que os jogos e os brinquedos são as principais atividades realizadas pelas crianças. Essas atividades se colocam como algo inato a essa etapa da vida. As crianças já nascem com aptidões e gostos direcionados para a prática de certos tipos de jogos e brincadeiras. Mesmo assim, “como atividade escolar poucas vezes se

oferecem possibilidades de refletir e analisar as razões de cada um dos jogos infantis, das peculiaridades e significados dos brinquedos, etc.”.

Phillipe Ariès (2006, p. 105), argumenta que já no século XVIII, na Europa, além dos dois sentimentos de infância, surge um elemento novo em meio às famílias, a preocupação cada vez maior com a higiene e saúde física das crianças. “O cuidado com o corpo não era desconhecido dos moralistas e dos educadores do século XVII”. Aos poucos os cuidados com o corpo das crianças foi ganhando importância dentro do discurso de moralistas, educadores e médicos da época: “um corpo mal enrijecido inclinava à moleza, à preguiça, à concupiscência, a todos os vícios”. Passou-se a ser depositada uma maior atenção à higienização e educação do físico das crianças. Tudo que dissesse respeito à criança e sua família tinham virado motivo de preocupação. Novos cuidados foram depositados na saúde e educação dos/as filhos/as por parte dos pais: “[...] a criança havia assumido um lugar central dentro da família” (ARIÈS, 2006, p. 105).

Esse novo sentimento em relação à criança não foi um privilégio que ficou restrito apenas aos países europeus. No Brasil republicano, quando analisamos as fontes documentais que circularam no período, percebemos que esse novo sentimento também passou a fazer parte das preocupações de educadores, médicos, professores e das próprias famílias brasileiras do período. A atenção depositada sobre o corpo infantil ganhou um novo significado. Os profissionais da educação em colaboração com um corpo médico eficiente e em parceria com a família do rebento, não permitia mais que as crianças ficassem relegadas a falta de cuidado com a higiene corporal e saúde física. É nesse momento que as matérias de Higiene e Educação Física, passaram a ganhar uma maior importância na formação higiênica, moral, intelectual e física das crianças.

A partir desse momento os campinenses enxergaram na infância o momento mais apropriado para se produzir uma sociedade higiênica e disciplinada. O *Instituto Pedagógico* assumiu a missão de medicalizar e disciplinar os futuros representantes da sociedade campinense, no que existia de mais moderno em matéria de Higiene e Educação Física. A partir da década de 1920, essas disciplinas conquistaram o espaço escolar campinense. Na infância que foram depositadas as esperanças de um corpo produtivo e livre de doenças infectocontagiosas.

Na opinião de Francisquinha Amorim⁵⁵, os jogos e brincadeiras tinham um grande valor pedagógico para a saúde e divertimento das crianças. Era preciso que os responsáveis pelos recreios e aulas de Educação Física, tornassem o ambiente escolar mais prazeroso e agradável. Em sua opinião “O aluno aprende brincando e brinca aprendendo. Canta muito, por que o canto é o instrumento de que o educador se serve para ensinar a criança a falar e é grande auxiliar do aparelho respiratório” (VOZ DA BORBOREMA, 1938, p. 3). Utilizando-se de jogos e brincadeiras recreativas os professores do *Instituto Pedagógico* e de outras escolas de Campina Grande, tornavam as aulas, mas dinâmicas e atrativas, despertando a curiosidade e boa vontade dos discentes para os benefícios de um melhor e mais eficiente desenvolvimento higiênico, moral, intelectual e físico. As crianças cresciam consciente de seus deveres e afazeres cívicos. Um soldado/trabalhador higienizado e disciplinado. Uma filha, mulher e mãe educada, zelosa e cuidadosa nos afazeres domésticos e na educação dos/as filhos/as.

Em seus textos publicados na imprensa de Campina Grande, na década de 1930, Francisquinha Amorim, teceu sérias críticas aos métodos pedagógicos tradicionais. Como o uso da palmatória e o enclausuramento dos discentes nos bancos escolares por longas horas. Em sua opinião, as crianças precisam gozar de liberdade, principalmente nos horários reservados as de Educação Física e nos horários de recreio. Em seus textos publicados nas páginas do *Evolução Jornal*, do jornal *Voz da Borborema* e da *Revista Evolução*, ela defendeu a importância dos exercícios físicos entre os gêneros, e a vantagem de tornar as aulas mais atrativas e lúdicas. Sem deixar de lado é claro o caráter disciplinar. Ao adentrarem os corredores das escolas as crianças precisam sentir prazer e divertimento jogando, movimentando-se, exercitando o corpo: o professor deve incentivar os jogos e as brincadeiras fazendo com que as crianças sentissem gosto em participar das aulas, tornando as horas e espaços reservados aos exercícios físicos, menos cansativas e estressantes: “[...] pois jogando e brincando, a criança se exercita para a vida real e manifesta suas tendências. Faz trabalhos manuais, através dos quais recebe as concretas lições de moral. Passeia, faz ginastica, palestra com a mestra e com os colegas, aprendendo desta maneira a viver, em sociedade” (VOZ DA BORBOREMA, 1938, p. 3).

É durante os primeiros de vida, que a capacidade de brincar inata das crianças, “otimiza o desenvolvimento físico-motor”, propiciando uma relação mais tênue entre os

⁵⁵ A Francisquinha Amorim atuou como professora normalista entre as décadas de 1930 e 1940 dos colégios Imaculada Conceição (Damas), Pio XI e Instituto Pedagógico. Neste último ministrou a disciplina de Pedagogia da Escola Normal.

símbolos que constituem as atividades características de seu cotidiano. É brincando que a criança, adquire condições de se desenvolver e também de se apropriar dos elementos disponíveis em sua realidade, compreendendo os seus significados. A escola infantil “[...] é um espaço, por excelência, de aprendizagens que envolvem movimentos corporais, e o brincar é um princípio que norteia, pedagogicamente, o seu cotidiano” (GARANHANI, 2002, p. 5).

Um dos professores responsáveis pela matéria de Educação Física do *Instituto Pedagógico*, durante as décadas de 1930 e 1940, foi o Sargento Moises de Araújo, que exerceu paralelamente as funções de educar físico e militar. Em sua opinião, a principal função da Educação Física, consistia em medicalizar e disciplinar o corpo infantil. Até por que, a disciplina é de grande importância no ensino de Educação Física, “[...] devendo os professores empregar toda paciência para obtê-la desde o começo e antes de iniciar os exercícios desenvolver a atenção e a compreensão rápida das crianças para obter a execução certa e imediata dos comandos” (REVISTA DO ENSINO, 1933, p. 143 – 144 – 145 - 146). Um dos principais objetivos do ensino de Higiene e Educação Física era o de tornar as crianças, sujeitos higienicamente produtivos e ordeiros, obedientes aos bons costumes e reprodutores de um “processo civilizatório” em que enxergava o corpo como a porta de entrada para uma sociedade civilizada e moderna.

Na *Revista do Ensino* de 1942, Aluizio Xavier responsável pela organização e superintendência do ensino de Educação Física do Estado, publicou o artigo “Educação Física Infantil: Método Prático para a realização das lições de Educação Física”. Aluizio Xavier inicia o artigo falando da importância da série de lições dramatizadas, orientadas pelo método oficial de “Educação Física (Regulamento nº 7, de 1937, 1ª parte)”, para as crianças que se enquadram nos primeiros e segundos graus do círculo elementar de ensino. O primeiro grau recebe as crianças de quatro a seis anos de idade, e o segundo, as de seis a nove anos. Para o autor, nos dois primeiros graus do ciclo elementar, o ensino de Educação Física, tinha o objetivo de desenvolver os músculos das crianças, “mas procura um objetivo, mais importante, que é o de promover a eficiência das grandes funções, e, particularmente, da respiração por meio de exercícios adequados e atraentes” (REVISTA DO ENSINO, 1942, nº 18, p. 65 – 68). Na infância, as crianças apresentam um organismo em formação, precisando de maiores cuidados nas atividades físicas a serem praticadas. Esse é o período em que as crianças, apresentam os primeiros sinais de crescimento, por isso, a importância em praticar exercícios que não tenham apenas a função de desenvolver os músculos, é, importante que o professor atente para outros tipos de exercícios como os respiratórios. Uma boa e eficiente respiração é a base para se evitar no futuro alguns transtornos físicos, como, a proliferação de

doenças e os problemas pulmonares. O surgimento de doenças como a tuberculose é decorrente em muitos casos de problemas respiratórios. Para corrigir problemas como esses ainda na infância, nada mais indicado do que um bom exercício físico, utilizando-se de movimentos simples, e incentivando as crianças a praticarem jogos e pequenas brincadeiras. Nesse caso:

A ginastica sob todos os seus aspectos dentro das regras disciplinares representa o mais poderoso reconstituente e constitui o ideal para a **aeração pulmonar**. É preciso porém que a criança aprenda a respirar pelo nariz; que compreenda o mal que pode ocasionar a **introdução do ar pela boca**. Convém que saiba que esse hábito provém muitas vezes doenças de garganta (**amidalites, vegetação, adenoides, etc**). E mister que se lhe diga de modo claro, que o ar muito frio pôde produzir alterações nos brônquios (**rouquidão, afonia, etc.**) quando se tem enfraquecidos os tecidos e que tudo isso se poderá evitar respirando bem, isto é, pelo nariz.

O organismo depauperado é o alicerce da tísica tão temida pela humanidade (REVISTA DO ENSINO, 1933, nº 6 e 7, p. 21. Grifo nosso).

Os métodos de Educação Física adotados para a infância buscavam atender as especificidades de cada criança. Quais sejam: Exercícios próprios ao desenvolvimento do organismo. Buscar praticar movimentos leves, suaves para não prejudicar o desenvolvimento do corpo. Extensão, flexão, caminhada e massagens. Pequenos jogos e brincadeiras simples. Para que esse projeto obtivesse sucesso, o/a professor/a devia buscar utilizar-se de artifícios novos e atraentes. Narrando pequenas histórias, o (a) professor (a) aos poucos incentivava e instigava as crianças o prazer proporcionado pelos exercícios físicos. “Interessa à criança tudo o que pertence ao seu ambiente e com o qual ela tem um trato direto e constante, como sejam, pessoas, animais domésticos, objetos etc.” (REVISTA DO ENSINO, 1942, nº 18, p. 65 – 68). Utilizando-se de uma metodologia nova, a narrativa de pequenas histórias, o (a) professor (a) introduz os exercícios preconizados em seu método, dando continuidade as regras de “uma aula racional de Educação Física”.

No quadro desenhado abaixo, o leitor, pode encontrar alguns exemplos das brincadeiras infantis elaboradas por Aluizio Xavier, para tornar as aulas de Educação Física, mais dinâmicas e atrativas. Ao todo o autor desenvolveu e publicou 28 brincadeiras de caráter infantil, que deveriam ser ministradas nas aulas de Educação Física. Essas brincadeiras foram publicadas nas páginas da *Revista do Ensino* do ano de 1933. Para os médico-higienistas e pedagogos, essas brincadeiras passaram a desfrutar de “um grande valor educativo”. “Eles constituem um problema na educação, sobretudo da infância, porque são de fato instrumentos de crescimento da criança” (REVISTA DO ENSINO, 1942, nº 18, p. 93 –

94 – 95 – 96). As brincadeiras citadas no quadro tiveram, por objetivo, desenvolver e aprimorar várias partes do corpo das crianças. Tornando-os mais eficientes. Vejamos alguns exemplos:

Quadro 3
Exemplos de brincadeiras do “Método Prático de Educação Física”, elaborado por Aluízio Xavier e publicados nas páginas da *Revista do Ensino*.

Tipos de Brincadeiras	Descrição das brincadeiras
Marcha dos policiais	As crianças organizadas em filas marcham uma ao lado dos outros, com passos extensos, balançando os braços de um lado para o outro, imitando uma perseguição policial.
O ladrão	As crianças marcham nas pontas dos pés com o corpo inclinado para frente imitando o ladrão.
O quadrupede	As crianças imitam os animais de quatro patas, gatos, cães, vacas, ovelhas, etc.
O miltipede	As crianças formam uma fila bem organizada um por trás do outro segurando na cintura e realizando passos para frente e para trás.
O pato	As crianças marcham em forma de círculo, flexionando as pernas e colocando as mãos sobre os joelhos, imitando o andar da ave.
O trem de ferro	As crianças se alinham uns por trás dos outros, colocando a mão esquerda sobre o ombro esquerdo do colega que está em sua frente, executando passos para frente arrastando os pés pelo chão, e fazendo com o braço direito um movimento que imita a rotação da viela de uma locomotiva.
O trepador	As crianças forma um círculo e realizam os movimentos de subida em uma escada, levantando alternadamente pernas e braços.
O caranguejo	As crianças na posição do quadrupede afastam-se, todas na mesma direção, lateralmente, retratando os movimentos do caranguejo.
O polichinelo	As crianças forma um círculo e imitam os pulos e os movimentos dos braços que o polichinelo movimentado por um fio.
O alfaiate	As crianças sentam-se em círculo com as pernas cruzadas na posição do alfaiate e levantam-se sem fazer uso das mãos.
O portador de água	As crianças se alinham em uma fileira com um bom intervalo entre cada um, e põem um objeto qualquer de pequeno peso sobre a cabeça (livros, caixinhas, etc.) e marcham com cuidado de não derramar a água.
O tocador de sinos	As crianças se põem em forma de um círculo com os pés separados e os braços levantados copiando o movimento do tocador de sinos puxando a corda de cima para baixo.
O exercício mímico da onda	As crianças forma uma fila com os braços estendidos lateralmente e segurando-se com a ajuda das mãos inclinam o tronco lateralmente flexionado a perna do mesmo lado e estendendo do lado oposto para depois sem parar executar o mesmo movimento.
A roda	As crianças forma grupos de até oito crianças e se dão as mãos numerando-se por dois.
O remador	As crianças se alinham com as pernas estendidas e um pouco afastadas, pondo as mãos com os braços estendidos sobre o ombro do colega mais próximo que estiver a sua frente.
Arremesso de dardo	As crianças imitam o arremesso de um dardo, separando os pés e lançando alternativamente com a mão esquerda e com a direita.
O moinho de vento	As crianças executam uma circundação alternativa dos braços, de frente para trás na sequencia de trás para frente.
	As crianças realizam os movimentos de defesa e ataque

O boxeador	característicos do boxeador.
A sopa quente	As crianças fingem está segurando um prato de sopa quente com as duas mãos sobre a altura da boca.
Cheirar uma flor	As crianças imitam o gesto de colher uma flor e leva-la ao nariz fazendo uma profunda inspiração.
O morto vivo	As crianças fingem estarem doentes, tocando algumas partes do corpo com as mãos.
A corrida da mosca	As crianças correm em diferentes direções dando pequenos pulos, procurando apanhar moscas no ar.
A luta de galos	As crianças mantêm os braços cruzados sobre o peito e uma perna levantada lutando duas a duas pulando sobre um pé e dando pequenos golpes com os braços cruzados.
Os signatários	As crianças forma filas organizadas uns atrás dos outros e executam passos para frente, para trás e para os lados realizando com os braços movimentos de sinais.
O avião	As crianças se organizam em filas e estendem os braços para os lados sobre a altura dos ombros, flexionando as pernas.
O círculo de cavalinhos	As crianças imitam os cavalos rodando em círculos em passos, trot e galope.
A queda	As crianças com os pés juntos e com movimentos dos braços se deixam cair para frente, flexionando os joelhos e apoiando as mãos no solo, impelindo em seguida o corpo para trás e para cima para levantar-se, jogando os braços para trás, deixando-se cair logo em seguida.
O Hindu	Depois de concluído os exercícios da queda, as crianças, permanecem no chão apoiadas sobre os calcanhares e deitando os braços no chão com os cotovelos juntos aos joelhos, apoiando a testa nas mãos, imitando desta forma à posição do Hindu na hora da oração.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor do texto.

A série de brincadeiras que faziam parte do “Método Prático de Educação Física”, elaborado por Aluizio Xavier, é representativo da influência exercida pelos métodos ginásticos sueco, francês e alemão, no campo da Educação Física, brasileira nas primeiras décadas do século XX. Todas essas práticas foram na realidade uma das muitas tentativas de escolarização do campo da Educação Física, fazendo parte de um movimento que se fortaleceu com a Proclamação da República, buscando tornar o corpo dos sujeitos melhor higienizados e disciplinados, atingindo o “todo social” e fazendo parte de um projeto que visava a “melhoria da raça” (VAGO, 2010, p. 127).

A partir da introdução de brincadeiras educativas pelo “Método Prático de Educação Física”, para as escolas paraibanas na década de 1930, notamos, que a matéria de Educação Física deixou de possuir apenas um caráter ortopédico: de correção dos corpos. Endireitando e robustecendo os corpos das crianças. E ganhou um novo e abrangente significado. A partir desse momento, vemos se impor, o primado da eficiência dos corpos, quando o assunto a tratar era o ensino de Educação Física, no Estado. Era necessário colocar em prática novos

exercícios físicos, que se adequassem as exigências de uma nova e dinâmica “vida moderna”. Mais importante que “corrigir” e “endireitar”, a Educação Física, “teria sido convocada a introjetar nas crianças não apenas uma atitude corporal correta, mas uma atitude corporal eficiente (o que significava produzir também uma nova sensibilidade corporal)” (VAGO, 2010, p. 44). O novo trabalhador desejado pela grande indústria, que nascia, deveria ser dotado não apenas de atitudes corporais corretas, mas também de corpos eficientes. A escolarização de outras práticas corporais, como as brincadeiras educativas e jogos no ensino de Educação Física, é indicativo da reconfiguração sofrida pelo ensino da presente matéria.

No livro “A Fada Higia” (1925), o médico-higienista Renato Kehl, desenhou como deveria ser ministrado os exercícios físicos para as crianças com menos de dez anos de idade. Em sua opinião: “Estes movimentos serão ensinados paulatinamente às crianças pelos mestres e pelas mães. À princípio elas aprenderão as “posições”, depois os “movimentos dos braços”, em seguida os “movimentos das pernas” e, assim por diante, até os “movimentos respiratórios” (KEHL, 1925, p. 163). O método *gymnastico* elaborado, por Renato Kehl, seguia o método de Educação Física, sueco desenvolvido por Ling. A criança, aprende, os movimentos de forma paulatina, primeiro a correta posição do corpo, depois os movimentos dos braços e pernas, e logo em seguida, a importância dos movimentos respiratórios. De acordo, com o médico-higienista brasileiro, os exercícios deviam ser ministrados, levando-se em consideração, aspectos, como a idade e o estado físico da criança. “Os exercícios devem ser “rigorosamente dosados”, de acordo com a idade, o desenvolvimento e o estado físico da criança, de modo a não serem contraproducentes. O exercício demasiado, trazendo a fadiga ou estafa, é absolutamente condenável” (KEHL, 1925, p. 163). Nas duas imagens abaixo, de autoria de Renato Kehl, temos a demonstração de alguns dos exercícios físicos que o (a) professor (a) de Educação Física, deveria evitar ministrar às crianças com menos de dez anos de idade.

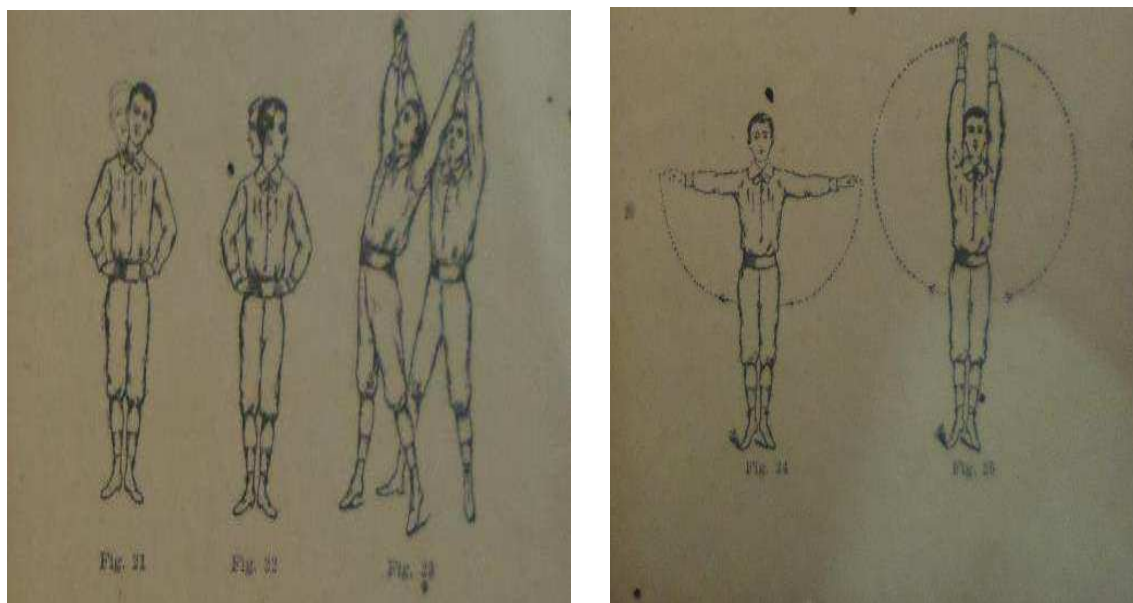


Figura 5: Modelo de exercícios físicos para a infância elaborados por Renato Kehl.
Fonte: A Fada Hígia, 1925.

“Até a idade de oito ou mesmo dez anos, os melhores exercícios são os folguedos naturais, executados com prazer, ao ar livre: são os jogos infantis, peteca, o arco, as bolas, o papagaio, brinquedos de esconder, a amarelinha, o velocípede, o rema-rema” (KEHL, 1925, p. 163). Para obter sucesso na realização dos exercícios físicos, o (a) professor (a) deveria levar em consideração algumas características do corpo da criança: como a idade, o tamanho e o gênero. O/a professor/a de Educação Física não podia obrigar as crianças com menos de dez anos de idade a praticar exercícios metódicos, racionais e ritmados. Esses exercícios geralmente eram indicados “as crianças de mais de dez anos, quando os seus órgãos já se acham melhor desenvolvidos” (KEHL, 1925, p. 164). As crianças com menos de dez anos de idade preferem as atividades que despertam a imaginação. A criatividade. Utilizando-se de métodos novos e atrativos, como a narrativa de pequenas histórias, o/a professor/a de Educação Física, aos poucos despertava o interesse das crianças pelas atividades físicas.

Ao passo que o/a professor/a contava a história, e encenava os movimentos mímicos, as crianças iam imitando-o. Aos poucos o/a professor/a ia percebendo, a alegria que a “[...] criança sente em reviver os fatos contados, o entusiasmo com que se integra nas personagens da história, por si só proporcionam excelentes resultados” (REVISTA DO ENSINO, 1942, n. 18, p. 65 – 68). As aulas dramatizadas tinham dois objetivos principais, quais eram? Primeiro, tornar as aulas de Educação Física, mais alegres e divertidas: segundo, ministrar as crianças “lições de cousas” sobre o seu cotidiano. O mundo infantil é um mundo de brincadeiras e coisas simples. As brincadeiras se transformam num poderoso instrumento pedagógico.

A finalidade desses métodos consistia em educar o corpo, através de movimentos múltiplos. Objetivando fazer com que o corpo das crianças se movimentasse. No próximo tópico, discutiremos como as crianças que estudavam no *Instituto Pedagógico*, tinham seus corpos medicalizados e disciplinados, a partir dos regulamentos do “Regimento Escolar”. Abordando, quais eram as proibições e punições que a instituição se valia como dispositivo disciplinar para educação do corpo infantil.

2.3 – “Do regimento escolar”: a arte das proibições e punições

O nono capítulo do regimento escolar do *Instituto Pedagógico*⁵⁶ teve como público alvo, o “Corpo Discente” do educandário. Em seu “Artigo 68”, estabelecia que “O Corpo Discente é constituído de todos os alunos regularmente matriculados no estabelecimento” (ACERVO DO INSTITUTO PEDAGÓGICO, *s/d*). Apenas, alunos/as aprovados nos Exames de Admissão tinham suas matriculas validadas pela instituição. Outro ponto importante, para que a matrícula fosse realizada, era a comprovação por parte do discente de estar livre de qualquer tipo de moléstia infecto contagiosa, através de atestado médico, emitido por profissionais de competência comprovada, atestando ser portador de bom estado de saúde física e mental.

O “Artigo 69”, estabelecia um total de treze regras gerais, entre obrigações e deveres a serem seguidos e postos em prática, pelos discentes, sob a supervisão de diretores e professores, com o objetivo de manter a boa ordem e disciplina dentro da instituição. O regimento escolar estabelecia, que: “O aluno, procurando conforma-se com os preceitos gerais da boa educação em seus hábitos, gestos, atitudes e palavras, tem como deveres”, os listados abaixo:

- a) Entrar para as aulas logo após o respectivo sinal;
- b) Ocupar na classe o lugar que lhe for designado, ficando responsável pela conservação da carteira nas condições em que a encontrar;
- c) Acatar a autoridade na pessoa de seus depositários, seja Diretor do Colégio, professores ou funcionários administrativos;
- d) Tratar com urbanidade aos colegas e às pessoas estranhas com quem venha a entrar em contacto, com urbanidade e respeito ao Diretor, aos professores, bem como as autoridades do ensino;
- e) **Apresentar-se decentemente trajado e com asseio;**
- f) **Trazer em estado de ordem e asseio os livros e objetos escolares, assim como os trabalhos gráficos;**

⁵⁶ Não conseguimos obter informações exatas do ano de criação do “Regimento Escolar do Instituto Pedagógico”.

- g) Apresentar-se à secretaria sempre que chegar ao estabelecimento depois de iniciadas as aulas ou quando pretender sair antes de encerrados os trabalhos escolares;
- h) Ocupar-se em classes com objeto próprio de estudo;
- i) Portar-se nos recreios, dependências, adjacências do edifício escolar com moderação, segundo os preceitos da boa educação;
- j) Levantar-se em classe, a entrada e saída do professor, Diretor, autoridade do ensino ou visitantes;
- k) Respeitar as proibições expressas neste Regimento;
- l) Assistir às comemorações cívicas e religiosas no estabelecimento, quando devam tomar parte os alunos;
- m) Portar-se, quer na Escola, quer fora dela, como cidadão consciente dos seus deveres morais e cívicos (ACERVO DO INSTITUTO PEDAGÓGICO, *s/d*. Grifo nosso).

Entre as inúmeras regras expostas no regulamento, as que, mas se destacam são as que diziam respeito aos preceitos médico-higienistas: os/as alunos/as eram obrigados apresentar-se decentemente trajados apresentando-se com roupas e calçados limpos: o asseio corporal e dos objetos escolares necessitavam também está, de acordo, com os preceitos de higiene. Os preceitos defendidos pelo discurso higienista estava presente em quase tudo que dizia respeito à organização do ensino do *Instituto Pedagógico*. O corpo dos sujeitos, os objetos escolares, a arquitetura, era objeto de intervenção do discurso médico.

O regimento escolar era bastante esclarecedor dos compromissos e deveres a serem seguidos pelos discentes em seu cotidiano, dentro e fora do estabelecimento escolar, com o objetivo de se manter a boa ordem e disciplina. Dessa forma, o *Instituto Pedagógico* atuara como uma instituição de sequestro⁵⁷: objetivando controlar os corpos dos sujeitos que faziam parte de seu cotidiano. Os discentes a partir do momento em que adentravam os muros do *Instituto*, tinham que se esforçar o máximo possível para se manter intactas as regras da boa educação. Eram várias, as regras a serem postas em prática: ocupar apenas o seu lugar reservado na classe, não se movimentar ou conversar enquanto o/a professor/a estiver ministrando a lição. Tratar com respeito os colegas de classe, o/a professor/a, os diretores e funcionários. Andar trajado sempre com roupas e calçados limpos. Manter, o corpo limpo e higienizado, escovar os dentes, lavar os ouvidos, o nariz, o cabelo, os pés e as mãos com muito sabão e água. No quesito higiene, os cuidados deviam ser redobrados tanto na escola como no espaço doméstico.

⁵⁷ Segundo Foucault (2002, p. 118), as instituições de sequestro são todas especializadas - “as fábricas feitas para produzir, os hospitais, psiquiátricos ou não, para curar, as escolas para ensinar, as prisões para punir -, o funcionamento destas instituições implica uma disciplina geral da existência que ultrapassa amplamente as suas finalidades aparentemente precisas”.

Essa exigência em torno do corpo limpo, higienizado, funcionou como uma tentativa de controle da existência dos sujeitos (FOUCAULT, 2002). Com o surgimento das instâncias de controle no século XIX, o corpo, adquiriu um novo significado totalmente diferente do que vinha recebendo até então: o corpo não deve ser mais vítima do suplício, mas sim formado, reformado, corrigido, deve adquirir aptidões, receber qualidades, ser qualificado como capaz de exercer um trabalho. Ele se torna aos poucos uma força de trabalho (FOUCAULT, 2002, p. 119).

Em seu “Artigo 70” o regimento escolar, estabelecia ao todo, dezesseis proibições direcionadas aos discentes. Segundo, as regras impostas pelo regimento: “Aos alunos é expressamente proibido”:

- a) **Ter consigo livros, impressos, gravuras ou escritos imorais;**
- b) Perturbar por qualquer modo o sossego das aulas ou a ordem do estabelecimento;
- c) Entrar em classe ou dela sair sem permissão do professor;
- d) Ocupar em classe o lugar que não o designado;
- e) Utilizar livros ou quaisquer objetos dos colegas sem o respectivo consentimento;
- f) Tratar com desrespeito qualquer autoridade, funcionário ou visitante;
- g) **Promover algazarra ou distúrbios nas imediações do estabelecimento;**
- h) **Danificar qualquer parte do edifício ou ainda danificar ou desviar qualquer peça do seu material e instalações;**
- i) Organizar dentro do estabelecimento rifas, coletas ou subscrições, qualquer que seja o fim, bem como tomar parte nelas sem permissão do Diretor;
- j) Promover manifestações coletivas ou nelas tomar parte, salvo quando convidados pela direção do estabelecimento ou por ela autorizados;
- k) Permanecer no estabelecimento fora das horas do trabalho escolar;
- l) **Fumar, jogar, ou usar bebidas clandestinamente introduzidas no estabelecimento;**
- m) Trazer consigo armas ou qualquer objetos perigosos, assim como introduzir no estabelecimento bebidas nocivas à saúde;
- n) Impedir a entrada de colegas nas aulas ou concita-los a ausências coletivas;
- o) Tomar parte, com outros alunos do estabelecimento, dentro ou fora dele, em quaisquer manifestações ofensivas a pessoas ou instituições;
- p) Praticar dentro ou fora do estabelecimento, ato ofensivo a moral e aos bons costumes (ACERVO DO INSTITUTO PEDAGÓGICO, *s/d*. Grifo nosso).

Pelo exposto, estava proibida a pronúncia ou manifestação de qualquer tipo de ato que ofendesse a moral e os bons costumes. Também, era proibido perturbar, a ordem dentro e ao redor da escola. Danificar a arquitetura, riscar as paredes, as carteiras, o quadro negro, as portas com atos imorais, ou qualquer outro tipo de palavra que ofendesse a moral. Era proibido trazer consigo o material escolar extraviado, riscado, molhado, sujo. Ficava também

proibido qualquer tipo de manifestação individual ou coletiva. As proibições se estendiam ao consumo de bebidas alcoólicas, fumo e jogos que não estejam prescritas pelo regulamento da instituição. Qualquer tipo de ato imoral, que ofendesse a boa ordem e os costumes civilizatórios, era eminentemente proibido e passível de punição, por parte, da administração escolar. Eram regras disciplinares, que a direção do *Instituto Pedagógico*, fazia questão de inscrever na pele dos discentes como uma tatuagem. Torna-las marcas visíveis em seus corpos que pudessem ser vistas uns pelos outros, servindo de exemplos.

Como complemento das regras anteriores, o regimento do *Instituto*, estabelecia no “Artigo de número 71”, penalidades a que estavam sujeitos os discentes que não atendessem às proibições impostas no artigo de número setenta. Diz o regimento, que: “Pelo não cumprimento dos deveres ou pelo desrespeito às determinações expressas no artigo anterior, serão os alunos passíveis das seguintes penalidades”.

- a) Admoestação simples em sala pelo professor;
- b) Repreensão reservada, oral ou escrita, pelo Diretor;
- c) Exclusão de aula, ordenada pelo professor;
- d) Suspensão até o máximo de 20 (vinte) dias;
- e) Cancelamento da matrícula (ACERVO DO INSTITUTO PEDAGÓGICO, *s/d*).

Eram tentativas de tornar os corpos dos sujeitos domesticáveis. Através de repreensões múltiplas. O poder disciplinar atuava sobre o corpo dos sujeitos buscando adequá-los aos padrões normativos de uma sociedade que pregava por progresso. Partindo de uma perspectiva foucaultiana do poder disciplinar, podemos afirmar que as penalidades atuavam sobre o corpo dos sujeitos na tentativa de torna-los mais produtivos e dóceis. O regulamento do *Instituto* atribuía inúmeras penalidades aos discentes que buscavam burlar as regras disciplinares impostas pela instituição. Iam desde uma simples advertência por parte do/a professor/a, dentro da sala de aula, passando a repreensões do Diretor, a exclusão de sala de aula, suspensão, até mesmo a atos extremos, como, o cancelamento da matrícula dependendo da gravidade da infração. Dependendo da infração, ou até mesmo da repetição da mesma, o/a discente podia ser punido com o cancelamento da matrícula. Todo o regulamento foi pensado e posto em prática, objetivando impedir que os/as discentes realizassem atos de vandalismo, e ofendessem a boa ordem e os costumes civilizatórios.

Eram sanções normatizadoras que objetivavam punir os/as discentes que não se encaixassem ou seguissem as regras disciplinares impostas pelo regimento escolar da instituição. Para Foucault (2010, p. 176), “a sanção normatizadora” funcionava como uma maneira de dar condições à disciplina para punir aqueles sujeitos que fogem à regra. O castigo

é corretivo, e o infrator – o mal aluno deve ser corrigido, até ser conduzido ao correto caminho. O que pertence à penalidade disciplinar é a inobservância, o que não se adequa a regra, os desvios. O castigo disciplinar, tem por função reduzir os desvios. Funciona como corretivo. No dispositivo disciplinar se puni utilizando-se da norma. Dentro do espaço escolar os/as alunos/as estão submetidos ao controle de regras e de padrões de normalização disciplinar. “A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui. Em uma palavra, ela *normaliza*” (FOUCAULT, 2010, p. 176).

Na sequência, o regimento escolar se deteve ao tema da Educação Física, estabelecendo três pontos a serem seguidos pelos/as discentes/as, administração escolar e professores quando o assunto versava sobre a dispensa das aulas. “Todo e qualquer tipo de dispensa da prática de Educação Física deverá obedecer à seguinte tramitação” (ARCEVO DO INSTITUTO PEDAGÓGICO, *s/d*). Para serem dispensados das aulas de Educação Física, era preciso que os discentes obedecessem as seguintes ordens:

1 – Quanto ao aluno:

- Fazer requerimento junto ao Setor competente da Escola, especificando o tipo da dispensa, anexando a documentação comprobatória conforme cada caso específico e observado o prazo estipulado.

2 – Quanto a Administração Escolar:

- Convocar o professor de Educação Física para conjuntamente, analisarem e emitirem parecer relativo ao requerimento.

- Comunicar o parecer final ao aluno efetivar no prazo de 15 (quinze dias) as devidas anotações no diário de classe arquivando a documentação relativa as dispensas para posteriores necessidades.

3 – Quanto ao Professor de Educação Física:

- Orientar o aluno para realizar os procedimentos de dispensa junto ao Setor competente Escolar. O professor não deverá ter sob sua responsabilidade nenhum documento ou atestado de dispensa (ACERVO DO INSTITUTO PEDAGÓGICO, *s/d*. Grifo nosso).

Para obter a dispensa da aula de Educação Física, o discente, tinha que comprovar através de atestado médico não dispor de condições físicas para frequentar as aulas, ou já ter prestado o Serviço Militar, obrigatório, quando se tratava do gênero masculino. Nesse caso, a dispensa será concedida: “Ao aluno que estiver prestando serviço militar inicial ou que em outras situações, comprove estar obrigado a prática da Educação Física na organização militar em que serve” (ACERVO DO INSTITUTO PEDAGÓGICO, *s/d*). Para as mulheres conseguirem a dispensa, as mesmas tinham que comprovar está grávida, via atestado médico emitido por profissional reconhecido. Esses são alguns exemplos.

Nas “Considerações Gerais”, o regimento escolar estabelecia que a disciplina de Educação Física era eminentemente prática. O que, não impedia que o professor responsável

pela disciplina ministrasse aos discentes “[...] aspectos teóricos inerentes à própria disciplina. O que não poderá ocorrer é a distinção entre aula teórica e aula prática, não sendo permitido, conseqüentemente administração da aula teórica isolada” (ACERCO DO INSTITUTO PEDAGÓGICO, *s/d*). Em suas últimas páginas, o regimento ainda afirma que na impossibilidade de ocorrer aulas de Educação Física, durante o turno da noite, compete ao/a professor/a responsável pela disciplina, ajustar o horário para atender as necessidades dos discentes.

No próximo tópico analisaremos como o “Centro Sportivo 243” se transformou num importante instrumento de exaltação da *cultura física* dentro do *Instituto Pedagógico*. Produzindo corpos medicalizados e disciplinados e atendendo as normas de uma ordem social civilizatória, que buscava adequar os sujeitos masculino e feminino a dinâmica da “vida moderna”.

2.4 – “Centro Sportivo 243”: um exemplo de exaltação à *cultura physica*

Domingo, 15 de Julho de 1934, o Centro de Campina Grande, amanheceu agitado. No pátio destinado as aulas de Educação Física e esportes do *Instituto Pedagógico*, as pessoas começavam a se aglomerar para assistir a mais uma demonstração de *cultura física* das alunas do time de voleibol da “Escola de Instrução Militar 243”, também conhecida como “Escola de Instrução Militar General Pamplona”, que na época fora incorporada ao “Tiro de Guerra Nacional. A Escola de Instrução Militar” fazia parte das “Escolas Anexas”, do *Instituto* (ANDRADE, 2014, p. 19). Elegantemente vestidas, com seu uniforme, camisa, shorts, meiões e tênis, apropriados para a prática de esportes, as alunas se dirigiram até o pátio aonde eram realizadas às demonstrações de *cultura física* do *Instituto*. Lá iniciaram sob o olhar atento e disciplinador do Sargento Moisés de Araújo, seu instrutor, a seção de aquecimento. Corpos belos, hígidos, musculosos e em movimento. O objetivo, tornar as discentes fisicamente preparadas para o duelo esportivo que estava por vim. Dessa vez, o adversário, foi a equipe formada por jovens esportivas vindos do Ceara, exclusivamente para abrilhantar o duelo esportivo.

Os redatores do *Evolução Jornal*, com entusiasmo, anunciaram mais uma empolgante vitória da equipe do “Tiro de Guerra 243”: “Com um público regular, em virtude da neblina que caíra, realizou-se no páteo atlético do PEDAGÓGICO, uma disputa de voleibol, na manhã do último domingo, que terminou com mais uma brilhante vitória da falange

estudantina sobre o valoroso conjunto cearense” (EVOLUÇÃO JORNAL, 1934, p. 3). O clima chuvoso, e a neblina, parecia não querer contribuir para o sucesso da partida de voleibol. Mesmo assim, o mau tempo não impediu, que as jovens esportistas tivessem uma excelente atuação, contra o adversário cearense, mesmo aparecendo de forma tímida, em virtude do clima nada amigável, o público, incentivou as jogadoras. Segundo, a matéria jornalística “[...] o prélio foi um dos melhores de quantos têm se disputado ali” (EVOLUÇÃO JORNAL, 1934, p. 3). Segundo a matéria publicada nas páginas do *Evolução Jornal*, as partidas de voleibol aconteciam de forma frequente no *Instituto Pedagógico*. Tinha se transformado numa excelente oportunidade de divulgação da *cultura física* entre o gênero feminino.

As disputas esportivas envolvendo as partidas de voleibol não pararam por aí. O adversário da próxima partida, já estava definido e não parecia dos mais fáceis: “A turma do 243 vem de convidar o invicto quadro “Pio X”, da Capital, cujo embate deve verificar-se neste mês” (EVOLUÇÃO JORNAL, 1934, p. 3). As partidas de vôlei realizadas no pátio do *Instituto Pedagógico*, durante o ano de 1934, faziam parte do campeonato intermunicipal envolvendo equipes que pertenciam a escolas do Estado. O duelo contra a equipe do “Colégio Pio X” não pôde ser realizado em Campina Grande, devido ao fato da “impossibilidade de os diocesanos visitarem esta Cidade”, ocorrendo em João Pessoa, no mesmo mês. Mesmo assim, o jogo aconteceu. O resultado final? Não, sabemos qual foi. Se a equipe do “Tiro de Guerra 243”, obteve sucesso em sua caminhada rumo ao título, ou se, a vitória contra a equipe cearense serviu apenas para empolgar os espectadores. Mas deixa claro que o “Centro Esportivo 243”, foi uma entre as muitas formas encontradas pela direção do *Instituto*, para divulgar e incentivar a *cultura física*, em meio à sociedade campinense, popularizando e incentivando a prática esportiva entre os gêneros.

Ainda, durante o ano de 1934, o jornal *A União*, passou a noticiar, o campeonato de voleibol intermunicipal, envolvendo escolas do Estado. Desta vez “Os estudantes desta capital retribuem a visita dos seus colegas campinenses” (A UNIÃO, 1934, p. 8). O jornal divulgou as disputas esportivas, entre as jovens discentes do *Instituto Pedagógico* e as discentes do *Liceu Paraibano*, *Colégio Pio X*, *Escolar Normal de João Pessoa* e as do *Colégio Santa Rosa V.C.* Desta vez, foram as estudantes da capital que se digiram até a Serra da Borborema, para dar continuidade ao campeonato de voleibol, disputado no pátio de atividades físicas do *Instituto*. As adversárias pertenciam as mais tradicionais escolas de João Pessoa, como podemos perceber na sequência da matéria: “Os tiros de guerra 165 e 166, pertencentes, respectivamente, ao *Lyceu Parahybano* e *Collegio Pio X*, a *Escola Normal de João Pessoa* e

o *Santa Rosa V. C.*, sympathizado clube local de *volye-ball*” (A UNIÃO, 1934, p. 8. Grifo nosso).

Pelo que ficou exposto na matéria publicada nas páginas do jornal *A União*, as discentes dos colégios *Liceu Paraibano*, *Colégio Pio X*, *Escola Normal de João Pessoa* e *Colégio Santa Rosa V.C.*, já desfrutavam de certa familiaridade com a prática esportiva, disputando campeonatos de voleibol profissionais. Na quarta-feira, as jogadoras junto com os demais discentes e representantes das escolas que iriam disputar as partidas de vôlei, arrumaram as bagagens e viajaram até Campina Grande, de trem, com o objetivo de tornar a viagem menos cansativa. “O trem que conduzia os jovens excursionistas chegou ao destino às 12, 15, aguardando-os na estação grande massa popular, estudantes, etc” (A UNIÃO, 1934, p. 8). As atletas vindas da capital foram recebidas na “Rainha da Borborema”, em meio a uma empolgante recepção festiva.

A organização da programação começou a ser posta em prática na sexta – feira, através da realização de uma “grande prova *sportiva*, nella tomando parte os tiros 165 e 166, a *Escola Normal*, o *Instituto Pedagógico*, de Campina Grande, e o “*Santa Rosa V. C.*”, tendo, á tarde desse mesmo dia, os tiros de guerra, os grupos escolares, a *Escola Normal*”, contribuído com uma “grande parada”, que para a cidade, tornou-se um belo espetáculo militar. A programação continuou, às dez horas da noite, com um baile dançante oferecido em homenagem aos discentes e representantes da *Escola Normal de João Pessoa*.

Às oito horas da manhã, do dia seguinte, as discentes da *Escola Normal João Pessoa* da capital, resolveram abrilhantar sua passagem por Campina Grande, com uma demonstração de provas de *gymnastica*, “e á tarde desse mesmo dia, visitou as indústrias de tecelagem da cidade, realizando-se, á noite, as danças em sua homenagem, que foram animadíssimas e tiveram lugar no Clube 31” (A UNIÃO, 1934, p. 8). No dia seguinte, a municipalidade campinense em demonstração de hospitalidade e receptividade, ofereceu um almoço aos visitantes no “Campina-hotel”, havendo o dr. Severino Leite pronunciado uma empolgante oração em torno a personalidade do dr. Argemiro de Figueiredo, tendo, em resposta, falando o sr. Miguel de Almeida, presidente da embaixada” (UNIÃO, 1934, p. 8).

“O *Santa Rosa V. C.*, ficou hospedado no “Campina-hotel”, bem como os tiros de guerra e as alumnas da *Escola Normal*, no *Instituto Pedagógico*, tendo todos, sem exceção, recebido a melhor acolhida” (A UNIÃO, 1934, p. 8. Grifo nosso). A passagem das jovens esportistas vindas de João Pessoa, para dá continuidade ao campeonato de vôlei intermunicipal organizado entre escolas do Estado, demonstra um crescente interesse dos

responsáveis pela educação em popularizar e divulgar os benefícios da prática de atividades físicas como forma de aquisição e manutenção de um corpo belo, saudável e robusto.

A equipe de vôlei do “Tiro de Guerra 243”, fora na época treinado pelo Sargento Moises de Araújo. Isso é representativo da forte influência exercida pelos militares sobre o ensino de Educação Física, nas escolas brasileiras. Nesse período, a responsabilidade e organização do ensino de atividades físicas haviam ficado sob a incumbência dos militares. A partir da ascensão de Getúlio Vargas, ao poder nacional, essa responsabilidade cresceu ainda mais. É neste momento, que ocorre a tentativa do processo de “militarização do corpo” nacional. Dentro do *Instituto Pedagógico*, essa regra não foi diferente. De um lado, o idealizador e dono da escola era um Tenente do Exército, e do outro, um dos instrutores responsáveis pelo ensino de Educação Física, e pelas práticas esportivas, era um Sargento do Exército. Em volta a tudo isso, estava a constante preocupação em medicalizar e disciplinar o corpo das crianças através da prática de atividades físicas. Com isso, objetivava-se alcançar a “disciplinarização do corpo individual e social. Para o progresso econômico e social urgia a existência de uma sociedade saudável e, por assim dizer, bonita fisicamente” (CORRÊA, 2013, p. 190).

Em 1935, o *Evolução Jornal* publicou outra matéria, exaltando, o “Centro Esportivo 243”, como sendo um centro de *cultura física*, de elevada importância, para a divulgação das práticas esportivas em Campina Grande, através do *Instituto Pedagógico*. “A Diretoria deste centro de *cultura física*, muito se tem esforçado, no sentido de desenvolvê-lo em todos os seus aspectos e finalidades fundamentais, incentivando o gosto pelo *sporte*, no quadro de suas possibilidades” (EVOLUÇÃO JORNAL, 1935. Grifo nosso). No dia 13 de Outubro de 1935, o “Centro Esportivo”, buscou, se modernizar, adquirindo novas e modernas instalações, além de um conjunto de equipamentos para o ensino de “*gymnastica em geral*”. A aquisição de novos e modernos equipamentos esportivos fazia parte do desejo de tornar o “Centro Esportivo” mais aconchegante, atraente, civilizado e moderno.

Ao visitar o “Centro Esportivo” do “Tiro de Guerra 243”, os diretores do *Evolução Jornal*, se depararam com um de seus diretores, “que nos mostrou prazerosamente, toda a aparelhagem a ser inaugurada”. Em meio, aos aparelhos encontravam-se: “1 Barra Grande, a qual se denominará “Marcilio Dias”, 2 suspensões inclinadas, 1 escada fixa, 1 escada móvel, 1 idem de corda, argolas, trapézios, balanço, corda lisa, idem de nó, 2 paralelas em duas alturas, 2 vigas de madeira fixas, e 1 barra fixa” (EVOLUÇÃO JORNAL, 1935). De acordo, com a matéria, todos os equipamentos de *gymnastica* se encontravam em perfeitas condições de uso. Pelo que, ficou exposto no discurso do articulista do jornal, no “Centro Esportivo do

Tiro de Guerra 243” eram praticadas mais de uma modalidade esportiva. Neste local também eram realizadas partidas de futebol de salão, basquetebol, além das costumeiras aulas de voleibol e *gymnastica calistênica*: “Nessas notas ligeiras, a la diable ficam os nossos aplausos, a tão eficiente atuação, em nosso meio” (EVOLUÇÃO JORNAL, 1935).

As práticas esportivas foram uma das muitas formas encontradas pela direção do *Instituto Pedagógico*, para popularizar em meio à sociedade campinense o ensino de *gymnastica*. Esse conjunto de ações fazia parte da *cultura escolar* da escola, que envolve desde, aspectos relacionados a organização da arquitetura, distribuição de salas de aula, organização das carteiras, localização dos discentes, o material didático, empregado nas aulas, acesso aos banheiros, construção de um pátio destinado as aulas de *gymnastica* e prática de esportes, preocupação com a disciplina e higiene do corpo dos discentes, uma alimentação saudável, o melhor horário para as atividades físicas, o vestuário mais adequado para cada tipo de atividade, o incentivo aos cultos nacionais, as festas cívicas, etc.

Neste capítulo, que se encerra, o que buscamos fazer foi pensar como as brincadeiras e os jogos fizeram parte das preocupações do ensino de Higiene e Educação Física destinada à produção de uma infância saudável no *Instituto Pedagógico*. No próximo capítulo, nosso objetivo consiste em analisar como ocorreu a circulação do conceito de *cultura física* e a diferenciação das práticas esportivas entre os gêneros no *Instituto*, entre os anos de 1931 e 1942.

III MOVIMENTO – “Agir com presteza”: a divulgação de uma *cultura física no Instituto Pedagógico*

Neste capítulo, nosso objetivo consiste em analisar como ocorreu a divulgação de uma *cultura física* no *Instituto Pedagógico*, entre os anos de 1931 e 1942, utilizando como referência os textos publicados pela professora normalista Francisquinha Amorim, na imprensa de Campina Grande, na época. Para isso, buscamos compreender como as disciplinas de Higiene, Educação Física e as práticas esportivas diferenciavam-se entre os gêneros masculino (dotado de um corpo⁵⁸ forte fisicamente), e o feminino (visto como o sexo frágil, delicado, belo e destinado às atividades mais leves e sutis; destinados à uma educação doméstica e à administração do lar).

De acordo com matéria publicada nas páginas do jornal *Brasil Novo* de 1931⁵⁹, a professora Francisquinha Amorim era filha de Joaquim Manoel de Amorim e D. Benevenita Amorim. Possuía os seguintes irmãos: Dr. Octavio Amorim; dr. José Amorim, médico residente no Rio de Janeiro; Agnelo Amorim; Joaquim Amorim Junior; Elvira Amorim; senhoritas Adalgisa Amorim; Apolonia Amorim; Honorina Amorim e Josita Amorim, todas professoras normalistas de formação. A professora Francisquinha Amorim pertencia a uma tradicional família da elite de Cabaceiras, cidade localizada no cariri paraibano. Entre seus irmãos encontravam-se médicos e professoras normalistas. A professora junto com parte seus (as) irmãos fizeram carreira profissional na cidade de Campina Grande.

A professora exerceu o cargo de normalista do *Instituto Pedagógico*, entre as décadas de 1930 e 1940. As fontes por nós analisadas não forneceram informações detalhadas de por quantos anos, a professora, teria exercido o cargo de normalista no *Instituto*. Analisando parte dos jornais e revistas que circularam em Campina Grande, durante as primeiras décadas do século XX, conseguimos ter acesso a três artigos que foram escritos e publicados pela professora Francisquinha Amorim, na imprensa campinense. É provável que o número de

⁵⁸ Para Albuquerque Júnior (2010, p. 24) “O corpo masculino é um corpo apagado naquilo que é mais próprio, um corpo sem sensibilidade, um corpo castrado na expressão livre dos efeitos trazidos pelos afetos das coisas e das pessoas. É um corpo domado, enrijecido, construído como uma carapaça muscular, que visa a protegê-lo do mundo exterior. Um corpo que busca ser impenetrável aos afetos externos, que tem medo de tudo que o ameace violar ou atravessar, tudo que possa amolecer, desmanchar, delirar. O corpo masculino é pensado como um corpo instrumental, um corpo a serviço de si mesmo, autocontrolado, autocentrado, artista, fechado, travado. O corpo masculino teme a fuga, teme o desejo, teme o afeto, teme tudo que o possa arrastar para fora de si mesmo, possa gerar o descontrole, a abertura, a fragmentação, a viagem. Corpo pensado e treinado para se defender, para dominar a si mesmo e a outros, corpo treinado para ser reativo a tudo que vem de fora, corpo reacionário. Corpo adormecido, corpo censurado, corpo anestesiado, corpo pânico”.

⁵⁹ Para se obter mais informações a respeito da família da professora Francisquinha Amorim, consultar o jornal (*Brasil Novo – 1931 – p.4*).

publicações tenha excedido a quantidade de artigos aqui citados. Na tabela abaixo, o leitor, encontra informações a respeito dos principais temas do interesse e discutidos pela professora na imprensa campinense no período.

Quadro 4
Artigos e temas escritos pela professora normalista Francisquinha Amorim, na imprensa de Campina Grande, na década de 1930.

Título	Meio de comunicação	Ano de publicação e página	Assunto
Cultura física: para a família campinense	Revista Evolução	1931, p. 26	Divulgação da cultura física no Instituto Pedagógico para o gênero feminino.
Educação Feminina no Brasil	Revista Evolução	1931, p. 6	A feminização do magistério brasileiro.
Pela Instrução	Jornal Voz da Borborema	1938, p. 3	A função da jardineira, educadora do jardim de infância na educação das crianças.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor do texto.

Pela forma como escrevia e publicava seus textos na imprensa de Campina Grande, na década de 1930, Francisquinha Amorim se tratava de uma intelectual que estava em sintonia com os principais problemas⁶⁰ vivenciados pela educação brasileira do período. No corpo de seus textos, a professora citava inúmeros intelectuais conhecidos no Brasil, e no exterior. Entre seus leitores/as encontram-se romancistas, pedagogos e cientistas, a exemplo de Spencer⁶¹, Maria Montessori⁶², Virginia de Castro e Almeida⁶³, do intelectual alagoano Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda⁶⁴, entre outros.

⁶⁰ Problemas como os altos índices de analfabetismo, falta de vagas nas escolas, a precariedade das instalações dos prédios escolares, número reduzido de professores, falta de recursos financeiros para a manutenção do quadro de profissionais, entre outros.

⁶¹ Herbert Spencer nasceu em 27 de abril de 1820, em Derby, Reino Unido e faleceu no dia 8 de dezembro de 1903, em Brighton. De nacionalidade inglesa, foi filósofo e um dos, mas destacados representantes do liberalismo clássico. Spencer foi um profundo admirador da obra de Charles Darwin.

⁶² Maria Montessori nasceu em 31 de agosto de 1870, em Chiaravalle, Itália e faleceu no dia 6 de maio de 1952, em Noordwijk, Países Baixos. Foi uma renomada educadora, médica, católica e pedagoga. É conhecida pelo método educativo que desenvolveu e que ainda é usado hoje em dia em escolas públicas e privadas mundo afora.

⁶³ Virgínia Castro e Almeida nasceu em 1874, na cidade de Lisboa, Portugal e faleceu em 1945. Escritora portuguesa vivenciou as experiências do final do século XIX e do início do XX. É conhecida pela literatura infantil que criou, e também pela ligação ao cinema, na qualidade de produtora e realizadora. É também um dos casos de escritoras portuguesas esquecidas do grande público. Além da literatura infantil, dedicou-se também a outros gêneros literários, como o romance e a literatura de viagens. Morou muitos anos na Suíça e na França, onde realizou conferências e traduções (traduziu, entre outros trabalhos, os “Pensamentos” de Marco Aurélio,

Enquanto cidadã que vivenciou as experiências cotidianas de Campina Grande, ao longo das primeiras décadas do século XX, Francisquinha Amorim pode ser definida como uma intelectual, que estava atenta à parte do que estava acontecendo de novo na sociedade. O papel desenvolvido por essa intelectual, em meio à sociedade campinense do período, é resultado das transformações que a cidade vivenciava, em termos econômicos, sociais, políticos e educacionais. Para Sirinelli (2003, p. 242 - 243), o conceito de intelectual tem um “caráter polissêmico” e um “aspecto polimorfo”. Dessa forma:

[...] existem duas acepções do intelectual, uma ampla e sócio-cultural, englobando os criadores e ‘mediadores’ culturais, a outra mais restrita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou ‘mediadores culturais’ em potencial, e ainda outras categorias de ‘receptores’ em potencial, e ainda outras categorias de ‘receptores de cultura’. [...] Estes últimos podem ser reunidos em torno de uma segunda definição, mais estreita e baseada na noção de engajamento na vida da cidade como ator – mas segundo modalidades diferentes [...].

A partir das colocações de Sirinelli, podemos definir a professora Francisquinha Amorim, como pertencendo as duas categorias de intelectual, citadas acima, por ter sido, ela, uma mulher preocupada com a cultura, por ter escrito textos jornalísticos para jornais e revistas de circulação local, e por ter sido também uma educadora preocupada com os problemas educacionais relativos ao gênero feminino. Também foi uma intelectual de engajamento, participando de atos a favor da melhoria da educação no período, fazendo com que seu nome fosse respeitado e admirado em meio à sociedade campinense. Assim, uma das principais características que os intelectuais desenvolvem dentro da sociedade (SILVEIRA, 2012, p. 4), são os papéis que esses/as sujeitos desempenhavam, seja exercendo cargos políticos, sociais ou até mesmo educacionais, como foi o caso da professora Francisquinha Amorim, em Campina Grande.

O primeiro campo de atuação dos intelectuais brasileiros se reporta ao final do século XIX e início do século XX. As principais ideias que norteavam o pensamento desses intelectuais vinham “importadas” da Europa, principalmente das ideias Comtianas e do Liberalismo. Essa época é marcada por forte efervescência política, social e cultural, afetando diretamente na maneira de nossos intelectuais verem e pensarem o mundo. As transformações

as “Novelas Exemplares” de Cervantes e os “Contos de Natal” de Charles Dickens) e escreveu, em francês, uma “Vida de Camões” e a versão de “Crônicas” de Gil Eanes de Azurara.

⁶⁴ Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda nasceu em 23 de abril de 1892, em Maceió e faleceu no dia 22 de dezembro de 1979, na cidade do Rio de Janeiro. Foi um jurista, filósofo, matemático, advogado, sociólogo, professor universitário, magistrado e diplomata brasileiro.

proporcionadas pela virada de século contribuíram para que ocorressem mudanças no mercado de trabalho dos intelectuais, que mesmo sendo dependentes de instituições para adquirir capital financeiro, e relações sociais, passaram cada vez mais a sofrer os trunfos escolares e culturais, que contribuiu para a concorrência do campo intelectual, surgindo dessa forma diferentes “tipos” de intelectuais pertencentes às diferentes classes e portando as mais diversas opiniões. “É em meio a toda essa agitação que surgem os intelectuais brasileiros” (SILVEIRA, 2012, p. 6). Dessa forma, podemos definir a professora Francisquinha Amorim, como uma intelectual de prestígio social que exerceu a função de professora normalista no *Instituto Pedagógico*, e se fez notar dentro da sociedade campinense graças aos textos publicados na imprensa local, criticando a maneira como até então vinha sendo concebida a educação do gênero feminino na cidade.

Francisquinha Amorim não economizou tinta e papel ao tecer sérias críticas à falta de interesse das autoridades médicas e educacionais com o ensino de Educação Física, para o gênero feminino em Campina Grande. Em sua opinião: “Em todos os meios adiantados, já foi provada a grande importância da cultura física, porém em Campina Grande, cidade *Leader* do interior do Nordeste Brasileiro, esta verdade ainda não está evidente” (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, nº 3, p. 26. Grifo nosso). Ao publicar o artigo “Cultura física: para a família campinense”, nas páginas da *Revista Evolução*, buscou chamar a atenção do público leitor do *margazine* para os benefícios dos exercícios físicos para o corpo feminino. Em princípio do século XX, no Brasil e em Campina Grande, o investimento em um corpo feminino forte fazia parte dos ideais de construção de uma nação forte, livre de doenças infectocontagiosas e aptas para exercer uma maternidade sadia. Ao sair em defesa da importância do ensino de Educação Física, para as jovens do gênero feminino, a professora, acreditava que a prática de esportes havia se transformado em um dos principais fatores para o progresso e saúde humana.

A divulgação do “discurso nacionalista brasileiro, ao buscar o refinamento da raça, fez a apologia da saúde da mulher branca identificando a atividade física como a melhor forma de fortalecê-la e aprimorá-la” (GOELLNER, 2008, p. 1). Esse tipo de discurso fez parte da realidade de parte da sociedade campinense, ao longo de quase toda a primeira metade do século XX. Francisquinha Amorim elogiou a direção do *Instituto Pedagógico*, por ofertar os benefícios dos exercícios físicos para o gênero feminino.

O que mais nos chama a atenção neste artigo escrito pela professora, é a forma como a mesma deposita parte de suas preocupações em defender o ensino de Educação Física para o gênero feminino, em uma época em que as mulheres tinham parte de seus direitos negados

pela sociedade⁶⁵. Em suas palavras: “Nossa gente tem ojeriza a tudo que se relaciona a esta instrução, para o sexo feminino”. Ela dá sequência em seu discurso, afirmando, que “Deve-se fazer do corpo robusto e sadio, um instrumento de aperfeiçoamento para a alma [...]. Existe um princípio psicológico que reza: ‘Um espírito são, em um corpo são’” (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, nº 3, p. 26). As mulheres que saíam de casa e passavam a ocuparem um espaço de destaque em meio à sociedade campinense da época, praticando esportes e atividades físicas, não eram vistas com bons olhos pela maior parte da sociedade.

Para boa parte da intelectualidade campinense do período, a prática de determinados tipos de esportes era um dos atributos do gênero masculino. Os homens fortaleciam seus músculos, através da prática regular de exercícios físicos, jogando *foot ball*, *basquetball*, natação, tênis, entre outros. Com isso: “É tachada de leviana, de fútil, e, até de louca, a jovem adepta dos esportes”. Foram muitas as pessoas que passaram a criticar a direção do *Instituto Pedagógico*, porque as discentes do gênero feminino frequentarem as aulas de Educação Física. Para Francisquinha Amorim: “Há quem censure a educação do “*Instituto Pedagógico*”, porque neste estabelecimento a *gimnastica* (um dos fatores da saúde humana) e outros exercícios físicos fazem parte integrantes de seus programas de ensino” (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, nº 3, p. 26. Grifo nosso). No período, em que a professora publica o presente artigo, o discurso médico-higienista defendeu os benefícios da *cultura física* como um dos principais fatores para o progresso humano. Despertando a saúde e o bem-estar físico e mental de homens e mulheres. Além de representar um dos principais caminhos pelo qual se conseguiria o revigoramento físico de nossa “raça”.

Além do artigo “Cultura física: para a família campinense”, Francisquinha Amorim, publicou outros textos na imprensa campinense. Seus escritos se destacaram por abordarem temas que priorizavam o ensino e as práticas pedagógicas: educação para o gênero feminino, a introdução de jogos e brincadeiras no currículo das aulas de Educação Física, e a prática de esportes para o gênero feminino, são alguns dos temas, abordados, pela professora.

⁶⁵ Entre os principais direitos negados as mulheres, podemos destacar os seguintes: o direito à integridade e autonomia dos corpos; o direito ao voto (sufrágio); o direito de ocupar cargos públicos; de trabalhar; de usufruir de salários justos e igualitários; o direito a educação; a servir na polícia militar, etc. De acordo com a ONU [Organização das Nações Unidas], no momento atual, são direitos imprescindíveis à mulher: Direito à vida; Direito à liberdade e à segurança pessoal; Direito à igualdade e a estar livre de todas as formas de discriminação; Direito à liberdade de pensamento; Direito à informação e à educação; Direito à privacidade; Direito à saúde e à proteção desta; Direito a construir relacionamento conjugal e a planejar a sua família; Direito a decidir ter ou não ter filhos e quando tê-los; Direito aos benefícios do progresso científico; Direito à liberdade de reunião e participação política; Direito a não ser submetida a torturas e maltrato.

Francisquinha Amorim parafraseando Montessori, afirmou que é dever do/a professor/a lutar para “Suavizar a educação deixando uma grande parte da obra educativa a própria natureza, é tão necessário, como não arrancar violentamente a criança dos braços maternos, para manda-la a escola” (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, nº 3, p. 26). Deu sequencia a sua narrativa, falando da importância que os mestres deveriam ter em instruir as discentes para que as mesmas se comportem fora dos muros dos colégios, de forma, decente e honesta, mantendo os bons hábitos adquiridos dentro dos muros da instituição de ensino: “Mestres: guiai as jovens de modo que elas saibam se dirigir amanhã quando abandonaram as paredes dos colégios, não lhes deixeis ser destruída a evolução de suas boas tendências, produto da Natureza” (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, nº 3, p. 26).

E encerra o texto falando da importância da colaboração dos pais na formação dos/as filhos/as dentro e fora do espaço escolar. Sendo a *cultura física* de comprovado bem para a formação física e intelectual das jovens de Campina Grande. Produzindo desta forma, corpos medicalizados e disciplinados. Vale salientar que o *Instituto Pedagógico*, neste período, foi umas das instituições escolares que buscou disponibilizar o ensino de Educação Física em Campina Grande, entre os gêneros. As meninas, assim como os meninos, praticavam esportes e disputavam campeonatos, a exemplo, das disputas de voleibol, como vimos no capítulo anterior. Então, entregamos a pena à Francisquinha Amorim, para que ela possa encerrar seu discurso: “Genitores: cooperai com os professores em tão relevante trabalho, e, esperai que os governos volvam suas vistas para as escolas femininas, obrigando a Cultura Física de comprovado bem” (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, nº 3, p. 26). O discurso médico-higienista foi incisivo em afirmar que o fortalecimento do corpo feminino, só poderia ser alcançado através da prática regular de atividades físicas. Para a efetivação desse projeto civilizatório, a disciplina de Educação Física contando com o auxílio do discurso médico-higienista, assumiu a responsabilidade de medicalizar e disciplinar o corpo feminino, por meio da prática regular de atividades físicas. Assim, “a cultura physica deve ser sempre indicada tanto ao homem quanto á mulher” (O CRUZEIRO, 1932, p. 41).

Soares Júnior (2015), em sua tese de doutorado, intitulada “*Physicamente* vigorosos: medicalização escolar e modelação de corpo na Paraíba (1913-1942)”, desenvolveu e aprimorou o conceito de *cultura física*. Em sua opinião, tornou-se tema recorrente nas fontes (jornais e revistas) que circularam durante as primeiras décadas do século XX, no Brasil, o termo *cultura física*, como fazendo parte de um largo projeto que “fazia referência a realização de atividades físicas, exercícios diversos: ginastica, atletismo, corridas, jogos, brincadeiras, lutas, dentre outros” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 132). O autor alarga o uso

desse conceito, passando a referir-se também “como sendo as diversas formas de transmitir o conhecimento e inculcar na população a prática de atividades físicas, tornando uma prática comum dentre grupos sociais que podem variar de acordo com o lugar e a época” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 132). A partir do exposto, podemos atribuir que a *cultura física* pode ser relacionada tanto as formas psicológicas ou práticas, como também, a maneira como os sujeitos pensam e praticam os exercícios físicos. Exercitando seus corpos, através de diversas práticas esportivas, como jogos, brincadeiras, corridas, natação, atletismo, etc. Com isso, podemos definir como sendo formas de compreensão da *cultura física*: desde a maneira como as pessoas trabalham seus corpos, exercitando-os, tornando-os saudáveis e vigorosos, até mesmo a maneira como compreendem tais práticas e se apropriam delas. “Assim, a cultura física se instala não apenas pela realização das tarefas corporais que visam o corpo fortalecido, mas na forma como as pessoas vão entender tais saberes e se apropriar deles” (SOARES JÚNIOR, 2015, p. 132).

A *cultura física* foi amplamente divulgada pelos jornais e revistas que circularam na Paraíba durante as primeiras décadas do vigésimo século, referindo-se à prática de exercícios físicos realizados pelos diferentes sujeitos e as formas como os mesmos pensavam e as praticavam. Em Campina Grande, uma série de discursos que pregavam as vantagens dos exercícios físicos, foram divulgados nas páginas de alguns dos meios de comunicação de circulação local, a exemplo, do jornal *Brasil Novo* e da *Revista Evolução*. No *Instituto Pedagógico*, uma das formas encontradas para a divulgação da *cultura física* ocorreu através dos escritos de Francisquinha Amorim, que buscava incentivar durante a realização das aulas de Educação Física a prática de esportes entre os gêneros. Dentro dos muros do *Instituto*, os discentes, frequentavam as aulas de Educação Física e praticavam esportes fortalecendo e tornando seus corpos hígidos e belos. Era uma tentativa de educação do corpo de ambos os gêneros. Os meninos estavam sendo preparados para exercerem atividades industriais e militares. Enquanto as meninas eram educadas para exercerem atividades domésticas.

3 . 1 - “Fortaleça-se para vencer”: a Educação Física e a diferenciação das práticas esportivas entre os gêneros

Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do XX, alguns países começaram a perceber a necessidade de “fortalecer o corpo feminino mediante a prática de atividades físicas, objetivando prepará-lo para a condução de uma maternidade sadia” (GOELLNER, 2008, p. 12). Esse fato contribuiu para que muitas mulheres que faziam parte

das camadas mais abastadas da sociedade, passassem a praticar regularmente alguns tipos de atividades físicas e de esportes com o propósito de fortalecer determinadas partes do corpo, tornando-o belo e forte fisicamente, capaz de suportar os desafios da maternidade. As atividades físicas e os esportes praticados por mulheres entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras três décadas do XX, estavam mais relacionadas com questões que as preparassem para a maternidade, tendo na saúde corporal e na manutenção da beleza, sua principal função. “As práticas corporais embelezam as mulheres ao mesmo tempo que colaboram na aquisição e manutenção de um bom estado de saúde” (GOELLNER, 2003, p. 32).

Enquanto, a beleza referia-se ao respeito e caráter pessoal de cada um, seja mulher ou homem, a maternidade era uma função social imprescindível ao sexo feminino: um destino que toda mulher tinha que seguir. Daí dependia a manutenção de toda uma geração familiar. Ao longo de toda a primeira metade do século XX, no Brasil, a saúde física junto com a beleza feminina passa a está diretamente ligada à questão da regeneração da raça brasileira. Os filhos nascendo saudáveis seriam a garantia de que, no futuro, a manutenção dos bens familiares se estenderia pelas próximas gerações. Na maternidade, a mãe, além de preservar sua virtude pessoal, tende a demonstrar, diante dos demais, um corpo harmônico, higiênico e bem preparado fisicamente. Só assim teriam filhos/as saudáveis e fortes capazes de suportar a labuta diária que a vida em uma sociedade moderna exige. A mulher era constantemente cobrada a respeito da maternidade: já o homem em momento algum fora cobrado ou alertado a respeito de seus deveres para com a paternidade.

Para as mulheres, a falta de cuidados com o corpo, a preguiça, a falta de exercícios físicos e de esportes passaram a ser criticados. Era preciso educar fisicamente nossas mulheres para que as mesmas produzissem filhos fortes, saudáveis e garbosos. O discurso médico-higienista passou a exaltar a produção de um corpo feminino forte para a produção também de filhos/as fortes. O uso excessivo de maquiagens, produtos químicos, ornamentos no cabelo, no pescoço, unhas, orelhas, roupas muito apertadas, ou que deixasse parte do corpo à mostra, a altura dos sapatos; muitas dessas práticas cotidianas não eram dignas de mulheres de boa família. As que assim se comportavam não eram bem vistas diante da sociedade campinense da época. Uma mulher de família que prezasse pela sua aparência social se comportava de acordo a exigência dos códigos sociais. De tudo isso, dependia a reputação da família e da sociedade que estava em jogo. Só uma mulher comportada poderia almejar conseguir um bom casamento. O corpo feminino, quando participava de atividades físicas, era vítima de inúmeras restrições, dentre elas não praticar exercícios pesados e que exigissem

grandes esforços físicos. No artigo *Gymnastica* publicado em primeiro de Março de 1931 nas páginas do jornal *A União*, fica notório que para os médicos-higienistas do início do século XX, responsáveis diretos por pensar e colocar em práticas os benefícios dos exercícios físicos alertavam, que: “A respeito de *gymnastica* feminina precisamos desde o começo procurar compreender o caracter feminino e a maneira feminina de movimento, e desde o começo combinar exercícios completamente novos e convenientes” (A UNIÃO, 1931, p. 6. Grifo nosso).

No Brasil, o trabalho físico das mulheres ocorria em função da regeneração e aprimoramento da “raça” brasileira. O país copiou os modelos de Educação Física feminina dos principais países da Europa, como por exemplo, da França, Suíça e Alemanha. Com o intuito de incentivar a prática de atividades físicas entre as mulheres brasileiras. A educação feminina passou no início do século XX, a estar na ordem do dia. Era urgente que se realizassem esforços com o objetivo de preparar intelectualmente nossas mulheres. Para Oliveira,

Nas principais cidades do Brasil, a exemplo do que vinha ocorrendo na Europa desde o século XVIII, instaurava-se, a partir da emergência republicana, um movimento médico-higienista que investia no corpo familiar, gerando transformações nos comportamentos da mulher – esposa, mãe e doméstica -, bem como no homem, como dar mais flexibilidade à mulher e “acostumar-se” com os novos discursos que irrompiam na sociedade (OLIVEIRA, 2002, p. 202).

Esses esforços tinham por objetivo maior tornar a mulher brasileira adequada aos preceitos de “raça” e Nação, pelo qual o país passava. A educação feminina estava voltada para preocupações em cuidados com a educação do corpo. Aqui consideramos “o corpo como uma construção histórica e social” (GOELLNER, 2008, p. 5). Assim, a Educação Física ganha importância salutar nesse grande projeto nacional. O corpo feminino, do mesmo modo que o masculino necessitava de um maior preparo físico para que suportasse as batalhas cotidianas dignas de um país moderno e civilizado. Pacheco, atribui que,

[...] a educação física, era considerada como um componente fundamental para formar uma nova nação, uma nova raça. Através do higienismo e do eugenismo, utilizou-se a educação física/esporte para a implementação do novo projeto de modernização da sociedade brasileira, destinando à mulher, estereotipada como figura materna, a tarefa de gerar o futuro “saudável, resistente e forte” do país. Portanto, “embelezá-la, transformá-la em elemento sadio de procriação, tal deve ser o objetivo de todos os que se interessam pelo aprimoramento racial e cultural de uma nação. O meio é a educação física” (PACHECO, 1998, p. 3).

O ensino de Educação Física se voltava para as preocupações das autoridades brasileiras sobre a formação de uma Nação moderna e civilizada. Os discursos higienistas e eugenistas, se utilizaram da prática dos exercícios físicos, como meio de se buscar a implementação desse projeto modernizador. Caberia à mulher, através da prática constante de exercícios físicos, gerar filhos fortes e saudáveis, atendendo a tais propósitos civilizatórios. Com os exercícios físicos fazendo parte de sua formação intelectual e física, as mulheres poderiam conduzir uma gravidez saudável, sem pôr em risco a saúde de seu filho. Educando a mulher, seu corpo também estaria sendo educado, disciplinado e higienizado. Nessa empreitada médico-higiênica, a Educação Física “tem um papel de importância capital” (O CRUZEIRO, 1932, p. 41). A mulher, estando higienizada e portando bons hábitos, os demais membros da família tendiam a copiá-la. O marido segue o exemplo da esposa e os filhos/as, os da mãe. A figura feminina representava o espelho da família.

Para Lima e Dinis (2007), é inegável que a prática de atividades físicas sistematizadas no começo do século XX no Brasil, passou a estar fortemente ligada ao discurso de formação da “raça” brasileira. De forma semelhante ao ocorrido na Europa, percebe-se que a Educação Física esteve fortemente ligada às instituições militares e médicas, sendo reconhecida como importante para a saúde da população, principalmente por sua legitimação atestada pelos médicos higienistas. Foi a partir da associação entre capitalismo emergente, necessidade de crescimento e dificuldades sociais, baseada no ideal positivista de médicos e militares, que a prática dessa matéria adentrou os espaços das escolas brasileiras. Em Campina Grande, um exemplo foi o do *Instituto Pedagógico*, que como vimos ao longo das páginas que compõem esse texto dissertativo, disponibilizou o ensino de Higiene e Educação Física para ambos os gêneros com o intuito de tornar os futuros cidadãos campinenses fortes fisicamente e eugenicamente saudáveis.

A Educação Física nas escolas passou a ser compreendida como um meio de promover a saúde individual e coletiva, tendo como objetivo maior a melhoria da Nação, educando homens e mulheres aptos a desempenharem seus papéis dentro da nova sociedade brasileira que emergia. Os ideais em torno das práticas físicas, vieram atender à demanda de organização dos corpos, de purificação dos sujeitos e melhoria da mão de obra. Nessa nova sociedade que se formava, “a educação do corpo faz-se fundamental para as aspirações capitalistas, uma vez que a força de trabalho torna-se a base da economia. Vê-se então, uma forma renovada de intervenção política no corpo” (LIMA; DINIS, 2007, p. 3). A Educação Física atuava de forma direta sobre o corpo dos sujeitos, ditando normas de bom comportamento, disciplina e higiene.

Em Campina Grande, a exemplo do que vinha sendo registrado no restante do país, este foi um período de preocupação com o fortalecimento do corpo feminino visando uma maternidade sadia, com o objetivo de cunho nacionalista, depositando na educação da mulher o papel de fortalecimento dos ideais de nacionalismo e Pátria, através da regeneração física e racial da população. As mães tinham que se apresentarem com o “corpo em forma”, só assim podiam criar filhos fortes e saudáveis. Se não se dedicassem à preservação e manutenção de um corpo harmônico, não podiam gerar filhos saudáveis e belos fisicamente.

Através da prática de exercícios físicos, se idealizava atingir a harmonia e a beleza do corpo. As atividades físicas realizadas pelos homens possuíam o objetivo de torná-los fortes suportando as exigências do trabalho militar e industrial. O corpo masculino é visto como um corpo musculoso, forte, viril e ágil, acima de tudo. As mulheres, para desempenharem as atividades domésticas e da maternidade, precisavam cultivar um corpo fisicamente capaz de suportar as tarefas diárias do lar, mas sem perder a beleza e essência dos movimentos típicos do sexo feminino. A prática regular de exercícios físicos e de esportes adequados ao corpo feminino os tornava mais capacitados a uma maternidade sadia e à manutenção da beleza.

De acordo com Silvana Vilodre Goellner (2003), nas três primeiras décadas do século XX no Brasil, as mulheres passaram a ser responsabilizadas pela sua aparência física, sendo instigadas a participar do universo das práticas corporais, empenhando esforços não apenas para beneficiar seu estado de saúde, mas também para serem reconhecidas e aprovadas pelo olhar masculino: um olhar que a submete ao imperativo da sedução, isto é, a um discurso cuja sustentação fundamenta-se na associação da aparência feminina como sinônimo de beleza física e jovialidade.

Para manter e preservar a beleza, as mulheres normalmente faziam exercícios de pernas, abdômen, rosto, mãos, ombros, braços, cintura e pés; exercícios exclusivos para desenvolver a flexibilidade e agilidade, para respiração, músculos, glândulas, hormônios, para diminuir o peso, para modelar o corpo a partir dos padrões de beleza da época. “Para ser bela há que abandonar velhos hábitos como o uso de espartilhos, das cintas e das roupas apertadas que deformam o corpo, pois a beleza exige movimento. Exige um corpo em movimento” (GOELLNER, 2003, p. 35). A beleza feminina estava atrelada aos preceitos de um corpo perfeito, que a torna atraente e sensual à vista do olhar masculino. Para ser feminina, a mulher tinha que ser graciosa e virtuosa.

Para Sant’Anna (2005), a associação entre feminilidade e beleza não é nova. Remonta a tempos idos. “A idéia de que a beleza está para o feminino assim como a força está para o masculino, atravessa os séculos e as culturas” (SANT’ANNA, 2005, p. 121). As formas como

vem se concebendo e problematizando o embelezamento não param de se modificarem com o passar dos anos. “O embelezamento feminino tem uma história”. Essa história envolve as transformações médicas, esportivas, higiênicas, passando pela moda, essa história é heterógena. Nas últimas décadas com o advento da Nova História Cultural, a história da beleza tem ganhado uma nova identidade. Passou a figurar entre as páginas que compõem os livros de história. As novas possibilidades de utilização da fonte histórica têm proporcionado que os historiadores tenham direcionado suas atenções para as questões em torno do embelezamento do corpo: primeiro sobre a beleza feminina, e mais recentemente a beleza masculina. São inúmeras as fontes que fornecem subsídios para uma possível escrita da história da beleza. “Existem, [...], os documentos das empresas de cosméticos e das agências de publicidade, tais como os catálogos de vendas, as pesquisas feitas ao consumidor, os estudos de mercado, etc” (SANT’ANNA, 2005, p. 121). A abundância de documentos confirma que a beleza passou está presente entre as preocupações dos historiadores.

As duas imagens que citamos a seguir, é um exemplo, das novas possibilidades de análise proporcionadas pela Nova História Cultural. As imagens representam a crescente preocupação em torno do embelezamento do corpo feminino, que passou a figurar nas páginas dos principais jornais e revistas que circulavam no Brasil, no início do século XX. A primeira imagem, localizada à esquerda do texto foi retirada das páginas do *Almanaque Eu Sei Tudo*, que circulou em Campina Grande, no início dos anos de 1930: a segunda, localizada à direita do texto, foi retirada das páginas da revista *O Cruzeiro*, que circulou no Rio de Janeiro, na década de 1930. Ambas problematizaram a beleza feminina, alcançada através da prática de exercícios físicos. Nas duas imagens temos a produção de corpos femininos saudáveis, belos e *physicamente* vigorosos. Esse tipo de discurso enalteceu a importância desempenhada pelos exercícios físicos praticados por mulheres, para a produção de corpos medicalizados e disciplinados, atendendo os objetivos de uma ordem social civilizatória, que enxergava no corpo feminino a porta de entrada para uma sociedade que se dizia civilizada e moderna. Vamos aos exemplos.

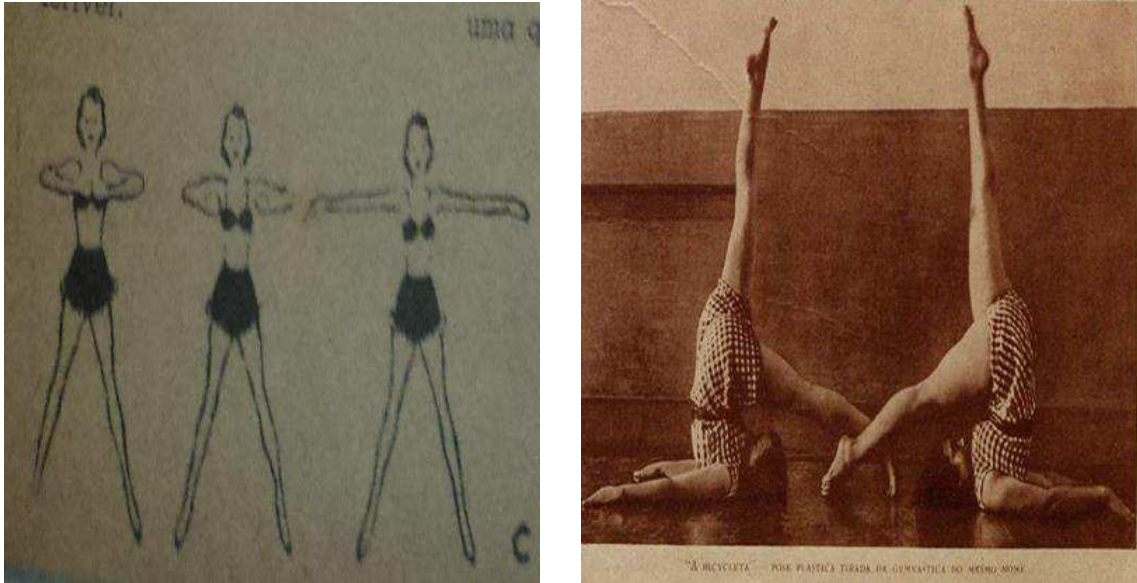


Figura 6: Demonstração de exercícios físicos para o gênero feminino do *Almanaque Eu Sei Tudo* e da *Revista O Cruzeiro*.

Fonte: Almanaque Eu Sei Tudo, 1930, p. 57.

Fonte: Revista O Cruzeiro, 1932, p. 36.

Ao direcionarmos nosso olhar para as duas imagens, temos inúmeras possibilidades de leitura: primeiro, o discurso em torno da saúde das mulheres que realizam exercícios físicos; segundo, as vestimentas; nas duas imagens as mulheres usam roupas curtas e leves, o que facilita os movimentos e evita a fadiga do corpo: em terceiro lugar, outra característica que nos chama a atenção na leitura das imagens, são as pernas magras e esbeltas das cinco mulheres. A partir do século XX, as pernas femininas “entram em cena, haja vista à valorização das pernas longilíneas nas peças publicitárias” (PERROT, 2013, p. 50). Tanto o discurso médico como também o publicitário passaram a condenar as formas arredondas do corpo feminino. A moda passa a exigir corpos magros, esguios, belos e retilíneos. Inúmeras críticas são tecidas aos corpos parados. Era preciso movimentar-se. Praticar exercícios físicos e esportes cotidianamente.

Os movimentos de braços e pernas que vemos representados nas duas imagens tinham, por objetivo, realçar a beleza feminina. Segundo a matéria publicada pelo *Almanaque Eu Sei Tudo* “PARA ter espáduas e busto bem desenvolvidos e colo harmonioso, devemos aprender a respirar profundamente e dar mais vigor aos músculos do tórax por meio de exercícios e massagens especiais” [Sic.]. (ALMANAQUE EU SEI TUDO, 1930, p. 57). De acordo com a matéria, a mulher para adquirir um busto e um colo harmônico, era obrigatória exercitar o corpo buscando desenvolver o sistema respiratório. O vigor dos músculos do tórax é alcançado por meio de exercícios e massagens especiais realizadas sobre o corpo. Já segundo a matéria publicada pela *Revista O Cruzeiro*, o objetivo dos exercícios metódicos é “aumentar

a capacidade vital do organismo, fortificando a sua musculatura e coordenando todos os órgãos em perfeita harmonia physiologica” [Sic.]. (O CRUZEIRO, 1932, p. 36). O discurso da *Revista O Cruzeiro*, ressaltava que uma das funções atribuídas ao (a) professor (a) de *gymnastica* está em dotar as discentes “de pulmões fortes, dentro de uma caixa thoraxica flexível e ampla”, através da prática regular de exercícios físicos e esportes.

Pelo exposto nos presentes discursos, o fortalecimento do corpo feminino passou a ser, no início do século passado, uma necessidade nacional. Em relação às mulheres e homens, a fraqueza, a indisposição e a debilidade física são vistas como grandes males sociais, que precisavam ser evitados e combatidos, quando necessário. Esses males prejudicavam os dois gêneros, mas de forma diferente um do outro, cada um à sua maneira. Destinar os sujeitos, masculino e feminino, a prática de atividades físicas, era uma necessidade, “no entanto, deveriam ser resguardadas as especificidades da ‘natureza’ dos corpos que, por serem considerados como distintos, reclamavam práticas diferenciadas”, resguardando as respectivas diferenças entre os gêneros (GOELLNER, 2008, p. 13). A educação feminina passou a requerer uma série de cuidados. A escola⁶⁶ foi o espaço onde nossa sociedade passou a divulgar melhor esses cuidados. Segundo Pacheco,

[...] o discurso higienista-eugenista recomendava a prática de atividades físicas para as mulheres contanto que houvesse uma adequação às suas especificidades biológicas. Havia uma preocupação de se entender as mulheres para planejar-se um programa condizente com suas características físicas, emocionais e psicológicas. A figura feminina, dispendo de um corpo ‘frágil’, emocionalmente ‘instável’ e com personalidade de ‘tendência fraca’, merecia cuidados especiais. A educação física deveria não só trazer-lhe benefícios físicos, mas, sobretudo, morais (PACHECO, 1998, p. 3).

O corpo feminino exigia uma série de cuidados antes e depois das atividades físicas. Para os discursos médico-higienista e pedagógico, a mulher era proibida de praticar quase todos os exercícios físicos praticados pelos homens. Um sexo “frágil e delicado” precisava de uma atenção especial. Recomendavam-se exercícios mais leves e suaves como, natação e dança. “Um corpo delicado não poderia ser submetido a esforços intensos, do mesmo modo que o trabalho da força não lhe era indicado, sob a pena de tornar-lhe a aparência masculina” (PACHECO, 1998, p. 4). A intenção dos articulistas, ao escreverem tais discursos, estava

⁶⁶ Para a estudiosa brasileira do conceito de gênero, Guacira Lopes Louro: “Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos – tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos e protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas” (LOURO, 2010, p. 57).

relacionada a não deixar a mulher ficar com a aparência masculina. O masculino e o feminino⁶⁷ dizem respeito a um mundo de homens e mulheres, que coexiste juntos, mas que fica marcado pelo pouco diálogo que estabelecem entre um e o outro. Partindo do que entendemos pelo conceito de gênero⁶⁸, em nossa sociedade as pessoas não nascem masculino ou feminino, se tornam masculino ou feminino, de acordo, com as definições e as modelações que uma dada sociedade e cultura dão a estes conceitos (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2010).

Desde o seu surgimento na década de 1960, nos Estados Unidos, os estudos de gênero “têm se preocupado de forma acentuada com as reflexões teórica em torno de seus temas, de seus problemas, de seus conceitos” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 1). Esse campo de estudos desde seu nascimento tem se preocupado em interrogar e investigar seus próprios pressupostos teórico-metodológicos, se destacando por revelarem-se com uma postura questionadora a respeito de dadas verdades, dados enunciados, dadas configurações e relações sociais vistas e tidas como naturais e a-históricas. Segundo Albuquerque Júnior, os estudos de gênero remetem a questões que são da vida, da vida cotidiana e rotineira, de sua forma de gerar e se realizar, tratando de questões em torno do sexo, da concepção, da procriação, do cuidado com um novo ser humano que nasce. “Por estarem, justamente, na interseção entre vida e teoria é que os estudos de gênero permitem medir a proximidade e a distância entre estas duas expressões do humano”.

Para Almeida (1998, p. 39), a partir dos anos sessenta do século XX, a necessidade sentida por pesquisadoras em pensar o feminino do ponto de vista de uma perspectiva teórica motivou para que essas mesmas pesquisadoras introduzisse o conceito de gênero como “categoria científica que explicita as relações sociais entre os sexos, o que, por sua vez, levou à elaboração de novos conceitos sobre as relações de poder”. Com isso, a diferença entre os gêneros, passa a ser entendida enquanto uma construção social, histórica e cultural, sendo o termo gênero comum e empregado para referir-se aos dois sexos. Esse conceito não se refere especificamente a um ou outro gênero, mas sim e principalmente “sobre as relações que são socialmente construídas entre eles. Essas relações estão imbricadas, por sua vez, com as

⁶⁷ Na opinião de Corrêa (2006, p. 2), é perceptível que muitas das “experiências vivenciadas no cotidiano das aulas de educação física no ambiente escolar permitem observar aulas predominantemente, quando não exclusivamente, práticas, desprovidas de momentos de reflexão e discussão. Professores que, embora trabalhem com turmas mistas, insistem em separar os alunos, a partir do gênero (masculino e feminino), circunscrevendo meninas e meninos a determinado universo de atividades historicamente concebidas como femininas ou masculinas e, deste modo, reforçando estereótipos e preconceitos”.

⁶⁸ O conceito de gênero traz à tona as diferenças e semelhanças entre homens e mulheres enquanto produtos de construções sociais. A historiadora norte-americana Joan Scott (2012), quando formula o que ela entende por ser o conceito de gênero nega a “razão” biológica dos sujeitos e aponta os aspectos culturais como produtores das diferenças entre os sexos.

relações de poder que revelam os conflitos e as contradições que marcam a sociedade” (ALMEIDA, 1998, p. 40).

Em 1989, Joan Scott, publicou pela primeira vez o artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, causando uma reviravolta na forma como até então vinham sendo concebidos os estudos de gênero. Nas páginas que compõem, o texto, a historiadora considera que o conceito de gênero, ao ser utilizado pelas feministas e historiadoras norte-americanas, referir-se-á,

Uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual” [...] Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos femininos se centrava sobre as mulheres de maneira demasiado estreita e separada, utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário de análise. Segundo essa opinião, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de um deles podia ser alcançada por estudo separado (SCOTT, 2012, p. 5).

Isso sinaliza que homens e mulheres só devem ser analisados numa perspectiva histórica levando-se em consideração uns em relação aos outros, sublinhando as devidas diferenças existentes, entre si, “o que significa a ultrapassagem das diferenciações puramente naturalizantes e simplificadas para ir de encontro à apropriação de uma identidade especificamente masculina e feminina” (ALMEIDA, 1998, p. 49). Esse conceito, tem sido de grande valia em nossas análises a respeito da circulação do ensino de Educação Física no *Instituto Pedagógico* entre os anos de 1931 e 1942. Nas aulas de Educação Física do *Instituto*, é nítida a diferenciação entre os gêneros: meninos e meninas realizavam os exercícios físicos em espaços e tempos diferentes. Os movimentos com o corpo também eram representativos dessa diferenciação entre os gêneros. Os meninos praticavam exercícios que exigiam maior força e agilidade de seus movimentos. Enquanto as meninas praticavam exercícios mais leves, suaves que exigiam de seus corpos menos esforços físicos. O corpo feminino era treinado e educado para a realização de atividades domésticas. As mulheres recebiam uma educação feminina que tinha, por objetivo, contribui para uma melhor orientação da administração dos afazeres domésticos. Uma mulher instruída é capaz de repassar aos demais membros da família, ou seja, ao marido e aos filhos/as aspectos de inteligência e cultura. A educação dos outros membros da família passa primeiro, pela educação da mulher, da mãe, da progenitora e administradora do lar. A mulher ocupava múltiplas funções e era a responsável direta pela educação dos/as filhos/as. O marido se responsabilizava pelas atividades que exigiam maiores esforços físicos como o trabalho braçal na indústria. O sustento financeiro da família era uma função característica do sexo masculino.

Atividades como vigiar as crianças, observando se elas/es estavam fazendo as atividades escolares, educar e corrigir os desvios de caráter, e incentivar a prática de Educação Física, evitando que elas tenham contatos com moléstias e maus hábitos, era principalmente uma tarefa feminina. A função da mulher sobre a educação dos/as filhos/as era de torná-los sujeitos disciplinados. Para Foucault, “A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício” (FOUCAULT, 2010, p. 164). Portanto, dos cuidados das mães com a educação de seus filhos (as) dependia o futuro da Pátria.

Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX, verificaram-se inúmeras mudanças socioeconômicas⁶⁹ ocasionadas pela implantação do regime republicano no Brasil, que resultaram no processo de urbanização e industrialização das principais cidades do país, ocasionando as transformações na mentalidade da sociedade da época, as primeiras conquistas tecnológicas, à difusão dos meios de comunicação através da imprensa, foi na realidade um dos caminhos encontrado, por muitas mulheres da época, para darem início às primeiras reivindicações do movimento feminista, que ao adentrar, as fronteiras geográficas do país, “atingiu várias gerações de mulheres, ao alertar para a opressão e para a desigualdade social a que estiveram até então submetidas” (ALMEIDA, 1998, p. 27). A chegada dos primeiros ideais feministas no Brasil, neste período, foi a porta de entrada para que muitas mulheres passassem a ocupar os espaços públicos, desempenhando uma maior atuação política e social: “a domesticidade foi invadida e as mulheres passaram a atuar no espaço público e a exigir igualdade de direitos, de educação e profissionalização” (ALMEIDA, 1998, p. 27). Com certeza, a professora Francisquinha Amorim, tinha conhecimento e acesso a parte dessas transformações políticas, sociais, econômicas, tecnológicas, culturais e educacionais, que estavam fazendo parte da mentalidade da sociedade brasileira da época, para gastar tinta e papel, e vim a público, para torná-los públicos, diante da exigente sociedade campinense, reivindicando melhores condições de acesso à educação e trabalho para o gênero feminino.

Os argumentos da professora, a favor, da educação feminina não atingiram a maior parte da população campinense, na época, em que foram publicados, já que a maior parte da população da cidade era analfabeta e não tinha condições financeiras e intelectuais de ter, acesso, aos textos publicados pela professora, na imprensa local. Aqueles/as sujeitos que tinham condições de usufruir desse tipo de leitura eram exatamente os/as que não enxergavam

⁶⁹ Entre as mudanças socioeconômicas podemos citar: o crescimento populacional, o aparecimento de indústrias do ramo têxtil, a entrada das primeiras fábricas de automóveis no país, o crescimento de interesse pelos produtos vindos da Europa e Estados Unidos, o aumento do interesse das mulheres pela educação, entre outros/as.

com bons olhos a emancipação econômica e intelectual do gênero feminino. As famílias mais tradicionais da cidade (formadora de uma elite burguesa), alegavam, que o lugar da mulher era dentro de casa, cuidando dos afazeres domésticos e da educação dos/as filhos/as. Francisquinha Amorim buscou romper em parte com os códigos vigentes, que normatizavam, a família burguesa brasileira, da época, destinando e lutando por novos espaços sociais e culturais para o gênero feminino. A libertação do gênero feminina das amarras que as mantinham presas ao mundo de injustiças e falta de oportunidades, foram uns dos temas mais debatidos pela professora na imprensa campinense do período.

A luta por maiores direitos políticos, como os de votar e ser votada, os direitos sociais e econômicos “como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança” (PEDRO, 2005, p. 79), fizeram parte dos ideais do movimento feminismo de “primeira onda”, que deu seus primeiros passos e se desenvolveu entre as últimas décadas do século XIX e se espalhou pelo início do XX. Enquanto o movimento feminista de “primeira onda”, teve como meta a luta por direitos sociais, o feminismo de “segunda onda”, que surgiu “depois da Segunda Guerra Mundial’ teve como lema as conquistas pelo direito ao corpo” (PEDRO, 2005, p. 79). Com isso, os discursos da professora Francisquinha Amorim, a favor do direito feminino ao trabalho e a educação, se encaixam nos ideais e reivindicações do movimento feminista de “primeira onda”. Que tinha como principal objetivo inserir a mulher brasileira no espaço público, ocupando funções antes só desempenhadas pelos homens.

As primeiras décadas do século XX, foram marcadas por intensas novidades no campo social, econômico, político e educacional, influenciando a maneira do/a brasileiro/a se comportar. Em meio a essas novidades, podemos citar o surgimento da imprensa, que foi a responsável direta por desempenhar importante papel na luta por melhores condições de vida para o gênero feminino. Sendo o meio encontrado por muitas intelectuais brasileiras para exporem ao público suas ideias e formas de pensar. As mulheres que sabiam escrever e ler encontraram na imprensa o local predileto para se expressarem e exporem suas opiniões: “as mulheres instruídas aproveitaram esse espaço aberto no mundo das letras para se fazer ouvir e expor uma nova maneira de pensar, diferente daquela dos tempos do Império” (ALMEIDA, 1998, p. 27). No que concerne à educação, as primeiras décadas do século XX, proporcionou maiores oportunidades as mulheres. A mulher brasileira passou a ser vista como “sendo a base da sociedade e, portanto, o principal fator” (A IMPRENSA, 1933, p. 5), de progresso social e econômico.

Mesmo passando, a desfrutar de um maior, acesso, à educação, as mulheres, “receberem uma educação que as faziam retornar ao espaço do privado, pois pensavam que,

as mulheres educadas seriam melhores mães” (SANTANA, 2013, p. 129). O tipo de educação formal destinada ao sexo feminino foi bem diferente da que os homens tiveram acesso. O discurso médico e pedagógico da época alegava que o gênero feminino era inferior ao masculino fisicamente e intelectualmente. A mulher é vista como a rainha do lar, a procriadora, a responsável por defender com sua honra os interesses da família e o futuro da sociedade. “O domínio da casa era claramente o seu destino e para esse domínio as moças deveriam estar plenamente preparadas” (LOURO, 2013, p. 446). A circulação nos espaços públicos só deveria acontecer em ocasiões especiais, notadamente nas atividades ligadas a Igreja, e na companhia dos pais, do marido, ou parentes próximos. A ida a missa era uma das poucas oportunidades de lazer das jovens campinenses no início do século XX.

No artigo “Educação doméstica”, publicado nas páginas do jornal *A Imprensa*, em 1933, M.P.B. fala que a educação doméstica, é de grande importância para a elevação cultural do gênero feminino. Assim destaca que, a educação doméstica:

[...] é um problema que reclama as vistas dos poderes públicos como solução necessária à cultura intelectual da mulher não pode ficar indiferente ao dever de sua alta e nobre missão, de educadora e rainha do lar, onde se protege e se defende o interesse da família e o bem da sociedade, na formação do homem, forte e sadio para grandeza da Pátria e garantia de seu futuro (A IMPRENSA, 1933, p. 5).

A educação do gênero feminino privilegiou temas que vieram contribuir para a elevação cultural e intelectual da mulher brasileira. A mulher instruída tinha em seu corpo a nobre missão de educadora e rainha do lar. Sendo a responsável direta por defender os interesses da família e da sociedade, contribuindo para a formação de um homem forte e sadio, de acordo com os interesses do discurso pedagógico e médico. Em parte, a grandeza da pátria dependia da forma como a mulher brasileira estava sendo educada. O que estava em pauta era a defesa de uma ordem social civilizatória, que buscava tornar a sociedade civilizada e moderna.

Na opinião de Francisquinha Amorim, era inaceitável, que em pleno século XX, marcado por intensas transformações no campo social, econômico, político e cultural, a mulher brasileira, continuasse a sofrer com a falta de compromisso das autoridades com a instrução para o gênero feminino. Para mudar essa triste realidade, as autoridades responsáveis pela educação deveriam destinar mais recursos para mudar essa triste realidade. Não se admitia mais que o gênero feminino continuasse esquecido na ignorância. “Nossa instrução é muito deferente, mercê dos poderes públicos e dos preconceitos tolos dos pais de família”. A família burguesa alegava ser a educação feminina a justificativa para que a mulher

fugisse de suas responsabilidades domésticas. “Entendem aqueles que, a mulher só tem utilidade no lar; pensam estes, a moral de suas filhas será abatida, se elas exercerem um emprego fora de suas vistas. E por isto, aqui mal se educa a jovem para ser esposa ou irmã, nunca, porém, para ser viúva, solteira e divorciada” (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, nº 1, p. 6).

A ascensão da família burguesa acarretou na redefinição dos papéis reservados à mulher. É reforçada a importância do amor materno, do cuidado com os/as filhos/as, com o marido. Se “redefine o papel feminino e ao mesmo tempo reserva para a mulher novas e absorventes atividades no interior do espaço doméstico” (D’INCAO, 2013, p. 230). O discurso-médico, pedagógico e jornalístico são os responsáveis por reforçar o papel da mulher como a guardiã da família e da pátria. A medicina passou a combater a falta de ocupação do sexo feminino, sugerindo que a mulher passasse a se ocupar o máximo possível dos afazeres domésticos. “Considerada base moral da sociedade, a mulher de elite, a esposa e mãe da família burguesa deveria adotar regras castas no encontro sexual com o marido, vigiar a castidade das filhas, constituir uma descendência saudável e cuidar do comportamento da prole (D’INCAO, 2013, p. 230). A mulher burguesa assumiu novas funções antes não acessíveis à mulher da família patriarcal. A conquista ao direito de frequentar o espaço público talvez seja uma das maiores vitórias da nova mulher que emergia na sociedade brasileira.

Na Campina Grande do início do século XX, o acesso, à educação por parte das mulheres, era um privilégio almejado, por poucas. De preferência, aquelas, filhas da elite campinense, e que tinham condições de arcar com as despesas das custosas mensalidades de um curso superior, ou de frequentar os cursos normais de formação. Francisquinha Amorim, ao lado de suas irmãs, são exemplos claros desse tipo de realidade. Ambas, pertenciam a uma família tradicional. Seus pais, não economizaram esforços na educação de seus/as filhos/as. Por isso, tiveram acesso à educação, formando-se em cursos normais, chegando, a exercer, por vários anos a profissão de professoras normalistas. Entre seus irmãos podemos encontrar registro de médicos e professoras normalistas. “Na sociedade campinense, a maioria das mulheres de boa família que possuíam educação era parenta de políticos e comerciantes importantes” (SANTANA, 2013, p. 125). O acesso, a educação, se tornou aos poucos um dos caminhos mais curtos encontrados pelas mulheres de Campina Grande, para se conseguir a desejada emancipação intelectual e financeira.

Assim, como vinha ocorrendo nos principais centros urbanos do país, em Campina Grande, as moças “tiveram um ensino diferenciado dos rapazes, sendo essas encaminhadas

para as escolas normais, destinadas, preferencialmente ao exercício do magistério elementar” (SANTANA, 2013, 125). Uma parte significativa delas realizaram, o curso secundário, em colégios privados, muitos ligados a ordens religiosas, a exemplo do Colégio das Damas, com ensino exclusivo para o sexo feminino, e no *Instituto Pedagógico*, que a partir do ano de 1928, teve regulamentado o funcionamento da “Escola Normal João Pessoa”, contribuindo para dá um novo rumo a educação do gênero feminino na cidade.

Com o passar dos anos a mulher campinense, foi sendo inserida num “cenário de uma economia moderna e capitalista. As transformações da modernidade em Campina Grande nessa época ocasionaram uma saída da mulher do privado para o público” (BRASIL, 2014, p. 30). Nesse caso, tanto o discurso médico como o pedagógico, foram responsáveis por exercerem um forte controle sobre o corpo feminino. Para Cavalcante (2000, p. 200) “as mudanças nos costumes, comportamentos, condutas, papéis familiares, discursos e posturas jurídicas, aos quais denotavam a emergência de novas sensibilidades sociais e novas maneiras de ser mulher e de ser homem”, estiveram fortemente ligadas ao processo de crescimento comercial, industrial, de expansão urbana, de incremento de lazer, experimentado por Campina Grande.

Dessa forma, o discurso de engrandecimento e modernização do país passou a estampar as páginas de diversos meios de comunicação no início do século XX. No Brasil, do mesmo modo do que vinha ocorrendo na Europa, o corpo feminino é lapidado “aos moldes eugênicos do começo do século XX. Tratava-se de uma luta por espaço. O corpo feminino reivindicava o direito à busca da saúde e perfeição física” (SOARES JÚNIOR, 2011, p. 174). As atividades físicas praticadas pelas mulheres visavam demonstrar, diante da sociedade, que o sexo feminino também era capaz de praticar esportes e, assim, preservar a beleza de seu corpo. Mesmo voltada para a maternidade às práticas esportivas estavam vinculadas a manutenção de um padrão de beleza.

A Educação Física ministrada no *Instituto Pedagógico*, também tinha como objetivo auxiliar as jovens de Campina Grande, nesse processo de preservação e manutenção da beleza feminina, que era copiada das principais cidades brasileiras, a exemplo, de São Paulo e Rio de Janeiro, e que também copiavam e colocavam em prática os modelos que vinham das grandes capitais da Europa, como Paris, e que, chegando ao Brasil, causava um certo burburinho entre nossas mulheres que tentavam a todo custo copiar ou imitá-los. Com isso, um corpo fisicamente preparado, ajudava na maternidade sadia, e na manutenção da beleza física. Essa preocupação com a beleza do físico feminino pode ser melhor notada no trecho abaixo publicado nas páginas do jornal *A União*, de 1931. Vejamos:

A *gymnastica* terá ainda mais valor pedagógico si tiver beleza congruente a conveniência pelo organismo feminino. Há tentação de ver as duas coisas como synonyms e dizer que: **somente quando os exercícios são efeito da energia e do rythmo natural, terão poder educativo geral, e só assim terão ao mesmo tempo beleza.**

Quer dizer que também será uma questão esthetica. Mas qual será a razão anatômica ou physiologica para ficar com posições e movimentos que são esteticamente condenados? Não há razão nenhuma; podemos influenciar os mesmos músculos e as mesmas articulações ainda melhor pelos exercícios inteiramente estheticos. (A UNIÃO, 1931. Grifos nosso).

Desta forma, é perceptível que o ensino de Educação Física e as práticas esportivas voltadas para o gênero feminino buscavam realçar a beleza. “Os cuidados com o corpo contribuíam diretamente para a beleza feminina” (SOARES JÚNIOR, 2011, p. 175). Percebe-se que a Educação Física praticada pelos homens estava voltada para a preparação no trabalho muscular, já em relação às mulheres, os exercícios, buscavam exercitar, de maneira mais detalhada, o corpo, para que o mesmo suportasse os desafios da maternidade.

O corpo da mulher era visto como delicado, sinônimo de sutileza e beleza. Por isso, para alguns especialistas como os médico-higienistas, as atividades físicas no início do século XX, deviam ser exclusivas para os homens. As mulheres, quando praticavam exercícios físicos, perdiam a essência característica do corpo feminino. É exatamente esse tipo de discurso um tanto quanto machista e preconceituoso em relação ao sexo feminino, que a professora Francisquinha Amorim, criticou com veemência através de seus escritos divulgados nas páginas da *Revista Evolução*. Ela afirmou, que: “Além da *gymnastica*, que deve educar sem coagir, temos os jogos, corridas etc, que servem para desenvolver espontaneamente as atividades das meninas e das moças, os quais oferecem ótima oportunidade de se conhecer as qualidades de cada uma” (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, n.º 3, p. 26. Grifo nosso). Na opinião da professora, a Educação Física, destinada ao gênero feminino não podia se restringir apenas as costumeiras aulas de *gymnastica*, mas sim deveria ir muito além, exercitando o corpo através de jogos, corridas e outras práticas esportivas.

Goellner (2003), estudando a *Revista de Educação Physica*⁷⁰ que circulou no Brasil na década de 30, atestou que movimentar o corpo indolente e preguiçoso, mais que uma vontade individual, é também uma intervenção política de controle e de cerceamento, pois sobre ele depositam-se saberes e poderes disciplinares orientados pela lógica do trabalho e da produção. Eis a razão pela qual as práticas corporais e esportivas, são amplamente incentivadas, como possibilidade de divertimento e disciplinarização, tornam-se representativas de uma sociedade

⁷⁰ A *Revista Educação Physica* foi criada no ano de 1923 e circulou até 1945. Ver (GOELLNER, 2003, p.18).

que, para se coroar, prescinde tanto de liberação como da canalização produtiva de um gesto educado.

Lima e Diniz (2007), afirmam que a prática de exercícios físicos sempre esteve relacionada ao esquadramento do corpo e à exposição das habilidades como centro de sua prática. “Os alunos e alunas precisam expor-se frente aos demais, realizar as atividades perante os olhares avaliativos de colegas, professoras e professores” (LIMA; DINIZ, 2007, p. 6). Ocorrendo,

A exposição das fraquezas ou das qualidades faz com que a aula de Educação Física sirva como forma de vigilância, uma vez que a aluna e o aluno estão sendo observados o tempo todo, avaliados e julgados. Na perspectiva da Educação Física hegemônica, o aluno e a aluna não escrevem, não falam, não fazem provas ou trabalhos, eles não podem se esconder atrás das palavras. Seus corpos são a expressão máxima de suas virtudes e vícios e as avaliações são feitas a partir da observação de sua postura, de suas habilidades e dificuldades em um exercício constante de visibilidade (LIMA; DINIZ, 2007, p. 6).

Então, é notório que nas aulas de Educação Física das escolas das primeiras décadas do século XX como é o exemplo do *Instituto Pedagógico*, predominou uma vigilância constante, por parte, do docente responsável pelo ensino dessa matéria, atentando para que todos os aspectos estivessem condizentes com a postura do discente. Os mínimos detalhes, movimentos, gestos, comportamentos eram vigiados e corrigidos. Buscava-se um corpo harmônico. Medicalizado e disciplinado. No início do século XX, a profissão de educador físico, ainda não tinha sido criada, só vindo acontecer no final da década de 1930. “Até o final dos anos 30, a educação física brasileira era ainda uma área muito incipiente, não havia escolas de formação de profissionais (surgirá apenas em 1939) e o saber dos professores geralmente se limitava à instrução prática dos esportes e da ginástica” (GOELLNER, 2008, p. 7). Os militares exerceram forte domínio sobre o campo da Educação Física, em todo o país neste período. O discurso médico-higienista também exerceu seu domínio na maneira de se organizar e colocar em prática o ensino de Educação Física, nas escolas brasileiras, contando com o auxílio do ensino de Higiene. O exemplo, do *Instituto Pedagógico*, é elucidativo a respeito da presença de militares à frente da disciplina de Educação Física, como o Sargento Moises de Araújo, que exerceu o cargo de preparador físico na instituição, por cerca, de vinte e cinco anos, como atesta o presente documento encontrado no acervo escolar da instituição. Atentamos para o que diz o presente documento:

Pelo presente estou solicitando orientação para solucionar o seguinte caso:
1º - De passagem por essa cidade o Snr. Inspetor de Educação Física, para dar cumprimento à Portaria 168 de 17/4/56, determinou a substituição do

prof. Te., Moisés Martiniano de Araújo e em ato contínuo mandou que se preparasse os papéis de uma substituta solicitando autorização para exercício da função a título precário.

2º - O Prof. Te. Moisés Martiniano de Araújo sentindo-se prejudicado visto que tem estabilidade na regência da cadeira de Educação Física pois conta com 25 anos de exercício, reclamou à Diretoria os seus direitos dizendo que se não fosse atendido valer-se-ia das leis trabalhistas.

3º - Esta diretoria acha justo a reclamação acrescida das razões de ser o aludido professor de idoneidade moral comprovada e devotamento contínuo a função que exerce.

4º - Em face do choque de legislação a Diretoria solicita uma orientação cabal para solucionar o assunto.

Isto dito, serve-se do ensejo para apresentar os seus protestos de apreço.

Atenciosas saudações

Severino Lopez Loureiro – Diretor (ACERVO DO COLÉGIO ALFREDO DANTAS, 1956).

Pelo exposto no discurso, a instituição, na década de 1950, ainda não contava com uma professora de Educação Física, que pudesse ministrar as aulas para o gênero feminino. “Não há, nesta cidade nenhuma professora de educação física com curso oficializado. Daí a dificuldade com que lutam os diretores dos colégios secundários para prover a cadeira de educação física do sexo feminino” (ACERVO DO GINÁSIO ALFREDO DANTAS, 1956). O fato do Sargento Moises de Araújo, ser um dos responsáveis pelo ensino de Educação Física no *Instituto Pedagógico*, contribui para que aconteça um maior e melhor tentativa de controle e disciplina do corpo dos sujeitos envolvidos nas atividades físicas. Nas palavras de Michel Foucault (2010), isso favorece o esquadramento político-anatômico do corpo dos sujeitos. Tantos os meninos quanto às meninas eram a todo instante vigiados e corrigidos. Os maus hábitos eram corrigidos, e os bons incentivados. De tudo isso, dependia uma sociedade civilizada e moderna. Campina Grande exigia que seus futuros cidadãos se comportassem de forma digna, portando bons hábitos higiênicos e disciplinares.

Durante a realização das aulas de Educação Física do *Instituto Pedagógico*, a todo o momento o corpo era visto, corrigido, vigiado, adestrado, tornando-o “dócil”⁷¹. Os movimentos eram observados e corrigidos, de acordo, com as exigências de cada docente. Gestos e posturas que prejudicassem o aprendizado eram de imediato, repreendidos. Os métodos avaliativos ocorriam levando-se em consideração a postura e o movimento do corpo. As aulas de Educação Física funcionavam como um excelente dispositivo disciplinar. A disciplina tentava alcançar a postura física ideal. Uma das principais características das aulas

de Educação Física do *Instituto Pedagógico*, era a melhor instrução dos discentes em relação ao controle das atividades, obedecendo ao tempo e espaço estimado.

No “controle da atividade”, o horário adquire uma importância capital. Procura dessa maneira, garantir, a qualidade do tempo empregado em cada atividade desempenhada. Ocorrendo anulação do maior desperdício de tempo possível. O controle disciplinar causa o bom emprego do corpo, que em consequência acarreta um bom emprego do tempo. “Um corpo bem disciplinado forma o contexto de realização do mínimo gesto. Uma boa caligrafia, por exemplo, supõe uma ginástica – uma rotina cujo rigoroso código abrange o corpo por inteiro, da ponta do pé á extremidade do indicador” (FOUCAULT, 2010, p. 147). Na sala de aula, a postura do aluno, ao sentar e comporta-se na carteira, sentando de forma ereta influencia em seu desempenho intelectual, a caligrafia é um exemplo disso, uma boa escrita requer uma boa postura ao sentar-se. O utilizar de forma correta seu corpo o discente estará melhor aproveitando o tempo empregado nos exercícios. Evitando, assim, o desperdício, tornando o tempo útil e produtivo. Nas aulas de Educação Física, os discentes eram instruídos a aproveitar da melhor forma possível, o tempo empregado nas lições.

No Brasil da década de 1930, as autoridades civis, políticas e médicas, imbuídas pelos ideais modernizadores e civilizatórios, fruto das experiências vividas por alguns países europeus, começaram a se empenharem em concretizar o sonho de educar os/as brasileiros/as no campo das práticas esportivas, cabendo, à Educação Física a tarefa maior de inclusão dos/as brasileiros/as nos esportes, “no sentido da valorização do corpo esteticamente belo e do aperfeiçoamento físico de corpos saudáveis e aptos, capazes de enfrentar os desafios da vida modernizadora” (GOELLNER, 2003, p. 17). No país, foi sentido um entusiasmo, por parte de educadores, médicos e políticos, com a capacidade que a atividade física tinha sobre a saúde corporal, aquisição e manutenção de práticas saudáveis, da beleza estética e força produtiva dos sujeitos.

A escola passa a ser o espaço ideal para a divulgação do ensino de Educação Física. O *Instituto Pedagógico* em Campina Grande é um exemplo, claro desse tipo de discurso. Desde cedo as crianças que frequentavam seus corredores e salas de aula tinham seus corpos medicalizados e disciplinados, de acordo, com o que existia de mais moderno e civilizado em se tratando de matéria de Higiene e Educação Física. Campina Grande se modernizava e civilizava e exigia, de seus futuros cidadãos, que fizessem o mesmo. Expressando em seus corpos os ideais de modernidade e civilidade. Apresentando-se em público, portando corpos limpos e ordeiros. O sujo foi posto de lado. Foi relegado como desprezível. Nas aulas de Educação Física do *Instituto*, as crianças, aprendiam os benefícios que os exercícios físicos

traziam ao corpo que se movimentava. O objetivo era despertar na mentalidade das crianças dentro do espaço escolar, os inúmeros benefícios, que a prática da Educação Física proporcionava à sua educação. Ainda cedo, a criança tinha seu corpo adaptado aos exercícios físicos. E repassava aos demais membros da família os benefícios das práticas esportivas quando feitas regulamentemente. Atuando apenas sobre a criança, a escola atingia todo o corpo familiar.

O corpo infantil era mais fácil de ser moldado a partir dos ideais pretendidos pelo Estado. Através da repetição de bons hábitos, a criança tornava-se um cidadão perfeito intelectualmente e fisicamente. A partir das primeiras décadas do século XX, a criança assume um lugar central dentro do seio familiar. Todas as atenções depositadas por educadores e médicos passam a serem depositadas no cuidado com a saúde e educação das crianças. É na infância que, a criança, adquire novos significados, pois os pais passam a se preocupar com a sua educação, com a valorização do caráter dos filhos. Era uma estratégia de poder do Estado, que via na criança um “soldado” em potencial, militarizando o seu corpo através de exercícios corporais, inserindo matérias como *Ginástica* e exercícios físicos nos currículos das escolas públicas e privadas. A criança foi “amarrada” a uma teia de discursos e presa psicológica, financeira e emocionalmente à “célula-mãe” da sociedade: a família (OLIVEIRA, 2002, p. 197-198).

A sociedade e a família determinava papéis distintos para meninos e meninas a partir de suas características sexuais. As crianças, desde bem cedo, tinham que aprender quais os papéis e funções que haveria que ocupar na sociedade. O futuro homem deveria saber quais desafios os esperavam em uma sociedade moderna, que buscava a todo instante equiparar-se aos grandes centros do mundo em matéria de civilização e desenvolvimento. O mesmo acontecia, com a futura mulher brasileira, que já durante a sua infância conhecia quais as suas funções e atribuições nos rumos que o país tomava.

Com a criação de um órgão especializado no assunto da Educação Física, como a *Revista de Educação Physica*, as práticas esportivas femininas passaram a ser divulgadas com mais frequência. “Turfe, remo, natação, saltos ornamentais, esgrima, tênis, atletismo, arco e flecha, voleibol, basquetebol, ginástica e ciclismo são algumas das modalidades que, inicialmente, registram o maior número de atletas mulheres” (GOELLNER, 2003, p. 26).

Desta forma, nas primeiras décadas do século XX, o *Instituto Pedagógico* destacava-se na educação da mocidade campinense, por disponibilizar, aos seus discentes os exercícios

físicos para os gêneros masculino e feminino contrariando a norma⁷² seguida por muitas instituições de ensino do período, que criticavam a realização de exercícios físicos por mulheres. Acreditava-se, na época, que as atividades físicas pudessem prejudicar o desenvolvimento do organismo feminino. Pelo que vemos no discurso abaixo, da professora normalista Francisquinha Amorim, o *Instituto* foi pioneiro no ensino dessa matéria às jovens de Campina Grande. No trecho abaixo citado, a professora, defende os benefícios das práticas esportivas e do ensino de Educação Física, para as discentes do *Instituto*. Segundo Francisquinha Amorim,

A educação moral não prescinde da educação física. Quem se habitua ao exercício corporal, sabe pautar seus atos; vence nas maiores dificuldades; não retrocede; em síntese, vive bem.

Os mais abalisados educadores e moralistas tiraram a conclusão de que é contraproducente a educação das escolas que condenam as alunas a passar o dia sentadas nos bancos, privadas de qualquer movimento. Há escolas cujas discentes, sem ao menos terem o recreio necessário. Alguns preceptores tornam-se verdadeiros assassinos mentais, pois, matam aos poucos as faculdades psíquicas de seres, dos quais deviam fazer grandes e elevadas criaturas! Por mais inteligente que seja o escolar, termina um imbecil, submetido a um regime tão bárbaro! [Sic.]. (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, nº 3, p. 26).

Com as aulas dessa matéria, os discentes conseguiam adaptar seu corpo aos desafios da vida. Tornavam-se seres mais saudáveis, serenos e compreensíveis. O exercício físico funcionava como um momento de descanso mental. Nos exercícios praticados antes ou após a discursão dos conteúdos em sala de aula, os discentes conseguiam adaptar o corpo para que o mesmo se movimentasse, não ficando em uma mesma posição por tanto tempo consecutivo, o que pode causar transtornos físicos e mentais.

Para os médicos, os discentes que passavam muitas horas sentados nos bancos escolares tinham maior facilidade em adquirir doenças. Era preciso analisar, de forma detalhada, à maneira dos discentes sentarem nos bancos escolares. Uma postura imprópria, um movimento mal feito podia trazer traumas em diferentes partes do corpo. Nas salas de aula, do mesmo jeito, que nas aulas de Educação Física, era preciso que o docente, a todo instante, corrigisse a postura dos discentes. A maneira de sentar, abaixar para apanhar objetos no chão como lápis, cadernos e borrachas, de apoiar os braços sobre o banco escolar, tudo era

⁷² A norma trata-se de um elemento que é responsável por individualizar e também remeter-se a um conjunto de indivíduos: “por isso, ela permite a comparação entre os indivíduos. Nesse processo de individualizar e, ao mesmo tempo, remeter ao conjunto, dão-se as comparações horizontais – entre os elementos individuais – e verticais – entre cada elemento e o conjunto. E, ao se fazer isso, chama-se de anormal aqueles cuja diferença em relação a maioria se convencionou ser excessivo, insuportável. Tal diferença passa a ser considerada um desvio, isso é, algo indesejável porque des-*via*, tira do rumo, leva a perdição” (VEIGA-NETO, 2007, p. 75).

minuciosamente vigiado e corrigido, sempre que possível pelo docente, que atuava como um vigia sempre atento e vigilante aos mínimos detalhes. “A preocupação com a postura dos alunos ao sentar visava eliminar os desvios e excessos depositados no corpo, tratava-se de uma questão de bons hábitos e assegurava a saúde individual” (SOARES JÚNIOR, 2011, p. 156). Dentro ou fora da sala de aula nada escapava ao olhar atento dos responsáveis pela educação. Essas precauções com a postura do corpo das crianças faziam parte de uma pedagogia que tinha por função melhorar o aspecto corporal e intelectual.

No primeiro capítulo desta dissertação, vimos que as primeiras décadas do século XX, foi marcada pela crescente presença médica dentro dos espaços escolares. Os médicos passaram a ter presença constante dentro das escolas ditando normas de higiene, bons modos, fiscalizando a estrutura física dos prédios, as vestimentas dos discentes e docentes, observando a higiene dos assoalhos, dos banheiros, dos refeitórios, das salas de aula, das carteiras, da alimentação, da postura física dos sujeitos. Com isso era preciso que os exercícios físicos tivessem sempre de acordo com a formação corporal e idade de cada indivíduo.

Em tudo que dizia respeito à preparação física do corpo e à prática de esportes, o médico estava presente, seja no momento da matrícula, na consulta de documentos, nas aulas de higiene, na fiscalização da merenda escolar, no momento de prescrever quais os melhores exercícios físicos para cada idade ou sexo. Na regulamentação dos jogos mais adequados, era mais correto que meninos e meninas praticassem suas atividades físicas levando em consideração aqueles exercícios que melhor se adequassem a seu corpo. Desse modo, médicos e professores recomendavam que os exercícios físicos fossem praticados levando em consideração a idade, tamanho e sexo de cada sujeito. Com isso as crianças começavam a praticar as atividades físicas ainda durante a sua infância.

Segundo o discurso médico-higienista o mais correto era que a prática de exercícios físicos tivesse início o mais breve possível, adequando o corpo à rotina dos exercícios que se estenderiam pela idade adulta. As meninas realizavam os exercícios mais leves que tinham mais a ver com sua educação doméstica, já que as mesmas eram educadas para serem exemplos de boas filhas, esposas e mães virtuosas. Entre os exercícios físicos que melhor se enquadravam ao desenvolvimento físico existia as danças, as prendas domésticas e as atividades de bordado. No *Instituto Pedagógico* vimos que as discentes praticavam certos esportes a exemplo do voleibol. O que em parte contraria o discurso médico-higienista em voga na época.

Aos meninos eram destinadas atividades que buscassem um maior desenvolvimento do corpo, por isso era indispensável os exercícios corporais mais pesados, que exigiam maior esforço físico como corridas intensas, jogos de *foot ball* e os exercícios de aparelhos de barra. Sua formação estava destinada ao serviço militar, trabalho na grande indústria e à defesa da Pátria. As mulheres deviam evitar esses esportes por serem considerados rudes; a prática desse tipo de esporte podia ferir e causar transtornos físicos ao corpo feminino. Por isso ao lado das aulas de Higiene era fundamental o complemento da prática da Educação Física, disciplinas que almejava uma maior formação física para os jovens, desde que estivessem adequados a seu sexo e idade. A Educação Física para homens e mulheres era parte de um programa de saúde, normatizando costumes e disciplinando corpos, aumentando o autocontrole dos sujeitos. Nisso, segundo Goellner, as atividades físicas

Fazem parte de um conjunto de medidas profiláticas que objetivam definir, determinar, propor e impor um determinado estilo de vida saudável para o qual são indicadas formas de ser, de se comportar, de comer, de se divertir, de trabalhar, de se embelezar, de fazer amor, de casar (GOELLNER, 2003, p. 83).

Desta forma, percebemos com nitidez a presença do discurso médico nas prescrições feitas aos praticantes de exercícios físicos. Isso se deve, ao fato da importância que o discurso médico passou a ter no começo do século passado nas principais cidades brasileiras. Esse tipo de discurso ganhou tanta notoriedade que os discentes, antes de praticarem os exercícios físicos nas escolas, tinham que passar por rigorosa análise médica, identificando os desvios de conduta e maus hábitos. Esses desvios eram corrigidos nas aulas de Educação Física. Para que isso fosse possível era preciso que o instrutor responsável pelo ensino dessa disciplina agisse com disciplina atentando para todos os movimentos e gestos praticados pelos discentes.

O ensino de Educação Física, nas escolas buscava formar um corpo harmônico, disciplinado, belo e saudável. Para que os discentes conseguissem alcançar tais objetivos seu corpo teria que se encaixar nessas capacidades intelectuais. A respeito do ensino dessa disciplina seria importante que os praticantes percebessem aspectos relacionados ao gênero. De acordo com as concepções de Maria Stephanou (2010, p. 7), “a escolarização da educação física indica uma proposição específica quanto ao gênero. Se era importante a educação física do homem, mais ainda a educação física da mulher, de cujas qualidades biológicas dependiam a vida e a saúde de seus filhos”. Pois,

Uma vez que a mulher era responsável pela feitura da raça e do lar, então as meninas precisavam mais da educação física do que os meninos, porque o corpo delas era mais débil e exposto a maiores influências nocivas. Por meio

de uma educação física orientada cientificamente, as meninas desenvolveriam o santuário da maternidade, o peito e a bacia, por uma ginástica racional, maximizando as potencialidades de seus corpos (STEPHANOU, 2010, p. 7).

A Educação Física destinada ao gênero feminino passa a ser durante as primeiras décadas do século XX, uma das principais preocupações dos discursos proferidos por educadores e médicos higienistas. No discurso de intelectuais, educadores e médicos, o corpo feminino era considerado mais frágil se comparado ao corpo masculino. Por isso necessitava de maiores cuidados no momento da realização de atividades físicas, e principalmente em relação aos exercícios que seriam mais adequados para cada sexo. Para os especialistas na área era preciso que as mulheres ganhassem gosto pela *cultura física*. Praticando cotidianamente dentro e fora do espaço escolar atividades físicas adequadas ao desenvolvimento de seu corpo. Exercitando-o e tornando-o medicalizado e disciplinado.

Do mesmo modo que o corpo masculino, o feminino desenvolvia certos tipos de vícios que deviam ser combatidos e evitados, tanto em casa como na sala de aula. Esses maus hábitos eram, na maioria das vezes, adquiridos em casa e na rua, no convívio com os familiares e colegas de escola. Esses eram os espaços de desordem e indisciplina. Era dever da escola educar as crianças de ambos os sexos para que as mesmas não carregassem por toda a vida certas atitudes viciosas e desregradas. A prática constante de atividades físicas contribuía para a correção desses vícios. No artigo “O Valor da Educação” de autoria de Lygia Guedes, publicado nas páginas do jornal *A União* no ano de 1935, o leitor se depara com um discurso que procura enaltece o valor da mulher na vitória dos desafios impostos pela vida moderna. Atentamos para o que nos diz o presente discurso:

Uma educação perfeita deve abranger as tres faces: *physica*, moral e intelectual, preparando, tanto o homem como a mulher, para vencer galhardamente na grande lucta da vida hodierna. E agora que mais e mais se impõe a necessidade da collaboraçãõ feminina, tanto em família como individualmente, no grande problema da subsistência própria, é opportuno insistir no valor da educação.

Nem todas as mulheres receberam a educação desejada, mas todas podem em maior ou menor amplitude, aperfeiçoar a que receberam.

Isto constitui mesmo um dever que se impõe a todos e cuja omissãõ implica em grave prejuízo para cada uma em particular e para a collectividade em geral.

A educação *physica* é a base da educação moral e mesmo da intelectual. Se bem que a idéa de exercícios *physicos* esteja tão ligada à de educação *physica* a ponto de muitos confundirem uma cousa com outra, aquelles são apenas uma parte desta [Sic.]. (A UNIÃO, 1935, p. 16. Grifo nosso).

No discurso de Lygia Guedes, podemos perceber que, para os intelectuais da época, o ensino de Educação Física era tão ou mais importante do que a educação intelectual e moral.

Então, tanto desenvolvimento intelectual quanto o físico tinha que acontecer ao mesmo tempo. Um complementava o outro. Os intelectuais apelavam para a conscientização dos sujeitos. Isso era parte de um projeto de fortalecimento do corpo nacional, que almejava despertar o interesse das crianças brasileiras para os ideais de patriotismo que passaram a fazer parte do imaginário brasileiro com mais força a partir das primeiras décadas do século XX.

Em relação ao ensino de Educação Física na Paraíba, ainda durante as primeiras décadas do século XX, o estímulo à saúde era uma das funções que essa disciplina tinha dentro do espaço escolar, junto ao ensino de Higiene. As crianças paraibanas, desde cedo, recebiam influência sobre seu corpo daquilo que era considerado saudável, das doutrinas medico-pedagógicas que ganhavam espaço nas escolas (SOARES JÚNIOR, 2011). Estas passavam a ser consideradas, assim, como espaços do limpo e do sujo, espaços da substituição do corpo imundo pelos corpos hígidos, da expulsão das doenças e da valorização da saúde. Esses conhecimentos ganhavam as ruas, invadiam as casas, adentravam os corpos. A Educação Física disciplinava o coração, educava a alma e embelezava o corpo (SOARES JÚNIOR, 2011).

A Educação Física atuava no melhor aproveitamento das aptidões do corpo de homens e mulheres. Os cuidados com a saúde fizeram parte da atenção dos médicos higienistas e eugenistas que atuavam nas principais cidades do país pregando a educação e saúde do corpo. “Uma educação que não bastava legislar, mas sim educar. Regenerar hábitos, propagar a higienização dos costumes, um espaço aberto para as reformas morais e intelectuais propostas pelos médicos” (SOARES JÚNIOR, 2011, p. 170). Dessa maneira,

A educação *physica* augmenta com effeito, as resistências orgânicas e desenvolve as imunidades naturaes, isto é, a defesa contra as enfermidades, obtendo-se este resultado ao mesmo tempo, pelo exercício, pela *hygiene* geral, pela alimentação, pelo arejamento, pelo tempo determinado de trabalho, de descanso, pela helioterapia, hydroterapia, etc; emfim, por um regimen de vida apropriado à constituição, á idade e ao gênero de ocupação de cada um [Sic.]. (BRASIL NOVO, 1931, p. 3. Grifo nosso).

Os benefícios proporcionados pela Educação Física logo podiam ser sentidos por quem praticava os exercícios regulamente. As atividades físicas feitas por homens e mulheres aumentavam as resistências do corpo, auxiliando no controle do organismo humano, controlando as enfermidades provocadas pelo clima, falta de higiene, e alimentação deficiente. Para se manter um corpo saudável e harmônico, os sujeitos deveriam obrigatoriamente fazer atividades físicas regulamente, em locais arejados, iluminados e

planos, com roupas apropriadas para cada tipo de exercício. Não se demorava muito e logo percebia-se os benefícios trazidos pela prática das atividades físicas.

Portanto, o ensino de Educação Física aliado com o de Higiene, fez parte de um longo projeto médico-pedagógico que circulou entre as principais cidades brasileiras atuando sobre o corpo de homens e mulheres, ditando normas disciplinares e higiênicas. Esse projeto se fez presente no corpo dos cidadãos de Campina Grande, através do ensino de Higiene e Educação Física que circulou dentro dos muros do *Instituto Pedagógico*, e percebido nos escritos de Francisquinha Amorim, que defendeu com unhas e dentes um ensino de Educação Física que privilegiasse os gêneros feminino e masculino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que ora concluímos teve o propósito de analisar como ocorreu, a circulação dos discursos médicos-higienistas e pedagógicos no *Instituto Pedagógico* – Campina Grande, entre os anos de 1931 e 1942, abordando a implantação do ensino de Higiene e Educação Física, para atender os preceitos de uma ordem social civilizatória, que vigorou na sociedade campinense ao longo das primeiras décadas do século XX. Considerando para tanto os ideais de civilização, medicalização e disciplinarização para os corpos dos sujeitos.

Assim, conseguimos perceber que o ensino de Higiene aliado com o ensino de Educação Física atuou sobre o corpo dos sujeitos envolvidos nas práticas educativas impondo hábitos salutar e higiênicos. O espaço escolar se conformou como local ideal para a divulgação desse tipo de prática. Os exercícios físicos passaram a ser tidos como o principal fator de regeneração e fortalecimento do corpo dos sujeitos. O *Instituto Pedagógico* é um exemplo de escola que se utilizou do ensino dessas duas matérias com os propósitos médicos-higienistas para levar até a população da cidade os ideais de modernidade e civilização. Portanto, esse educandário passou a ser considerado por instituir na cidade uma “modernidade pedagógica”. Que encontrou na prática cotidiana da higiene do corpo e dos exercícios físicos o caminho a ser percorrido por quem desejava a harmonia perfeita entre corpo e mente. O desenvolvimento intelectual passa a conter uma relação perfeita com a formação física. É nessa relação de proximidade que os preceitos físicos passam a serem vistos por aqueles que desejavam praticar as atividades físicas nas primeiras décadas do século XX em Campina Grande. Sociedade marcada pelo processo de modernização.

Nesse processo de modernização e civilização dos corpos dos sujeitos, o ensino de Higiene contando com o auxílio das práticas médico-pedagógicas, contribuiu para a produção de um modelo de ensino hígido que buscou tornar o corpo dos sujeitos higiênicos e disciplinados. No início do século XX ensino de Higiene atuou na produção de corpos sãos e robustos, buscando atender os objetivos de uma sociedade que clamava por progresso e desenvolvimento econômico, político e social. Uma sociedade que se tornou aos poucos civilizada e moderna. Na opinião do médico dito científico, a higiene passou a ser pensada como um dos principais fatores de progresso e bem estar humano.

A medicina e o saber médico-higienista adentraram os portões do *Instituto Pedagógico*, instituindo novas e modernas práticas médicos-pedagógicas para o corpo. É em meio a esse processo, que ocorreu propriamente dito a emergência do ensino de Educação

Física, dentro das escolas brasileiras, interferindo sobre os corpos das crianças e instituindo uma série de discursos médicos, que objetivaram torna-los *physicamente* vigorosos, através da prática de exercícios físicos. As pesquisas que realizamos nos possibilitaram, afirmar que foram ao longo das primeiras décadas do século XX, que o ensino desta matéria, galgou de importância fundamental nos discursos educacionais como um dos principais fatores para a regeneração e revigoração físico do corpo dos sujeitos.

Também estudamos as maneiras pela qual ocorreu a circulação de alguns dispositivos pedagógicos para a produção de uma educação higiênica e física para um corpo saudável. Problematicando de que maneira os jogos, as atividades recreativas e a alimentação dita saudável fizeram parte das preocupações vigentes no ensino de Higiene e Educação Física, direcionados/as a produção de um corpo saudável e robusto dentro dos muros do *Instituto Pedagógico*, durante os anos de 1931 e 1942, como parte de um processo conhecido como medicalização e disciplinarização do espaço escolar e dos corpos das crianças. Buscando atender as necessidades de uma ordem social civilizatória que vigorou em meio à sociedade campinense ao longo das primeiras décadas do século XX.

Com isso, desejamos que as análises a respeito da circulação do ensino de Higiene e Educação Física no *Instituto Pedagógico*, possam de alguma forma instigar futuras pesquisas sobre o tema em Campina Grande, ou até mesmo na Paraíba. Possibilitando o surgimento de futuras pesquisas tratando da relação existente entre educação e medicina. Para, além disso, sinalizamos que a história do ensino de Higiene e Educação Física não se esgota, por inteiro nas páginas anteriores. Pelo contrário, vai muito além. O *Acervo Documental* que pertenceu ao *Instituto Pedagógico*, e hoje se encontra no LABINFO na Universidade Federal de Campina Grande, pode proporcionar aos pesquisadores inúmeros outros caminhos de pesquisa. Como, por exemplo, a análise da circulação do discurso médico-pedagógico e atividades físicas dos anos de 1950, aos dias atuais. Para isso, além desse rico acervo o pesquisador pode contar com o auxílio da história oral, entrevistando, ex-funcionários, diretores, professores e alunos da instituição.

FONTES

Jornal *A Imprensa*, João Pessoa – PB. Edições das décadas de 1920 a 1930. Arquivo da Arquidiocese da Paraíba; Biblioteca Atila de Almeida da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB; E Site da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Jornal *A União*, João Pessoa – PB. Edições das décadas de 1920, 1930 a 1940. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba; Biblioteca da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Esperança – PB; Arquivo da Casa José Américo de Almeida – João Pessoa; Arquivo da FUNESC – Espaço Cultura; Biblioteca Atila de Almeida da Universidade Estadual da Paraíba.

Jornal *O Educador*, Campina Grande – PB. Edição de 1931. Acervo Bioca do Arquivo Histórico de Campina Grande – PB.

Evolução Jornal, Campina Grande – PB. Edições das décadas de 1930 a 1950. Acervo Bioca do Arquivo Histórico de Campina Grande – PB; Biblioteca Atila de Almeida da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

Jornal *Voz da Borborema*, Campina Grande – PB. Edições das décadas de 1930 a 1950. Acervo Bioca do Arquivo Histórico de Campina Grande – PB; Biblioteca Atila de Almeida da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

Jornal *Brasil Novo*, Campina Grande – PB. Edição de 1931 a 1932. Biblioteca Atila de Almeida da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB; Acervo Bioca do Arquivo Histórico de Campina Grande – PB.

Jornal *O Comercio de Campina*, Campina Grande – PB. Edições de 1930. Biblioteca Atila de Almeida da Universidade Estadual de Campina Grande – UEPB.

Revista Evolução, Campina Grande – PB. Edições de 1931 a 1931. Arquivo da Biblioteca Atila de Almeida – UEPB.

Revista do Ensino do Estado da Paraíba, João Pessoa – PB. Edições de 1931 a 1942. Arquivo da Biblioteca Atila de Almeida – UEPB; Site da UFPB.

Revista O Cruzeiro, Rio de Janeiro – RJ. Edições de 1932. Site da Hemeroteca Digital.

Acervo do Instituto Pedagógico, Campina Grande – PB. Décadas de 1930, 1940 e 1950. Labinfo – UFCG.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **Infância e história: destruição da experiência e origem da história.** – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes.** – 5. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **História: a arte de inventar o passado.** Ensaio de teoria da história. – Bauru, SP: Edusc, 2007. 256p.; - (Coleção História).

_____. **Escrever como fogo que consome:** reflexões em torno do papel da escrita nos estudos de gênero. Disponível em: http://simposiufac.blogspot.com.br/2013/07/durval-muniz-de-albuquerque-junior_22.html. Acesso em: 25/09/2016.

_____. **Raros e rotos, restos, rastros e rostos:** os arquivos e documentos como condição de possibilidade do discurso historiográfico. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 15, n. 26, p. 7-28, jan.-jun. 2013. Disponível em: http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF26/4_Palestra.pdf. Acesso em: 25/09/2016.

_____. Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças. In: MACHADO, Charliton José dos Santos, SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima; NUNES, Maria Lúcia da Silva. (Orgs.). **Gênero e práticas culturais:** desafios históricos e saberes interdisciplinares. – Campina Grande: EDUEPB, 2010. 256 p.

_____. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSK, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (org). **O Historiador e suas fontes.** – 1. Ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2011.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação:** a paixão pelo possível. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. – (Prismas).

_____. **Imagem feminina e maternidade:** o concurso de robustez infantil em São Paulo (1928). R. bras. Est. Pedag., Brasília, v. 88, n. 218, p. 157-170, jan./abril. 2007. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/769>. Acesso em: 25/09/2016.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** – 2. Ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2006.

ANDRADE, Vivian Galdino de. **Alfabetizando os filhos da rainha para a cidadania/modernidade:** o Instituto Pedagógico em Campina Grande – PB (1919-1942). 2014. 288f. Tese. (Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB.

_____. A compreensão de uma ‘modernidade pedagógica’ através do Instituto Pedagógico Campinense (1919-1950). IX seminário nacional de estudos e pesquisas “história, sociedade e educação no Brasil” Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – **Anais Eletrônicos** – ISBN 978-85-7745-551-5. Disponível em:

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/3.22.pdf.
Acesso em: 04/02/2017.

ARANHA, Gervácio Batista. **Seduções do moderno na Parahyba do Norte: Trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925)**. In. *et al.* **A Paraíba no Império e na República**. 3ª Ed. EUDUFCG, Campina Grande, 2003.

ARAÚJO, Silvera Vieira de. **Dispensando o feioso: a construção da higiene estética de Campina Grande (1930-1960)**. 2010. 138f. Dissertação. (Pós-Graduação em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande - PB.

BARBORA, Analedy Amorim; MAGALHÃES, Maria das Graças S. Dias. **A concepção de infância na visão Philippe Ariès e sua relação com as políticas públicas para a infância**. Revista Eletrônica de Ciências Sociais, História e Relações Internacionais. v.1, n.1 (2008). Disponível em: revista.ufr.br/examapaku/article/view/1456/1050. Acesso em: 05/02/2017.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade**. - São Paulo: Companhia da Letras, 1986.

BRASIL, Elson Pereira da Silva. **“De escrava, a companheira e competidora do homem”:** uma história da Escola Normal “João Pessoa” e a emergência da feminização em Campina Grande 1928-1932. 2014. 64f. Monografia. (Graduação em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande - PB.

BRITES, Olga. **Infância, higiene e saúde na propaganda (usos e abusos nos anos 30 a 50)**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 249-278. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v20n39/2989.pdf>. Acesso em: 26/09/2016.

_____; NUNES, Eduardo Silveira Netto. **Infâncias e propagandas em revistas: anos 1920 – 1950**. Tempos Históricos: Volume 16 - 1º Semestre – 2012 – p. 87 - 118 Históricos ISSN 1517-4689 (versão impressa) 1983-1463 (versão eletrônica). Disponível em: revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article. Acesso em: 26/09/2016.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CABRAL FILHO, Severino. **As cidades na fotografia: uma experiência modernizante em Campina Grande – PB (1940-1944)**. Ariús, Campina Grande, v. 13, n.2, p.211-217, jul./dez. 2007. Disponível em: http://www.ch.ufcg.edu.br/arius/01_revistas/v13n2/12_arius_13_2_as_cidades_na_fotografia.pdf. Acesso em: 25/09/2016.

CASTRO, Celso. **Os Militares e a Introdução da educação física no Brasil**. Antropolítica, Niterói, RJ, nº2, p61-78. 1º set.1997. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/458.pdf. Acesso em: 21/09/2015.

CAMARA, Epaminondas. **Datas Campinenses**. Campina Grande: Ed. Caravela, 1947.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a História que não se conta**. - Campinas, SP: Papirus, 1988. - (Coleção Corpo & Motricidade).

CAVALCANTE, Silêde L. Oliveira. **Mulheres modernas, mulheres tuteladas: o discurso jurídico e a moralização dos costumes – Campina Grande 1930/1950.** 2000. 215f. Dissertação. (Pós-Graduação em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE.

_____. Campina Grande De(fl)orada por Forasteiros: passagem de Campina patriarcal a Campina burguesa. In: GURJÃO, Eliete de Queiroz. (Org.). **Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande.** Prefeitura Municipal de Capina Grande – Secretaria de Educação, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer.** 17ª ed.– Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CORRÊA, Denise A. Ensinar e aprender educação física na “era Vargas”: lembranças de velhos professores. In: VI educere – Congresso Nacional de Educação – PUCPR – Praxis, 2006. CURITIBA. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2006. V.1. (ISBN 85-7292-166-4). Disponível em: <http://www.ufscar.br/~defmh/spqmh/pdf/vargas.PDF>. Acesso em: 12/06/2015.

COSTA JÚNIOR, José dos Santos. **Gramáticas do poder e política do corpo: uma análise dos discursos de proteção e assistência à infância na Paraíba em 1948.** 2015. 183p. Monografia. (Graduação em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande - PB.

_____. **Uma arte do cuidado e uma política do corpo: a LBA e o governo da infância na Paraíba (1948).** *Mneme* – Revista de humanidades, ISSN 1518 – 3394. Caicó, v. 16, n. 37, p. 37-71, jul./dez. 2015, Dossiê História do Corpo. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/8087/6193>. Acesso em: 26/09/2016.

DEL PRIORE, M. **História da infância no Brasil.** 4ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

D’INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del; PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **História das mulheres no Brasil.** 10.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.

DIWAN, Pietra. **Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo.** – 1. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2011.

_____. Corpo. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Novos temas nas aulas de História.** 2.ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande.** 2º volume. João Pessoa - PB: Editora União.1993.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador 1: uma história dos costumes.** – 2.ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FERNANDES, Florestan. **As “Trocinhas” do Bom Retiro: Contribuição ao Estudo Folclórico e Sociológico da Cultura dos Grupos Infantis.** *Pró-Posições*, v. 15, n. 1 (43) – jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/proposicoes/edicoes/texto17.html>. Acesso em: 25/09/2016.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a Análise do Discurso em Educação**. Faculdade de Educação e Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Cadernos de Pesquisa, n.114, p. 197 – 223; novembro / 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>. Acesso em: 02/03/2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 2010.

_____. **Microfísica do poder**. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

_____. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2010.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. – Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. - 2ª ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. – (Coleção obras de Michel Foucault).

FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, Espaço e Subjetividade: a arquitetura como programa**. 2 ed. – Rio de Janeiro; DP&A Editora, 2001.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 5. ed., rev. e ampl, São Paulo: Cortez, 2003. 334 p.

GALLO, Sílvio. Foucault: (Re)pensar a Educação. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. (Orgs.). **Figuras de Foucault**. – 3.ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. 296p. (Coleção Estudos Foucaultianos).

GAUDÊNCIO, Bruno Rafael de Albuquerque. **Imagens Literárias da Educação em Campina Grande (1907-1957)**. In. Revista Eletrônica Publicada pela EDUEP - UEPB. V. 02, Nº 01, 2008. Disponível em: <http://eduep.uepb.edu.br/alpharrabios/v2-n1/v2n1.html>. Acessado em: 14/03/2011.

GARANHANI, Marynelma Camargo. **A educação física na escolarização da pequena infância**. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/fef/article/viewFile/49/46>. Acesso em: 25/09/2016.

GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: CHARTIER, Roger. (Org.). **História da vida privada, 3: da Renascença ao século das Luzes**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **Educação Física Progressista – a Pedagogia Crítico – Social dos Conteúdos e a Educação Física Brasileira**. Vol. 10. Edições Loyola, São Paulo - Brasil, 1991.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica**. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2003. – 152 p. – (Coleção educação física).

_____. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 9.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **“As mulheres fortes são aquelas que fazem uma raça forte”**: esporte, eugenia e nacionalismo no Brasil no início do século XX. Recorde: Revista de

História do Esporte, volume 1, número 1, junho de 2008. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Record/article/view/790>. Acesso em: 25/09/2016.

GOMES, Iordan Queiroz; SANTOS, Luiz Carlos dos. Sensibilidades modernas: As cidades e os desejos do moderno. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300890903_ARQUIVO_Sensibilidadesmodernas-cidades.pdf. Acesso em: 12/04/2015.

GONDRA, José Gonsalves. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

CORBIN, Alain. Introdução. In: *et al.* **História do Corpo: Da Revolução a Grande Guerra**. - 2. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

HORA, Dayse Martins. **Medicalização, escola nova e modernização da nação: 1930-1945**. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Dayse_Martins_Hora_artigo.pdf. Acesso em: 14/08/2016.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista brasileira de história da educação; nº1, jan./jun. 2001. Disponível em: https://moodle.fct.unl.pt/pluginfile.php/122509/mod_resource/content/0/Leituras/Dominique_Julia.pdf. Acessado em: 23/01/2016.

KEHL, Renato. **A Fada Hígia: o primeiro livro de higiene**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1925.

KOSSOY, Boris. **O paradigma da fotografia**. Seminário de Fotografia CHILE, 19 de ago. 2008. Disponível em: http://boriskossoy.com/wp-content/uploads/2014/11/paradigma_pt.pdf. Acesso em: 05/10/2016.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas**. 3ª ed. - Belo Horizonte; Autentica. 2000, 208p.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. 2ª ed. Campinas - SP: Papyrus, 1986.

LIMA, Francis Madlener de; DINIS, Nilson Fernandes. **Corpo e gênero nas práticas escolares de Educação Física**. Universidade do Paraná. Currículo sem Fronteiras, v.7,n.1, pp.243-252, Jan./Jun., 2007. ISSN, 1645-1384. Disponível em: <http://cev.org.br/biblioteca/corpo-genero-nas-praticas-escolares-educacao-fisica>. Acesso em: 25/09/2016.

LOURO, Guacira Lopez. **Gênero, sexualidade e educação – uma perspectiva pós-estruturalista**. 11. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. In: _ (Org.). 3. Ed.—Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. 176p.

_____. Mulheres em sala de aula. In: PRIORE, Mary Del; PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas**. – 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2010.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: MACHADO, Roberto. (Org.). **Microfísica do poder**. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MAIOR JÚNIOR, Paulo R. Souto; MAIA, Janaína dos Santos. **Disciplinando corpos infantis na Primeira República**: os discursos da revista Tico-tico e dos Almanques de Farmácia. Revista Temática. www. Insite.pro.br. Ano X, n.06 – Junho / 2014, ISSN 1807 – 8931. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/tematica/article/view/19511>. Acesso em: 25/09/2016.

MARIANO, Nayana R. Cordeiro. **Educação pela higiene**: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886). 2015. 253f. Tese de doutorado. (Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB.

MELO, Josemir Camilo de. **“Evolução”**. Revista Pedagógica e Magazine na Paraíba dos anos 30. II seminário Nacional fontes documentais e pesquisa histórica: sociedade e cultura de 07 a 10 de Novembro de 2011. UFCG. Campina Grande-PB.

MOGARRO, Maria João. **Arquivos e educação**: a construção da memória educativa. Arquivos e Educação. Revista brasileira de história da educação, nº 10, jul./dez., 2005. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/169>. Acesso em: 15/05/2015.

NASCIMENTO, Regina C. Gomes. **Disciplina e espaços**: construindo a modernidade em Campina Grande no início do século XX. 1997. 114f. Dissertação. (Pós-Graduação em História) – Universidade Federal do Pernambuco, Recife – PE.

_____. **Sensibilidades e Práticas Escolares em Campina Grande – PB**. XXVII Simpósio Nacional de História – Conhecimento histórico e diálogo social. Natal – RN de 22 a 26 de Julho de 2013 – ANPUH – Brasil. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371309531_ARQUIVO_SENSIBILIDADESEPRATICASESCOLARESEM CAMPINAGRANDE-PB.pdf. Acesso em: 25/09/2016.

NUNES, Nei Antonio; ASSMAN, Selvino José. **A escola e as práticas de poder disciplinar**. Revista Perspectiva, ISSN print 0102-5473, ISSN 2175-795X Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. v. 18, n. 33. 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/10786/10287>. Acesso em: 05/02/2017.

NUNES, Maria Lúcia da Silva; MACHADO, Charliton José dos Santos. **Uma Página Feminina**: escritos para a educação das mulheres paraibanas (década de 1930). Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 54, p. 189-206, dez2013 – ISSN: 1676-2584. Disponível em: <file:///C:/Users/PC/Downloads/6104-21602-1-SM.pdf>. Acesso em: 04/02/2017.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. **Façamos a família à nossa imagem**: a construção de conceitos de Família do Recife Moderno (Décadas de 20 e 30). 2002. 229f. Tese de doutorado. (Pós-Graduação em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE.

OLIVEIRA, Marcus A. Taborda de. Renovação historiográfica na educação física brasileira. In: SOARES, Carmen Lúcia. (Org.). **Pesquisas sobre o corpo: ciências humanas e educação**. – Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: FAPESP, 2007. – (Coleção educação física e esportes).

OLIVEIRA, Nara R. Cruz de. **Concepção de infância na educação física brasileira: primeiras aproximações**. Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 26, n. 3, p. 95-109, maio, 2005. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/162>. Acesso em: 25/09/2016.

PACHECO, Ana J. Pinto. **Educação Física feminina: uma abordagem de gênero sobre as décadas de 1930 e 1940**. Revista da Educação Física / UEM 9(1): 45-52, 1998. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/3827>. Acesso em: 12/07/2016.

PARADA, Mauricio. **Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo**. - Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio: Apicuri, 2009.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. História, São Paulo, v.24, N. 1, p. 77 – 98, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>. Acesso em: 25/09/2016.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. – 2.ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. – 3.ed. – Belo Horizonte: Autentica, 2012. 132p. (Coleção História &... Reflexões, 5).

PINTO, Manuel. A infância como construção social. In: PINTO, Manuel Pinto; SARMENTO, Manuel Jacinto. (org.). **As crianças: contextos e identidades**. Universidade do Minho. Centro de Estudos da Criança, 1997.

PYKOSZ, Lausane Corrêa; OLIVEIRA, Marcus A. Taborda de. **A higiene como tempo e lugar da educação do corpo: preceitos higiênicos no currículo dos grupos escolares do estado do Paraná**. Currículo sem Fronteiras, v.9, n.1, pp.135-158, Jan/Jun 2009.

QUEIROZ, Marcus V. Dantas de. **O século 20 e a construção de algumas de suas modernidades arquitetônicas: Campina Grande (PB) 1930 – 1950**. Revista CPC, São Paulo, n. 11, p. 103-135, nov. 2010/abr. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15674/17248>. Acesso em: 23/04/2015.

QUINTEIRO, Jucirema. **Sobre a emergência de uma sociologia da Infância: contribuições para o debate**. Perspectiva. Florianópolis, v. 20, n. Especial, p. 137-162, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10282>. Acesso em: 25/09/2016.

RAGO, Margareth. **O efeito-Foucault na historiografia brasileira**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 7 (1-2): 67-82, outubro de 1995. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/85207>. Acesso em: 25/09/2016.

REZENDE, Marcela Torres. **A alimentação como objeto histórico complexo: relações entre comidas e sociedades**. Estudos Hu,6ricOl, Rio de Janeiro, nll 33, janeiro-junho de 2004, p.

175-179. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2206>. Acesso em: 26/09/2016.

RIBEIRO, Renato Janine. **A etiqueta no antigo regime: do sangue à doce vida**. 69 ed. – São Paulo; brasiliense, 1983. (Coleção tudo é história).

RIZZINI, Irene. Salvar a criança. In: __. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. – 3.ed. – São Paulo; Cortez, 2011.

_____.; GONDRA, José Gonçalves. **Higiene, tipologia da infância e institucionalização da criança pobre no Brasil (1875-1899)**. Revista Brasileira de Educação, v. 19, n. 58, jul./set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v19n58/03.pdf>. Acesso em: 25/09/2016.

ROCHA, Heloísa H. Pimenta. **A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)**. – Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2003.

_____. **Educação escolar e higienização da infância**. Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n. 59, p. 39-56, abril, 2003. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 25/09/2016.

ROIZ, Diogo da Silva. **A ‘nova história cultural’: questões e debates**. Pensamento Plural | Pelotas [02]: 181 – 186, janeiro/junho 2008. Disponível em: <http://pensamentoplural.ufpel.edu.br/edicoes/02/09.pdf>. Acesso em: 04/02/2017.

SANTANA, Ajanayr M. Sobral. As Mulheres no Movimento Estudantil Campinense (1935-1964). **Anais Eletrônicos: I Seminário Internacional Desfazendo Gênero**, 14 a 16 de agosto de 2013, Natal (RN). Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/254951010/Seminario-Internacional-Desfazendo-Genero-Caderno-de-Leitura>. Acesso em: 12/09/2016.

SANT’ANNA, Denize Bernuzzi de. **As infinitas descobertas do corpo**. Cadernos Pagu (14) 2000: pp. 235-249. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635354>. Acesso em: 25/09/2016.

_____. É possível realizar uma história do corpo?. In: SOARES, Carmen Lúcia (Org.). **Corpo e história**. – Campinas, SP: Autores Associados, 2006 – 3.ed. – (Coleção educação contemporânea).

_____. Cuidados de Si e Embelezamento Feminino: Fragmentos para uma história do corpo no Brasil. In: __. (Org.). **Políticas do corpo: elementos para uma história das práticas corporais**. – 2.ed. – São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

SANTOS, Alexandro dos. **“Cultura Física”**: o ensino de Educação Physica no Instituto Pedagógico Campinense (Década de 1930). 2014. 74f. Monografia. (Graduação em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande - PB.

_____. **“Higiene e Educação Physica”**: modelando corpos robustos e sadios no Instituto Pedagógico (décadas de 1920 – 1930). *Mneme* – Revista de humanidades, ISSN 1518 – 3394. Caicó, v. 17, n. 38, p. 34-55, jan./jul. 2016, Dossiê História e Tecnologias da Saúde. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/8716/7072>. Acesso em: 26/09/2016.

SANTOS, Leonardo Q. Barboza dos. **Entre a ciência e a saúde pública: a construção do médico paraibano como reformador social (1911-1929)**. 2015. 254f. Dissertação. (Pós-Graduação em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande – PB.

SANTOMÉ, Torres Jurjo. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). **Alienígenas na sala de aula**. – Petrópolis, RJ; Vozes, 1995. – (Coleção estudos culturais em educação). Vários autores.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Tradução de Christine Rufino Dabat & Maria Betânia Ávila. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em: <http://www.observem.com/upload/935db796164ce35091c80e10df659a66.pdf>. Acesso em: 21/09/2016.

_____. **Os usos e abusos do gênero**. Tradução de Ana Carolina E. C. Soares. Projeto História, São Paulo, n. 45, pp. 327-351, Dez. 2012. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15018>. Acesso em: 20/09/2016.

SILVA, Maria Raquel. **Civilizando os filhos da “Rainha”, Campina Grande: modernização, urbanização e grupos escolares (1935 a 1945)**. 2011. 105f. Dissertação. (Pós-Graduação em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB.

SILVA, Paloma Porto. **(DES) Alinhando Alguns Fios da Modernidade Pedagógica: um estudo sobre as práticas discursivas em torno da educação infantil em Campina Grande – PB (1919 – 1945)**. 2010. 110f. Dissertação. (Pós-Graduação em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB.

SILVEIRA, Regina P. Silva da. O papel de Elpídio de Almeida para a construção da história de Campina Grande. IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – **Anais Eletrônicos** – ISBN 978-85-7745-551-5. Disponível em: www.observem.com. Acesso em: 15/10/2015.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**. - Rio de Janeiro: Editora RGV, 2003.

SOARES, Lúcia Carmen. **Imagens da educação no corpo: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX**. – 3.ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

_____. **Educação física: raízes europeias e Brasil**. – 3.ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2004. – (Coleção educação contemporânea).

_____. **As roupas destinadas aos exercícios físicos e ao esporte: nova sensibilidade, nova educação do corpo (Brasil, 1920-1940)**. Pro-Posições, Campinas, v.22, n. 3 (66), p.81-96, set./dez.2011. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643246>. Acesso em: 19/09/2016.

_____. **Notas sobre a educação no corpo**. Educar, Curitiba, n. 16, p. 43-60. 2000. Editora da UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n16/n16a04.pdf>. Acesso em: 02/03/2015.

SOARES JUNIOR, Azemar dos Santos. **Corpos Hípidos:** o limpo e o sujo na Paraíba (1912 – 1924). 2011. 193f. Mestrado. (Pós-Graduação em História) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB.

_____. **Physicamente vigorosos:** medicalização escolar e modelação de corpos na Paraíba (1913-1942). 2015. 271f. Doutorado (Pós-Graduação em Educação) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB.

_____. **Santuário da Saúde:** Corpo e Educação Physica na Paraíba no Início do Século XX. Fênix Revista de História e Estudos Culturais. Setembro/ Outubro/ Novembro/ Dezembro de 2012 Vol. 9 Ano IX nº3 www.revistafenix.pro.br. ISSN 1807-6971.

_____. **Entre a norma e o normatizado:** o saber médico em circulação nas escolas da Paraíba na primeira metade do século XX. 1º Encontro Internacional de Estudos Foucaultianos: governabilidade e Segurança. – João Pessoa / PB – 2014. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ocs-2.3.6/index.php/estudosfoucaultianos/estudosfoucaultianos/schedConf/presentations?track=4>. Acesso em: 20/07/2015.

_____. **Corpos robustos:** Hygiene e Educação Physica nas escolas da cidade da Parahyba (1913-1924). SAECULUM – Revista de História [24]; João Pessoa, jan./jun. 2011.

_____; SILVA, Vânia Cristina da. **Hábitos sadios:** modelação de corpos e mentes nas escolas da Paraíba (1937-1945). IX Seminário Nacional de estudos e pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. Universidade Federal da Paraíba – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5.

SOUSA, Fabio Gutemberg R. B. de. **Campina Grande:** cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, nº 46, pp. 61-92, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n46/a04v2346.pdf>. Acesso em: 15/11/2015.

SOUSA, Noelma C. de; MENESES, Antônio B. N. Thomaz de. **O poder disciplinar:** uma leitura de Vigiar e Punir. SABERES, Natal – RN, v.1, nº4, jun, 2010. Disponível em: <http://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/561>. Acesso em: 01/09/2016.

SOUZA, Rosa Fátima de. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. In. VALDEMARIN, Vera Teresa; SOUZA, Rosa Fátima de. (Org.). **Cultura escolar: história, práticas e representações.** Cadernos Cedes, ano XIX, nº 52, novembro / 2000.

STEPHANOU, Maria. Saúde pela Educação. Escolarização de Saberes Médicos na Primeira Metade do século XX. In: I Congresso Brasileiro de História da Educação, 2000, Rio de Janeiro, RJ. I Congresso Brasileiro de História da Educação. Programas e resumos dos trabalhos. **Anais Eletrônicos.** Rio de Janeiro, RJ: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2000. p. 327-328. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/114_maria_ste.pdf. Acesso em: 05/08/2016.

_____. **Imagens em cartaz:** propaganda sanitária e educação. Disponível em: http://www.portalpedsul.com.br/admin/uploads/2004/Mesa_Redonda/Mesa_Redonda/12_0

8_55_IMAGENS_EM_CARTAZ_PROPAGANDA_SANITARIA_E_EDUCACAO.pdf.
Acesso em: 04/07/2016.

_____. **Práticas educativas da medicina social:** os médicos se fazem educadores. História da Educação. ASPHE/FaE/UFPeL, Pelotas (2): 145-168, set. 1997. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30670/pdf>. Acesso em: 23/05/2015.

_____. **Discursos médicos, educação e ciência:** escola e escolares sob exame. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v4n1/04.pdf>. Acesso em: 14/02/2015.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Cultura escolar, cultivo de corpos:** educação física e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte. – Bragança Paulista: EDUSF, 2002. 370p. (Coleção Estudos CDAPH, Série Historiografia). São Paulo.

_____. **Histórias de educação física na escola.** – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010. (Coleção Pensar a Educação, Pensar o Brasil / Série Estudos Históricos).

VEIGA – NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação.** – Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 192 p. – (Pensadores & Educação, 4).

ZAMLORENZI, Claudia Maria Petchk. **História da educação, fontes e a imprensa.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 40, p. 60-71, dez. 2010 – ISSN: 1676 – 2584. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/40/art04_40.pdf. Acesso em: 19/11/2015.